



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2 0 2 4 / 2 0 3 0

Instituto Federal de Brasília



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2024 a 2030
(1ª Revisão: Ano 2025)

BRASÍLIA-DF
JULHO/2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Camilo Sobreira de Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Marcelo Bregagnoli

Reitora do Instituto Federal de Brasília
Veruska Ribeiro Machado

Instituto Federal de Brasília

SAUS Quadra 2, Bloco E, Edifício Siderbrás
Brasília-DF, 70070-906

REITORIA

Reitora

Veruska Ribeiro Machado

Chefe de Gabinete da Reitora
Rodrigo Alfani

Assessor do Gabinete da Reitora
Adilson César de Araújo

Pró-Reitora de Administração
Cláudia Sabino Fernandes

Pró-Reitora de Ensino
Rosa Amélia Pereira da Silva

Pró-Reitora de Extensão e Cultura
Diene Ellen Tavares Silva

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
José Anderson de Freitas Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação
Simone Braz Ferreira Gontijo

Diretor de Comunicação Social
Jefferson Sampaio de Moura

Diretor de Planejamento e Orçamento
Valdiná Regis Lopes Feitosa

Diretor de Tecnologia da Informação e
Comunicação
João Victor de Araujo Oliveira

CAMPI

Diretora-Geral do IFB Campus Brasília
Christine Rebouças Lourenço

Diretor-Geral do IFB Campus Ceilândia
Paulo Henrique Sales Wanderley

Diretor-Geral do IFB Campus Estrutural
Giano Luís Copetti

Diretora-Geral do IFB Campus Gama
Andresa Cristina de Andrade

Diretor-Geral do IFB Campus Planaltina
Nilton Nélcio Cometti

Diretor-Geral do IFB Campus Recanto das
Emas
Germano Teixeira Cruz

Diretora-Geral do IFB Campus Riacho Fundo
Alessandra de Sousa Neves

Diretor-Geral do IFB Campus Samambaia
Paulo Henrique Silva Ribeiro

Diretor-Geral do IFB Campus São
Sebastião
Robson Caldas de Oliveira

Diretor-Geral do IFB Campus Taguatinga
Gabriel Queiroz Negrão

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDI 2024/2030 DO IFB

COMISSÃO CENTRAL

Presidente

LUCIANA MIYOKO MASSUKADO

Membros

CRISTIANE BATISTA SALGADO

FELIPE DE ANGELIS

GERMANO TEIXEIRA CRUZ

GERVÁSIO BARBOSA SOARES NETO

GIANO LUÍS COPETTI

GIOVANNA MEGUMI ISHIDA TEDESCO

HUGO SILVA FARIA

JOSÉ ANDERSON DE FREITAS SILVA

LEONARDO MOREIRA LEODIDO

NILTON NÉLIO COMETTI

PATRÍCIA ALBUQUERQUE DE LIMA

PAULO HENRIQUE SALES WANDERLEY

PAULO HENRIQUE SILVA RIBEIRO

RICARDO FRANGIOSI DE MOURA

ROBSON CALDAS DE OLIVEIRA

RODRIGO ALFANI

RODRIGO MAIA DIAS LEDO

RÔMULO RAMOS NOBRE JÚNIOR

SANDRA MARIA BRANCHINE

VERUSKA RIBEIRO MACHADO

COMISSÃO TÉCNICA

Presidente

VALDINÁ REGIS LOPES FEITOSA

Membros

EDIMÁRIA CERQUEIRA RODRIGUES

LAMOUNIER

FERNANDA MAGALHÃES ZIVKOVIC

FERNANDA PLENTZ DE ANDRADE

FILIPE DE MORAIS CANGUSSU PESSOA

JOÃO BEZERRA DA SILVA JUNIOR

VIRGÍNIA BARBOSA LOBO DA SILVA

WILLY CLAYTON ALVES DOS SANTOS

COMISSÕES TEMÁTICAS

Eixo 1

Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional

Presidente

RODRIGO ALFANI

Vice-presidente

VALDINÁ REGIS LOPES FEITOSA

Membros

ALESSANDRA DO CARMO FONSECA

ALEXANDRE LAVAL SILVA

ALEXSANDER PEREIRA DINIZ

AYNOÃ PAMPLONA MATOS

BRUNO MARX DE AQUINO BRAGA

CAMILA PAIM VERAN COELHO

DANIELE RAMOS SIMÕES

EDIMARIA CERQUEIRA RODRIGUES

LAMOUNIER

FERNANDA PLENTZ DE ANDRADE

FILIFE DE MORAIS CANGUSSU PESSOA

JOÃO BEZERRA DA SILVA JUNIOR

LAÍS GABRIELA DA SILVA AGNELO

LUCIANO DE ANDRADE GOMES

LUIZ CLAUDIO RENOULEAU DE

CARVALHO

MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS

MARCOS VINÍCIUS MENDES DO ESPÍRITO

SANTO

POMPYLIO JERÔNIMO DE LIMA

RALINE ROMAIAANY OLIVEIRA CARDOSO

SANDRA DE ARAÚJO TEIXEIRA

WILLY CLAYTON ALVES DOS SANTOS

Eixo 2

Políticas Acadêmicas

Presidente

VIRGINIA BARBOSA LOBO DA SILVA

Vice-presidente

VERUSKA RIBEIRO MACHADO

Membros

ALESSANDRA DO CARMO FONSECA

ALEXSANDER PEREIRA DINIZ

ALINE AUXILIADORA TIRELI MIRANDA

ANA LUISA KNOP HENRIQUES MODESTO

ANDERSON ALLAN ALMEIDA GALVÃO

ANDRESA CRISTINA DE ANDRADE

AYNOÃ PAMPLONA MATOS

DAVI LUCAS MACEDO NEVES CRUZ

EDSON DE SOUZA CUNHA

ERLAN PEREIRA FRADE TOSTES

FABIANO CAVALCANTI FERNANDES

FERNANDO RODRIGUES DE CASTRO

GIOVANNA MEGUMI ISHIDA TEDESCO

IVA FERNANDES DA SILVA MEDEIROS DE

JESUS

JENNIFER DE CARVALHO MEDEIROS

JEREMIAS RODRIGUES DA SILVA

LAÍS GABRIELA DA SILVA AGNELO

LUDIMILA DUQUE DE CASTRO

MARA LÚCIA CASTILHO

MARCOS VINÍCIUS MENDES DO ESPÍRITO

SANTO

MELINA RIBEIRO SALGADO

MILCA DA SILVA LOURENÇO

NATHANAEL DOS SANTOS LOPES

PAULA QUEIROZ DUTRA
RAFAELA CAETANO PINTO
RAQUEL DE SOUZA BARBOSA SILVA
ROBERTA BELILLO JARDIM
ROSA AMELIA PEREIRA DA SILVA
ROSENIR MARTINS NUNES CHAVES
VALDINÁ REGIS LOPES FEITOSA
VINICIUS MACHADO DOS SANTOS
WALDENE APARECIDA SILVA WATANABE

MILCA DA SILVA LOURENÇO
PAULO HENRIQUE BORGES SILVA
POMPYLIO JERÔNIMO DE LIMA
RAFAELA CAETANO PINTO
RALINE ROMAIIANY OLIVEIRA CARDOSO
RAQUEL DE SOUZA BARBOSA SILVA
RODRIGO ALFANI
ROSENIR MARTINS NUNES CHAVES
VALDINÁ REGIS LOPES FEITOSA

Eixo 3

Políticas de Gestão e Infraestrutura

Presidente

WILLY CLAYTON ALVES DOS SANTOS

Vice-presidente

FERNANDA PLENTZ DE ANDRADE

Membros

ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA
ADRIANA DE SOUZA MOURA
ALEXSANDER PEREIRA DINIZ
AMANDA ANTUNES GUEDES
ARYANE TADA FERREIRA SANTOS
BRUNO RIBEIRO DOS SANTOS
CAMILA PAIM VERAN COELHO
DIOGO DELPAÇO
ELISANGELA MARCIA CRUZ DOS REIS
FABIO NOGUEIRA CARLUCCI
FILIPE DE MORAIS CANGUSSU PESSOA
JANAÍNA CANDIDA DA SILVA
JOSÉ ANDERSON DE FREITAS SILVA
LAÍS GABRIELA DA SILVA AGNELO
LUDIMILA DUQUE DE CASTRO
MARCOS VINÍCIUS MENDES DO ESPÍRITO
SANTO

COMISSÕES LOCAIS

IFB Campus Brasília

Presidente

PATRÍCIA ALBUQUERQUE DE LIMA

Membros

ADEILTON OLIVEIRA DE SOUZA
ALEXSANDER PEREIRA DINIZ
ANA CAROLINA CAPUZZO DE MELO
ANDRÉIA E SILVA SOARES
CHRISTINE REBOUÇAS LOURENÇO
DAVI LUCAS MACEDO NEVES CRUZ
ERIC JEFFERSON MATIAS LUZ
FABIO FERNANDO FERREIRA SILVA
FABIO NOGUEIRA CARLUCCI
FLÁVIA FURTADO RAINHA SILVEIRA
FREDERICO DE DEUS E COSTA
BERNARDES
GISELLY PEREIRA DA CÂMARA
GLAUCIA MELASSO GARCIA DE
CARVALHO
HEITOR JOSÉ DOS SANTOS BARROS
IZABELA PARANAÍBA CALEGARI
JASPION LEONE ROCHA
JULIANA CUNHA PASSOS
JUNIO CESAR BATISTA DE SOUZA
LAÍS GABRIELA DA SILVA AGNELO
LIDIANNE DIAS SILVA DOS SANTOS
LUCIANA DOS REIS ELIAS
LUCIANA MONTEIRO REIS
LUIZ DANIEL MUNIZ JUNQUEIRA
MARIELA DO NASCIMENTO CARVALHO
PRISCILA RAMOS DE MORAES REGO
AGNELLO
RAFAELA CAETANO PINTO
TIAGO BORGES DOS SANTOS

IFB Campus Ceilândia

Presidente

RICARDO FRANGIOSI DE MOURA

Membros

ALDEMI BARBOSA DA SILVA
AMANDA ANTUNES GUEDES
ANDRE LUIZ DE BRITO ALVES
IVA FERNANDES DA SILVA MEDEIROS DE
JESUS
LUCIANO DE ANDRADE GOMES
NIVIA ANIELE OLIVEIRA
SANDRA DE ARAÚJO TEIXEIRA
THIAGO ARAUJO BERNARDES

IFB Campus Estrutural

Presidente

MAURÍLIO DUTRA

Membros

ALINE AUXILIADORA TIRELI MIRANDA
BRUNO MARX DE AQUINO BRAGA
GIANO LUÍS COPETTI
LUIDSON SARAIVA SOUZA
MARCOS VINÍCIUS MENDES DO ESPÍRITO
SANTO

IFB Campus Gama

Presidente

RÔMULO RAMOS NOBRE JÚNIOR

Membros

ANDRESA CRISTINA DE ANDRADE
AYNOÃ PAMPLONA MATOS

ÊRIKA BARRETTO FERNANDES CRUVINEL
ERNANI AGUIAR PEREZ ABREU
LAYSSE NOLETO BALBINO TEIXEIRA
MARTHA MENDES CAIAFA
NATHANAEL DOS SANTOS LOPES
RODRIGO ALVES DA SILVA
SHERLEY CABRAL MOREIRA

IFB Campus Planaltina

Presidente

NILTON NÉLIO COMETTI

Membros

MARK THONE NUNES DA SILVA
REGINALDO PEREIRA RAMOS
VINICIUS MACHADO DOS SANTOS

IFB Campus Recanto das Emas

Presidente

GERMANO TEIXEIRA CRUZ

Membros

CLEI ROBERTO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
LUDIMILA DUQUE DE CASTRO
MELINA RIBEIRO SALGADO
ROSENIR MARTINS NUNES CHAVES

IFB Campus Riacho Fundo

Presidente

GERVÁSIO BARBOSA SOARES NETO

Membros

EDSON DE SOUZA CUNHA
MICKAELLY LOUZADA MATOS DA SILVA
SAMANTA GONCALVES EMERICK
CERQUEIRA

IFB Campus Samambaia

Presidente

PAULO HENRIQUE SILVA RIBEIRO

Membros

FERNANDO RODRIGUES DE CASTRO
MAYARA COELHO MORAES
MILCA DA SILVA LOURENÇO
SONIA CARVALHO LEME MOURA VERAS

IFB Campus São Sebastião

Presidente

ROBSON CALDAS DE OLIVEIRA

Membros

ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA
FRANCISCO DE ASSIS MARTINS LIMA
JEREMIAS RODRIGUES DA SILVA
LUCINEIDE FONTINELE RODRIGUES

IFB Campus Taguatinga

Presidente

LEONARDO MOREIRA LEODIDO

Membros

ELVANE CORREA DOS SANTOS
FABIANO CAVALCANTI FERNANDES

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACG - Avaliação dos Cursos de Graduação
ADDIE - Analysis, Design, Development, Implementation, Evaluation (Análise, Desenho, Desenvolvimento, Implementação, Avaliação)
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVALIES - Avaliação das Instituições de Ensino Superior
BACEN - Banco Central do Brasil
BSC - Balanced ScoreCard (Indicadores Balanceados de Desempenho)
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CA - Centro Acadêmico
CAIE - Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBMDF - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CD - Colégio de Dirigentes
CDRA - Coordenação de Registro Acadêmico
CEB - Câmara de Educação Básica
Censup - Censo da Educação Superior
CFT - Centro de Formação Tecnológica
CEFET - Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGD - Comitê de Governança Digital

CGPL - Coordenação-Geral de Planejamento
CGU - Controladoria-Geral da União
CIS - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNST - Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia
COET - Comissão de Ética
Codeplan - Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito
CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos
CONAES - Comissão Nacional de Educação Superior
Consed - Conselho Editorial
CS - Conselho Superior
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros)
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPAD - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
CPC - Conceitos Preliminares dos Cursos de Graduação

CPIN - Coordenação de Políticas Inclusivas
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS - Conselho Superior
CSTIC - Coordenação de Sistemas da Tecnologia da Informação e Comunicação
CVI - Cadeia de Valor Integrada
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
DEaD - Diretoria de Educação a Distância
DF - Distrito Federal
DICOM - Diretoria de Comunicação Social
DOU - Diário Oficial da União
DocentEPT - Docência para a Educação Profissional e Tecnológica
DRAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DREP - Diretoria de Ensino e Pesquisa
DREN - Diretoria de Engenharia
DRPE - Diretoria de Políticas Estudantis
DRPO - Diretoria de Planejamento de Orçamento
DTIC - Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
DW - Data Warehouse (Armazém de Dados)
EAD - Educação a Distância
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EJAII - Educação de Jovens, Adultos e Idosos
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ETF - Escolas Técnicas Federais
Fabin - Fábrica de Ideias Inovadoras
FCM - Fundação Cefet Minas
FCS - Fatores Críticos de Sucesso
FIC - Formação Inicial e Continuada
FINATEC - Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
GDF - Governo do Distrito Federal
ICT - Instituição Científica e Tecnológica
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES - Instituição de Ensino Superior
IF - Instituto Federal
IFB - Instituto Federal de Brasília
IGC - Índice Geral de Cursos
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
IPCA - Índice de Preços do Consumidor
ISO - International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização)
IVS - Índice de Vulnerabilidade Social
LAI - Lei de Acesso à Informação
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-Binário e mais
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
LOA - Lei Orçamentária Anual

MDO - Matriz de Distribuição Orçamentária
MEC - Ministério da Educação
MOOC - *Massive Open Online Course*(Curso Online Aberto e Massivo)
NAPNE - Núcleo de Apoio à Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NBR - Norma Brasileira
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NUGEDIS - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual
NR - Norma Regulamentadora
NDE - Núcleo Docente Estruturante
ODP - Organização Didático Pedagógica
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAE - Política de Assistência Estudantil
PAINT - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA
PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCD - Pessoa com Deficiência
PCR - Pessoa com Cadeira de Rodas
PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PDC - Política de Desenvolvimento de Coleções
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDIF - Plano Diretor de Infraestrutura
PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Pibid - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMR - Pessoa com Mobilidade Reduzida
PNDP - Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
PNE - Plano Nacional de Educação
PNP - Plataforma Nilo Peçanha
POSIC - Política de Segurança da Informação
PPC - Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPE - Planos de Permanência e Êxito
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PP - Plano de Providências
PPP - Projeto Político-Pedagógico
PRAD - Pró-Reitoria de Administração
PREN - Pró-Reitoria de Ensino
PREX - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PRGP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos
PROGRUPOS - Programa de Apoio Para Consolidação dos Grupos de Pesquisa do IFB
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PQVT - Programas de Qualidade de Vida no Trabalho
PRPI - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

QVT - Política de Qualidade de Vida no Trabalho

RA - Registros Acadêmicos

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RAINT - Relatório Anual de Auditoria Interna

RARPDI - Relatório de Avaliação dos Resultados do PDI

RET - Regulamento do Ensino Técnico

REMI - Regulamento do Ensino Médio Integrado

Revalide - Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas

RFEPECT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento Econômico

RIFB - Reit do Instituto Federal de Brasília

RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências

RA - Regiões Administrativas

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SGA - Sistema de Gestão Acadêmica

SIBIFB - Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília

SIC - Sistema de Informações ao Cidadão

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SPS - Sistema de Processo Seletivo

SiSU - Sistema de Seleção Unificada

SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação

SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública

SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças)

TED - Termos de Execução Descentralizada

TDIC - Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

TCU - Tribunal de Contas da União

UGI - Unidade de Gestão da Integridade

UGITAI - Unidade de Gestão da Integridade, Transparência e Acesso à Informação

UAB - Universidade Aberta do Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comissões Temáticas e as 10 Dimensões do SINAES.....	24
Figura 2 - Fluxo do processo de construção do planejamento estratégico.....	27
Figura 3 - Linha do tempo do IFB.....	37
Figura 4 - Agrupamento por renda.....	43
Figura 5 - Percentual de jovens que frequentam instituições de ensino agrupados por renda.....	43
Figura 6 - Matrículas de jovens em etapa educacional prevista para sua faixa etária....	44
Figura 7 - Nível de escolaridade dos jovens que não frequentam mais a escola.....	45
Figura 8 - Percentual de jovens que trabalham.....	45
Figura 9 - Inserção no mercado de trabalho: grupo de jovens de 15 a 19 anos.....	46
Figura 10 - Rendimento proveniente do trabalho.....	46
Figura 11 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no Distrito Federal.....	47
Figura 12 - Matrículas EJA no DF.....	48
Figura 13 - Esquema que aponta o uso pedagógico dos resultados das avaliações externas.....	61
Figura 14 - Percurso flexível e dinâmico entre as etapas da metodologia ADDIE.....	72
Figura 15 - Evolução da distribuição do corpo docente do IFB em função de sua titulação.....	127
Figura 16 - Evolução da distribuição do corpo docente do IFB em função do regime de trabalho.....	129
Figura 17 - Evolução do quadro docente do IFB entre os anos de 2010 e 2022.....	130
Figura 18 - Evolução da distribuição do quadro técnico do IFB em função de sua titulação.....	133
Figura 19 - Evolução do quadro técnico do IFB entre os anos de 2010 a 2022.....	134
Figura 20 - Organograma do IFB.....	147
Figura 21 - Emendas.....	223
Figura 22 - Cadeia de Valor Integrada.....	228
Figura 23 - Mapa estratégico do Instituto Federal de Brasília - PDI 2024/2030.....	234

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma do processo de construção do PDI 2024-2030.....	28
Quadro 2 - Identificação da instituição e de suas unidades administrativas.....	31
Quadro 3 - Dimensões da institucionalização e ações desenvolvidas pela Diretoria da EaD do IFB.....	74
Quadro 4 - Polo/Vagas Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica DocentEPT 2022.....	80
Quadro 5 - Oferta 2023 a 2027.....	81
Quadro 6 - Dados socioeconômicos de polos EaD / UAB.....	81
Quadro 7 — Número de estudantes atendidos pelo Programa Residência Pedagógica nos últimos 3 biênios.....	91
Quadro 8 — Número de estudantes atendidos pelo Programa PIBID nos últimos 3 biênios.....	92
Quadro 9 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Brasília.....	111
Quadro 10 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Ceilândia.....	113
Quadro 11 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Estrutural.....	115
Quadro 12 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Gama.....	117
Quadro 13 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Planaltina.....	118
Quadro 14 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Recanto das Emas	119
Quadro 15 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Riacho Fundo.....	120
Quadro 16 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Samambaia.....	121
Quadro 17 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus São Sebastião.....	123
Quadro 18 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Taguatinga.....	124
Quadro 19 - Quantitativo de docentes conforme Portaria MEC Nº 713, de 8 de setembro de 2021.....	131
Quadro 20 - Quantitativo de técnicos conforme a Portaria MEC Nº 713, de 8 de setembro de 2021.....	135
Quadro 21 - Organograma do IFB resumido.....	137
Quadro 22 - Comitês e Comissões do IFB incorporados ao organograma.....	146

Quadro 23 - Área total das unidades do IFB.....	151
Quadro 24 - Instalações físicas da Reitoria.....	152
Quadro 25 - Instalações físicas do IFB Campus Brasília.....	152
Quadro 26 - Instalações físicas do IFB Campus Ceilândia.....	153
Quadro 27 - Instalações físicas do IFB Campus Estrutural.....	153
Quadro 28 - Instalações físicas do IFB Campus Gama.....	154
Quadro 29 - Instalações físicas do IFB Campus Planaltina.....	154
Quadro 30 - Instalações físicas do IFB Campus Recanto das Emas.....	155
Quadro 31 - Instalações físicas do IFB Campus Riacho Fundo.....	156
Quadro 32 - Instalações físicas do IFB Campus Samambaia.....	156
Quadro 33 - Instalações físicas do IFB Campus São Sebastião.....	157
Quadro 34 - Instalações físicas do IFB Campus Taguatinga.....	157
Quadro 35 - Laboratórios do IFB Campus Brasília.....	158
Quadro 36 - Laboratórios do IFB Campus Ceilândia.....	160
Quadro 37 - Laboratórios do IFB Campus Estrutural.....	165
Quadro 38 - Laboratórios do IFB Campus Gama.....	170
Quadro 39 - Laboratórios do IFB Campus Planaltina.....	174
Quadro 40 - Laboratórios do IFB Campus Recanto das Emas.....	175
Quadro 41 - Laboratórios do IFB Campus Riacho Fundo.....	177
Quadro 42 - Laboratórios do IFB Campus Samambaia.....	180
Quadro 43 - Laboratórios do IFB Campus São Sebastião.....	185
Quadro 44 - Laboratórios do IFB Campus Taguatinga.....	196
Quadro 45 - Contato das bibliotecas.....	205
Quadro 46 - Espaço físico das bibliotecas.....	206
Quadro 47 - Acervo das bibliotecas.....	207
Quadro 48 - Acessibilidade nas bibliotecas.....	209
Quadro 49 - Equipamentos.....	210
Quadro 50 - Serviços.....	211
Quadro 51 - Quadro de servidores das bibliotecas.....	211

Quadro 52 - Data Center / Salas técnicas.....	212
Quadro 53 - Parque Tecnológico.....	212
Quadro 54 - Conectividade / Internet.....	213
Quadro 55 - Soluções Tecnológicas Comuns aos <i>campi</i> e Reitoria do IFB.....	214
Quadro 56 - Soluções Tecnológicas Específicas de cada Unidade.....	214
Quadro 57 - Recursos de Audiovisual.....	216
Quadro 58 - Evolução do orçamento: PLOA, LOA e Créditos Adicionais.....	221
Quadro 59 - Evolução do orçamento de RP 2: PLOA, LOA e Créditos Adicionais (exceto pessoal e emendas).....	222
Quadro 60 - Projeção orçamento LOA IFB.....	225
Quadro 61 - Projeção orçamento 2024-2030 <i>Campus</i>	225
Quadro 62 - Receita própria	226
Quadro 63 - Indicadores por objetivos estratégicos e perspectivas do Balanced Scorecard (BSC).....	235
Quadro 64 - Metas por perspectiva, objetivo estratégico e indicador.....	239
Quadro 65 - Alinhamento entre Objetivos Institucionais e os ODS.....	243
Quadro 66 - Critérios de classificação da Pontuação Global do Indicador.....	275
Quadro 67 - Cronograma de revisões.....	278

SUMÁRIO

1 PERFIL INSTITUCIONAL	31
1.1 IDENTIFICAÇÃO	31
1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	35
1.2.1 Linha do Tempo	37
1.3 MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	38
1.4 ATUAÇÃO ACADÊMICA	39
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	40
2.1. BREVE APRESENTAÇÃO DO PPI	40
2.2. INSERÇÃO REGIONAL	42
2.3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DAS AÇÕES DO IFB	49
2.4. POLÍTICAS ACADÊMICAS	52
2.4.1 Pressupostos Didático-Pedagógicos da Instituição	52
2.4.1.1 Políticas de Ensino	56
2.4.2 Extensão e Cultura	93
2.4.3 Pesquisa e a inovação	95
2.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL	98
2.6 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	98
2.7. CONCEPÇÕES COMPLEMENTARES	106
2.8. ELEMENTOS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS (PPP) DOS CAMPI	108
2.8.1 O mundo contemporâneo e as principais características do contexto econômico, social, jurídico e educacional	109
2.8.2 O processo pedagógico e seus elementos constitutivos: eixos tecnológicos, competências, objetivos, modalidades de ensino	109
2.8.3 Políticas do IFB articuladoras e fundamentadoras das atividades e cursos do campus	109
2.8.4 Estrutura organizacional e infraestrutura para atendimento aos cursos	110
2.8.5 Avaliação dos cursos	110
2.8.6 Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas da área geográfica do campus	110
2.8.7 Formas de acompanhamento e avaliação do PPP	110
3 CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS	111
4 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	126
4.1 COMPOSIÇÃO	126
4.1.1 Perfil do corpo docente	126

4.1.2 Perfil do corpo técnico-administrativo	132
5 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	136
5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO	136
5.2 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO	136
5.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS	138
5.3.1 Conselho Superior (CS)	138
5.3.1.1 Composição	139
5.3.1.2 Competências	140
5.3.2 Colégio de Dirigentes (CD)	141
5.3.2.1 Composição	141
5.3.2.2 Competências	142
5.3.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)	142
5.3.3.1 Composição	142
5.3.3.2 Competências	143
5.3.4 Comitê de Governança Digital	144
5.3.4.1 Composição	144
5.3.4.2 Competências	145
5.3.5 Apoio às atividades acadêmicas	145
5.4 ORGANOGRAMA DO IFB	146
6 INFRAESTRUTURA	151
6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES	151
6.1.1 Instalações	151
6.1.2 Laboratórios	158
6.1.3 Bibliotecas	205
6.1.3.1 Espaço Físico	206
6.1.3.2 Acervo Bibliográfico e Política de Expansão	207
6.1.3.3 Acessibilidade e Equipamentos	209
6.1.3.4 Recursos Humanos	211
6.2 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	212
6.2.1 Data Center / Salas técnicas	212
6.2.2 Parque tecnológico	212
6.2.3 Conectividade / Internet	213
6.2.4 Soluções Tecnológicas	214
6.2.5 Lista de Serviços de TIC	215
6.3 RECURSOS DE AUDIOVISUAL E AMBIENTES DE PRODUÇÃO	216
6.3.1 Ambientes de Produção Audiovisual	216
6.3.2 Recursos de Audiovisual	216

6.4 INFRAESTRUTURA DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS	218
6.5 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA	219
7 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	220
7.1 DEMONSTRAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	220
7.1.1 Estratégia de gestão econômico-financeira	220
7.1.2 Orçamento anual	221
7.1.3 Previsão orçamentária e cronograma de execução	224
7.1.4 Receita própria	226
8 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL	227
8.1 CADEIA DE VALOR INTEGRADA	227
8.2 MAPA ESTRATÉGICO	233
8.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E INDICADORES	235
8.4 METAS INSTITUCIONAIS	239
8.5 ALINHAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	243
8.6 PLANEJAMENTO ANUAL	244
9 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	245
9.1 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	245
9.2 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO	248
9.3 POLÍTICA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	249
9.4 POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - POSIC	250
9.5 POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL (CLASSIFICAÇÃO DE DADOS E NORMATIZAÇÃO)	251
9.6 POLÍTICA DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	252
9.7 POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL	253
10 PLANOS INSTITUCIONAIS	254
10.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	254
10.2 PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	255
10.3 PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA	256
10.4 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS	256
10.5 PLANO DE DADOS ABERTOS	258
10.6 PLANO DE INTEGRIDADE	259
10.7 PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA (PAINT)	260
10.8 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)	261
11 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	262

11.1 ATOS AUTORIZATIVOS	262
11.1.1 Recredenciamento Institucional	263
11.1.2 Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos	263
11.2 AVALIAÇÃO EXTERNA	264
11.2.1 Avaliação in loco	264
11.2.2 Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)	265
11.2.3 Censo da Educação Superior (Censup)	265
11.3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	266
11.3.1 Metodologia	266
11.3.2 Instrumentos externos	267
11.3.3 Instrumentos internos	267
11.3.4 Formas de participação da comunidade acadêmica	269
11.3.5 Formas de utilização dos resultados das avaliações	269
12 GESTÃO DE RISCOS	269
12.1 GESTÃO DE RISCOS DO PDI	271
12.2 GESTÃO DE RISCOS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	272
12.3 PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	272
13 PROCESSO DE MONITORAMENTO, CONTROLE E REVISÃO DO PDI	273
13.1 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PDI	273
13.2 PLANO DE PROVIDÊNCIAS	276
13.3 METODOLOGIA DE REVISÃO DO PDI	277
REFERÊNCIAS	280
ANEXOS	288
ANEXO I – FICHA TÉCNICA DOS INDICADORES	288

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a todos vocês o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para os próximos sete anos. Como reitora desta instituição, é uma honra apresentar nosso quarto PDI, que reflete o amadurecimento da instituição e o compromisso com a melhoria contínua do serviço prestado à sociedade.

O PDI é um documento estratégico que traz a nossa missão, visão, valores, políticas, planos, objetivos e metas que nos comprometeremos a alcançar para garantir uma trajetória de excelência com a educação pública, gratuita, inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada.

Este PDI foi cuidadosamente elaborado com base em uma ampla participação da comunidade, levando em consideração os desafios e oportunidades que se apresentam a nós. Agradeço à Diretoria de Planejamento e Orçamento, por meio da Coordenação-Geral de Planejamento, que foi a responsável pela elaboração da metodologia e pela condução de todo o processo, juntamente com vários servidores/as e estudantes que participaram ativamente das comissões.

Neste PDI, reafirmamos nosso compromisso com a qualidade do ensino e a formação integral de nossos estudantes. Buscaremos aprimorar constantemente nossos currículos com inovações pedagógicas, além de fortalecer a educação voltada para o exercício pleno da cidadania, preparando nossos estudantes para enfrentar os desafios do mundo do trabalho e, por meio do seu trabalho, transformar realidades.

Um IFB verdadeiramente inclusivo é outro compromisso central do nosso PDI. Faremos esforços para aprimorar e fortalecer nossas políticas de inclusão, garantindo que todos os membros de nossa comunidade tenham igualdade de oportunidades e sejam valorizados em suas diferenças. Trabalharemos para criar um ambiente acolhedor, livre de qualquer forma de discriminação, onde a diversidade seja celebrada e respeitada.

Por fim, reconhecemos a importância de uma gestão eficiente e transparente. Neste PDI, estabelecemos metas claras e indicadores de desempenho que nos permitirão avaliar e monitorar constantemente nosso progresso, garantindo que estejamos sempre alinhados com nossa missão, visão e valores.

É com alegria que convido vocês a embarcar nessa jornada de transformação e desenvolvimento. O PDI é um compromisso coletivo. Juntos e juntas, vamos enfrentar os desafios, explorar novas oportunidades e construir um futuro promissor para nossa instituição e para todos aqueles que fazem parte dela.

Atenciosamente,
Luciana M. Massukado
Reitora do Instituto Federal de Brasília

METODOLOGIA

A metodologia para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2030 do Instituto Federal de Brasília (IFB), com vigência até dezembro de 2030, foi desenvolvida a partir da análise da metodologia utilizada na elaboração do PDI 2019/2023, da revisão da legislação pertinente, do levantamento bibliográfico relacionado ao processo de elaboração do PDI dos Institutos Federais (IFs), que compõem a Rede Federal, do estudo de outros PDI's, além da análise da literatura relacionada às melhores práticas de Planejamento Estratégico.

Um ponto de destaque para essa edição do PDI é que, diferentemente das edições anteriores, o Projeto Pedagógico Institucional - PPI foi revisado e construído em conjunto com o PDI, sendo o seu conteúdo incorporado em sua totalidade pelo novo documento. O principal objetivo dessa mudança foi atender à legislação ([Decreto Nº 9.235/2017](#)), simplificar o acesso da comunidade a esses dois instrumentos (de forma unificada) e, com isso, torná-los mais eficientes.

O processo de construção do PDI se deu de forma democrática e participativa, cuja condução ficou a cargo das comissões que foram compostas por membros representantes de cada grupo do IFB (gestores, docentes, técnicos e discentes). Foram constituídas 4 (quatro) tipos de comissões: 1 Comissão Central, 1 Comissão Técnica, 3 Comissões Temáticas e 10 Comissões Locais. Essas comissões trabalharam em conjunto e foram responsáveis pela promoção de debates junto à comunidade sobre cada tema abordado no documento. Cada comissão desempenhou o seguinte papel:

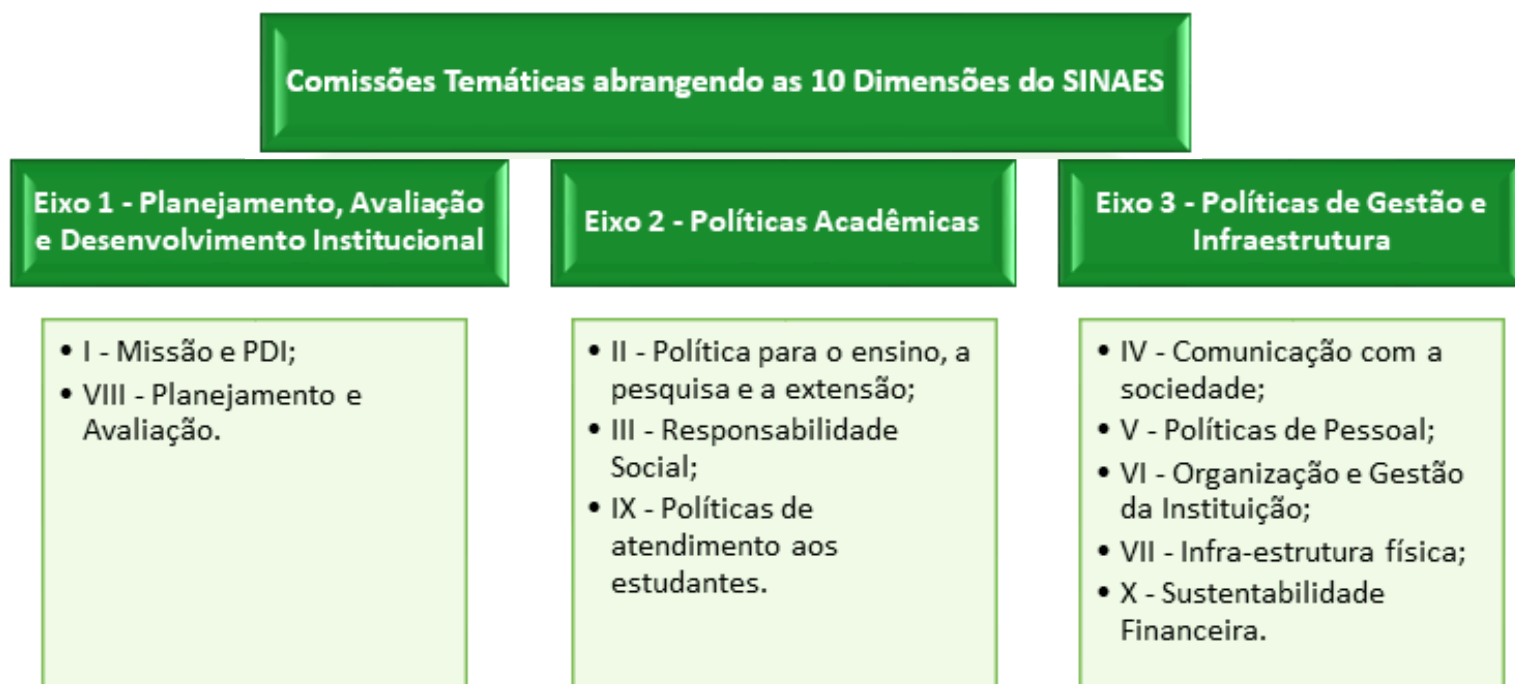
A Comissão Central assumiu o papel principal de coordenar o processo, dar o devido suporte às ações das comissões, articular e acompanhar as atividades das Comissões Temáticas e Locais, construir o Planejamento Estratégico do IFB para os próximos 7 (sete) anos em conjunto com a Comissão Temática do Eixo 1 e aprovar as contribuições apresentadas pelas comissões temáticas e locais.

A Comissão Técnica foi essencial para a atuação das Comissões Central, Temáticas e Locais, uma vez que disponibilizou as informações e ferramentas de trabalho necessárias para a execução das atividades e cumprimento do cronograma estabelecido. A comissão técnica também avaliou, em primeira instância, as contribuições recebidas em parceria com a área estratégica responsável pela temática e realizou a compilação das informações no documento PDI.

As Comissões Temáticas e Locais, por sua vez, foram responsáveis por conduzir os debates sobre os diversos temas do PDI junto à comunidade e apresentar proposta da minuta de cada seção do documento, de acordo com a respectiva temática e atribuições definidas na [metodologia](#).

Ainda em relação às comissões, cabe destacar que as Comissões Temáticas foram estruturadas com base nos 5 eixos temáticos que englobam as 10 dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, que são consideradas no processo de avaliação institucional, conforme estabelece a [Lei nº 10.861/2004](#).

Figura 1 - Comissões Temáticas e as 10 Dimensões do SINAES



Para auxiliar a comunicação entre as comissões e agilizar o andamento das atividades, foram utilizados diversos instrumentos tecnológicos (Guias de orientação aos trabalhos das comissões, formulários eletrônicos, e-mails institucionais, portal do IFB, redes sociais, além de diversas reuniões via Google Meet). Por meio da comunicação oficial da instituição, as comissões deram ampla publicidade às suas ações, disponibilizando agendas e cronogramas de atividades, bem como o andamento das etapas e dos resultados dos trabalhos realizados, que foram divulgados tempestivamente no [espaço do PDI](#).

Em todo o processo, a equipe gestora, os servidores, os estudantes e a comunidade estiveram comprometidos e atuantes, seja por meio das ações desenvolvidas pelas Comissões Temáticas e pelas Comissões Locais, seja na disponibilização das informações necessárias para consolidação das propostas.

Nesse ponto, cabe destacar as inúmeras contribuições recebidas via formulário eletrônico, as quais foram analisadas individualmente por cada comissão temática, culminando na formulação de um documento denominado "Devolutiva das

Contribuições”, que apresenta cada contribuição recebida e a devolutiva dada por cada eixo. Esse documento está divulgado na página do IFB no [espaço do PDI](#).

I. Diagnóstico

Para subsidiar o trabalho das comissões e, principalmente, para conhecer a percepção da comunidade sobre o atual e futuro cenários da instituição foi aplicado, no período de 21/09 a 31/10/2022, um formulário eletrônico pela Comissão Técnica. Esse período englobou a semana do ConectaIF 2022 - evento institucional, anual e gratuito, organizado pelo IFB, que reúne trabalhos nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação apresentados para a comunidade - e contou com um estande do PDI para divulgar o processo e convidar a comunidade acadêmica a colaborar na construção da Matriz [SWOT](#) - ferramenta utilizada para analisar os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças de um negócio. Nesta consulta, foi possível contar com a participação de 230 membros da comunidade que opinaram sobre o que eles identificam como forças, oportunidades, fraquezas e ameaças relacionadas ao IFB.

As contribuições coletadas via formulário eletrônico foram consolidadas e utilizadas em uma oficina realizada com os membros da Comissão Temática do Eixo 1 e da Comissão Central com o objetivo de realizar a pontuação da Matriz SWOT. O resultado dessa pontuação foi pauta de várias reuniões primeiramente com os membros da Comissão Temática do Eixo 1 e depois em conjunto com os membros da Comissão Central para definir os objetivos estratégicos, indicadores e metas do IFB para os próximos 7 anos.

II. Avaliação Parcial dos Resultados do PDI 2019-2023

O Relatório de Avaliação dos Resultados do PDI 2019-2023 foi elaborado como parte do processo de construção deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Seu objetivo é fazer uma avaliação objetiva e concisa da execução do PDI 2019-2023, utilizando os 40 indicadores que o compõem.

O processo de avaliação do PDI 2019-2023 é crucial para diagnosticar o planejamento estratégico da instituição durante todo o seu período de vigência sendo importante insumo para o processo contínuo de melhoria e aperfeiçoamento dos processos gerenciais do IFB. O diagnóstico das forças e fraquezas identificadas e mapeadas através de seus indicadores de gestão é fundamental para esse processo.

O relatório completo detalhando a abordagem metodológica, bem como os resultados alcançados com a aplicação da metodologia proposta, pode ser acessado [aqui](#).

III. Processo de Construção do Planejamento Estratégico

Como parte do processo de construção do PDI, a elaboração do Planejamento Estratégico inicia-se com o diagnóstico das necessidades da instituição, sendo necessário o emprego de metodologias que identifiquem o cenário atual da instituição e que auxiliem na definição dos objetivos estratégicos, dos indicadores e das metas que se deseja alcançar no período de 2024 a 2030.

Etapas importantes para a construção do Planejamento Estratégico do IFB:

- Aplicação do formulário da Matriz SWOT;
- Oficina para realizar a pontuação da Matriz SWOT;
- Revisão da Missão, Visão e Valores;
- Construção da cadeia de valor do IFB;
- Avaliação parcial dos resultados do PDI 2019/2023;
- Definição das perspectivas, objetivos estratégicos, indicadores e suas metas.

Detalhamento das etapas e ferramentas utilizadas:

- *Matriz SWOT*: as contribuições coletadas via formulário eletrônico que explicitaram a percepção da comunidade acerca dos pontos fortes e fracos da instituição, bem como as oportunidades e ameaças, às quais o IFB está sujeito, foram consolidadas e utilizadas em uma oficina realizada com os membros da Comissão Temática do Eixo 1 e da Comissão Central com o objetivo de realizar a pontuação da matriz. O resultado dessa pontuação foi pauta de várias reuniões primeiramente com os membros da comissão temática do eixo 1 e depois em conjunto com os membros da comissão central para definir os objetivos estratégicos, indicadores e metas do IFB para os próximos 7 anos.
- *Missão, Visão e Valores*: foi aplicado um formulário para coletar sugestões de revisão da Missão, Visão e Valores aos membros da Comissão Temática do Eixo 1 e da Comissão Central. As sugestões coletadas foram trabalhadas pelos membros do eixo 1 e culminaram em três propostas de missão, visão e os valores mais votados. Essas propostas foram apresentadas à Comissão Central, que as avaliou e escolheu uma das opções de missão e visão após debate e a realização de alguns ajustes. Os valores também foram definidos a partir dos mais votados.
- *Cadeia de valor do IFB*: foi construída sob a orientação da consultora Nicir Chaves, do projeto Transforma Gov do Ministério da Economia-ME, com a realização de oficina, aplicação de formulário, consolidação das informações coletadas e validação da comissão central.

- *Avaliação dos resultados do PDI 2019-2023*: a CGPL elaborou um relatório de avaliação parcial dos resultados do PDI 2019-2023, o qual contemplou o período de 2019 a 2021, com o objetivo de subsidiar as comissões no diagnóstico da instituição. Esse relatório foi apresentado à Comissão Temática do Eixo 1 e à Comissão Central, e também está disponível no espaço do PDI na página do IFB.
- *Balanced ScoreCard - BSC*: uma metodologia que, em português, significa *Indicadores Balanceados de Desempenho*, que subsidiou a construção do planejamento estratégico da instituição.

IV. Fluxo do Processo de Construção do Planejamento Estratégico

Na perspectiva de consolidar uma gestão estratégica no IFB, buscando o aprimoramento da qualidade das atividades desenvolvidas e a participação de toda a comunidade na construção do PDI, foi apresentado o fluxo de elaboração do Planejamento Estratégico do IFB, parte que compõe o PDI. A dinâmica do processo está representada na figura a seguir:

Figura 2 - Fluxo do processo de construção do planejamento estratégico



V. Cronograma de Construção do PDI 2024-2030

Para orientar as atividades a serem realizadas durante o processo de construção do PDI, a Comissão Técnica elaborou um cronograma, o qual foi aprovado pela Comissão Central. No andamento do processo, fez-se necessário realizar alguns ajustes nas datas inicialmente definidas, resultando assim, em 4 versões de cronograma. A seguir a última versão.

Quadro 1 - Cronograma do processo de construção do PDI 2024-2030

Etapa	Descrição	Responsável	Data/Período
1	Apresentar a metodologia na reunião de gestores.	CGPL/DRPO	15/08/2022
2	Apresentar a metodologia ao Colégio de Dirigentes.	CGPL/DRPO	08/09/2022
3	Constituir a Comissão Técnica e a Comissão Central.	CGPL-CHGB	09 a 16/09/2022
4	Promover um evento (live na TV IFB no Youtube) para formalizar o início dos trabalhos e convidar a comunidade para participar do processo.	Comissão Central Comissão Técnica	21/09/2022
5	Divulgar a aplicação do formulário da Matriz SWOT.	Comissão Técnica	21/09 a 31/10/2022
6	Período de Inscrição para compor as Comissões Temáticas e Locais.	Comissão Central Comissão Técnica	09/09 a 02/10/2022
7	Período para formalizar a constituição das Comissões Temáticas por meio de portaria.	Comissão Central Comissão Técnica	03 a 06/10/2022
8	Período para formalizar a constituição das Comissões Locais por meio de portaria.	Comissão Central Comissão Técnica	03 a 10/10/2022
9	Capacitar as Comissões Temáticas e Locais.	Comissão Técnica	10 a 14/10/2022
10	Analisar e consolidar os dados da Matriz SWOT.	Comissão Técnica	01 a 04/11/2022
11	Realizar oficina sobre análise SWOT com as comissões, especialmente a Comissão Central e a Comissão	Comissão Técnica Comissão Central Comissão	17/11/2022

Etapa	Descrição	Responsável	Data/Período
	Temática do eixo 1.	Temática Eixo 1	
12	Apresentar a avaliação dos resultados do PDI vigente aos dirigentes.	Comissão Técnica	08/12/2022
13	Revisar a Missão, Visão e Valores do IFB.	Comissão Técnica Comissão Central Comissão Temática Eixo 1	26/10/2022 a 12/01/2023
14	Período de visitas das comissões temáticas às unidades do IFB.	Comissões Temáticas	31/10 a 02/12/2022
15	Período de coleta das contribuições junto à comunidade do IFB por meio de formulários eletrônicos.	Comissões Temáticas e Locais	31/10 a 23/12/2022
16	Bloco 1: concluir a construção do Planejamento Estratégico do IFB: Perspectivas, Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas.	Comissão Técnica Comissão Central CT - Eixo 1	05/10/2022 a 24/03/2023
17	Bloco 2: construir a parte textual das seções do PDI.	Comissões Temáticas e Locais	31/10/2022 a 17/03/2023
18	Bloco 3: revisar o planejamento da oferta de cursos de cada <i>campus</i> e sua infraestrutura.	Comissões Locais	31/10/2022 a 24/02/2023
19	Avaliar e compilar a revisão do Bloco 3 no documento PDI: planejamento da oferta de cursos e infraestrutura.	Comissão Técnica	27/02 a 10/03/2023
20	Avaliar e compilar as contribuições dos Blocos 1 e 2 no documento PDI.	Comissão Técnica	20/03 a 31/03/2023
21	Avaliação prévia da proposta do PDI 2024/2030.	Comissão Central	03 a 11/04/2023

Etapa	Descrição	Responsável	Data/Período
22	Realizar os ajustes sugeridos pela Comissão Central, caso existam.	Comissão Técnica	12 a 14/04/2023
23	Consulta pública da proposta do PDI 2024/2030.	Comissão Central	17/04 a 01/05/2023
24	Avaliar as contribuições recebidas via Consulta Pública.	Comissão Técnica e Central	02 a 19/05/2023
25	Publicar devolutiva das contribuições recebidas via Consulta Pública.	Comissão Central	22/05/2023
26	Realizar os ajustes no PDI ref. às contribuições recebidas via Consulta Pública, caso necessário.	Comissão Técnica	22 a 23/05/2023
27	Validação da proposta final do PDI.	Comissão Central	24 a 29/05/2023
28	Realizar os ajustes finais, caso necessário.	Comissão Técnica	30 a 31/05/2023
29	Enviar proposta do PDI 2024/2030 para deliberação do Conselho Superior.	Comissão Central	Até 02/06/2023
30	Deliberação do Conselho Superior.	CS	20/06/2023
31	Realizar ajustes demandados pelo CS, caso necessário.	Comissão Técnica	Até 07/07/2023
32	Publicar o novo PDI 2024/2030 no site do IFB.	Comissão Central	Até 31/07/2023

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Identificação da instituição e de suas unidades administrativas

Quadro 2 - Identificação da instituição e de suas unidades administrativas

CNPJ	Razão social	Mantenedora	Lei de criação	Portaria de Autorização	Data de abertura	Endereço	Sítio
10.791.831/0001-82	Instituto Federal de Brasília	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	-	29/12/2008	Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco E, Asa Sul, Brasília/DF CEP 70.070-906	ifb.edu.br
10.791.831/0005-06	IFB Campus Brasília	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	Portaria nº 4/2009	06/01/2009	SGAN 610, módulos D, E, F e G, Asa Norte, Brasília/DF CEP 70.830-450	ifb.edu.br/brasil

CNPJ	Razão social	Mantenedora	Lei de criação	Portaria de Autorização	Data de abertura	Endereço	Sítio
10.791.831/0010-73	IFB Campus Ceilândia	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	Portaria nº 993/2013	07/10/2013	QNN 26, área especial, Ceilândia/DF CEP 72.220-260	ifb.edu.br/campus-ceilandia
10.791.831/0011-54	IFB Campus Estrutural	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	Portaria nº 993/2013	07/10/2013	SCIA, Quadra 16, Área Especial nº 01, Cidade do Automóvel, Estrutural/DF CEP 71.250-000	ifb.edu.br/campus-estrutural
10.791.831/0003-44	IFB Campus Gama	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	Portaria nº 4/2009	06/01/2009	Rod. DF-480, Lote 01, Setor de Múltiplas Atividades, Gama/DF CEP 72.429-005	ifb.edu.br/gama

CNPJ	Razão social	Mantenedora	Lei de criação	Portaria de Autorização	Data de abertura	Endereço	Sítio
10.791.831/0002-63	IFB Campus Planaltina	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	Portaria nº 4/2009	06/01/2009	Rod. DF-128, Km 21, Zona Rural de Planaltina, Planaltina/DF CEP 73.380-900	ifb.edu.br/planaltina
10.791.831/0007-78	IFB Campus Recanto das Emas	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	Portaria nº 330/2013 (Criação do IFB Campus Taguatinga Centro) Portaria nº 496/2018 (Alteração da denominação para IFB Campus Recanto das Emas)	23/04/2013 (IFB Campus Taguatinga Centro) 25/05/2018 (Alteração para IFB Campus Recanto das Emas)	Avenida Monjolo, Chácara 22, Q. 300, Núcleo Rural Monjolo. Recanto das Emas/DF CEP 72.620-100	ifb.edu.br/recantodasemas
10.791.831/0009-30	IFB Campus Riacho Fundo	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	Portaria nº 330/2013	23/04/2013	Avenida Cedro, AE 15, QS 16, Riacho Fundo I/DF CEP 71.826-006	ifb.edu.br/riachofundo

CNPJ	Razão social	Mantenedora	Lei de criação	Portaria de Autorização	Data de abertura	Endereço	Sítio
10.791.831/0006-97	IFB Campus Samambaia	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	Portaria nº 4/2009	06/01/2009	Rod. DF-460, Complexo Boca da Mata, Lote 01, Samambaia/DF CEP 72.304-300	ifb.edu.br/samambaia
10.791.831/0008-59	IFB Campus São Sebastião	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	Portaria nº 330/2013	23/04/2013	Quadra 2, Área Especial s/n, Bairro São Bartolomeu, São Sebastião/DF CEP 71.697-040	ifb.edu.br/saosebastiao
10.791.831/0004-25	IFB Campus Taguatinga	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	Portaria nº 4/2009	06/01/2009	QNM 40, Área Especial n.º 01, Taguatinga/DF CEP 72.146-000	ifb.edu.br/taguatinga

1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

I. Quem Somos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) é a casa que acolhe todos que procuram qualificação profissional e tecnológica no Distrito Federal (DF). É nessa instituição, com seus 10 *campi* e a reitoria, que o ensino profissional da unidade da federação, carinhosamente denominada de “quadrado”, encontra embasamento para ser uma ferramenta estruturante para o exercício da cidadania, para o desenvolvimento da ciência e para o fomento à cultura e ao trabalho, conforme cita a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - [Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#).

Inserindo-se na história de Brasília em 2008, o IFB segue os caminhos dos “eixinhos” e das “tesourinhas” tão características para a população formada por gente de vários cantos do país e — por que não dizer também — do mundo. Diante de uma diversidade tão forte, o IFB ajusta seus cursos em eixos tecnológicos e observa a vocação econômica das regiões que atende, por meio de eixos como: ambiente, saúde e segurança; controle de processos industriais; gestão e negócios; hospitalidade e lazer; informação e comunicação; infraestrutura; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; linguagens, seus códigos e suas tecnologias; ciências humanas; matemática e ciências da natureza.

Como o eixo monumental que serve de esqueleto para o belo avião que modela a cidade, o Instituto Federal de Brasília estrutura-se em suas unidades educacionais das regiões administrativas, para se dedicar ao ensino, à pesquisa e à extensão, disponibilizando, como forma de ingresso para os alunos de nível médio, subsequente e formação inicial e continuada, o sorteio para vagas, para que todos tenham chances iguais. Para o nível superior, o IFB usa o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e a nota do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

No balão que une qualidade de vida e economia criativa, na abundância do verde em pleno cerrado brasileiro e assim como os azulejos de Athos Bulcão — marca que leva a imagem de Brasília para os olhares externos — o IFB vem deixando sua marca na comunidade brasiliense, uma vez que a instituição se insere em um projeto de desenvolvimento nacional, na medida em que trabalhadores qualificados e éticos, conscientes de seus deveres e direitos, são elementos fundamentais para que o país possa se desenvolver com inclusão e justiça social.

E com o perdão à licença poética, cita-se o poeta Renato Russo, na música *Faroeste Caboclo*, que diz “estou indo pra Brasília, neste país lugar melhor não há” para exemplificar a mistura riquíssima que forma a comunidade acadêmica, com seus

professores, técnicos administrativos e educacionais, colaboradores e nossos discentes que vêm de muitos lugares do país e que aqui encontram uma outra casa.

II. *Campi* do IFB

Os *campi* do Instituto Federal de Brasília formam o coração da Educação Profissional Pública no “quadrado” mais famoso do Brasil. Espalhados em dez regiões administrativas do Distrito Federal, os *campi* Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião e Taguatinga recebem, todos os anos, vidas e sonhos dos corações de seus estudantes.

Nessas unidades, percebe-se a vida pulsando e transformando-se no dia a dia acadêmico; é onde se enxerga, de mais perto, a colcha de retalhos de aspirações profissionais e pessoais intimamente ligadas por grossos fios de esperança que emergem nas salas de aulas, nos pátios, nos laboratórios e naquelas conversas de “pé de ouvido” que se fazem, às vezes de forma mais incisiva, para ver o crescimento do outro, do futuro profissional.

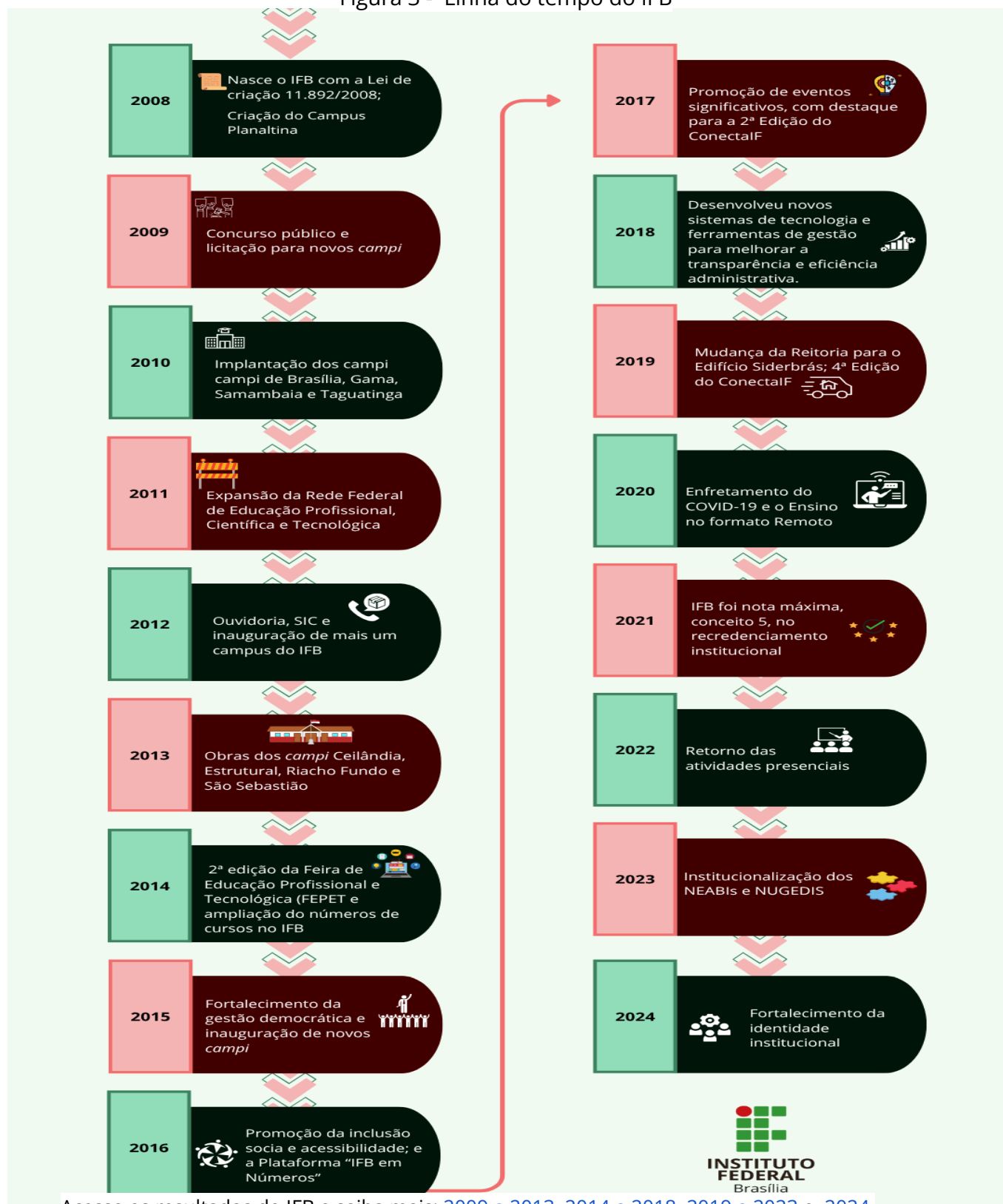
É nos *campi* do IFB que se observam, mais intimamente ao longo da estadia nos variados cursos e modalidades ofertadas, a direção e o sentido dos caminhos que os estudantes vão delineando aos poucos em suas vidas. Os laços nutridos entre professores, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, coordenadores e gestores administrativos vão ajudar no formato que o discente quer percorrer rumo às realizações profissionais e pessoais.

As teorias, os conteúdos e as técnicas, aprendidas por meio de professores especializados e qualificados, com toques de ardor e persistência dos que buscam uma qualificação para o mundo do trabalho e para o crescimento pessoal, fazem dos *campi* do IFB um lugar de realizações e de perspectivas para novos desejos e de novas portas a serem abertas para subir os degraus da vida.

Conheça [aqui](#) a história de cada *campus* do IFB.

1.2.1 Linha do Tempo

Figura 3 - Linha do tempo do IFB



Acesse os resultados do IFB e saiba mais: [2009 a 2013](#), [2014 a 2018](#), [2019 a 2023](#) e [2024](#).

1.3 MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

I. Missão

Transformar vidas por meio da Educação Profissional e Tecnológica, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral, a sustentabilidade, a inclusão e o respeito aos direitos humanos.

II. Visão

Ser referência como uma instituição inclusiva e inovadora em práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, pautada nos valores do IFB e nas demandas da sociedade.

III. Valores

- Ética, integridade e transparência;
- Gestão democrática e participativa;
- Inclusão;
- Inovação;
- Respeito e equidade;
- Sustentabilidade; e
- Vocação Pública.

IV. Objetivos Institucionais

Os objetivos do IFB estão em conformidade com a [Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), e, de acordo com seu Estatuto, são os que seguem:

1. Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
2. Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
3. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
4. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
5. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho, renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento

- socioeconômico local e regional;
6. Estimular, fomentar e realizar a pesquisa científica, visando à consolidação de cursos de pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;
 7. Ministrando cursos, em nível de educação superior; e
 8. Ofertar cursos em nível de pós-graduação.

1.4 ATUAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto Federal de Brasília é uma instituição pública integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com ação pluricurricular e multicampi, atuando no desenvolvimento de programas de ensino, nos níveis básicos, por meio da oferta de cursos de nível médio integrado e subsequente, de nível superior, por meio dos cursos de graduação de tecnologia, licenciatura e bacharelado, e, no nível de pós-graduação, com cursos de especialização e mestrado. Atua ainda no campo da pesquisa, desenvolvimento, inovação, extensão e cultura, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento.

Por meio da formação e qualificação de profissionais da pesquisa e da extensão, contribui para o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em articulação com os setores produtivos da sociedade local e regional. Promove a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, na perspectiva do desenvolvimento sustentável do DF e da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Centro-Oeste - RIDE - do Brasil.

Em sua atuação consolidada no campo da formação profissional, distribuídos em suas 10 unidades, o IFB oferece cursos nas modalidades presencial e a distância, enquadrados nos seguintes eixos tecnológicos: ambiente e saúde; controle de processos industriais; desenvolvimento social e educacional; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; turismo, hospitalidade e lazer; recursos naturais.

Em consonância com a legislação e com as demandas sociais, o IFB atua ainda na formação de profissionais nas áreas de linguagens, códigos, matemática, ciências humanas e da natureza e suas tecnologias. Adicionalmente, o IFB também possui chancela para Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), o qual representa o conhecimento adquirido, inclusive, em processos formais e não formais de aprendizagem na trajetória de vida do trabalhador, conforme preconiza o art. 41 da LDB. Essa possibilidade permite acelerar o processo formativo do sujeito para atender as demandas do setor produtivo.

Nessa esteira, importa referir também o papel social do IFB por meio do reconhecimento do trabalho como princípio educativo em que a práxis pode transformar a natureza e a sociedade para produzir condições existenciais humanas

para integrar trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral como facilitadores da emancipação social do sujeito e a sua efetiva inserção no mundo do trabalho.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1. BREVE APRESENTAÇÃO DO PPI

Oliveira (2011) compreende o Projeto Político Institucional como um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que define diretrizes para as práticas acadêmicas e administrativas das Instituições de Ensino. Considera também, em diálogo com Goergen (2000), que o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um compromisso da Instituição com a sociedade local, regional e nacional. Sendo assim, a identidade institucional é definida no PPI, o que permite o funcionamento orgânico da Instituição (GOERGEN, 2000). Dessa forma, o tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como os projetos políticos pedagógicos dos *campi* são delineados pela identidade institucional aqui apresentada.

A identidade institucional do Instituto Federal de Brasília (IFB) é indissociável dos princípios e das concepções que regem a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criada pela [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#).

Os Institutos Federais (IFs), criados em 2008, foram considerados um modelo inovador de instituição de educação profissional e tecnológica. Os IFs foram estruturados a partir dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), das Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Vinculadas às Universidades Federais. O foco dos Institutos Federais está voltado para a justiça social, a equidade, o desenvolvimento socioeconômico e a geração de novas tecnologias.

Os Institutos Federais atuam em todos os níveis e modalidades da educação profissional, comprometidos com o desenvolvimento integral do(a) cidadão(ã) trabalhador(a). De acordo com a Lei nº 11.892/08, os IFs contribuem com a Rede Federal na oferta de cursos de qualificação (FIC); cursos técnicos, em sua maioria na forma integrada com o ensino médio; de licenciaturas, de bacharelados e de graduações tecnológicas, sendo possível, também, disponibilizar especializações, mestrados e doutorados profissionais voltados, principalmente, para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica. Há que se destacar aqui a inovação desse arranjo educacional no que se refere ao ensino médio, ofertado nos IFs por meio de uma sólida formação geral (línguas, matemática, ciências naturais, ciências humanas) integrada à educação profissional.

O primeiro PPI do Instituto Federal de Brasília (IFB) foi elaborado em 2012 com base nas políticas para a Educação Profissional e Tecnológica à época e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que diz que a oferta da educação profissional caracteriza-se como uma modalidade articulada com as diferentes formas de educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia para conduzir o cidadão trabalhador ao “permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996).

Para a LDB e para a [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), que cria os Institutos Federais (IF), os cursos técnicos devem estar em consonância com os diversos setores da economia e da sociedade, de maneira a oferecer mecanismos de educação continuada, sem perder de vista a formação cultural, profissional, política e ética dos cidadãos, enquanto trabalhadores produtivos e agentes na construção da equidade social. Para tanto, as políticas públicas foram criadas a fim de oferecer educação profissional e tecnológica, pública, gratuita, democrática e de qualidade à sociedade.

Em 2016, foi diagnosticado que o PPI poderia estar mais bem articulado com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que se encontrava em revisão para o período de 2014 a 2018. Como o PPI integra o PDI das instituições, conforme [Decreto 5.773/06](#), percebeu-se a necessidade de adequação de alguns dos elementos do PPI para melhor subsidiar a concretização das metas e das ações previstas no PDI. Corroborando esse entendimento, com a expansão do IFB, hoje, constituído por dez *campi*, percebeu-se a imanente demanda de se revisar o PPI, documento de referência político e filosófico, norteador das ações globais do IFB, a fim de que a Instituição cumpra ainda mais sua função social.

Em 2022, foi deflagrada a construção no novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que vigorará de 2024 a 2030, bem como a revisão do PPI. A inovação no processo deu-se pela possibilidade de o PDI e o PPI serem elaborados *pari passu* por comissões com representação de servidores e servidoras que se organizaram em 3 eixos: Eixo 1: Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional; Eixo 2: Políticas Acadêmicas e; Eixo 3: Políticas de Gestão e Infraestrutura. Ademais, pela primeira vez, o PPI, na íntegra, faz parte do PDI em uma seção específica. Uma primeira proposta do documento, construída pelos(as) integrantes do Eixo 2, foi colocada em consulta pública, o que permitiu o aprimoramento do PPI com propostas vindas da comunidade acadêmica.

2.2. INSERÇÃO REGIONAL

O IFB está localizado no Distrito Federal (DF), constituído por um território autônomo de 5.802 km², dividido em 33 Regiões Administrativas (RA): Águas Claras, Arniqueira, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Fercal, Gama, Guará, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Park Way, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, SCIA/Estrutural, SIA, Sobradinho, Sobradinho II, Sol Nascente e Pôr do Sol, Sudoeste/Octogonal, Taguatinga, Varjão e Vicente Pires, sendo Brasília a sede do governo do DF. De acordo com a Codeplan (2021), o Distrito Federal conta com 3.010.881 moradores.

Os 10 *campi* do IFB estão inseridos nas seguintes Regiões Administrativas: Brasília, constituída pelo Plano Piloto - Asas Norte e Sul -, somando 14,3 quilômetros de extensão; Gama, distante, aproximadamente, 30 km do Plano Piloto, com 377,60 km²; Taguatinga, com área de 121,34 km²; Planaltina, atualmente, com área de 1.537,16 km², divididas em duas áreas, a antiga e a nova, chamada de Vila Buritis; Ceilândia, distante 24 km do Plano Piloto, com uma área de 232 km²; Samambaia, distante 28 km do Plano Piloto e com 106 km² de área, distribuídas em setores que vão desde o de Mansões Leste até a Vila Roriz, onde estão as construções mais populares; São Sebastião, que dista 30 km da Rodoviária do Plano Piloto, e possui uma área de 383,18 km²; e Riacho Fundo, localizada a 18 km da Rodoviária do Plano Piloto, com 54,53 km². A RA da Estrutural é parte do SCIA e fica a 10 km do Plano Piloto. A RA do Recanto das Emas, *campus* mais recente do IFB, tem área territorial de 101,48 km².

Considerando o foco do IFB voltado para a justiça social, a equidade, o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão, cabe trazer aqui o retrato social da população jovem no DF no que se refere à educação, ao trabalho e à renda. Os dados apresentados constam em documento de outubro de 2020 e são os mais atualizados disponibilizados no sítio eletrônico da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan)¹. O estudo intitulado Retrato Social da População Jovem no DF é fruto da análise de dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2018. O estudo considera como população jovem as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei Federal no 12.852/2013).

Os resultados são apresentados por agrupamentos de Regiões Administrativas (RA), conforme a renda média de cada RA:

¹ CODEPLAN. Retratos sociais 2018. População jovem no DF: educação, trabalho e renda. Disponível em: [Link](#). Consultado em 28 de março de 2023.

Figura 4 - Agrupamento por renda

GRUPO DE RENDA ALTA <i>Renda domiciliar média de</i> R\$ 15.622,00	Plano Piloto · Jardim Botânico · Lago Norte · Lago Sul · Park Way · Sudoeste/Octogonal
GRUPO DE RENDA MÉDIA-ALTA <i>Renda domiciliar média de</i> R\$ 7.266,00	Águas Claras · Candangolândia · Cruzeiro · Gama · Guarã · Núcleo Bandeirante · Sobradinho · Sobradinho II · Taguatinga · Vicente Pires
GRUPO DE RENDA MÉDIA-BAIXA <i>Renda domiciliar média de</i> R\$ 3.101,00	Brazlândia · Ceilândia · Planaltina · Riacho Fundo · Riacho Fundo II · SIA · Samambaia · Santa Maria · São Sebastião
GRUPO DE RENDA BAIXA <i>Renda domiciliar média de</i> R\$ 2.472,00	Fercal · Itapoã · Paranoá · Recanto das Emas · SCIA-Estrutural · Varjão

Fonte: Codeplan (2020)

Como principais resultados referentes à escolaridade, o estudo apontou que jovens entre 15 e 29 anos 40% frequentam a escola ou a universidade. A Figura 5 detalha as faixas etárias por renda.

Figura 5 - Percentual de jovens que frequentam instituições de ensino agrupados por renda



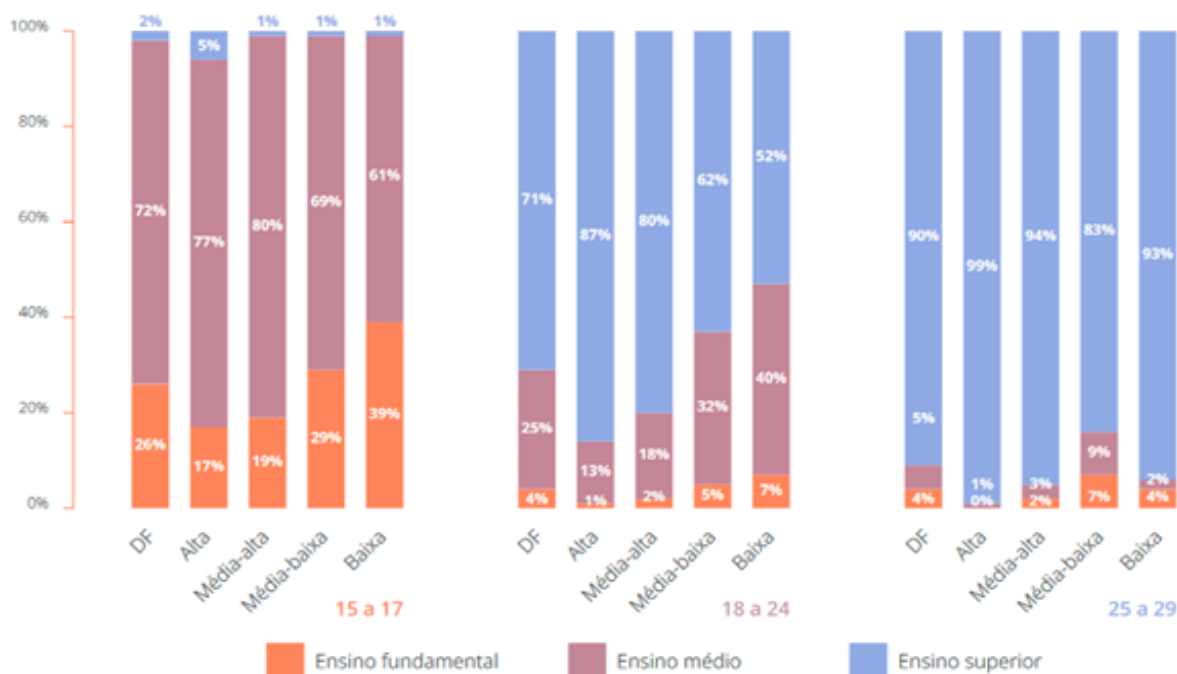
Fonte: Codeplan (2020)

- Jovens entre 15 e 17 anos: 91% participam da vida escolar, com pequena variação entre grupos de Ras conforme a renda.
- Jovens entre 18 e 24 anos: 37% frequentam escola ou universidade. Essa proporção é menor nas RAs de baixa renda: apenas 28% dos jovens nessa faixa etária frequentam escola ou universidade.
- Jovens entre 25 e 29 anos: 13% estão matriculados em alguma atividade de ensino, com variação entre 22% nas RAs de renda alta a 8% entre aqueles que vivem em RAs de baixa renda.

Especificamente sobre matrículas de jovens em etapa educacional prevista para sua faixa etária, constata-se que 70% dos jovens entre 15 a 17 anos e 18 a 24 anos cursam a etapa educacional prevista.

A distorção idade-série é maior entre os jovens residentes nas RAs do grupo de baixa renda: 39% dos jovens de 15 a 17 anos e 40% dos jovens de 18 a 24 anos do grupo de RAs de renda baixa ainda frequentam os ensinos fundamental e médio, respectivamente. Entre os jovens residentes nas RAs de renda alta, essa proporção é de 17% e 13%, respectivamente.

Figura 6 - Matrículas de jovens em etapa educacional prevista para sua faixa etária

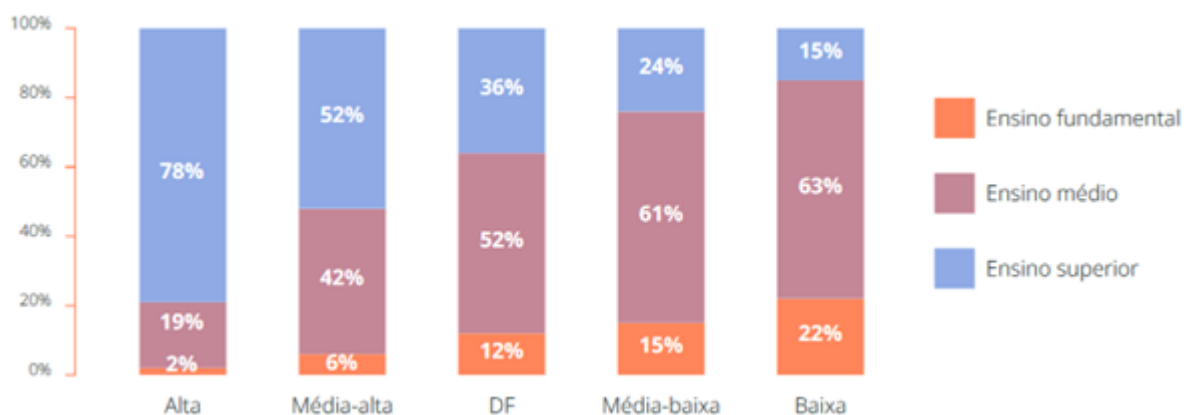


Fonte: Codeplan 2020

Entre os jovens que não frequentam mais a escola/ universidade: 12% cursaram até o ensino fundamental, 52% concluíram o ensino médio e 36% completaram o

ensino superior. Essas proporções apresentam expressiva variação por grupo de RAs conforme a renda.

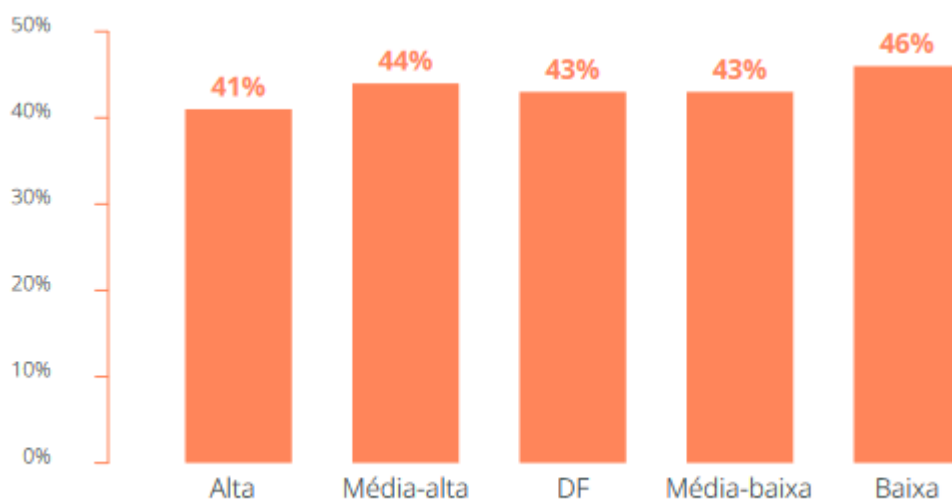
Figura 7 - Nível de escolaridade dos jovens que não frequentam mais a escola



Fonte: Codeplan 2020

Sobre os principais resultados no que se refere a mercado de trabalho e renda, seguem os dados. 43% dos jovens do Distrito Federal trabalham. Essa proporção varia de 41% entre aqueles que residem em RAs de renda alta e 46% dos que residem em RAs de renda baixa.

Figura 8 - Percentual de jovens que trabalham

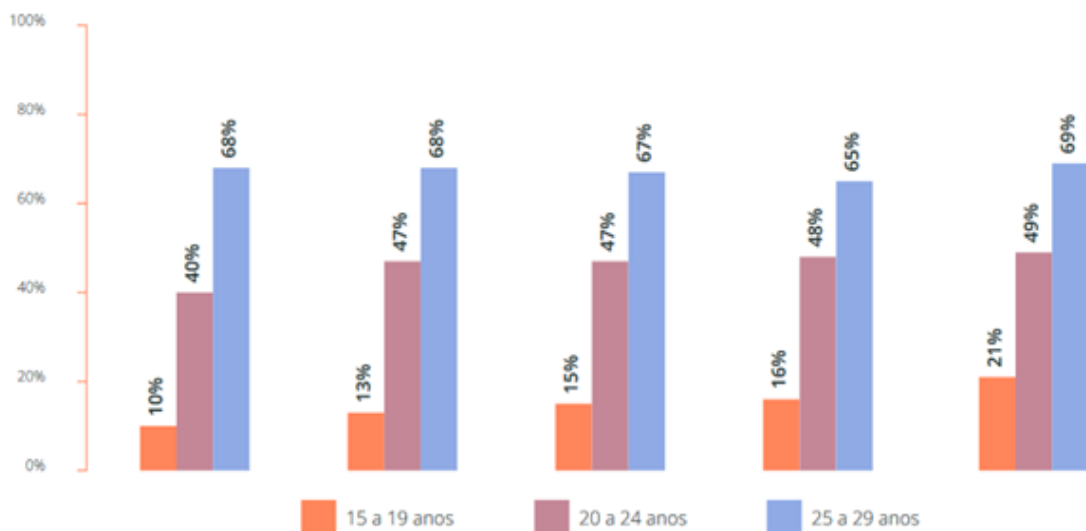


Fonte: Codeplan 2020

Para o grupo de jovens de 15 a 19 anos, entre aqueles que residem em RAs de

renda baixa, a inserção no mercado de trabalho chega a 21%, em contraposição aos 10% de jovens que residem em RAs de renda alta.

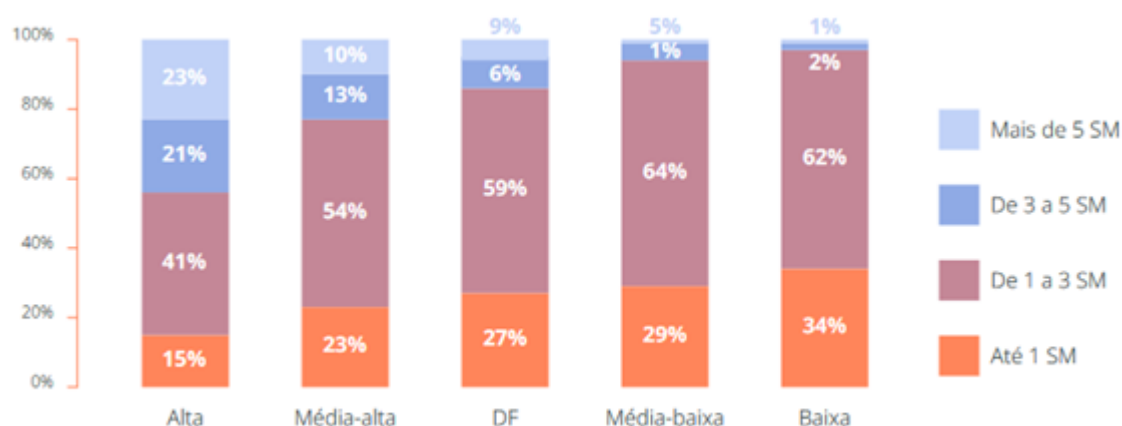
Figura 9 - Inserção no mercado de trabalho: grupo de jovens de 15 a 19 anos



Fonte: Codeplan 2020

Em relação ao rendimento proveniente do trabalho principal, 85% dos jovens do Distrito Federal recebem até 3 salários mínimos (SM). Essa proporção varia de 97% para jovens residentes no grupo de RAs de renda baixa a 56% para jovens no grupo de RAs de renda alta. Nesse último grupo, 21% recebem entre 3 e 5 salários mínimos e 23% mais de 5 salários mínimos.

Figura 10 - Rendimento proveniente do trabalho

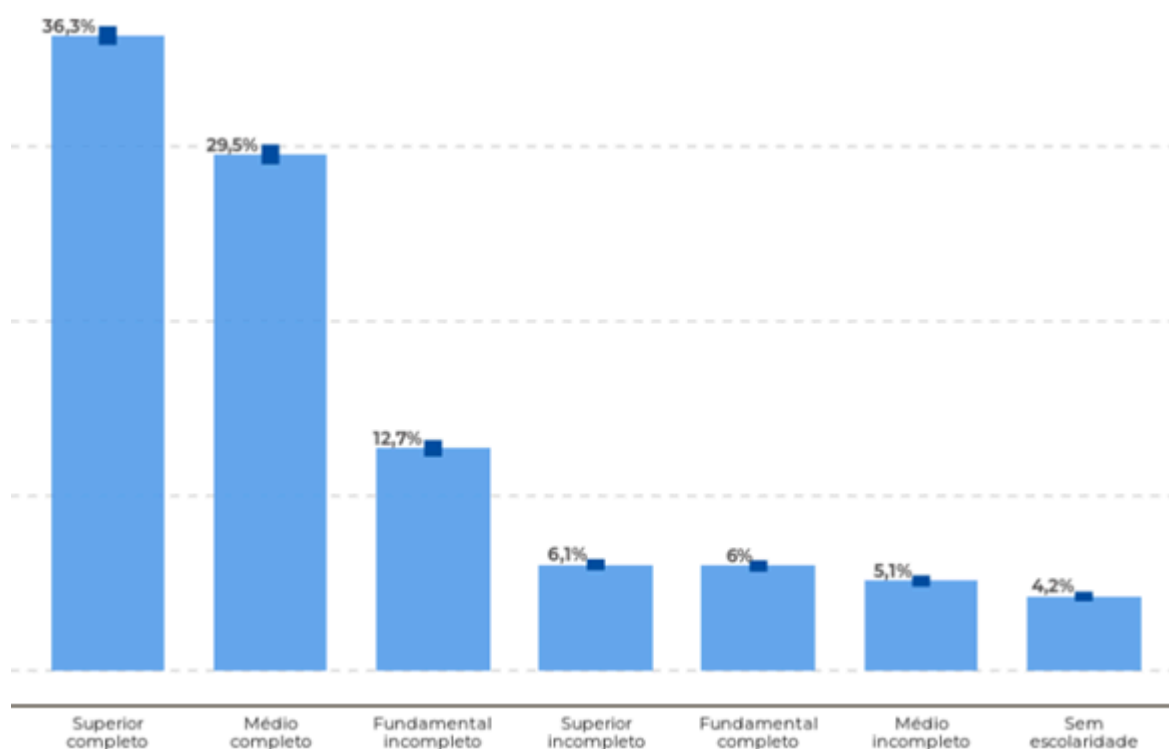


Fonte: Codeplan 2020

Foram identificados ao todo 28% de jovens no DF (199.578), em 2018, sem trabalho e sem inserção em qualquer atividade de educação.

Apresentados os principais resultados do estudo sobre o retrato social da juventude no DF, cabe fazer uma breve contextualização sobre as condições de escolaridade no Distrito Federal². Sobre a escolaridade, 96,1% dos moradores com seis anos ou mais de idade declararam saber ler e escrever. Para as pessoas entre 4 e 24 anos, 50,7% reportaram frequentar escola pública. Considerando-se os estudantes de todas as idades, a modalidade predominante era presencial, para 81,3% dos respondentes.

Figura 11 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no Distrito Federal (2021)



Há que se destacar também a situação específica da Educação de Jovens e Adultos, cujos números evidenciam um descenso ocorrido em todo o país. Apesar do descenso, vale ressaltar o fato de ainda haver demanda social de trabalhadores e trabalhadoras sem escolarização, com ensino fundamental e médio incompletos. Esses

² Informações obtidas no Relatório PDAD 2021, disponível em: [Link](#). Consultado em 28 de março de 2023.

trabalhadores, muitas vezes, estão buscando sua sobrevivência em trabalhos informais.

De acordo com o Censo da Educação Básica, o número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Distrito Federal (DF) apresentou uma queda de 30,2% de 2017 a 2021, chegando a 36.946 matrículas em 2021. Em relação ao ano de 2020, o número de matrículas da EJA de nível fundamental caiu 19,8%. A EJA de nível médio apresentou uma redução de 4,1% em relação a 2020.

Figura 12 - Matrículas EJA no DF



Fonte: Censo da Educação Básica 2021

Os dados apresentados pela Codeplan, pela Pesquisa PDAD e pelo Censo da Educação Básica e Superior indicam a relevância de a instituição conhecer os desafios enfrentados nas regiões onde atua para pautar suas ações partindo dessas realidades. São informações que contribuem para que o IFB ratifique seu compromisso social de equidade, inclusão, justiça social e desenvolvimento socioeconômico.

2.3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DAS AÇÕES DO IFB

I. Gratuidade do ensino

Este princípio é um direito fundamental insculpido na Carta Magna de 1988, sendo a educação um dever do Estado e da família. A gratuidade do ensino tem a finalidade de contribuir para o desenvolvimento do indivíduo e sua qualificação a fim de se tornar um cidadão crítico, inserido no mundo do trabalho. Nesse sentido, cabe ao Estado oferecer ensino regular gratuito e promover condições de acesso de todo cidadão brasileiro à educação.

II. Gestão democrática do ensino e transparência administrativa

A gestão democrática se constrói por meio da participação da comunidade acadêmica nas decisões; da autonomia para a edificação da identidade institucional; do pluralismo para desenvolver um ambiente escolar pautado no respeito à diversidade de pensar e de opiniões, do respeito às minorias e à pluralidade de ideias; da transparência para prestar conta dos atos e procedimentos da gestão e dos profissionais da educação perante a comunidade escolar. Esses elementos colaboram para ampliar o entendimento de como se articula e se manifesta uma educação democrática.

III. Vinculação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e as práticas sociais

Este princípio é proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e estabelece que a educação deve estar vinculada não só ao mundo do trabalho como também à prática social. Nesse sentido, a vinculação da educação com o mundo do trabalho e as práticas sociais propicia ao educando a interação com a realidade social, levando-o a ser agente transformador.

IV. Verticalização do ensino e indissociabilidade entre este, a pesquisa e a extensão

Este é princípio constitucional e estabelece a importância de se ter como parâmetro da formação de estudantes a atitude reflexiva e de problematização do processo de ensino, possibilitando a articulação dos componentes curriculares com os processos de investigação e de intervenção junto à sociedade. Nesse sentido, a formação do profissional se dá pela produção de conhecimentos fundamentada na criatividade, na ação investigativa e na reflexão crítica da realidade.

V. Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola

Este princípio constitucional estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola como norteador das ações de ensino no Brasil. Essa visão é reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, poderá ser garantido o direito de acesso ao ambiente escolar, de forma que o ingresso de estudantes baseie-se em ações de caráter inclusivo, abolindo práticas que criem barreiras de acesso para aqueles historicamente excluídos do processo educacional formal.

VI. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas

Este princípio considera a escola como um espaço democrático, um espaço em que diferentes modos de compreender a realidade devem coexistir. Nesse sentido, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas denota o interesse em construir uma instituição em que a diversidade não comprometa a unidade, mas que possibilite a formação humanística, reflexiva e crítica do cidadão.

VII. Ética

Este princípio abrange não só a moralidade como dever, mas também a primazia pela probidade, retidão, lealdade e justiça, com integridade de caráter dos agentes públicos, que devem sempre agir em virtude do bem comum.

VIII. Justiça e responsabilidade social

Este princípio objetiva estimular ações voltadas à minimização das desigualdades, como as ações afirmativas para acesso à educação e as políticas de permanência na instituição, na busca para dirimir as disparidades historicamente construídas nos diferentes processos sociais.

IX. Acessibilidades pedagógica, atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônica

Este princípio objetiva promover o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes nos estudos por meio da acessibilidade para além do simples atendimento à acessibilidade arquitetônica. Dessa maneira, contempla, também as acessibilidades: pedagógica, atitudinal, comunicacional, digital, de locomoção e arquitetônica.

X. Respeito aos princípios constitucionais e democráticos

Este princípio constitucional é caracterizado pelo respeito à cidadania, à justiça

social e à dignidade da pessoa humana. Assim, sendo a escola um microcosmo da sociedade, o respeito aos princípios constitucionais e democráticos devem prevalecer. Neste sentido, o princípio em tela rege as políticas, as relações interpessoais, as produções científicas da instituição.

XI. Respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária

Este princípio destaca o entendimento da diversidade como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Nesse sentido, nos leva a pensar a questão da diversidade na instituição de ensino: Como podemos lidar pedagogicamente com a diversidade?

XII. Respeito à diversidade étnico-racial

Este princípio aponta para a educação das Relações Étnico-Raciais, que tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. ([Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004](#)).

XIII. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber

Este princípio está calcado na Constituição Federal e é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O respeito ao pluralismo de ideias e às concepções pedagógicas são protegidos pela instituição. Por outro lado, este princípio rechaça o patrulhamento dos conteúdos pedagógicos.

XIV. Formação humana e integral

Este princípio abrange a concepção de formação humana com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo: trabalho (sentido ontológico e sentido associado ao modo de produção), ciência (conhecimentos produzidos pela humanidade) e cultura (valores éticos e estéticos).

XV. Interdisciplinaridade

Este princípio considera que as trocas e intercâmbios teóricos e metodológicos figuram como possibilidades fecundas de compreensão dos temas complexos que se

apresentam aos professores e estudantes. A interdisciplinaridade pressupõe “uma mudança de atitude diante do problema do conhecimento, uma substituição da concepção fragmentária para a unitária do ser humano” (FAZENDA, 1979, p. 71).

2.4. POLÍTICAS ACADÊMICAS

2.4.1 Pressupostos Didático-Pedagógicos da Instituição

A escola, conforme se vê, é um espaço que deve servir aos interesses da comunidade. A valorização da diversidade de saberes é um caminho que facilita a aproximação da escola com a realidade do educando. O IFB prima pelo desenvolvimento integral do estudante, valorizando as múltiplas aprendizagens e privilegiando os conhecimentos e saberes dos estudantes.

O IFB compreende a escola como espaço social, cultural e político, e busca o apoio de diversos setores da sociedade para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, abandonando, portanto, a ideia de isolamento e trabalho solitário.

Ainda acerca da concepção de escola e do perfil de formação dos estudantes, a inclusão ocupa lugar de centralidade no IFB. O aprimoramento de processos e procedimentos pedagógicos que envolvem a inclusão de pessoas na instituição indicam priorização no que se refere à integração de grupos minoritários no âmbito do IFB. Aqui, reforça-se os princípios institucionais descritos no item 2.3, enfatizando o respeito à pluralidade e diversidade.

Além dos princípios norteadores das ações do IFB, faz-se necessário o esclarecimento acerca das políticas que embasam o processo de formação do profissional neste instituto a serem contempladas não só nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos *campi*, como também nos planos e projetos de cursos, a fim de possibilitar a concretização de seus objetivos e permitir a unicidade da instituição. Neste PPI, estão contempladas as diretrizes das principais políticas fundantes das atividades formativas desta instituição de ensino, não esgotando, todavia, a inclusão de outras conforme sua dinâmica e demais demandas.

Considerando os princípios que regem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da qual o IFB faz parte, bem como os princípios definidos neste PPI, a organização didático-pedagógica do IFB está pautada nos seguintes pressupostos:

- I. Educação integral.
- II. Trabalho, ciência, cultura e tecnologia como dimensões da formação humana.
- III. Currículo integrado articulado à realidade do educando.
- IV. A pesquisa como princípio pedagógico.

I. Educação integral

Educação Integral é o modo como é formado o ser humano em respeito às suas múltiplas dimensões e atendendo às suas necessidades educativas e laborais. Visa à formação de cidadãos capazes de compreender o sentido do que produzem com seu trabalho, de forma reflexiva, autônoma, crítica, criativa e comprometida com a melhoria do contexto social.

Para Ciavatta (2008), a formação integral visa a superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, apartado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Dessa forma, a autora assevera que se busca, com essa formação, garantir ao jovem e adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país.

Uma política de educação integral ultrapassa, portanto, a mera ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais. Favorece a aprendizagem na perspectiva da cidadania, da diversidade e do respeito aos direitos humanos. Para isso, algumas ações são necessárias:

- Reorientação curricular que privilegia a articulação e o diálogo entre os saberes clássicos e os saberes locais;
- Equalização das condições físicas, considerando a adequação dos espaços para o desenvolvimento das atividades de múltiplas naturezas, bem como os aspectos de acessibilidade física; e
- Construção de uma agenda de formação continuada para os profissionais da educação que atuam na docência, gestão, assistência escolar, considerando a importância da atuação profissional de toda a equipe da escola para a efetividade do projeto educativo.

II. Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia como dimensões da formação humana

A concepção de formação humana tem como base a integração de todas as dimensões da vida no processo educativo: trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Considerando que os conceitos Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia são apresentados como categorias indissociáveis da formação humana, podemos explorar mais atentamente a compreensão construída para cada um dos conceitos e suas relações, estabelecendo articulação que permite a percepção do seu conjunto como princípio da formação integrada³.

³ Definições conceituais importantes que fundamentam a formação humana integral presentes no Parecer CNE/CEB nº. 5/2011.

- A Ciência como conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade, expressa-se na forma de conceitos representativos das relações de forças determinadas e apreendidas da realidade.
- Tecnologia como extensão das capacidades humanas que promove a transformação da ciência em força produtiva, visando à satisfação de necessidades humanas; é a mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real).
- Cultura como resultado do esforço coletivo, tendo em vista conservar a vida humana e consolidar uma organização produtiva da sociedade, do qual resulta a produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.
- Trabalho, no sentido ontológico, como transformação da natureza, realização inerente ao ser humano e mediação no processo de produção da sua existência, ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais.
- Trabalho como princípio educativo, entendido como a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social, ou o ser humano como produtor de sua realidade e, por isso, pode dela se apropriar e transformar.
- Formação integral que possibilita o acesso aos conhecimentos científicos e promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem em normas de conduta de um grupo social e se manifestam em tempos e espaços históricos, que expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade.

III. Currículo articulado à realidade do educando

Formar integralmente o estudante significa considerá-lo como indivíduo histórico, epistêmico, cognitivo e sensível, imerso em uma realidade cultural e social peculiar. Tal realidade, que contempla as mais diversas esferas e relações desenvolvidas na coletividade, precisa ser conhecida pela instituição escolar. Para tanto, ações de investigação e reconhecimento dos contextos em que se inserem os estudantes devem ser engendradas. Essas ações devem considerar tanto o momento de ingresso na instituição quanto o percurso temporal do estudante no espaço escolar e devem ser conhecidas por todos os agentes atuantes na escola. Fundamentado

também no princípio da educação como direito subjetivo, torna-se essencial que as histórias peculiares aos indivíduos envolvidos nas situações de formação sejam ponderadas na constituição das práticas, procedimentos e conteúdos curriculares.

Formar de modo integrado significa, também, assumir que as esferas do trabalho, da produção de conhecimento, das artes e da cultura são indissociáveis e fundamentais para uma formação de trabalhadores que superem a subordinação e a crítica à condição atual das dinâmicas produtivas, permitindo-lhes agir de modo mais solidário e ao bem da coletividade e da valorização singular do indivíduo.

Nessa perspectiva, o currículo deve ser capaz de pensar o sujeito histórico, transformador da sua realidade, que produz valores de uso, conhecimento e cultura a partir de sua ação criativa. A formação deve sintetizar a formação básica e a formação para o trabalho, sendo o trabalho como produção material concebido como significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes. A profissionalização deve ser compreendida como uma necessidade social e o meio pelo qual o trabalho, nas suas duas dimensões, entra no espaço escolar como princípio educativo. Sendo assim, pensar o currículo é realizar a seleção dos saberes, visões de mundo, valores, cultura e organizá-lo de forma que toda essa seleção se torne ensinável, devendo ser planejada, vivenciada e reconstruída por diferentes sujeitos no espaço da educação (Brasil, 2003).

Para que esse sistema de relações possa acontecer, é necessário considerar, inicialmente, os valores institucionais de respeito à diversidade, formação crítica, educação como bem público e de qualidade, desenvolvimento sustentável, inovação. Esses valores devem estar presentes transversalmente em todos os componentes, saberes, práticas e procedimentos que compõem o currículo.

IV. A pesquisa como princípio pedagógico

Considerando a educação historicamente dinâmica e contextualizada, seus processos pedagógicos partem de princípios socioculturais em questão. A pesquisa, na práxis pedagógica, se apresenta como uma constante para o desenvolvimento de ações e práticas acadêmicas que propiciem interações e mudanças no contexto além da sala de aula.

Dessa forma, a pesquisa proporciona um caminho que oportuniza aprendizagens que vão além dos conteúdos ministrados em sala de aula de forma individualizada e promove capacidade de analisar, interpretar e argumentar de forma multidisciplinar um tema específico, com vistas a evitar a alienação e a ingenuidade frente às situações presentes do cotidiano, considerando seu caráter investigativo que transforma qualitativa e quantitativamente o processo educativo.

Entende-se que a pesquisa, em sala, trabalhada de forma multidisciplinar,

propicia os conhecimentos necessários para compreensão do mundo e desenvolvimento da criatividade e reconhecimento do sujeito aluno, por meio da participação ativa no processo de ensino e aprendizagem.

Na próxima seção, encontram-se as diretrizes das principais políticas fundantes das atividades formativas do IFB.

2.4.1.1 Políticas de Ensino

As políticas para o ensino, no IFB, são estruturadas a partir da perspectiva de formação integral para a cidadania e considera alguns elementos como imprescindíveis para o processo formativo:

- o mundo do trabalho e a compreensão dos aspectos econômico, social, ambiental, histórico, político e cultural das ciências, das tecnologias e das artes;
- a interdisciplinaridade como eixo integrador entre a prática profissional, os conhecimentos gerais e específicos, de maneira a garantir o embasamento das diferentes tecnologias presentes nos diversos setores produtivos;
- a ética como norteadora da prática educacional e profissional voltada para o discernimento de decisões que permeiam o individual e o social.

No IFB, entende-se que o ensino é desenvolvido por meio de currículos integrados de maneira que o estudante seja levado a compreender a realidade em que vive, e enxergar-se integrante dessas estruturas sócio-históricas e seja capaz de não somente ser transformado por elas, como também transformá-las.

Nesse sentido, os conhecimentos se desenvolvem por meio da relação estabelecida entre o estudante, o curso e a sociedade, de forma que possa agir socialmente como cidadão crítico. O processo de ensino nessa perspectiva, por conseguinte, desenvolve-se por meio da articulação e a indissociabilidade entre este, a pesquisa e a extensão. As atividades, projetos e programas das Pró-Reitorias de Extensão e Cultura e de Pesquisa e Inovação se integram às atividades de ensino de todos os cursos do IFB.

As políticas para o ensino, no IFB, são de responsabilidade da Pró-reitoria de Ensino (PREN) e são construídas de maneira participativa a partir de diversos segmentos e instâncias internas. Os fóruns que participam dessa construção com diferentes representações nesses processos são os de diretores de ensino, pesquisa e extensão; o de assistência estudantil; o de registro acadêmico; o de coordenadores pedagógicos; o de coordenadores de curso, entre outros. Além desses fóruns, ainda participam dessa construção os órgãos colegiados: o Conselho Superior - CS (composto por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica da Instituição —

técnicos, discentes, docentes — e representantes das demandas da sociedade e das demandas legais); o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE (composto por representantes docentes, técnicos e discentes); e o Colégio de Dirigentes - CD.

A oferta de novos cursos segue o previsto em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e fundamenta-se, entre outros, em consultas públicas nas regiões em que os *campi* estão inseridos e nas áreas de conhecimento contempladas pelos eixos tecnológicos de vocação de cada *campus*. A oferta de novos cursos também deve ser acompanhada de estudos quantitativos e qualitativos, e de pesquisas com a comunidade acadêmica, para que se comprove sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino, a pesquisa e extensão. Vale ainda destacar a necessária observância dos percentuais legais nas novas ofertas, conforme estabelecido pela Lei [Nº 11.892/2008](#).

Atendendo ao estabelecido na [Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), o IFB oferece e pode vir a oferecer, nas modalidades presencial e ou a distância, os seguintes cursos:

- de educação profissional técnica de nível Médio, podendo ser articulada e subsequente, sendo a primeira integrada ou concomitante para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e o segundo para os portadores de diploma de conclusão do ensino médio;
- de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar, e atualizar profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica;
- superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

Todos os cursos do IFB são organizados a partir de planos ou projetos pedagógicos e, no caso dos cursos de licenciatura e bacharelados, os PPC devem atender as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de cada área e as orientações internas do IFB. Os cursos técnicos seguem o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT e os cursos superiores de tecnologia seguem o estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNST do MEC e as Resoluções que regulamentam esses níveis de ensino, tanto no âmbito externo como no âmbito do

IFB.

Os cursos ofertados pelo IFB levam em consideração itinerários formativos com o objetivo de desenvolver as aptidões dos estudantes para a vida produtiva e social. Entende-se por itinerários formativos, segundo a [Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021](#), o conjunto de unidades curriculares, etapas ou módulos que compõem a organização da Educação Profissional e Tecnológica em eixos tecnológicos e respectiva área tecnológica, possibilitando o aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas por instituições educacionais legalizadas, conforme artigo 47 da LDB.

Entende-se por aproveitamento de estudos a possibilidade de o discente aproveitar, em seu curso atual, disciplinas cursadas com aprovação em cursos do mesmo nível de ensino, desde que compatíveis com a área de formação e com o correspondente perfil profissional do curso. Também é possível reconhecer saberes e experiências adquiridos ao longo da trajetória profissional e em cursos anteriores ao de sua formação atual mediante avaliação, conforme estabelecido na [Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, art. 47](#): aproveitamento de saberes, provenientes de cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração; e em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação.

A regulamentação do ensino, no IFB, está descrita em documentos específicos: [Regulamento do Ensino Técnico \(RET\)](#), [Regulamento do Ensino Médio Integrado \(REMI\)](#), no PROEJA, [Organização Didático Pedagógica \(ODP\)](#), [Diretrizes de Avaliação da Aprendizagem](#), nos [Planos de Permanência e Êxito \(PPE\)](#), no Regulamento da EaD e dos cursos MOOC (*Massive Open Online Course*).

Nos itens a seguir, encontra-se a descrição das principais políticas de ensino.

I. Inovação curricular

Os Institutos Federais, desde a sua gênese, apresentam-se como instituições inovadoras. A verticalização, presente em sua organização didático-pedagógica, que envolve desde a educação básica à superior, permite uma riqueza de experiências aos profissionais de educação, que atuam em diferentes níveis de ensino; permite também uma riqueza de experiências aos discentes, que compartilham espaços de aprendizagem.

No mesmo sentido, o ensino médio integrado, necessariamente, reúne as dimensões da ciência, da cultura e do trabalho, permitindo ao estudante transitar entre essas dimensões e articular saberes e conhecimentos, o que traz um caráter inovador para este nível da educação básica nos Institutos Federais.

A proposta dos Institutos Federais é agregar formação acadêmica à formação para o trabalho (em seu sentido histórico e ontológico), apontando para uma prática pedagógica contextualizada. Ademais, a formação humana por meio da articulação entre trabalho, ciência e cultura também é um diferencial.

A estrutura multicampi permite que essas instituições desenvolvam ações em seus territórios de abrangência, reforçando, assim, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões e influenciando o desenvolvimento local e regional.

Essas características dos IFs requerem uma orientação pedagógica assentada no pensamento analítico, voltada para a compreensão do mundo do trabalho.

Considera-se, pois, a construção de propostas de cursos que ultrapassem o rígido limite traçado pelas disciplinas convencionais e que se construam por meio da articulação entre projetos transdisciplinares e ações disciplinares, fortalecendo o senso crítico a respeito do projeto de sociedade que se pretende, inscreve-se em uma perspectiva inovadora de currículo.

II. Avaliação das/para as aprendizagens

O IFB apresenta perspectiva de avaliação comprometida com uma qualidade educacional que vise à inclusão social.

A concepção de avaliação defendida na instituição é a formativa, comprometida com as aprendizagens de todos(as) estudantes. O IFB assume pressupostos metodológicos baseados na perspectiva da integração, que visa à formação do estudante em todas as suas dimensões. Por isso, as Diretrizes de Avaliação do IFB orientam que a prática docente, para a avaliação, seja pautada na escolha da avaliação para a aprendizagem, ou seja, a avaliação formativa.

Como o IFB se pauta na perspectiva da integração, a avaliação para a aprendizagem é a escolha que leva estudantes e docentes a partilharem a responsabilidade pelo processo de ensino e aprendizagem. O docente se despe do entendimento de que avaliar significa medir conhecimento e classificar quem sabe e quem não sabe e assume a postura de compreender o estudante em sua totalidade, de mediar os processos de aprendizagem e avaliar continuamente tais processos, pois a avaliação para a aprendizagem considera o percurso realizado na construção do conhecimento, ou seja, a avaliação está a serviço da aprendizagem.

A avaliação para a aprendizagem é baseada em variadas experiências. O estudante é avaliado, se avalia e avalia colegas e docentes. A avaliação, no processo de aprendizagem, não é aferida apenas por uma nota, nem é aferida apenas para classificá-la ou cumprir as demandas burocráticas. É uma avaliação que prioriza o aprendizado vivenciado ao longo do processo. Aprende-se com o erro e com o acerto, aprende-se na realização das atividades, aprende-se de forma dialógica e inclusiva, a

partir de *feedbacks* rotineiros, aprende-se porque há motivação para isso, porque o estudante enxerga possibilidades, com o conhecimento agregado, na escola e para além dela, por exemplo, no trabalho. Dessa forma, entende-se que a avaliação apresenta cunho emancipatório.

A avaliação formativa é uma estratégia processual que visa identificar informações que possam regular, ajustar, orientar o processo ensino aprendizagem.

No processo de aprendizagem, a avaliação formativa precisa ser desenvolvida a partir de outras estratégias avaliativas mais específicas, por exemplo, a avaliação diagnóstica, que revela o ponto de partida para o planejamento; a avaliação informal, que se caracteriza pelo acompanhamento do desenvolvimento do estudante, realizado pelo/a professor/a; os *feedbacks*, como estratégia de promoção das aprendizagens quando se realiza o retorno em relação ao acerto ou ao erro do estudante; o fortalecimento da interação e do vínculo entre professor e estudante; o desenvolvimento da habilidade de automonitoramento, que é oriunda da autonomia desenvolvida a partir de *feedbacks* respeitosos e éticos.

A avaliação formativa cumpre o papel de direcionar o replanejamento das estratégias desenvolvidas pelos docentes. É a avaliação que vai estabelecer o ponto de partida, as estratégias e recondução do planejamento.

Assim, quando se avalia o processo de aprendizagem do estudante, o docente também avalia o seu planejamento, as suas estratégias de ensino e replaneja aquelas que não demonstram sucesso para a aprendizagem do estudante.

O docente pode aplicar instrumentos avaliativos formais, por exemplo, provas, trabalhos, testes, como culminância do processo avaliativo formativo, os quais vão gerar resultados somativos. Contudo, vale ressaltar, a avaliação somativa não deve ter supremacia sobre a avaliação formativa.

Como a avaliação formativa é processual, ela acontece durante o percurso de aprendizagem do estudante. Esta avaliação se dá, então, a partir do acompanhamento, para se analisar o progresso e os acertos, as dificuldades e os erros dos estudantes e, a partir disso, balizar o planejamento e, se for o caso, replanejar. Uma forma de deixar este acompanhamento registrado é por meio de planilhas com critérios previamente estabelecidos de cumprimento, ou não, de atividades, de expressão de atitudes e realização de procedimentos esperados em determinadas tarefas escolares, de registro das dificuldades reveladas, dos *feedbacks* realizados, das respostas positivas - ou não - dos estudantes.

Várias estratégias podem ser utilizadas como procedimentos avaliativos, tais como avaliações diagnósticas, trabalhos individuais, trabalhos em grupos, debates, produção de textos nos diferentes gêneros, listas de exercícios, testes ou provas (com ou sem consulta; individuais ou em duplas), produções orais, relatórios de pesquisa e

visitas técnicas, entrevistas, fichamentos, seminários, montagem de curtas, documentários, painéis, portfólios, entre outros.

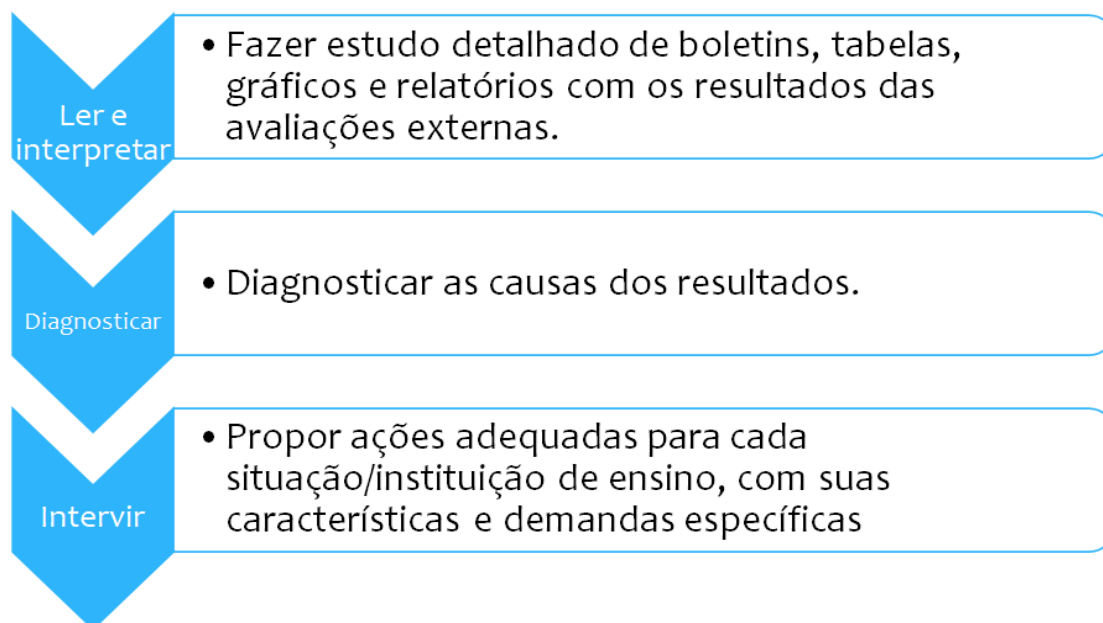
Alguns desses exemplos podem orientar a atuação pedagógica dos/as docentes, no sentido de potencializar e acompanhar as práticas de avaliação formativa, o que não exclui outros instrumentos que possam ser escolhidos pelos/as professores/as.

Destacamos que o/a estudante, no processo avaliativo, independentemente do instrumento escolhido, tem o direito de conhecer os critérios que serão aplicados em sua avaliação, seja na avaliação formativa ou somativa. Estabelecer critérios e dar ciência deles às/aos estudantes contribui para partilhar responsabilidades e desenvolver a autonomia sobre os processos de aprendizagem.

É importante destacar que a avaliação formativa, sendo processual, exige estratégias de ensino que favoreçam a avaliação durante o processo de aprendizagem. Algumas estratégias de ensino podem ser encontradas no [Guia](#) para compreender as Diretrizes de Avaliação do IFB.

Há de se ressaltar o diálogo entre os resultados das avaliações internas com os resultados das avaliações externas. Essa análise pode ser aliada da gestão educacional e também pode contribuir para que se faça uso pedagógico dos resultados das avaliações externas. O uso desses resultados pode seguir o seguinte esquema:

Figura 13 - Esquema que aponta o uso pedagógico dos resultados das avaliações externas



III. Verticalização do ensino

A verticalização do ensino é a possibilidade de os estudantes do IFB prosseguirem seus estudos por meio de um diálogo rico e diversificado entre os diferentes cursos e níveis de ensino de áreas afins, cujos fluxos permitam a construção de sua formação, orientados a partir de projetos que visam à educação continuada dentro de um eixo tecnológico.

Ainda em relação à verticalização, o IFB está entre as instituições que estão passando por processo de formação para planejamento e desenvolvimento de projetos pedagógicos de cursos de educação profissional técnica de nível médio articulados com cursos de educação profissional tecnológica de graduação, mediante aproveitamento de estudos, com base em itinerários formativos profissionais.

IV. Acesso e Ingresso

O IFB consolidou-se como uma das principais possibilidades de acesso e ingresso à educação profissional no Distrito Federal, atendendo ao que está preconizado na Lei 11.892/2008: “educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”.

Considerando a pluralidade de nossa sociedade, a política de acesso e ingresso institucional fundamenta-se no respeito e na valorização da diversidade, adotando formas de acesso condizentes com o público para o qual a instituição é destinada e à luz dos princípios constitucionais.

O acesso aos cursos técnicos e de formação inicial e continuada dá-se, prioritariamente, por meio de sorteio eletrônico - e demais maneiras de ingressos como forma subsidiária ao sorteio - possibilitando maiores chances à reinserção nas instituições de educação aos candidatos de grupos historicamente excluídos do processo educacional formal.

O acesso aos cursos superiores de graduação dá-se pela nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com a função de classificar os candidatos e, para selecioná-los, é utilizada a plataforma do Sistema de Seleção Unificado (SiSU). Para cursos que exijam mais de uma etapa, como teste de habilidade específica, são adotadas maneiras complementares para seleção estudantil, como provas ou análise do histórico escolar.

Assim, na consolidação de seu compromisso com a democratização do acesso e inclusão social, o IFB estabelece um percentual de 10% maior, dos 50% legais, de vagas reservadas para egressos de escolas públicas, as quais têm as seguintes especificidades: pretos, pardos e indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e/ou com renda

inferior a 1 salário mínimo em relação ao previsto na [Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e alterações](#); além de promover políticas afirmativas específicas, como vagas para Portadores de Deficiência - PcD, Agricultura Familiar - AF e demais ações de convênio com o GDF, com limite de até 15% das vagas destinadas à ampla concorrência. Recentemente foi aprovada a [Portaria 06/2021 - RIFB/IFB, de 31 de março de 2021](#), que normatiza a implementação da heteroidentificação nos cursos técnicos e de graduação do IFB.

No que concerne aos processos seletivos dos cursos técnicos e de graduação, a gestão e execução é feita pela [Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil \(CAIE\)](#), da Pró-Reitoria de Ensino. O planejamento e a gestão envolvem a elaboração do edital, o alinhamento com os *campi* sobre as atividades que serão realizadas localmente, a realização de formações semestrais e orientações diversas aos servidores atuantes com o processo seletivo nos *campi* do IFB.

As atividades da CAIE também abrangem a preparação do sistema com a colaboração da Coordenação de Sistemas da Tecnologia da Informação e Comunicação (CSTIC) da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), tendo em vista que o processo é parcialmente realizado pelo Sistema de Processo Seletivo (SPS), sistema este desenvolvido pelo IFB. Em relação ao SPS, pretende-se revisá-lo, especialmente no que concerne à emissão de relatórios diversos e realização de remanejamento de vagas de forma automatizada. Além disso, o IFB tem trabalhado para atender à necessidade de digitalização do acervo acadêmico.

Para que toda a execução dos processos seletivos seja realizada, a CAIE conta atualmente com um coordenador e dois servidores técnicos. A CAIE conta também com Comissões de Processo Seletivos dos *campi*, formadas por servidores nomeados pelos Diretores Gerais. As Comissões realizam as atividades locais como o sorteio eletrônico, recepção e avaliação dos documentos comprobatórios das reservas de vagas e recursos interpostos, bem como outras atividades que complementam e dão suporte informacional à CAIE.

Recentemente foi aprovada a Portaria 06/2021 que normatiza a implementação da heteroidentificação nos cursos técnicos e de graduação do IFB. Para tanto, uma comissão central atua de forma a organizar, planejar, sistematizar, monitorar e deliberar sobre os procedimentos institucionais complementares relativos à autodeclaração de candidatos negros (pretos e pardos), bem como presta apoio às comissões locais, que realizam de fato o procedimento de heteroidentificação.

Assim, além das Comissões de Processo Seletivo, a CAIE também atua diretamente com as Comissões Central e Local de Heteroidentificação para que todos os processos de seleção dos cursos técnicos e de graduação aconteçam e deem provimento às vagas dos novos estudantes.

Em relação aos cursos de pós-graduação e de qualificação profissional, tanto a gestão quanto a execução dos editais são feitas pelas comissões de Processo Seletivo dos *campi*, com o apoio e orientação constante da CAIE.

Todos os processos seletivos são publicizados no site do IFB e, de forma complementar, nas redes sociais geridas pela Diretoria de Comunicação (DICOM), que faz a criação das artes de publicidade para que a comunidade tenha acesso facilitado às informações necessárias à efetiva participação.

V. Dados acadêmicos

Os Registros Acadêmicos do Instituto Federal de Brasília (IFB) operacionalizam a vida acadêmica do estudante, desde o seu ingresso em um dos cursos ofertados pelos *campi* até a sua conclusão e entrega de certificado ou diploma, gerando, assim, os dados acadêmicos, informações essenciais para a instituição.

A produção de dados acadêmicos se confunde com a identidade da instituição de ensino. Esses dados são gerados a partir de normatizações, delimitando as atividades e os cursos. Sob a lógica dos regimentos, é realizado acompanhamento da vida acadêmica do estudante, desde a efetivação da matrícula até a certificação/diplomação ou desligamento. Todas as situações sobre o vínculo do estudante com o IFB são registrados nos sistemas do Instituto Federal de Brasília (IFB) e do Ministério da Educação (MEC), inclusive nos censos escolares respondidos anualmente.

Esse compêndio de informações assume diferentes papéis na comunidade acadêmica: comprovar atuação docente, gerar documentação estudantil e garantir recursos financeiros à instituição.

As informações disponíveis a partir dos dados acadêmicos também podem ser utilizadas para orientar a gestão sobre a continuação das ações ou o trilhamento de novos caminhos por meio das estatísticas e índices de rendimento escolar. Também são importantes para o fornecimento de respostas à solicitação de informação do cidadão realizada pela Lei de Acesso à Informação ([Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#)).

Não há como pensar em uma instituição de ensino sem sua massa de dados acadêmicos gerados e no tratamento que estes recebem. Os dados acadêmicos para que cheguem em sua finalidade não falam por si. A análise de quaisquer dados estatísticos passa por três etapas: coleta de dados, validação da informação e disseminação dos resultados (MEC, 2020).

De acordo com Moraes (2016), é necessário que os dados acadêmicos sejam qualificados. Para tanto, são validados e passam a ser confiáveis, íntegros, categorizados, analisados e disseminados. Para isto, devem existir três estruturas:

marco regulatório, o aparato tecnológico (sistema tecnológico) e uma rede de atores, estabelecendo o Tripé da Governança Digital.

Tripé da governança digital

Para gerir os sistemas acadêmicos de forma eficiente, é fundamental a implementação da gestão da governança digital. Esta gestão congrega vários campos do conhecimento com o uso de tecnologias da informação. Segundo Moraes (2016), a governança de sistemas digitais se constitui em três eixos:

- **Marco Regulatório:** refere-se ao conjunto de regras que normatizam o funcionamento da instituição e dos seus respectivos processos. No âmbito do IFB, existem regras e regulamentos que deverão ser aprimorados com a definição de glossários;
- **Aparato Tecnológico:** refere-se ao sistema eletrônico encarregado de operacionalizar o marco regulatório em sua totalidade, registrando no formato digital todos os dados. No ano de 2015, o IFB implementou um programa desenvolvido pela própria instituição denominado de Sistema de Gestão Acadêmica (SGA). Em 2022, foi criada a comissão de implantação do SUAP Ensino, que trabalha na configuração do sistema para utilização nos cursos do IFB;
- **Rede de Atores:** refere-se aos operadores que realizam as atividades acadêmicas. A partir de um marco regulatório e um sistema eletrônico, é fundamental que a rede de atores seja capacitada tanto conceitualmente quanto a forma de operação do sistema.

Estrutura de gerenciamento dos registros acadêmicos

É importante a estruturação física e lógica da organização dos Registros Acadêmicos (RA), bem como a criação de um normativo que faça a sua regulação. Esta organização é fundamental para apresentar à sociedade o cumprimento da missão dos Institutos Federais. Para isto, é necessária uma estruturação em rede, buscando criar equilíbrio, padronização, que é caracterizada a seguir:

- **Unidade Local:** Cada *campus* tem uma unidade local de Registro Acadêmico, responsável pelo registro, gerenciamento e guarda dos dados, atendimento discente e execução dos procedimentos acadêmicos, fundamentando-se nos regimentos da instituição e legislação educacional vigente. Estruturalmente tem como chefia imediata a Direção de Ensino Pesquisa e Extensão dos

campi, e também, é ligada a Pró-reitoria de Ensino (PREN), por meio da Diretoria de Políticas Estudantis (DRPE), fazendo com que as 10 coordenações locais se organizem em rede.

- O Registro Acadêmico é um setor de atendimento ao público, em que o funcionamento é contínuo por no mínimo 12 horas. As competências da Coordenação de Registro Acadêmico (CDRA) local estão descritas em documento próprio.
- Rede RA: Sander (1995) assinala que há uma tendência de suplantar uma administração engessada e hierárquica por uma administração horizontal com a utilização das redes interativas. Nesta rede de interação, é fundamental que haja um ponto central, uma gestão central que traga equilíbrio e, ao mesmo tempo, oriente e pacifique discussões e entendimentos, dessa forma se constitui o papel da Reitoria. A gestão e rede assumem o caráter sistêmico, segundo Pacheco e Silva (2009), partindo do reconhecimento da autonomia de cada *campus* partilhado com a Reitoria, de maneira que a Reitoria funciona como figura central da instituição, gerindo um conjunto de *campi* interdependentes. O IFB deverá contar com padronização de processos, de procedimentos e com a automatização necessária para um perfeito funcionamento setorial.
- Fórum RA: É uma instância de capacitação, discussão e deliberação sobre as atividades e procedimentos realizados pelos Registros Acadêmicos, podendo de forma consultiva, auxiliar a gestão nas ações e decisões. O Fórum RA é citado no Plano de Desenvolvimento Institucional de 2017 e consolidado pela portaria da Comissão Permanente de Registros Acadêmicos.
- Acervo Acadêmico Digital: Com o advento da [Portaria MEC nº 360 de 18 de maio de 2022](#) a informatização dos dados acadêmicos nas instituições de educação superior (IES) passou a ser obrigatória, vedando a produção de documentos em suporte físico a partir de 01/08/2022. Para os fins daquela Portaria, considera-se acervo acadêmico o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições, referentes à vida acadêmica do estudante e necessário para comprovar o estudo. Por isso, é fundamental a implantação de sistema eletrônico automatizado e eficiente no IFB que possua capacidade para atender as demandas existentes e a criação de um normativo que regule o acervo acadêmico digital para que se cumpra a portaria do MEC e para que os Registros Acadêmicos ofereçam maior qualidade de vida no trabalho e um melhor serviço prestado à comunidade.

As bases de dados

A coleta de dados da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma questão central. Seguem os sistemas que disponibilizam base de dados compilados:

- Sistema de Gestão Acadêmica (SGA): O Sistema de Gestão Acadêmica foi implementado em 2015. Esse sistema institucional gerencia a vida acadêmica de todos os estudantes e compila dados que subsidiam o desenvolvimento do trabalho no IFB. Atualmente, o IFB está migrando para o SUAP Ensino, a partir da customização do SUAP do IFRN.
- Censos do INEP: A alimentação de dados acadêmicos não se restringe apenas ao sistema interno do IFB. Estes dados também devem ser reportados ao INEP/MEC por meio dos censos nacionais (Educacenso e Censup). O primeiro realiza o censo escolar da educação básica por meio de um sistema tecnológico para efetivar a pesquisa estatística ocorrida anualmente. O segundo realiza o censo da educação superior sendo o instrumento para avaliação e pesquisa sobre as Instituições de Educação Superior.
- Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC): trata-se de um sistema eletrônico criado para controle e registro de dados das instituições de ensino. Ele compila as informações de matrículas de cursos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e seus itinerários formativos e permite conferir validade nacional aos seus certificados e diplomas de cursos de EPT de nível médio (MEC, 2018).
- Plataforma Nilo Peçanha (PNP): é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico - administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

VI. Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA)

O IFB considera fundamental a oferta de uma educação profissional e tecnológica destinada a jovens, adultos e idosos excluídos do sistema educacional ou que não tiveram acesso a ele nas faixas etárias regulares. Essa oferta precisa ser pautada em uma qualidade socialmente referenciada, precisa ser pública, gratuita, igualitária e universal. Para que isso ocorra, é necessário haver na instituição uma

política para a educação de jovens, adultos e idosos (EJA) que trate das especificidades desse público.

A política institucional para a EJA precisa contemplar proposta educacional que se comprometa com a superação das desigualdades e das injustiças sociais. Como instituição pública de ensino, o Instituto Federal de Brasília reconhece a responsabilidade social no que se refere ao acesso, à permanência e ao êxito do público de jovens, adultos e idosos e está no processo de construção de uma Política Institucional para a EJA.

A Política Institucional para a EJA deverá considerar o amplo debate com a comunidade acadêmica, para que seja possível compreender as nuances da modalidade em debate. A Política Institucional norteará a institucionalização de projetos e programas para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

VII. Políticas para a Educação a Distância

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade educacional, na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias da informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. ([Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, em seu art. 1º](#)).

O investimento na EaD constitui como uma importante política de afirmação da identidade do IFB, considerando o contexto da educação profissional e tecnológica, bem como o processo de democratização do acesso à formação pública, de qualidade, voltada ao mundo do trabalho e à justiça social.

A Educação a Distância (EaD), no que se refere à organização estrutural, teve início - no Instituto Federal de Brasília (IFB) - a partir de 2009, por meio da criação da Coordenação de Ensino a Distância e Licenciatura, regulamentada pela [Resolução nº 19/2009](#). Na última atualização da estrutura organizacional do IFB, por meio da Resolução [001/2017/CS/IFB](#), a EaD foi estruturada como Diretoria, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino. Atualmente, as ações de EaD são regulamentadas internamente por meio da Resolução nº 32/2019/CS/IFB.

A EaD constitui importante política de afirmação da identidade institucional, pois cumpre particularmente a uma das finalidades dos Institutos Federais: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia”, de acordo com a redação do art. 6º da Lei n.º 11.892/2008 (BRASIL, 2008). Nesse sentido, a política de EaD pretende:

- Promover a política de integração das modalidades presencial e a distância no IFB por meio da incorporação de metodologias, tecnologias, ferramentas e conteúdos que convergem o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Assessorar as Pró-Reitorias e os *campi* quanto ao planejamento e desenvolvimento de ações pedagógicas que façam uso das TDIC (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) para favorecer as práticas educativas;
- Propor, apoiar e avaliar ações de formação para os membros da comunidade acadêmica para utilização da EaD e das TDIC voltadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão que executam no IFB;
- Apoiar o corpo docente no planejamento e na execução de disciplinas/componentes curriculares que utilizem carga-horária a distância;
- Apoiar a preparação e o aprimoramento de material didático integrado a diferentes mídias e tecnologias;
- Supervisionar e monitorar o funcionamento e as instalações dos Polos de Apoio Presencial, tendo em vista a manutenção adequada do espaço acadêmico e o atendimento presencial aos discentes;
- Fomentar o desenvolvimento de pesquisas e eventos relacionados à EaD e suas interfaces, bem como ao uso de recursos tecnológicos na educação;
- Responder pela gerência do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e fornecer formação para uso adequado da comunidade acadêmica;
- Identificar áreas potenciais para abertura de novos cursos EaD em cada *campus*, ampliando assim a oferta de cursos à distância;
- Apoiar políticas de assistência estudantil aos estudantes dos cursos de EaD.

O processo de institucionalização da modalidade a distância no IFB alinha-se aos pressupostos que constituem a base tecnológica da instituição e os princípios norteadores das ações do IFB bem como dos pressupostos didático-pedagógicos, de modo que as atividades empreendidas para o crescimento, fortalecimento e consolidação da EaD estejam em consonância com o projeto de formação da instituição no seu sentido mais amplo.

- Educação integral, que ultrapassa a ampliação de tempos, espaços e oportunidades formativas, características inerentes aos projetos da EaD do IFB, sejam nos cursos integrais a distância ou nos cursos presenciais que possuem um percentual de carga horária a distância;
- Formação baseada na indissociabilidade entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia nos cursos ofertados na modalidade a distância, por meio do

Ambiente Virtual de Aprendizagem institucionalizado e da formação pedagógica dos diferentes profissionais que colaboram para a construção das propostas formativas a distância;

- Currículo articulado à realidade do educando, compreendendo não só as necessidades do mundo do trabalho, mas também o compromisso da formação integral, que lança mão das tecnologias como ferramentas que propiciam os processos de mediação no ensino e na aprendizagem;
- A pesquisa como princípio pedagógico está nas políticas da EaD como estratégia no processo de institucionalização, seja por meio da oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, seja por meio da participação de grupos de pesquisa.

Concepção pedagógica da EaD do Instituto Federal de Brasília

A Educação a Distância movida pela atividade docente intencional exige clareza da concepção pedagógica que assume. Dentre as concepções, a Pedagogia Histórico-crítica apresenta-se coerente com o mundo concreto e as possibilidades reais de transformação da sociedade e por meio da formação de sujeitos históricos. Nesse sentido, adotaremos o trabalho como princípio educativo e a pesquisa e extensão como princípios pedagógicos.

A concepção do trabalho como princípio educativo é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos. Considerar o trabalho, nesses termos, equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, dela se apropria e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que é sujeito de sua história e de sua realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social e também se constitui como prática econômica, porque garante a existência, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades.

Na base da construção de um projeto de formação, está a compreensão do trabalho no seu duplo sentido, ontológico e histórico.

Para Aranha (1996) a pedagogia histórico-crítica busca:

Construir uma teoria pedagógica a partir da compreensão de nossa realidade histórica e social, a fim de tornar possível o papel mediador da educação no processo de transformação social. Não que a educação possa por si só produzir a democratização da sociedade, mas a mudança se faz de forma mediatizada, ou seja, por meio da transformação das consciências. (ARANHA, 1996, p. 216).

Na perspectiva histórico-crítica, compreende-se que “trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2012, p.13). Assim, nessa concepção, a prática social é ponto de partida e de chegada. Valendo-se da epistemologia da pedagogia histórico-crítica, “pela mediação do trabalho pedagógico, a compreensão e a vivência da prática social passam por uma alteração qualitativa” (SAVIANI, 2012, p. 113).

Dessa forma, essa perspectiva corrobora com a proposta de uma educação que tenha o trabalho como princípio educativo, pois o considera na perspectiva ontológica, inerente ao homem e suas relações com a natureza e suas transformações.

Como explica Saviani (2012, p. 119,120):

Quando se pensam os fundamentos teóricos, observa-se que, de um lado, está a questão da dialética, essa relação dos movimentos das transformações; e, de outro, que não se trata de uma dialética idealista, uma dialética entre conceitos, mas de uma dialética de movimento real. Portanto, trata-se de uma dialética histórica expressa no materialismo histórico, que é justamente a concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo (SAVIANI, 2012, p.119,120).

A partir disso, uma proposta teórica metodológica foi estruturada no campo da didática por João Luiz Gasparin (2005) considerando cinco passos: Prática social inicial, Problemática, Instrumentalização, Catarse e Prática social final.

Gasparin (2005) explica que o primeiro passo, a Prática Social Inicial, é o ponto de partida em que o professor e o aluno explicitam seus conhecimentos prévios a respeito do conteúdo. Conteúdo que, nesse caso, deve ser emergente prioritariamente de uma necessidade social, sem que se deixem subsumidos os conhecimentos científicos necessários ao crescimento intelectual. Pode-se dizer que o ponto de partida é, então, a prática social concreta.

O segundo passo, a Problemática, é o levantamento dos principais problemas da prática social, de modo que o máximo de questões, considerando seus múltiplos aspectos sejam referidos à luz do conteúdo científico. Tais questões serão então trabalhadas no próximo passo, a Instrumentalização.

Na Instrumentalização, o papel docente se destaca, pois é ele o profissional habilitado para o trabalho. Aqui, trata-se do momento para a aprendizagem. Quando deverão ser adotados todas as técnicas e procedimentos pedagógicos necessários para

que os alunos se apropriem de novos conteúdos.

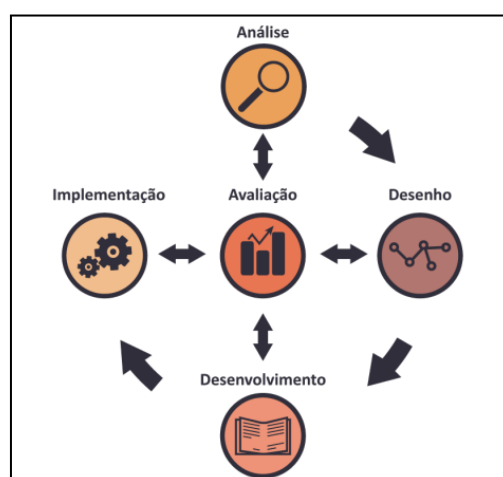
O passo seguinte, a *Catarse*, é a expressão da apropriação desses novos conteúdos. Os alunos aqui devem ser capazes de lançar um novo olhar para a prática social inicial, uma síntese que une o conhecimento científico ao conhecimento cotidiano.

Por fim, a *Prática Social* final é o resultado esperado em que os novos conhecimentos sejam apropriados de tal forma que, a partir deles, uma nova postura social diante dos objetos aprendidos seja incorporada. É a prática dos novos conhecimentos para além da sala de aula. Diante de novos saberes, o aluno então adota novas ações transformadoras em seu cotidiano.

Considerando as etapas apresentadas, cabe destacar o entrelaçamento de perspectivas teóricas que constituem o fazer pedagógico da EaD do IFB. Na etapa da instrumentalização, lançamos mão da metodologia ADDIE (*Analysis, Design, Development, Implementation, Evaluation*) como uma das técnicas que fundamentam a construção de conteúdos na EaD. A sigla ADDIE refere-se às etapas de elaboração de projetos para a EaD, sendo definidas pelas seguintes fases: Análise (*Analysis*), Desenho (*Design*), Desenvolvimento (*Development*), Implementação (*Implementation*) e Avaliação (*Evaluation*).

Apesar da perspectiva aparentemente linear, é possível garantir um percurso flexível e dinâmico entre as etapas da metodologia ADDIE. A ilustração a seguir exemplifica esse movimento.

Figura 14 - Percurso flexível e dinâmico entre as etapas da metodologia ADDIE



Fonte: Oliveira (2011)

A centralidade da avaliação é reconhecida, uma vez que a concepção de avaliação formativa proporciona uma análise do processo de forma contínua,

permeando todas as etapas de construção do desenho pedagógico dos cursos em EaD.

A formação proporcionada pela EaD do IFB deve estar condicionada à proposta formativa do IFB de forma geral, partindo de uma perspectiva da transformação coletiva, que vai além da apreensão de conhecimento para o alcance de um novo *status* social, mas sobretudo para que os sujeitos formados na nossa instituição sejam novos agentes promotores de uma mudança social coletiva.

Sobre a efetivação da pesquisa e da extensão como princípios pedagógicos, e em consequência da sociedade da informação na qual se vive hoje e do paradigma da educação em que os professores deixam de ser transmissores de conhecimentos para serem mediadores, no sentido de provocar situações problematizadoras e reflexivas, a EaD contribui com a sistematização do conhecimento.

Institucionalização da Educação a Distância do Instituto Federal de Brasília

A institucionalização da Educação a Distância é um processo dinâmico, composto por dimensões de ordem política, pedagógica e administrativa. Ao longo do histórico da EaD no IFB, observamos diversas ações que colaboraram para o fortalecimento e alcance de novas etapas da institucionalização que norteiam as ações futuras da instituição para a modalidade.

Ferreira e Mill (2014) apresentam aspectos e fatores da institucionalização organizados em cinco dimensões, quais sejam: dimensão política e filosófica; dimensão de continuidade; dimensão da comunicação; dimensão da infraestrutura; dimensão das políticas discentes. O quadro a seguir apresenta a síntese conceitual de cada dimensão e associa as características da dimensão às ações que já foram desenvolvidas pela Diretoria de Educação a Distância do IFB:

Quadro 3 - Dimensões da institucionalização e ações desenvolvidas pela Diretoria da EaD do IFB

Dimensão	Conceito	Ações desenvolvidas pela Diretoria de EaD
Dimensão Política e Filosófica	Reúne os aspectos associados à tendência da instituição em oferecer cursos na modalidade a distância, por meio do estabelecimento de políticas internas e da articulação entre as modalidades de educação presencial e a distância. (FERREIRA & MILL, 2014)	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução nº 31/2019 RIFB; • Resolução nº 32/2019 RIFB; • Transformação de coordenação geral para diretoria; • Nota Técnica 2/2022; • Nota Técnica 1/2023; • Previsão de um indicador próprio para EaD no PDI 2024/2030; • Portaria nº 10/2025 RIFB.
Dimensão de continuidade	Essa dimensão envolve os aspectos voltados ao orçamento que garante o caráter contínuo das ações da EaD na Instituição. (FERREIRA & MILL, 2014)	<ul style="list-style-type: none"> • Captação de recursos por meio dos programas de fomento externo (Rede E-Tec, Bolsa Formação e UAB (Universidade Aberta do Brasil)); • Repasse de recursos oriundos de emendas parlamentares com vistas ao fomento de cursos próprios; • Criação de cursos próprios, financiados pelo recurso financeiro do IFB: <ul style="list-style-type: none"> ○ Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho; ○ Curso Técnico Subsequente em Eventos; ○ Curso Técnico Subsequente em Agropecuária; ○ Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos integrado à Educação Profissional.
Dimensão da comunicação	A dimensão da comunicação pressupõe as “políticas de promoção das ações de EaD em âmbito interno e externo” (FERREIRA & MILL, 2014, p. 98)	<ul style="list-style-type: none"> • Visibilidade interna e externa por meio do portal próprio da EaD, que passará a ser integrado ao portal do IFB; • Representação nos fóruns da Rede de Educação Profissional e Tecnológica que tratam de temas relacionados à EaD.

Dimensão	Conceito	Ações desenvolvidas pela Diretoria de EaD
Dimensão da infraestrutura	A dimensão da infraestrutura engloba não apenas os recursos físicos e tecnológicos, mas a estruturação técnico-pedagógica e a formação das equipes responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento das ações de EaD na instituição.	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto aos recursos físicos e tecnológicos, a EaD do IFB dispõe de espaço próprio e que será ampliado, de modo a atender os projetos e ações de fomento à modalidade. O novo espaço faz parte do projeto do Centro de Referência; • Há sistemas informatizados de gestão dos cursos a distância: SGA e SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública); • A Diretoria de EaD conta com servidores lotados no próprio setor, além de gestor (a) institucional dedicado (a) à EaD; • Contamos com um programa permanente de formação e desenvolvimento dos servidores para atuarem nos cursos a distância, por meio das trilhas formativas, além da oferta de oficinas, cursos on-line e presenciais sobre os mais variados temas relacionados à EaD.
Dimensão das políticas discentes	A dimensão das políticas discentes estão relacionadas às políticas institucionais que garantem a permanência e o êxito dos estudantes da EaD	<ul style="list-style-type: none"> • Os estudantes dos cursos EaD e dos cursos presenciais com percentual de carga horária a distância dispõem de suporte acadêmico e tecnológico pleno, efetivamente a distância; • Temos um Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, administrado pela Diretoria de EaD; • Os cursos a distância dispõem de acervo bibliográfico on-line; • Os estudantes dos cursos de EaD dispõem de serviços e direitos institucionais, tais como participação em eleições, serviços de registro acadêmico e possibilidade de realizar projetos de pesquisa e extensão.

Conforme explicitado, a natureza processual da institucionalização da EaD no IFB nos permite avaliar o caminho percorrido de forma satisfatória, uma vez que a modalidade vem se inserindo gradativamente na organização da instituição como um todo. Ainda valendo-se do processo, sabemos que os desafios são muitos e que devemos continuar no esforço de construir políticas e ações internas que garantam a melhoria da EaD no IFB.

Em cada dimensão apresentada, observamos a existência de desafios e potencialidades no movimento de fortalecimento da EaD por meio da institucionalização, o que nos motivou a elaborar um indicador para o PDI 2024/2030 que contemplasse os elementos importantes oriundos dessas dimensões. Nesse sentido, as ações de fomento à institucionalização da EaD envolverão os aspectos relacionados à formação para a EaD, à integração das modalidades presencial e a distância, às políticas discentes no âmbito da EaD e ao fomento à infraestrutura necessária para a promoção da institucionalização.

Assumindo a relevância dos aspectos supracitados e ao mesmo tempo destacando a relevância dos processos formativos em uma instituição de ensino, consideramos que a formação para a EaD é um ponto forte e estratégico no contexto da institucionalização. A seção a seguir apresentará as ações executadas e os projetos a serem desenvolvidos pela Diretoria de Educação a Distância no âmbito da formação.

A formação sobre a EaD para a construção de sentidos e significados sobre o desenvolvimento da modalidade no IFB

A oferta de cursos EaD leva a instituição a adentrar-se em um contexto específico sob o ponto de vista teórico e metodológico. Envolve conhecer os fundamentos da modalidade, seu histórico, limites e potencialidades. Requer da instituição um movimento múltiplo e complexo, que envolve o abandono das representações limitantes, capazes de inibir as vantagens da EaD, ao mesmo tempo que sugere a adoção de medidas que resultem na construção de sentidos e significados da EaD para a própria instituição, considerando suas necessidades e peculiaridades.

A formação é um elemento fundamental dentro desse movimento múltiplo e complexo, uma vez que se torna fator estratégico para a construção de uma EaD atenta aos interesses institucionais. Desse modo, a Diretoria de Educação a Distância possui um histórico de ações formativas que acompanham as tendências da modalidade e preparam os servidores para o ingresso neste universo de possibilidades.

As ações formativas fomentadas pela Diretoria de Educação a Distância (DEaD) envolvem a oferta de cursos, oficinas, reuniões e eventos que abordam os temas relacionados ao uso das tecnologias no contexto educacional. Um dos eventos formativos realizados pela DEaD é o Fórum de Educação a Distância do IFB. O Fórum é

um evento anual de abrangência nacional que contempla atividades como conferências, palestras, mesas redondas e comunicações orais; tem como objetivo discutir e promover o intercâmbio e o debate entre pesquisadores e interessados no tema. É um espaço rico para os debates demonstrando os rumos institucionais, sendo um espaço de discussão e aprimoramento das políticas para a modalidade.

Fomentar projetos de formação sobre os fundamentos teóricos e metodológicos da EaD é construir, de forma contextualizada, os interesses do IFB para a modalidade. Esse sentido da formação extrapola os limites da instrumentalidade e coloca as tecnologias no papel de meio e não de fim em si mesmo, assumindo, portanto, a centralidade dos aspectos pedagógicos.

Trilha de Formação em Educação a Distância

No âmbito da educação brasileira, as trilhas de aprendizagem estão em voga na implantação de projetos voltados ao desenvolvimento das mais variadas competências. Essa metodologia proporciona uma estratégia de aprimoramento que articula a inovação e a eficiência, assim com aprendizado contínuo, por meio de diferentes formas de aperfeiçoamento de cunho pessoal e profissional articulado à organização e ao planejamento voltado às práticas profissionais.

O projeto desenvolvido no âmbito da DEaD teve como objetivo geral promover formação continuada aos profissionais da educação do IFB (professores e técnicos) sobre as estratégias tecnológicas digitais e pedagógicas na modalidade da educação a distância e não presencial, a partir da metodologia da Trilha da Aprendizagem.

Foram construídos cinco eixos temáticos (denominados trilhos), com abordagens voltadas aos conhecimentos necessários para o desenvolvimento das atividades não presenciais bem como as atividades da EaD, enquanto modalidade institucional do IFB. Seguem as denominações dos trilhos:

- Trilha 1: Como planejar atividades não presenciais?
- Trilha 2: Quais as metodologias aplicadas na EAD?
- Trilha 3: Como produzir e utilizar conteúdos multimídias na EaD?
- Trilha 4: Como avaliar a aprendizagem na EaD?
- Trilha 5: Quais são os processos para criação de cursos EaD?
- Trilha 6: Como planejar a carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais?

Destaca-se que essa formação continuada objetiva alcançar profissionais da educação que atuam em diversas áreas de conhecimento. Com isso, a proposta da Trilha de Formação em Educação a Distância foi composta por diversos percursos disponibilizados por meio de variadas mídias e recursos tecnológicos digitais como, por

exemplo, videoaulas, *podcasts*, *lives* e oficinas virtuais, bem como estratégias pedagógicas e ferramentas de interação síncronas e assíncronas entre outras.

A ideia da Trilha de Formação em EaD partiu de uma necessidade concreta, isto é, do movimento de adaptação a uma realidade imposta pela pandemia, que exigiu do corpo docente uma formação específica. No entanto, o projeto não se esgota no contexto pandêmico, isto é, no período de atividades não presenciais. A trilha continua disponível ao corpo técnico e docente do IFB, abordando temáticas associadas ao uso das tecnologias educacionais no âmbito da EaD.

Os resultados alcançados com o projeto Trilha de Formação em EaD apontam para o sucesso na oferta de diferentes possibilidades formativas, ancoradas na flexibilidade e dinamicidade do acesso a tais conteúdos. Buscamos um formato em que o cursista tenha autonomia para consultar o material, fazer cursos, assistir aos tutoriais disponíveis sem a necessidade de emitir certificados, trazendo assim uma nova concepção de formação continuada.

O desafio está na manutenção da trilha, isto é, da sua constante atualização considerando as necessidades apresentadas pelo corpo docente e técnico do IFB. Nessa perspectiva e considerando a natureza dinâmica das trilhas, em 2023, foi criado um novo trilho, intitulado “Como planejar a carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais?”. A ideia central é manter o constante diálogo com a comunidade do IFB, a fim de levantar as demandas e possibilidades formativas que podem ser inseridas na metodologia das trilhas.

Centro de Referência em Educação a Distância

No bojo das ações voltadas à institucionalização da EaD no IFB, compreendendo a formação para o uso da modalidade como fator estratégico, iniciamos, em 2022, o projeto do Centro de Referência em Educação a Distância. Trata-se de um projeto robusto, que envolve desde os aspectos da infraestrutura aos aspectos voltados à oferta de novos cursos, à formação dos servidores e a discussão mais ampla das políticas institucionais para a EaD. O objetivo geral do Centro de Referência é desenvolver ações institucionais de fomento à EaD por meio da inauguração do Centro de Referência em Educação a Distância do Instituto Federal de Brasília. Com o desenvolvimento do projeto, observou-se a necessidade de direcionar o projeto para ações formativas nas suas diferentes dimensões, compreendendo a formação como elemento estratégico para o desenvolvimento pleno das atividades de EaD institucionais. Nesse sentido, o Centro de Referência passa a ser denominado Centro de Formação em EaD.

A criação do Centro de Referência é mais uma das ações estratégicas de fortalecimento da modalidade de Educação a Distância no IFB. Visa legitimar o processo de institucionalização, disponibilizando à comunidade interna e externa, por meio de projetos e ações diversas, um espaço físico que favoreça a troca de experiências entre o IFB e diversos setores da sociedade e entes institucionais.

Escola Virtual

A Escola Virtual, inaugurada em 2023, é outra ação estratégica visando o fortalecimento da modalidade de Educação a Distância no IFB e legitimando o processo de institucionalização por meio da ampliação da participação dos *campi* na construção da Modalidade de Educação a Distância no âmbito do IFB, além de prospectar o IFB para a comunidade externa em nível local e nacional por meio de cursos autoinstrucionais, massivos e abertos, que são os chamados cursos MOOCs.

O potencial da Escola Virtual para o fortalecimento das ações institucionais da EaD perpassa pela oferta de cursos produzidos pela própria instituição, alinhados aos princípios basilares da Educação Profissional e Tecnológica e à qualidade do ensino ofertado pela Rede Federal, sendo pois uma oportunidade de formação sólida e articulada ao contexto do trabalho enquanto princípio educativo. Ademais, os cursos da Escola Virtual também possuem a função de apresentar o IFB à comunidade externa de maneira ampliada, uma vez que o fluxo de estudantes tende a ser alto. Dessa forma, torna-se espaço de divulgação e desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão do IFB, pois, se servirem de cartão de visita, servirão também como um convite para aos cursistas da Escola Virtual que queiram conhecer os demais cursos ofertados pelo IFB.

No âmbito das ações já existentes no IFB, a Escola Virtual também se apresenta como estratégia para integrar as modalidades presencial e a distância, por meio de projetos que auxiliem os estudantes no aprofundamento dos estudos, no apoio pedagógico voltado às dificuldades de aprendizagem, bem como nos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Universidade Aberta do Brasil

O IFB inicia sua primeira oferta no âmbito da Universidade Aberta do Brasil no segundo semestre de 2022 por meio da oferta do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT), na modalidade a distância, sendo que o curso tem como objetivos: capacitar profissionais da educação para lecionar nas ofertas da Educação Profissional, especialmente para os Cursos

Técnicos de Nível Médio; estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a Educação Profissional como campo de estudos; e promover a Educação a Distância como estratégia educativa, especialmente na Educação Profissional.

O público-alvo do curso é constituído por professores que atuam no ensino médio das redes públicas municipais, estaduais, distrital e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dentre outros pontos, este curso também objetiva atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) ao defender que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996); bem como Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. O quadro 4 apresenta os pólos e totais de vagas inicialmente ofertados pelo curso, todos no âmbito do Distrito Federal. É importante ressaltar a importância desse curso na região, dado que a Educação Profissional e Tecnológica de nível médio apresentou, conforme a publicação “Panorama da Capacitação no Distrito Federal” do IPEDF - 2022 (Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal), uma evolução do número de matrículas na EPT de nível médio por eixos tecnológicos, entre 2011 e 2020. No total para o DF, as matrículas atingiram a máxima histórica em 2020, alcançando 26.180 matrículas, quarto resultado consecutivo de crescimento. Dessa forma, tais evidências realçam a importância da oferta de um curso de formação de professores para a EPT.

Quadro 4 — Polo/Vagas Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica DocentEPT

Polo	Vagas
Campus Recanto das Emas	40
Campus Brasília	50
Campus Samambaia	50
Campus Planaltina - DF	40
Polo Planaltina - GO	40
Polo Alexânia	40
Polo Niquelândia	40
Total	300

A Universidade Aberta do Brasil também conta com dois cursos superiores de graduação, a saber: licenciatura em Matemática e licenciatura em Letras Inglês. Tais

curso são ofertados nos polos de apoio presencial do Distrito Federal e do estado de Goiás, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Oferta 2023 a 2027

Licenciatura em Letras Inglês		Licenciatura em Matemática	
Polo	Vagas	Polo	Vagas
Campus Riacho Fundo	60	Campus Brasília	60
Campus Recanto das Emas	60	Campus Estrutural	60
Campus São Sebastião	60	Campus Samambaia	60
Campus Planaltina	60	Campus Taguatinga	60
Polo Planaltina - Goiás	60	Polo Formosa	60
Polo Formosa	60	Polo Goianésia	60
Polo Alto Paraíso	60	Polo Alexânia	60
Polo Alexânia	60	Polo Planaltina - GO	60
Polo Águas Lindas	60	Total	480
Polo Santo Antônio	30		
Polo Mineiros	60		
Polo Goianésia	60		
Total	690		

Fonte: Diretoria de Educação a Distância/IFB

Os cursos de licenciatura visam atender aos requisitos legais de formação de professores para a educação básica e também estão alinhados com os indicadores socioeconômicos das regiões onde os cursos são oferecidos, vide Quadro 6.

Quadro 6 – Dados socioeconômicos de polos EaD / UAB

Município/DF	PIB per capita [2020]	(IDHM) [2010]	Matrículas no ensino médio [2021]	Taxa de aprovação no ensino médio [2021]	Taxa de abandono no ensino médio [2021]
Águas Lindas - GO	R\$ 11.052,96	0,686	5.481	97%	-
Alexânia - GO	R\$ 35.507,95	0,682	3.728	96,9%	1,2%
Alto Paraíso de Goiás - GO	R\$ 29.784,01	0,713	347	98,7%	0,0%
Formosa - GO	R\$ 22.142,56	0,744	4.548	99,4%	0,1%
Mineiros - GO	R\$ 38.421,24	0,718	2.419	97,3%	0,2%

Planaltina - GO	R\$ 15.906,74	0,669	3.688	99,9%%	0%
Santo Antônio- GO	R\$ 10.740,31	0,723	2.160	94,3%	2,3%
Distrito Federal – DF	R\$ 87.016,16	0,824	5.912	88,0%	1,0%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE) -2021

As localidades onde o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica– DocentEPT e os Cursos de Licenciaturas são ofertados apresentam PIB per capita acima do patamar do Brasil para o ano de 2020, que foi de R\$ 35.935,74, em dois locais (DF e Mineiros-GO) enquanto as demais localidades apresentam valores abaixo do valor nacional do indicador. Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), tais locais apresentam valores que se situam na faixa de médio IDHM (Alexânia – GO), Alto IDHM (Alto Paraíso de Goiás – GO, Formosa – GO e Mineiros – GO) e Muito Alto IDHM (Distrito Federal – DF). Quanto aos dados e taxas relativas ao ensino médio, nota-se uma alta taxa de aprovação em todas as localidades, acima de 80%, dadas as matrículas efetuadas nas várias redes de ofertas, e baixas taxas de abandono, em torno de 1%.

A oferta destes cursos voltados à formação de professores, bem como as políticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas pró-reitorias do IFB, que inserem os alunos dos cursos da modalidade a distância, se alinham como o desenvolvimento local no sentido de ofertar uma educação crítica e emancipadora que promova melhorias socioeconômicas e desenvolva, também o perfil humano e empreendedor dos indivíduos dessas regiões. Além disso, essas ofertam buscam atender a meta 15 do PNE (Plano Nacional de Educação) 2014-2024, vigente, que almeja garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

VIII. Formação de Professores da Educação Básica

Os princípios da Política Institucional do IFB para a Formação de Professores da Educação básica estão de acordo com a [Resolução CNE-CP 2/2015](#), são os que se seguem:

- a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases

científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

- a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;
- a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;
- a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras;
- a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;
- um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;
- a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;
- a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação;
- a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica;
- a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.

A gestão democrática e o planejamento participativo são garantidos pelas atuações do Colegiado de Curso e respectivo Núcleo Docente Estruturante (NDE), cujas atribuições estão detalhadas na [Resolução CS-IFB 6/2015](#).

Os egressos das licenciaturas do IFB deverão estar aptos a ([Resolução CNE-CP](#)

[2/2015](#)):

- atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;
- dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
- participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a

própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

- estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Os currículos dos cursos de licenciatura do IFB serão detalhados nos respectivos Projetos Pedagógicos (PPC) e, conforme a Resolução CNE-CP 4/2024, deverão garantir conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Além desses conteúdos, os currículos deverão incluir:

- prática como componente curricular: pode ser compreendida como momento complementar à formação teórica, em que são desenvolvidas atividades voltadas para a formação de habilidades específicas. Nessas práticas, os discentes, sob orientação de docente, podem realizar ensaios, experimentos e procedimentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo ou em ambiente de exercício profissional;
- estágio supervisionado: a integração com a educação básica pública ocorre de várias formas. Há convênio entre IFB e Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), que tem por objeto a realização de estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, pelos discentes das licenciaturas do IFB nas escolas da SEDF. Cabe ressaltar que esses estágios, podem ser realizados no próprio IFB, uma vez que também são ofertados cursos técnicos integrados ao ensino médio;
- atividades teórico-práticas em áreas de interesse do discente (complementares): em seu planejamento anual, os cursos de licenciatura do IFB contemplarão a organização de atividades complementares que envolvam as dimensões da formação docente. No entanto, os discentes poderão participar de atividades complementares, durante o decorrer do seu curso, externas ao IFB, podendo concorrer aos recursos da assistência estudantil no programa de apoio ao desenvolvimento técnico-científico;
- trabalho de conclusão de curso ([Resolução 19/2022 - CS/RIFB/IFBRASILIA](#)): o trabalho de conclusão de curso (TCC) é compreendido como atividade culminante do percurso formativo, devendo sua definição, organização e funcionamento estar vinculado ao perfil de egresso das licenciaturas.

Cabe ainda destacar que, como fruto da articulação entre as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), foram definidos princípios orientadores dos cursos de formação de professores considerando os princípios que sustentam a RFEPECT como projeto educativo:

- Ciência, cultura, tecnologia e trabalho como fundamentos para a educação integral e omnilateral para a formação de professores para a Educação Básica: Alinhamento dos currículos dos cursos de formação de professores com base na consolidação dos princípios que sustentam a RFEPECT como projeto educativo - ciência, cultura, tecnologia e trabalho como fundamentos para a educação integral e omnilateral em contraposição ao conceito de aprendizagens essenciais;
- Educação como ciência: A compreensão da Educação como ciência que interpreta a complexidade do fenômeno educacional como processo psicossocial. Nesse sentido, os currículos dos cursos de formação de professores devem considerar o aprofundamento das teorias que constituem o corpus das ciências da educação contribuindo para a compreensão e interpretação da complexidade do fenômeno educacional a partir do domínio teórico-metodológico que o sustenta, tanto do ponto de vista do processo individual, como do ponto de vista social, cultural e humano;
- Prática educativa como objeto de estudo por meio da valorização da ciência da educação: A materialização da prática educativa e suas nuances reúne diversas ciências, que isoladamente, não são suficientes para explicar e compreender a prática educativa. Isso requer a valorização das ciências da educação que buscam compreender esse processo e seus sujeitos no contexto educacional. Exige, ainda, a compreensão da práxis educativa – como objeto da ciência pedagógica - como ação intencional, reflexiva e transformadora dessa práxis, devem contemplar três dimensões da Pedagogia: a epistemológica, a prática e a disciplinar;
- Autonomia Didático-pedagógica: Diálogo com a política de criação e consolidação da Rede Federal desenvolvida na última década, considerando como condição sine qua non a manutenção da autonomia institucional e didático-pedagógica frente à criação, oferta e organização curricular de cursos e ações de EPT no âmbito da formação de professores;
- Verticalização da oferta como eixo articulador da relação da Formação de Professores na Rede Federal e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada o Ensino Médio Integrado: Considerando a formação humana integral, a omnilateralidade e a relação educação-trabalho como os

preceitos básicos da organização do currículo e da docência na educação básica;

- Competência concebida como práxis: Os currículos dos cursos de formação de professores devem transpor a concepção de competência tácita, prática que não considera a base científica que a sustenta. A competência como práxis pressupõe a unidade estreita relação entre teoria e prática, articulada à dimensão social e científica da formação docente. Competência deve ser entendida como síntese de múltiplas dimensões (cognitivas, afetivas, sociais e psicomotoras), são históricas, se evidenciam em situações concretas da prática social (KUENZER, 2021);
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: Percurso formativo dos cursos de licenciatura que articule ensino, pesquisa e extensão como condições para a formação de professores com perfil pesquisador, crítico, reflexivo e comprometido com as transformações necessárias à prática social e com os sistemas educacionais em particular. Fortalecimento da pesquisa como princípio pedagógico e da curricularização da extensão;
- Indissociabilidade da teoria e da prática: A noção de prática nos currículos dos cursos de formação de professores não deve se sobrepor ao domínio do conhecimento científico-tecnológico e sócio-histórico. Ao contrário, o domínio dos conhecimentos que sustentam cientificamente a prática docente para o enfrentamento da complexificação dos processos de trabalho na educação, devem ser objeto de aprofundamento ao longo da trajetória curricular, de forma a contribuir com impactos da ação docente na qualidade da educação, bem como nas formas de vida social;
- Prática social como ponto de partida e demandas sociais e educacionais como ponto de chegada: Currículo que tome como ponto de partida a prática social e objetivo como ponto de chegada às demandas sociais daqueles que vivem do trabalho com vistas à emancipação humana por meio da democratização do conhecimento, bem como das oportunidades de trabalho e da participação social. (KUENZER, 2009);
- Interdisciplinaridade: Os currículos dos cursos de formação de professores devem privilegiar o aprofundamento da articulação de conhecimentos considerando a superação da fragmentação do pensamento e da visão parcelar dos fenômenos educacionais em particular e do mundo em geral. O currículo de base interdisciplinar encaminha para a compreensão e articulação das múltiplas ciências que o compõem, de forma a contribuir para a construção de conhecimento aprofundado em relação aos fundamentos e aos objetos de estudo da educação, possibilitando o domínio

da relação entre o todo e as partes, entre a teoria e a prática. Organiza-se a partir de um modo dialético de pensar, fundamentado na historicidade, favorecendo a integração entre as ciências da educação;

- Aprofundamento da relação orgânica com os demais Sistemas de Educação Básica: Em especial no que se refere à contribuição da formação continuada de professores cujos fundamentos remetem aos princípios orientadores deste documento. Considera o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), a Residência Pedagógica e o estágio supervisionado como locus privilegiado da relação com as escolas e os docentes da Educação Básica, por meio do diálogo e da promoção de práticas que consideram a educação humana integral;
- Enfrentamento para permanência e êxito dos estudantes das licenciaturas: Desenvolvimento de currículos e políticas educacionais que contribuam para a permanência e êxito dos estudantes nos cursos de licenciatura, ao promover a oferta de educação regular com características adequadas às condições e necessidades dos estudantes, desde as concepções do acesso. Tais políticas se orientam à desnaturalização do fracasso acadêmico, a partir da ideia de que as desigualdades sociais, e as consequentes diferenças nas condições objetivas e subjetivas dos estudantes, justificam a permanência e êxito apenas de alguns. Pelo mesmo princípio, desloca-se o foco da esfera individual para a institucional, sustentando a ideia de que as políticas educacionais são capazes de alcançar funções e resultados mais amplos a partir de suas relações com a sociedade;
- A avaliação do ensino e da aprendizagem ao longo do percurso formativo orientada pela concepção diagnóstica, formativa, processual, emancipatória e participativa: As práticas avaliativas previstas e realizadas nas licenciaturas devem considerar as trajetórias individuais dos futuros professores, a reflexão e a vivência da investigação sobre os próprios processos educativos no percurso formativo, de forma a transpor as experiências práticas nos componentes curriculares da formação de professores para a prática avaliativa emancipadora na educação básica;
- Metodologia orientada pelo trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico: Os currículos e as práticas formadoras de professores devem orientar-se pelo trabalho como princípio educativo, ou seja, pela compreensão da historicidade da produção científica e tecnológica, desenvolvidos e apropriados socialmente que promove a transformação das condições da vida e a ampliação das capacidades e sentidos humanos (RAMOS, 2008). A pesquisa como princípio pedagógico

deverá contribuir para o desenvolvimento da atitude de questionamento diante da realidade orientando as práticas pedagógicas;

- **Inclusão e Necessidades Específicas:** Os currículos dos cursos de formação de professores devem proporcionar o desenvolvimento de uma prática docente inclusiva, que esteja em consonância com a diversas realidades e necessidades educacionais específicas dos estudantes presentes em sala de aula, oportunizando um ambiente favorável para o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais;
- **Inclusão das relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade:** Os currículos de formação docente devem contemplar a diversidade étnico- racial, de classe, de gênero e sexualidade, de forma a considerar a diversidade cultural e social, oportunizando uma formação docente crítica e que promova práticas antirracistas, anti-sexistas e de respeito e valorização da diversidade;
- **Educação Ambiental:** Inserção curricular da educação ambiental com base em uma perspectiva crítica dos desafios ambientais nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais, considerando a concepção integrada, interdisciplinar e permanente da prática pedagógica, privilegiando a relação entre o todo e as partes na interdependência entre o ser humano e o meio natural, social econômico e cultural;
- **Educação Popular:** O currículo dos cursos de licenciatura deve promover a reflexão sobre a educação popular, por meio da valorização dos saberes prévios dos sujeitos e de suas realidades culturais com vistas à construção de novos saberes para a formação da cidadania e transformação social;
- **Educação do Campo:** Abordagem curricular da educação do campo como fenômeno social, cultural, político e econômico, cuja reflexão deve encaminhar para a necessária construção de práticas pedagógicas que considerem a realidade dos sujeitos e territórios dos movimentos sociais com vistas à consolidação dos valores e princípios dos que vivem no campo e do campo;
- **Educação de Jovens e Adultos:** A Educação de Jovens e Adultos inserida no currículo de formação de professores a partir da sua abordagem como proposta reparadora da negação do direito ao acesso e permanência na educação básica em idade considerada apropriada. Proposta educacional radicalmente comprometida com a superação das desigualdades e das injustiças sociais, incorporando valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos que contribuam para a emancipação humana. (RAMOS, 2010);

- Educação em direitos humanos: inserir no currículo da formação de professores a educação em e para os direitos humanos como estratégia de mediação para fortalecimento da democracia e compreensão do conjunto de direitos humanos garantido a todas as pessoas, visando a construção de uma educação socialmente referenciada.

IX. Programas de integração entre a educação básica e a educação superior para as licenciaturas

Residência Pedagógica

O [Edital Capes nº 06/2018](#) foi o primeiro edital do Programa de Residência Pedagógica, que visa a: I. aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias; II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica; III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES (Instituição de Ensino Superior) e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores.

O IFB participou da primeira edição do Programa de Residência Pedagógica da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que destinou bolsas de residentes aos estudantes de licenciatura matriculados nos anos finais da graduação. A residência pedagógica tem o total de 440 horas de atividades distribuídas da seguinte forma: 60 horas destinadas à ambientação na escola; 320 horas de imersão, 2 sendo 100 de regência, que incluirá o planejamento e execução de pelo menos uma intervenção pedagógica; e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades.

O IFB mantém-se participando das edições do Programa de Residência Pedagógica, conforme se observa na tabela abaixo com as oferta de vagas e o número de estudantes atendidos pelo Programa de Integração, Residência Pedagógica:

Quadro 7 — Número de estudantes atendidos pelo Programa Residência Pedagógica nos últimos 3 biênios

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA/ CAPES	
Biênio	Estudantes atendidos
2018-2020	192
2020-2022	24
2022-2024	135

Em 2024, o programa foi descontinuado pela CAPES e foi restaurado o modelo de programa único de formação docente para o nível de graduação, indo do primeiro ao último semestres de curso o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Igualmente, foi aventada, no final de 2023, pela CAPES, a possibilidade de criação de um outro programa, a Residência Docente, visando a atender docentes em começo de carreira. Caso seja lançado o edital, o IFB submeterá uma proposta para oferecer o referido programa como dimensão da formação continuada docente.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)

O PIBID é um programa da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes dos cursos de licenciatura sua inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica. Para o desenvolvimento dos projetos institucionais de iniciação à docência, o programa concede bolsas aos licenciandos, aos professores das escolas da rede pública de educação básica e aos professores das IES.

O programa foi criado em setembro de 2009, no âmbito de um conjunto de políticas públicas que visavam a ampliação, valorização e aprimoramento da formação docente no país. Nesse sentido, o PIBID e os Institutos Federais são fruto de um mesmo momento histórico, compartilhando missões e diretrizes semelhantes, tais como a capilarização do ensino superior, o desenvolvimento regional por meio da extensão de saberes e práticas científicas, a verticalização por meio do amálgama entre educação básica e licenciaturas, entre outros.

Nessa perspectiva, é possível observar como os Institutos Federais são instituições extremamente propícias para o desenvolvimento de programas de formação docente, em especial, por seu alto grau de enraizamento nas comunidades onde estão os seus campi, bem como por contarem com cursos de diferentes níveis

coexistindo num mesmo espaço e sendo protagonizados pelos mesmos atores, com destaque especial para o/a docente EBTT.

O programa estabelece bases para o desenvolvimento de projetos institucionais que potencializem os pontos fortes que cada IES dispõe e que sejam adequados às realidades das escolas parceiras, em especial as secretarias de educação. Nesse particular, no que concerne ao IFB, podemos desenvolver projetos que sejam também desenvolvidos nos nossos campi como escolas parceiras, tendo como supervisores/as docentes de nosso quadro.

Desde 2014, o IFB submeteu propostas de programas institucionais aos editais Edital Pibid 61/2013, Edital CAPES nº 7/2018, Edital Pibid nº 2/2020 e Edital nº 23/2022, obtendo êxito nesses processos seletivos. A tabela abaixo aponta o número de estudantes atendidos pelo PIBID IFB.

Quadro 8 — Número de estudantes atendidos pelo Programa PIBID nos últimos 3 biênios

PIBID IFB / CAPES		
Biênio	Estudantes Bolsistas Atendidos	Estudantes Voluntários Atendidos
2014-2016	48	0
2016-2018	48	0
2018-2020	72	6
2020-2022	24	2
2022-2024	192	16

Cabe destacar que no ano de 2024 o PIBID voltou a ter o mesmo desenho que inicialmente foi pensado e aprimorado até 2016, contemplando discentes do começo ao final do curso de licenciatura e tendo como objetivos centrais:

- I - incentivar a formação de professores da educação básica em nível superior e fortalecer os cursos de licenciatura das IES participantes;
- II - enriquecer a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
- III - promover a integração entre a educação superior e a educação básica, estabelecendo a colaboração mútua entre IES, redes de ensino e escolas em prol da formação inicial de professores;

- IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação básica, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências pedagógicas de caráter inovador e interdisciplinar;
- V - valorizar as escolas públicas de educação básica como espaço privilegiado dos processos de formação inicial para o magistério, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes;
- VI - contribuir para a construção e a valorização da identidade profissional docente dos licenciandos;
- VII - induzir a pesquisa, a extensão e a produção acadêmica, de modo colaborativo, com base no contexto escolar;
- VIII - contribuir para o aprimoramento de projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura das IES, a partir das experiências do PIBID; e
- IX - propiciar aos estudantes de licenciatura a vivência da cultura escolar e do magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente.

O Edital nº 10/2024 apresentou aprimoramentos para a construção de uma cultura docente articulada com perspectivas humanistas, em especial, o referido edital apresenta inovações que busca fortalecer ações formativas que contemplem sete eixos, quais sejam:

- I - O direito à educação;
- II - A educação integral;
- III - O compromisso social e valorização dos profissionais da educação;
- IV - A gestão democrática do ensino público;
- V - Práticas sociais e cidadania;
- VI - Respeito e valorização das diversidades étnicas e raciais e de gênero; e
- VII - Educação em direitos humanos.

Esses eixos encontram enorme ressonância na missão, na visão e nos valores do IFB, bem como no PDI do IFB 2024-2030. Desse modo, a instituição seguirá fazendo esforços na direção da construção de projetos institucionais do PIBID articulados com ações formativas complementares por meio da DEaD.

2.4.2 Extensão e Cultura

No âmbito do IFB, as atividades de extensão e cultura são desenvolvidas pela Pró- Reitoria de Extensão e Cultura (PREX). Entre as finalidades dos Institutos Federais estão o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e

tecnológica; a realização e estímulo à pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Além dessas finalidades, está, entre os objetivos do IFB, o de desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Dessa forma, entende-se a extensão como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. A extensão tem como pressuposto a interação acima descrita, em articulação com o ensino e a pesquisa, contribuindo para o processo formativo do educando. Nesse sentido, ela envolve, necessariamente, a comunidade externa.

Considerando essa perspectiva, a PREX busca prospectar parcerias através de acordos de cooperação e convênios de estágio com instituições públicas e privadas, de diversas esferas, a fim de proporcionar oportunidades aos estudantes do IFB de agregar conhecimentos e práticas que os aproximem da área em formação para, consequentemente, aumentar suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho. As parcerias também contribuem para o desenvolvimento social, cultural e educacional da comunidade acadêmica.

Considerando a dinâmica do processo de ensino, pesquisa e extensão, a PREX tem como responsabilidade desenvolver ações que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e, assim, retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

A PREX é responsável pelas temáticas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência, gênero, raça, diversidade sexual e população em vulnerabilidade social, envolvendo o ensino e a pesquisa. A PREX também atua em parceria com os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) de cada *campus* para atender às demandas locais, contribuir e disseminar a cultura de “educação para a convivência”, de aceitação da diversidade e, principalmente, de buscar a quebra de barreiras educacionais, comunicacionais e atitudinais, de forma a promover a inclusão na educação profissional e tecnológica.

A captação de editais externos e a elaboração de editais internos para fomento de ações de extensão são também atividades da PREX. Estas têm como finalidade estimular a produção, o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, socioculturais, artísticos, desportivos e de inovação tecnológica. Além disso, visam promover a inclusão social e a contribuição para a promoção do respeito à diversidade, a integração dos estudantes e dos servidores com as comunidades,

oportunizando acesso/ troca /construção do conhecimento gerado no âmbito do IFB.

A PREX atua com as seguintes ações: programas de extensão; projetos de extensão; cursos livres de extensão (cursos livres, de Formação Inicial ou de Qualificação Profissional); eventos de extensão; prestação de serviços; relações interinstitucionais.

São 8 as áreas temáticas da extensão: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; trabalho. São 20 as linhas temáticas de atuação da PREX, sendo elas: Ensino aprendizagem, Artes, Comunicação comunitária, Desenvolvimento de produtos, Inclusão e Desenvolvimento humano, Desenvolvimento local e regional, Desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo, Direitos Individuais e coletivos, Emprego e renda, Esporte e Lazer, Estilismo, Gestão, Grupos sociais vulneráveis, Jovens e Adultos, Patrimônio cultural, histórico e natural, Questão ambiental, Promoção à saúde, Saúde animal, Segurança Pública e Defesa Social, Tecnologia da Informação.

As ações de extensão contribuem para disseminação/construção do conhecimento e possibilita a todos os envolvidos nesse processo uma maior compreensão do papel do IFB a favor de um atendimento educacional adequado a todos os estudantes.

As ações de extensão no IFB são regulamentadas pela Resolução 42/2020, de 18/12/2020.

2.4.3 Pesquisa e a inovação

A pesquisa, a pós-graduação e a inovação no IFB são desenvolvidas por meio da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação e suas coordenações com apoio do Fórum de Coordenadores de Pesquisa e Inovação, do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e do Conselho Editorial (Consed).

A política de pesquisa, pós-graduação e a inovação no IFB visa à formação científica e tecnológica em todos os níveis e modalidades de ensino. São incentivadas ações para a produção de conhecimento científico, produção tecnológica e empreendedorismo cujas soluções atendam a demanda de problemas reais, locais e regionais de forma a contribuir com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e entorno.

A política de pesquisa, pós-graduação e a inovação no IFB tem por finalidade:

- Integrar a pesquisa e a inovação com as ações de ensino e extensão, por meio da promoção de eventos articulados e elaboração de editais conjuntos:
 - Estimular a criação e fortalecimento dos grupos de pesquisa;
 - Estimular a publicação dos resultados dos projetos de pesquisa, pós-

graduação e inovação desenvolvidos por pesquisadores e estudantes do IFB;

- Promover eventos para a divulgação científica e tecnológica do IFB;
- Difundir a cultura e a prática da pesquisa científica e inovadora entre os discentes e servidores (docentes e técnicos administrativos) do IFB.
- Incentivar a pesquisa aplicada e tecnológica em consonância com a lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 2008).
- Promover a cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual como estratégia deliberada para o desenvolvimento sustentável do DF e entorno.

As ações voltadas para o apoio ao desenvolvimento da pesquisa e inovação no IFB são:

- Programa de concessão de bolsas de iniciação científica e tecnológica para estudantes dos cursos técnicos e superiores do IFB (PIBIC E PIBITI);
- Programa de Apoio Para Consolidação dos Grupos de Pesquisa do IFB (PROGRUPOS);
- Fábrica de Ideias Inovadoras (Fabin): programa que apoia o desenvolvimento de ideias potencialmente inovadoras;
- Revista Eixo: publicação técnico-científica com periodicidade quadrimestral;
- CT-Infra para apoiar a melhoria da infraestrutura física de laboratórios multiusuários e compra de equipamentos;
- Programa de Apoio à Pesquisa Aplicada e Prática Profissional (PAPP);
- Programa de concessão de bolsas de Pós-graduação Strictu sensu.

As ações voltadas para a divulgação científica e tecnológica do IFB são:

- Semana de Produção Científica: evento anual onde ocorre a apresentação dos trabalhos de iniciação científica e outros;
- Vitrine do Saberes: evento promovido para lançamento dos livros da Editora do IFB;
- Fábrica de Ideias Inovadoras (Fabin): os resultados das ideias apoiadas no edital são apresentados em uma feira;
- IFB em números: os indicadores da pesquisa são divulgados na plataforma ifbemnumeros.ifb.edu.br;
- Café com Ciência;

- Práticas e vivências;
- Editora IFB;
- Portal Integra.

Outros programas serão discutidos de modo a atender às crescentes demandas internas e externas para que a missão institucional possa ser cumprida em sua plenitude.

As ações de inovação se caracterizam por meio do estímulo à Inovação Tecnológica e à disseminação da cultura e procedimentos próprios relacionada à Propriedade Intelectual, tendo em vista a natureza de Instituição Científica e Tecnológica (ICT) do IFB. O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), instância assessora vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) estruturado em atendimento ao que dispõe a [Lei Nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004](#), desempenha a gestão da propriedade intelectual e a promoção da inovação e empreendedorismo na instituição. A missão do NIT é facilitar o processo de proteção e licenciamento de tecnologias desenvolvidas pelos pesquisadores do instituto. Além disso, o NIT atua como um elo na transferência de conhecimento e tecnologia entre o IFB e a sociedade, buscando impulsionar o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. O Núcleo de Inovação Tecnológica do IFB desempenha um papel essencial na promoção da cultura da inovação, no apoio à proteção da propriedade intelectual e na facilitação da transferência de tecnologia, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e a competitividade do país no cenário global.

As ações de pós-graduação se caracterizam pelo apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação no processo de abertura de novos cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

As políticas de Pesquisa e Inovação estão regulamentadas nas seguintes normativas:

- [Resolução 17/2012/CS-IFB, de 07 de maio de 2012](#) - Cria os programas institucionais de apoio à pesquisa e à extensão do Instituto Federal de Brasília e dá outras providências.
- [Portaria Normativa nº 01, de 07 de junho de 2013](#) - Regulamenta o Programa institucional de apoio e consolidação de grupos de pesquisa – PROGRUPOS.
- [Resolução 4/2013/CS - IFB, de 19 de março de 2013](#) - Aprova o regulamento das normas gerais para participação de servidores do IFB em eventos de pesquisa e extensão.
- [Portaria Normativa n.º 003, de 02 de maio de 2016](#) - Cria o Programa Fábrica de Ideias Inovadoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (FABIN-IFB).

- [Portaria Normativa nº 005, de 31 de agosto de 2016](#) - Regulamenta a utilização do Cartão BB Pesquisa.
- [Resolução 29/2019 - RIFB/IFB, de 23 de agosto de 2019](#), Aprova as diretrizes para a gestão das atividades administrativas, de gestão e organização, de pesquisa e inovação e de extensão e cultura desenvolvidas pelos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação (PCCTAE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB).
- [Portaria 9/2023 - RIFB/IFBRASILIA, de 4 de outubro de 2023](#), Regulamenta os procedimentos para seleção, fomento, aprovação e prestação de contas de projetos de pesquisa e desenvolvimento no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
- [Resolução 18/2024 - CS/RIFB/IFBRASILIA, de 27 de setembro de 2024](#) - Regulamenta a concessão de bolsas em projetos de ensino, pesquisa, inovação, extensão, intercâmbio e desenvolvimento institucional no âmbito do Instituto Federal de Brasília – IFB.
- [Portaria 10/2024 - RIFB/IFBRASILIA, de 1 de julho de 2024](#) - Regulamenta a Política de Propriedade Intelectual (PI) e estabelece os princípios, orientações e bases normativas sobre a matéria, a serem observados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB

2.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A educação profissional e tecnológica ofertada pelo IFB contribui para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social. Nesse sentido, o IFB estimula os processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Além disso, estimula ações sociais com temáticas inclusivas e de tecnologias sociais por meio de editais de fomento às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

2.6 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

I. Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil representa, no Instituto Federal de Brasília, um dos caminhos para atender às necessidades dos estudantes de forma integrada ao desenvolvimento pedagógico e ao exercício da cidadania. A política é integrada e articulada com outras políticas do Instituto, relacionadas ao ingresso e à formação

integral destinada aos estudantes do IFB, priorizando-os conforme suas especificidades previstas na legislação em vigor.

Enquanto mecanismo de garantia de direito social, a política de assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, minimizando, dessa forma, a evasão escolar e garantindo trajetórias escolares positivas.

No IFB, a Assistência Estudantil prevê um conjunto de diretrizes para nortear as ações que visam à promoção da permanência e do êxito dos estudantes na perspectiva da inclusão social, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida. Nesse sentido, as ações da Assistência Estudantil não se limitam a programas financeiros, mas abarcam outras ações que buscam promover a igualdade de oportunidades, e a qualidade geral de vida dos estudantes.

Com o objetivo de atender e apoiar os estudantes de forma a favorecer a sua permanência e o êxito acadêmico, permanência e o êxito acadêmico, a Política de Assistência Estudantil (PAE), aprovada pela [Resolução 41/2020 - RIFB/IFB](#), alterada, de forma complementar, pela [Resolução 16/2023 - CS/RIFB/IFBRASILIA](#), e pela [Resolução 6/2024 - CS/RIFB/IFBRASILIA](#), tem os seguintes objetivos:

- I - democratizar e promover as condições de permanência dos estudantes como um dos meios para o êxito escolar;
- II - prevenir e minimizar a retenção, a reprovação e a evasão escolar por meio de ações de cunho pedagógico, psicológico e social, bem como por meio da oferta de programas específicos;
- III - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação;
- IV - promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica e os intercâmbios cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
- V - oferecer acompanhamento social, apoio psicológico, pedagógico, e demais atendimentos especializados, de forma humanizada, aos discentes.

A Política de Assistência Estudantil é executada a partir do desenvolvimento de ações e programas organizados em eixos:

- Eixo Universal: Diz respeito às ações de atendimento, acolhimento, acompanhamento e demais atividades voltadas aos estudantes realizadas pela equipe da Coordenação de Assistência Estudantil;
- Eixo Socioeconômico: Diz respeito às ações de concessão de auxílios financeiros e/ou vaga em residência estudantil aos estudantes de forma a prevenir situações de retenção, reprovação ou evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, bem como outros fatores de vulnerabilidade socioeconômica. Compõem o Eixo Socioeconômico os

seguintes Programas e ações:

- Programa Auxílio Permanência;
 - Programa Auxílio Emergencial;
 - Programa Residência Estudantil;
 - Alimentação escolar para os alunos do Ensino Médio Integrado e da Educação de Jovens e Adultos Integrada à EPT.
- Eixo de Desenvolvimento Pedagógico e Acadêmico: Diz respeito aos programas de concessão de apoio financeiro para execução de atividades voltadas para o desenvolvimento pedagógico e acadêmico dos estudantes. Compõem o eixo de desenvolvimento pedagógico e acadêmico:
 - Programa de Monitoria;
 - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico-Científico;
 - Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer;
 - Programa de Auxílio Digital.

Essa política é coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com os *campi* por meio das Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão Social que contam com uma equipe multiprofissional composta minimamente, segundo a legislação em vigor, por Assistente social, Psicólogo, Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais e Assistente de Alunos.

Vale ainda destacar que o IFB adota o O IVS (Índice de Vulnerabilidade Social), regulamentado pela [Portaria nº 24/2021 RIFB/IFBRASILIA](#), que é uma expressão quantitativa de análise, composta por indicadores de renda, de comprometimento de renda e de fatores sociais de vulnerabilidade. Tais indicadores são entendidos como aspectos que interferem direta ou indiretamente na permanência e no êxito dos estudantes e cuja média é expressa por um índice que caracteriza a situação de vulnerabilidade social do estudante. Estudantes com renda *per capita* de até 1 salário-mínimo em situação de vulnerabilidade social que comprometa a sua condição de permanência e êxito no curso podem obter o IVS. O índice serve como critério de classificação para a seleção do principal programa da assistência estudantil: o programa Auxílio-Permanência. Também serve como critério de classificação ou de desempate em outros programas da Assistência Estudantil como Programa Auxílio Digital, Programa Monitoria, Píncel etc.

II. Promover ações de permanência e êxito

No IFB, entende-se que as ações de promoção de permanência e êxito do

estudante levam em consideração o direito de todos à educação e visam garantir a trajetória desses estudantes de maneira a promover seu desenvolvimento, reconhecendo seus saberes, suas experiências de vida e seu conhecimento de mundo.

Para garantir o sucesso das ações de permanência e êxito no IFB, é importante observar aspectos de ordem social, cultural, econômica, territorial, étnico-racial, de gênero e orientação sexual, de acessibilidade, entre outros, visando a formação integral do indivíduo como cidadão, sua inserção no mundo do trabalho e a consequente melhoria da sua qualidade de vida. Deve-se, ainda, considerar que a permanência e o êxito estão intimamente articulados com as questões que envolvem o acesso aos cursos e a inserção sócio-profissional. Para tanto, a promoção dessas ações dialoga diretamente com a Política de Assistência Estudantil, com a política de Acesso e Ingresso e as coordenações dos *campi*.

Nesse sentido, é fundamental, para o êxito escolar, que as condições de permanência dos estudantes na instituição estejam fundamentadas em uma concepção democrática em que todos devem ter as mesmas oportunidades, respeitando-se, assim, o princípio Constitucional da Igualdade (art. 5º da CF 1988), tratando de forma igual os desiguais na medida das suas desigualdades, conforme esclarece Nery Junior (1999, p. 42): “Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”.

Para a efetivação dessa concepção, é necessário que o IFB considere, também, o princípio da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão (art. 207 da CF de 1988), e desenvolva ações para alcançar os objetivos de suas políticas e as metas estabelecidas por meio de práticas, entre outras, aquelas voltadas para o Acolhimento e Acompanhamento dos Estudantes, a Assistência Estudantil, a Formação Inicial e Continuada do Técnico Administrativo em Educação e do Docente, a Prática Pedagógica, o Desenho e Desenvolvimento Curricular, Projetos de Ensino, Gestão e Monitoramento da Evasão. Esses elementos devem ser considerados com especial relevância em razão de o IF atender a um percentual significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade social, de baixa renda, trabalhadores, residentes em localidades distantes dos *campi* e com necessidades educacionais específicas.

Dessa forma, compreende-se que a diminuição dos índices de evasão e de retenção, e o baixo rendimento dos estudantes, levando à sua permanência e o seu êxito, está diretamente relacionada às ações articuladas do conjunto de profissionais que atuam no IFB para, assim, cumprir o compromisso institucional inclusivo, e, também, de atender às determinações do TCU (Tribunal de Contas da União) e as orientações da SETEC/MEC.

Desde de 2014, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFB (PDI) apresenta objetivos estratégicos com o intuito de garantir a permanência e o êxito dos seus

estudantes. Entre os objetivos estratégicos, cabe destacar:

- Implantar políticas educacionais que visem a reduzir a evasão e a retenção do estudante;
- Desenvolver políticas que serão constituídas por equipes que tratam das dimensões individuais, institucionais e sociais.

A elaboração do Plano de Permanência e Êxito deve considerar as metas e os objetivos presentes no PDI, no Projeto Pedagógico Institucional do IFB (PPI) e nas Diretrizes de Avaliação do IFB; e estar em consonância com os princípios de igualdade de condição para acesso e permanência na escola presentes na LDB 9393/1996.

Em 2017, com a aprovação da Resolução no 31/2017 pelo Conselho Superior do IFB (CS-IFB), a instituição passou a ter uma normativa que orienta o processo de elaboração do Plano de Permanência e Êxito local, devendo este ser inserido no Sistema de Gestão Integrada (SGI). A Resolução 31/2017 foi um passo importante para o enfrentamento da evasão e para a busca de ações que possibilitassem o acompanhamento e formas de intervenções, no âmbito escolar, que ajudassem os estudantes a se manterem e concluírem seus estudos com sucesso. Esse normativo foi substituído, recentemente, pela Resolução 17/2024 - CS/RIFB/IFBRASILIA, de modo a atualizar as diretrizes gerais para a elaboração e execução do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Brasília.

Entendemos que, no atual contexto da educação, em que os índices de evasão continuam altos, é oportuna a continuidade do debate para que se possa ter uma noção clara da realidade e da situação em que se encontram os nossos estudantes. A realidade pandêmica foi uma agravante, promoveu mudanças contextuais, mas também pode promover mudanças de caráter institucional no sentido de romper com os ciclos de evasão nos cursos do IFB, uma vez que foi um momento de muita aprendizagem.

Diante da realidade institucional em que os números apontam índices altos de evasão, situa-se a necessidade de criação de ações político-pedagógicas que promovam a permanência e o êxito dos estudantes, o que implica tomar como referência o direito à educação e o desenvolvimento de aprendizagens significativas; reconhecer a realidade e os interesses dos estudantes e organizar o processo pedagógico considerando a multiplicidade de fatores que favorecem a aprendizagem.

Atualmente, o IFB conta com uma estrutura composta por uma Comissão Central (composta por representantes de todos os campi e reitoria) e dez comissões locais (composta por diferentes representantes da comunidade acadêmica de cada campus). A estratégia visa empreender um trabalho de PPE próximo das especificidades de cada

local, de modo a obter melhores resultados.

Além das [orientações gerais para o Plano de Permanência e Êxito](#) publicadas anteriormente, a Comissão Central tem sistematizado os planos de trabalho junto às Comissões Locais para, em breve, promover a publicação no site. Isso contribuirá para ampliar a divulgação do trabalho tanto para a comunidade interna quanto para a comunidade externa.

III. Organização Estudantil

O IFB apoia e valoriza a organização dos estudantes considerando a importância do espírito de coletividade para a democracia. A vivência desses coletivos aprimora a formação acadêmica e pessoal daqueles e daquelas que deles participam.

Grêmios estudantis, centros acadêmicos, diretório central dos estudantes, representação no Conselho Superior da Instituição, representação em colegiados de cursos superiores e representantes de turmas de cursos técnicos são os coletivos de organização estudantil presentes na instituição. Atualmente, o IFB conta com grêmios estudantis e/ou Centros Acadêmicos em todas as suas unidades.

Em 2021, cada *campus* do IFB recebeu um contêiner destinado a ser o Espaço do Estudante equipado com mesa, cadeira, ar condicionado, computador e televisão. Em 2022, visando à integração desses coletivos, ocorreu o I Encontro de Lideranças Estudantis do Instituto Federal de Brasília (IFB) no Conecta IF.

IV. Acompanhamento de Egressos

A Instituição realiza o acompanhamento de seus egressos, com base na Política de Acompanhamento de Egressos ([Resolução RIFB/IFB 43/2018](#)), de duas formas institucionais:

- I. Cruzamento da base de dados dos egressos com a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) para o Distrito Federal. O objetivo da realização deste cruzamento de dados é avaliar quantos estudantes do Instituto Federal de Brasília estão conseguindo ingressar no mercado de trabalho formal, se os estudantes estão ingressando no mundo do trabalho em sua área de formação, quais áreas estão contratando mais egressos, quais os níveis de escolaridade cuja contratação é mais efetiva, qual a relação da remuneração

do egresso com o local de trabalho, grau de escolaridade e setor de atividade do egresso.

- II. Realização de pesquisa qualitativa e proposta de informatização de sistema para realização de pesquisas qualitativas junto aos egressos. O Instituto Federal de Brasília instituiu comissão, através da [Portaria de Pessoal nº 783/2021](#), para o desenvolvimento, institucionalização e ampliação da proposta de acompanhamento qualitativo de egressos na instituição. Em 2019, o IFB Campus São Sebastião iniciou a realização de pesquisa qualitativa realizando a comparação do impacto da instituição na inserção ocupacional dos estudantes, tanto nos postos formais quanto nos informais de trabalho. Agora essa metodologia está em processo de institucionalização.

Há ainda os encontros de egressos, que são eventos contínuos realizados de forma anual ou bienal em cada um dos *campi* da instituição. Estes encontros são momentos para compartilhamento de experiências profissionais dos egressos com os estudantes da instituição.

Além disso, os egressos têm duas cadeiras permanentes no Conselho Superior da Instituição (CS).

Por fim, destaca-se a campanha "Campanha de divulgação do sucesso de egressos do IFB", realizada pela Diretoria de Comunicação da instituição, que apresenta egressos que tiveram inserções positivas no mundo do trabalho.

V. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

A inclusão é um princípio fundamental que visa assegurar que todos os membros do IFB, independentemente de sua origem étnica, gênero, orientação sexual, deficiência ou outras características, tenham igualdade de oportunidades e sejam valorizados em seu ambiente de trabalho ou estudo. A promoção da inclusão contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, ao desafiar estereótipos, preconceitos e discriminações que podem perpetuar desigualdades. Ao adotar políticas de inclusão, o IFB se posiciona como um agente de transformação social, que reconhece e valoriza a diversidade como uma fonte de força e enriquecimento mútuo.

Neste contexto, o IFB conta com núcleos consultivos e propositivos que contribuem para a promoção da inclusão no âmbito da Instituição, como pode ser lido na sequência.

O [Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas \(Napne\)](#) é responsável pelas atividades de inclusão das pessoas com deficiência nos 10 *campi* do

IFB. A finalidade desse núcleo é promover a quebra de barreiras atitudinais, educacionais, arquitetônicas e comunicativas, de forma a promover inclusão na educação profissional e tecnológica. A equipe do Napne é instituída por uma portaria emitida pela Direção-Geral de cada *campus* do IFB, sendo a coordenação *eleita*, e os demais membros *voluntários*. O núcleo foi estabelecido por meio da Resolução nº 24/2013, que regulamenta o funcionamento e as atribuições dos NAPNE e será revisada em 2023/2024. Importante destacar que o trabalho dos NAPNEs na Rede Federal foi reconhecido de tal forma que, em 2022, o pleito para se tornar uma coordenação foi atendido e o Ministério da Educação enviou uma função gratificada (FG1) para cada *campus* e reitoria dos Institutos Federais. A partir de 2022, foi constituída uma comissão interna com membros das Pró-reitorias de ensino e de extensão e cultura para elaborar orientações de atendimento especializado para os estudantes. Dos trabalhos desta comissão, nasceu a Instrução Normativa 01/2024, que estabelece o fluxo para o Atendimento Educacional Especializado - AEE, versa sobre adaptação pedagógica de pequeno e grande porte, sobre o Plano de Atendimento Educacional Especializado - PEI e sobre a terminalidade específica no âmbito do Instituto Federal de Brasília.

O IFB também conta, em alguns *campi*, com o [Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas \(NEABI\)](#) e o [Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual \(NUGEDIS\)](#), que promovem diversas ações de formação e promoção de uma educação crítica, antirracista e emancipatória, voltada para os direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação, são desenvolvidas ações de combate à violência contra as mulheres, de promoção de direitos da comunidade LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binários e mais), vinculadas às temáticas das identidades e relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas. O compromisso dos núcleos é fomentar ações voltadas à plena integração social, educacional, política, econômica e cultural de todas as pessoas, independentemente de raça, etnia, classe social, identidade de gênero e orientação sexual.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) tem natureza propositiva, consultiva e executiva. Sua missão é promover e contribuir para ações de Ensino, Pesquisa e Extensão vinculadas às temáticas das identidades e relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa. Um dos objetivos do núcleo é contribuir com o cumprimento das leis [Nº 10.639/2003](#) e [Nº 11.645/2008](#), que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Culturas Afro-brasileira e Indígena.

Assim como o NEABI, alguns *campi* também possuem o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) que é responsável por desenvolver ações de promoção dos direitos da mulher e da comunidade LGBTQIAPN+. Suas ações são voltadas à eliminação das discriminações e à plena integração social, educacional, política, econômica e cultural de todas as pessoas, independentemente de raça, classe social, identidade de gênero e orientação sexual.

Os NEABIs e os NUGEDIS estão em processo de institucionalização no IFB. Nem todos os *campi* contam com esses núcleos, entretanto, após a aprovação de sua institucionalização no Conselho Superior da instituição (CS), todas as unidades do IFB contarão com essa estrutura. No Conselho Superior há assento reservado para representação externa da comunidade negra, de mulheres e de pessoas com deficiência.

2.7. CONCEPÇÕES COMPLEMENTARES

I. Autonomia institucional

O IFB compreende a instituição como um espaço autônomo, sendo a construção do Projeto Político Institucional (PPI) o expoente máximo do exercício desta autonomia. A autonomia é resultado de uma construção social que se faz pela ação dos sujeitos que compõem o ambiente educacional. Sendo assim, a autonomia é um processo de conquista contínua que depende da participação e da mobilização de todos em torno da consolidação do projeto educacional da instituição.

Compreendemos que a construção da autonomia é um conceito relacional, pois se articula num movimento dinâmico e dialético com as políticas educacionais implantadas pelo sistema de ensino, sem se reduzir a esses ordenamentos jurídico-administrativos, uma vez que depende da ação dos sujeitos da instituição para se efetivar. Todavia, autonomia não pode ser confundida com “independência” da instituição, mesmo porque os *campi* se integram a um sistema de ensino e devem prestar conta à sociedade pelos seus atos e procedimentos desenvolvidos, bem como considerar os regulamentos internos e externos que regem o sistema educacional.

Portanto, a autonomia da instituição educacional pública é sempre relativa, não é absoluta, pois esta instituição está vinculada ao sistema de ensino e, ao mesmo tempo, tem que prestar conta à sociedade de tudo que ela realiza. Dessa forma, o processo de construção da autonomia exige apoio, relação, intercâmbio e pactos entre as diferentes esferas de poder, e não se faz no isolamento. Para tanto, este PPI apresenta os fundamentos e orientações para a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos *campi*, a fim de que a unidade do IFB seja mantida.

Nessa perspectiva, o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e dos PPP dos *campi* do Instituto Federal de Brasília é uma construção coletiva que exige articulação, confluência de interesses e integração, visando à concretização da finalidade educacional do IFB.

II. Qualidade

A qualidade na educação é uma construção social e processual que leva tempo para ser construída, é algo que deve ser pactuado com a comunidade escolar e não fruto da ação exclusiva de “especialistas”. Nesse processo, a trajetória de cada instituição deve ser respeitada, possibilitando uma reflexão contínua dos sujeitos da que a integram na busca de indicadores de qualidade da educação que sejam referenciados socialmente. No IFB, esses indicadores são construídos ao longo do processo de consolidação da Instituição e em consonância com seu planejamento, com seus recursos financeiros e sua integração com a região do DF.

A tarefa de construção da qualidade educacional é complexa, passa por considerar os diferentes aspectos e dimensões do processo educativo, destacando-se, entre eles: cultura e contexto em que a instituição está situada; existência de projeto político-pedagógico construído coletivamente e monitorado sistematicamente; os resultados da avaliação externa e interna das práticas educativas; condições físicas, materiais e pedagógicas da escola; criação de instrumentos que possibilitem a participação da comunidade na definição dos rumos da educação; número adequado de aluno por sala de aula; respeito à pluralidade de pensar e aos projetos individuais e coletivos apresentados no ambiente escolar; autonomia, participação e transparência na gestão; investimento em formação e na valorização profissional; autonomia profissional, cooperação profissional e responsabilização coletiva.

Além desses aspectos inerentes ao processo educativo, alguns desafios no processo de construção de referenciais de qualidade da educação não podem deixar de ser contemplados na construção da qualidade da educação, como, por exemplo:

- Compreender que a construção dos indicadores de qualidade é fruto de acordos e de pactos entre os diversos segmentos da comunidade escolar;
- Instituir a cultura da avaliação institucional com vistas a promover a autorreflexão sobre a realidade, corrigir rumos e estabelecer ações visando superar a situação existente;
- Investir na visão de que a melhoria da qualidade da educação depende de compromissos com a realização de projetos institucionais, bem como depende da responsabilização social;
- Fortalecer o conselho gestor como órgão colegiado responsável por

- acompanhar e avaliar a proposta político-pedagógica do *campus*;
- Aprofundar a política de formação continuada dos profissionais da educação por meio de espaços permanentes de reflexão visando o aperfeiçoamento pessoal, profissional e o fortalecimento institucional;
 - Estimular ações que fortaleçam a cultura de cooperação profissional por meio de práticas colaborativas, tomadas de decisão coletivas e projetos integradores;
 - Estimular a participação da comunidade escolar na construção, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico da escola;
 - Articular ensino, pesquisa e extensão com vistas a uma melhor aproximação com o setor produtivo, cultural e social;
 - Estimular projetos e ações visando combater à evasão e a garantir a permanência e o êxito educacional dos estudantes;
 - Instituir cultura organizacional pautada pelo respeito à diversidade de pensar e de opiniões, condenando atitudes discriminatórias e preconceituosas;
 - Constituir uma gestão democrática pautada na transparência, participação, autonomia e pluralismo de ideias em todos os espaços educativos.

Nesse sentido, para verificar a qualidade da educação no IFB, esses elementos integram o processo de avaliação institucional, que busca subsidiar o alcance de suas metas.

2.8. ELEMENTOS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS (PPP) DOS CAMPI

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento em que consta a proposta educativa de cada escola. No caso do IFB, cada *campus* deverá elaborar o seu PPP. A elaboração do PPP deve envolver toda a comunidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico revela os anseios e necessidades da comunidade escolar, ao mesmo tempo que apresenta a realidade da escola.

Levando-se em consideração que há uma exigência legal de todas as unidades escolares terem um Projeto Político Pedagógico, caberá a cada *campus* do IFB elaborar o seu PPP até 2025. Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) deverão ser revisados de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) vigente.

Salienta-se que o IFB poderá propor normativa secundária para regulamentação do Projeto Político Pedagógico (PPP) no âmbito institucional.

Na organização dos PPP dos *campi* do IFB, consideram-se imprescindíveis os seguintes elementos:

2.8.1 O mundo contemporâneo e as principais características do contexto econômico, social, jurídico e educacional

- Contexto regional em que o *campus* está inserido:
 - O surgimento do *campus*;
 - Articulação do *campus* com a comunidade local e com os arranjos produtivos da região;
 - Os objetivos do *campus*;
 - Levantamento e identificação de problemas e necessidades a atender e definição de prioridades;
 - Estratégias de ação, escolha de soluções.
- A realidade do *campus* em relação aos cursos e vagas ofertados;
- Os dados de evasão, permanência e êxito nos cursos.

2.8.2 O processo pedagógico e seus elementos constitutivos: eixos tecnológicos, competências, objetivos, modalidades de ensino

- Concepção de educação e de práticas escolares:
 - Concepção de escola e de perfil de formação dos alunos;
 - Princípios norteadores da ação pedagógico-didática;
 - Fundamentos sociológicos, psicológicos, culturais, epistemológicos, pedagógicos;
 - Organização curricular (da escola, dos cursos, plano de ensino dos componentes, plano de aula): objetivos, conteúdos, desenvolvimento metodológico, avaliação da e para a aprendizagem.

2.8.3 Políticas do IFB articuladoras e fundamentadoras das atividades e cursos do *campus*

- Articulação entre o ensino, a extensão e a pesquisa;
- Ações de permanência e êxito;
- Ações de inclusão de estudantes;
- Articulação das ações do *campus* com o PPI e o PDI;
- *Práxis* educativa;
- Integração curricular e interdisciplinaridade do conhecimento;
- Contextualização do itinerário formativo proposto;
- Recuperação das aprendizagens;
- Regime Especial de Dependência;

- Gestão democrática.

2.8.4 Estrutura organizacional e infraestrutura para atendimento aos cursos

- Aspectos organizacionais;
- Aspectos administrativos;
- Aspectos financeiros.

2.8.5 Avaliação dos cursos

Previsão de estratégias de monitoramento e avaliação dos cursos a fim de assegurar a oferta alinhada às demandas sociais e à concepção institucional de Educação.

2.8.6 Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas da área geográfica do *campus*

Previsão de diálogo com a comunidade escolar para ampliar a atuação pedagógica bem como articulação com as demais escolas com o propósito de ampliar a convivência estudantil e formação docente.

2.8.7 Formas de acompanhamento e avaliação do PPP

A avaliação do Projeto tem como finalidade o acompanhamento das ações e metas, com a intenção de verificar se os objetivos previstos estão sendo alcançados. Para tanto, é necessário criar mecanismos e instrumentos a fim de realizar esse acompanhamento periodicamente, uma vez que a análise dos resultados alcançados, dos processos em andamento e das dificuldades encontradas servirão de dados para redirecionar as ações e metas, sempre que necessário.

Definir estratégias, equipe de acompanhamento da execução do Projeto, cronograma, instrumentos para o acompanhamento e avaliação (documento indicadores de qualidade da educação da Rede Federal, relatórios, análise de dados qualitativos e quantitativos referentes ao PPP, assembleias etc.), além de mecanismos que assegurem a implantação de ações corretivas.

A avaliação é parte integrante da proposta pedagógica e possibilita a identificação das fragilidades em relação ao processo de ensino-aprendizagem, as competências e habilidades que precisam ser desenvolvidas e a revisão das estratégias de ensino.

3 CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS

Quadro 9 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Brasília

IFB Campus Brasília																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Técnico	Integrado	Eventos	Diurno	60	0	60	0	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
		Informática	Diurno	60	0	60	0	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
		Marketing	Diurno	-	-	-	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
		Produção Cultural (Previsão)	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	80	-	80	-	80	-
	Subsequente/ Concomitante	Administração	Vespertino	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
		Administração	Noturno	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
		Desenvolvimento de Sistemas	Vespertino	30	30	30	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Serviços Públicos	Noturno	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
		Produção Cultural	Diurno / Noturno	-	-	-	-	40	40	40	40	-	-	-	-	-	-
	PROEJA	Marketing	Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	EaD	Eventos	Diurno / Noturno	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
		Desenvolvimento de Sistemas	Diurno / Noturno	60	60	60	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
Graduação	Licenciatura	Dança	Diurno	30	30	30	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Tecnologia	Eventos	Matutino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

IFB Campus Brasília																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
		Gestão Pública	Vespertino	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45
		Gestão Pública	Noturno	90	90	90	90	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45
		Processos Gerenciais	Noturno	40	40	40	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45
		Sistemas para Internet	Vespertino	30	30	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
		Sistemas para Internet	Noturno	30	30	30	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	UAB - Especialização	Formação Docente	integral	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-
	Especialização	Gestão Pública: Governança e Políticas Públicas	Noturno	0	45	0	45	0	45	0	45	0	45	0	45	0	45
	Especialização	Metodologia do Ensino da Dança Clássica	Diurno	0	0	40	0	0	40	0	0	0	0	0	0	0	0
	Especialização	Formação Docente em Práticas Somáticas	Diurno	0	0	0	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pós Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado profissional	Educação Profissional e Tecnológica	Diurno	24	0	24	0	24	0	24	0	24	0	24	0	24	0
		Mestrado em Turismo, Hospitalidade e Lazer (Previsão)	Diurno / Noturno	0	0	0	0	0	0	20	0	20	0	20	0	20	0

IFB Campus Brasília																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
		Mestrado em Produção Cultural e Design (Previsão)	Diurno / Noturno	0	0	0	0	0	0	20	0	20	0	20	0	20	0
		Mestrado em Gestão e Negócios (Previsão)	Diurno / Noturno	0	0	0	0	0	0	20	0	20	0	20	0	20	0
		Mestrado em Informação e Comunicação (Previsão)	Diurno / Noturno	0	0	0	0	0	0	20	0	20	0	20	0	20	0

Quadro 10 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Ceilândia

IFB Campus Ceilândia																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Técnico	Integrado	Eletrônica	Vespertino	60	-	30	-	60	-	30	-	60	-	30	-	60	-
		Segurança do Trabalho	Vespertino	30	-	60	-	30	-	60	-	30	-	60	-	30	-
		Equipamentos Biomédicos (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Sistemas de Energia Renovável (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

IFB Campus Ceilândia

Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
	Subsequente	Eletrônica	Noturno	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
		Equipamentos Biomédicos	Noturno	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
		Técnico em Eletrotécnica (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Técnico em Sistemas de Energia Renovável (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Segurança do Trabalho (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EAD	Segurança do Trabalho	Noturno	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
	PROEJA	Sistemas de Energia Renovável	Conforme Edital	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Bacharelado	Engenharia Elétrica (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Sistemas Biomédicos (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Engenharia de Segurança do Trabalho (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Licenciatura	Letras - Língua espanhola	Diurno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

IFB Campus Ceilândia

Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
		Segunda Licenciatura em Letras – Português	Noturno	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
		Segunda Licenciatura em Pedagogia (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós Graduação Lato Sensu	Especialização	Formação de Professores (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Segurança do Trabalho (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 11 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Estrutural

IFB Campus Estrutural

Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Técnico	Integrado	Meio Ambiente	Matutino	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
		Manutenção Automotiva	Matutino	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
	Subsequente	Manutenção Automotiva	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	EAD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PROEJA	Administração EAD	Noturno	-	-	-	-	-	-	60	-	60	-	60	-	60	-

IFB Campus Estrutural																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
		Meio Ambiente	Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Graduação	Tecnologia	Sistemas Automotivos	Vespertino ou Noturno	-	-	-	-	-	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Gestão Ambiental ou Saneamento Ambiental	Vespertino ou Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Licenciatura	Educação Física	Vespertino ou Noturno	-	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Matemática	Vespertino	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
		Matemática	Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	UAB Licenciatura	Matemática	Integral	40	-	40	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bacharelado	Engenharia Mecânica	Vespertino ou Noturno	-	-	-	-	-	-	30	-	30	-	30	-	30	-
Pós Graduação Lato Sensu	Especialização	Matemática, Educação e Tecnologias	Noturno Híbrido (80% EAD)	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Métodos Analíticos	A definir	-	-	-	-	-	20	-	20	-	20	-	20	-	20
		Matemática Aplicada e Computacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Energias Renováveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós Graduação Stricto sensu	Mestrado	Ensino de Matemática	Vespertino ou Noturno	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20	-	20	-	20

Quadro 12 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Gama

IFB Campus Gama																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Técnico	Integrado	Alimentos	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
		Química	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
	Subsequente	Logística	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Logística	Vespertino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Administração	Vespertino / Noturno	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
	PROEJA	Administração	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Química	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Tecnologia	Alimentos	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Logística	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Bacharelado	Administração	Noturno	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Ensino de ciências e matemática para o ensino fundamental	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

Quadro 13 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Planaltina

IFB Campus Planaltina																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Técnico	Integrado	Agropecuária	Diurno	160	-	160	-	160	-	160	-	160	-	160	-	160	-
	Subsequente	Agropecuária	Matutino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	EaD	Agropecuária	Matutino / Vespertino	40	40	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
		Biotecnologia (curso em fase de estudo para oferta)	Matutino / Vespertino	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PROEJA	Formação Profissional - Piscicultor	Noturno	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Graduação	Licenciatura	Biologia	Vespertino	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
		Biologia	Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Tecnologia	Agroecologia	Matutino	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Agroecologia	Vespertino	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
	Bacharelado	Agronomia	Matutino	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
		Agronomia	Vespertino	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	UAB - Licenciatura	Letras - Inglês (UAB)	Integral	32	-	32	-	32	-	32	-	-	-	-	-	-	-
Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Ensino de Ciências Naturais, Humanidades e Linguagem	A definir	-	-	-	20	-	20	-	20	20	-	20	-	20	20
	Especialização (EaD)	Inovação em Agrobiodiversidade	Matutino / Vespertino	35	-	35	-	35	35	-	35	-	35	35	-	35	-

IFB Campus Planaltina																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Pós Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado profissional	Recursos Genéticos e Conservação do Cerrado (em estudo para oferta)	A definir	-	-	20	-	20	-	20	-	20	-	20	-	20	-

Quadro 14 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Recanto das Emas

IFB Campus Recanto das Emas																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Técnico	Integrado	Produção de Áudio Vídeo	Integral	160	0	160	0	160	0	160	0	160	0	160	0	160	0
	Subsequente	Produção de Áudio Vídeo	Vespertino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Produção de Áudio Vídeo	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Animação Digital	Vespertino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Animação Digital	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PROEJA	Produção de Áudio Vídeo	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

IFB Campus Recanto das Emas																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Graduação	Tecnologia	Produção Audiovisual	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	UAB - Especialização	Docência para a EPT	integral	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-
	Especialização	Educação, Cultura e Diversidades	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Especialização	Educação e Audiovisual	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

Quadro 15 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Riacho Fundo

IFB Campus Riacho Fundo																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Técnico	Integrado	Cozinha	Matutino	40	-	80	-	40	-	80	-	40	-	80	-	40	-
		Hospedagem	Matutino	80	-	40	-	80	-	40	-	80	-	40	-	80	-
	Subsequente	Gastronomia	Matutino	25	-	25	-	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Gastronomia	Vespertino	-	25	-	25	-	25	-	25	-	25	-	25	-	25
		Panificação	Vespertino	-	20	-	20	-	20	-	20	-	20	-	20	-	20
		Panificação	Noturno	20	-	20	-	20	-	20	-	20	-	20	-	20	-
		Hospedagem (EAD)	a definir	-	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
	PROEJA	Restaurante e Bar	Noturno	-	40	40	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-

IFB Campus Riacho Fundo																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Graduação	Licenciatura	Letras - Inglês	Vespertino	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
		Letras - Inglês (UAB)	Integral	32	-	32	-	32	-	32	-	-	-	-	-	-	-
		Geografia	Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Tecnologia	Gastronomia	Noturno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
		Hotelaria	Noturno	25	-	25	-	25	-	25	-	25	-	25	-	25	-
Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Ensino de Humanidades e Linguagem	Noturno	40	-	-	40	-	-	40	-	-	40	-	-	40	-
Pós Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado profissional	Geografia	Noturno	10	-	10	-	10	-	10	-	10	-	10	-	10	-

Quadro 16 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Samambaia

IFB Campus Samambaia																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Técnico	Integrado	Design de Móveis	matutino e vespertino	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-

IFB Campus Samambaia																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
		Controle Ambiental	matutino e vespertino	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
	Subsequente	Técnico em Controle Ambiental	matutino	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
		Técnico em Edificações	noturno	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
	EAD	Técnico em Segurança do Trabalho	Noturno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100	100	100
	PROEJA	Edificações	noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Tecnologia	Design de Produtos	vespertino	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
	Bacharelado	Engenharia Civil	vespertino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Licenciatura	Educação Profissional e Tecnológica	noturno	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Pós Graduação Lato Sensu	Especialização	Educação Profissional e Tecnológica - via UAB	integral	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
		Gerenciamento Ambiental	noturno	0	40	0	40	0	40	0	40	0	40	0	40	0	40

Quadro 17 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus São Sebastião

IFB Campus São Sebastião																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Técnico	Integrado	Administração	Integral	32		32		32		32		32		32		32	
		Desenvolvimento de Sistemas Educacionais	Integral	32	-	32	-	32	-	32	-	32	-	32	-	32	-
	Subsequente	Desenvolvimento de Sistemas Educacionais	Matutino	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
		Secretaria Escolar	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Secretariado	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PROEJA	Secretariado	Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Graduação	Licenciatura	Letras – Língua Portuguesa	Vespertino	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Letras – Língua Inglesa - UAB	N/A	-	-	-	-	60	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Pedagogia	Matutino	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Tecnologia	Secretariado	Noturno	40		40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Tecnologia - UAB	Gestão de Tecnologia da Informação	N/A	-	-	-	-	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	UAB - Especialização	Docência para a EPT	N/A	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	UAB - Especialização	Gestão na EPT	N/A	-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	UAB -	Gestão Escolar	N/A	-	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

IFB Campus São Sebastião																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
	Especialização																
	UAB - Especialização	Gestão de Escolas Públicas de Ensino Médio	N/A	-	-	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Especialização EaD	Educação, Meio Ambiente e Sociedade	N/A	-	-	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40

Quadro 18 - Planejamento da Oferta de Cursos do IFB Campus Taguatinga

IFB Campus Taguatinga																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Técnico	Integrado	Eletromecânica	Diurno	32	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
		Automação Industrial/Refrigeração e Climatização	Diurno	---	---	32	---	32	---	32	---	32	---	32	---	32	---
	Subsequente	Eletromecânica	Vespertino	32	32	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
		Eletromecânica	Noturno	---	---	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
		Manutenção e Suporte em Informática	Diurno/Noturno	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80

IFB Campus Taguatinga																	
Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre													
				2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
		Vestuário	Vespertino	32	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
		Modelagem do Vestuário	Diurno/Noturno	---	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
	PROEJA	Artesanato	Noturno	40	40	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
		Modelagem do Vestuário	Noturno	---	---	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Computação	Diurno	35	---	35	---	35	---	35	---	35	---	35	---	35	---
		Física	Diurno	40	---	40	---	40	---	40	---	40	---	40	---	40	---
	Tecnologia	Automação Industrial	Noturno	32	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
		Design de Moda	Noturno	30	---	30	---	30	---	30	---	30	---	30	---	30	---
	Bacharelado	Ciência da Computação	Diurno	35	---	35	---	35	---	35	---	35	---	35	---	35	---
		Engenharia de Controle e Automação	Diurno	---	---	32	---	32	---	32	---	32	---	32	---	32	---
	UAB - Licenciatura	Matemática	Integral	40		40		40									
Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Data Science	Noturno	---	---	15	---	15	---	15	---	15	---	15	---	15	---
	Especialização	Robótica Educacional e Indústria 4.0	Diurno/Noturno	---	---	---	---	15	---	15	---	15	---	15	---	15	---
Pós Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado profissional	Computação Aplicada	Diurno	---	---	---	---	15	---	15	---	15	---	15	---	15	---

4 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.1 COMPOSIÇÃO

A [Portaria MEC Nº 713, de 8 de setembro de 2021](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU), definiu o modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais, sendo previsto para o IFB 780 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 700 Técnicos Administrativos em Educação, dos quais 268 são de cargos de nível E, 343 são de cargos de nível D e 89 são de cargos de nível C.

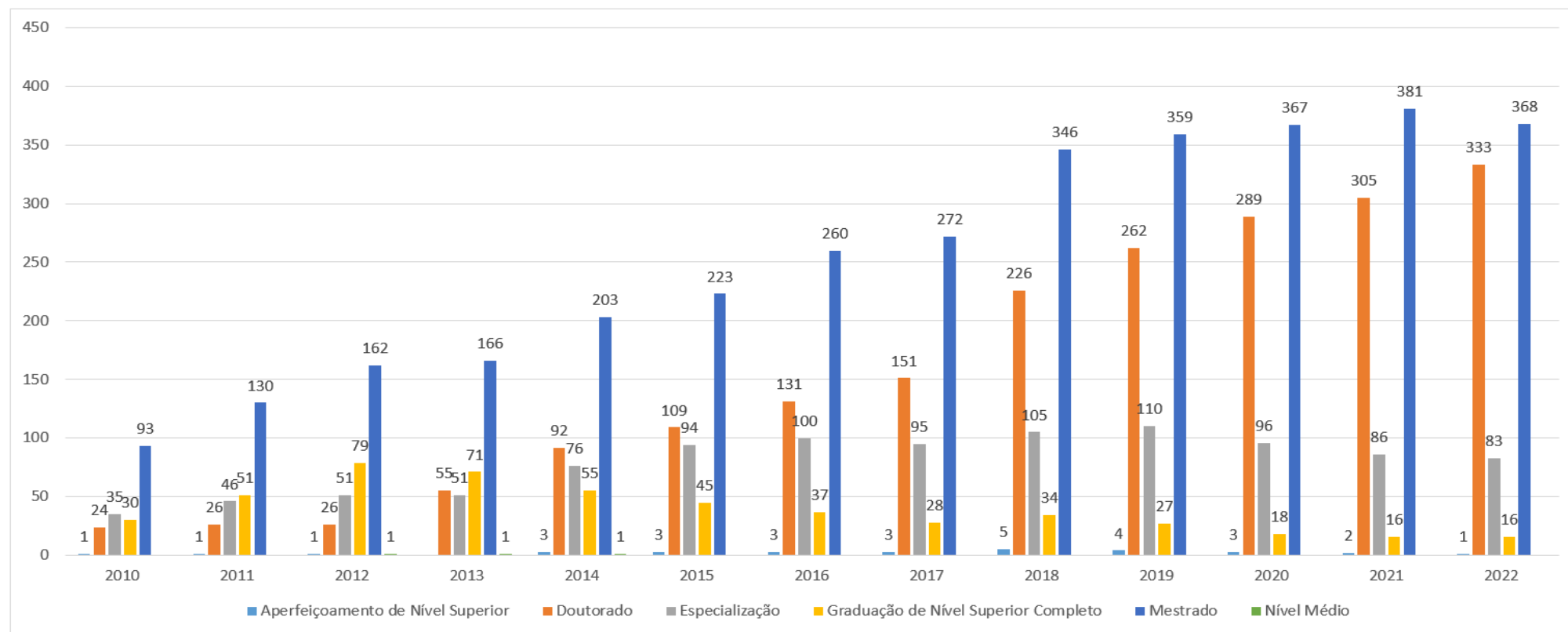
Até dezembro de 2022, o IFB possuía uma força de trabalho composta por 1389 servidores (entre efetivos e temporários) sendo 801 docentes e 588 técnicos administrativos em educação, os quais estão distribuídos entre os dez *campi* e a Reitoria. Esse total é resultante da realização de concursos públicos para admissão de servidores efetivos e de processos seletivos simplificados para contratação temporária.

4.1.1 Perfil do corpo docente

A titulação mínima exigida para atuação no IFB é de curso de graduação, sendo as titulações acima passíveis de pontuação nos editais de concurso. No desenvolvimento de sua carreira o docente faz jus a percentuais distintos de retribuição para titulações adquiridas acima da graduação.

Até dezembro de 2022, o IFB contava com um quadro efetivo de 705 docentes e 96 professores substitutos, sendo que aproximadamente 45,94% deste quantitativo era ocupado por mestres e 41,57% por doutores. A Figura 15 apresenta a distribuição do corpo docente do IFB em função de sua titulação, bem como sua evolução.

Figura 15 - Evolução da distribuição do corpo docente do IFB em função de sua titulação



Fonte: DW (Data Warehouse) Siape, extraído em 03/01/2023.

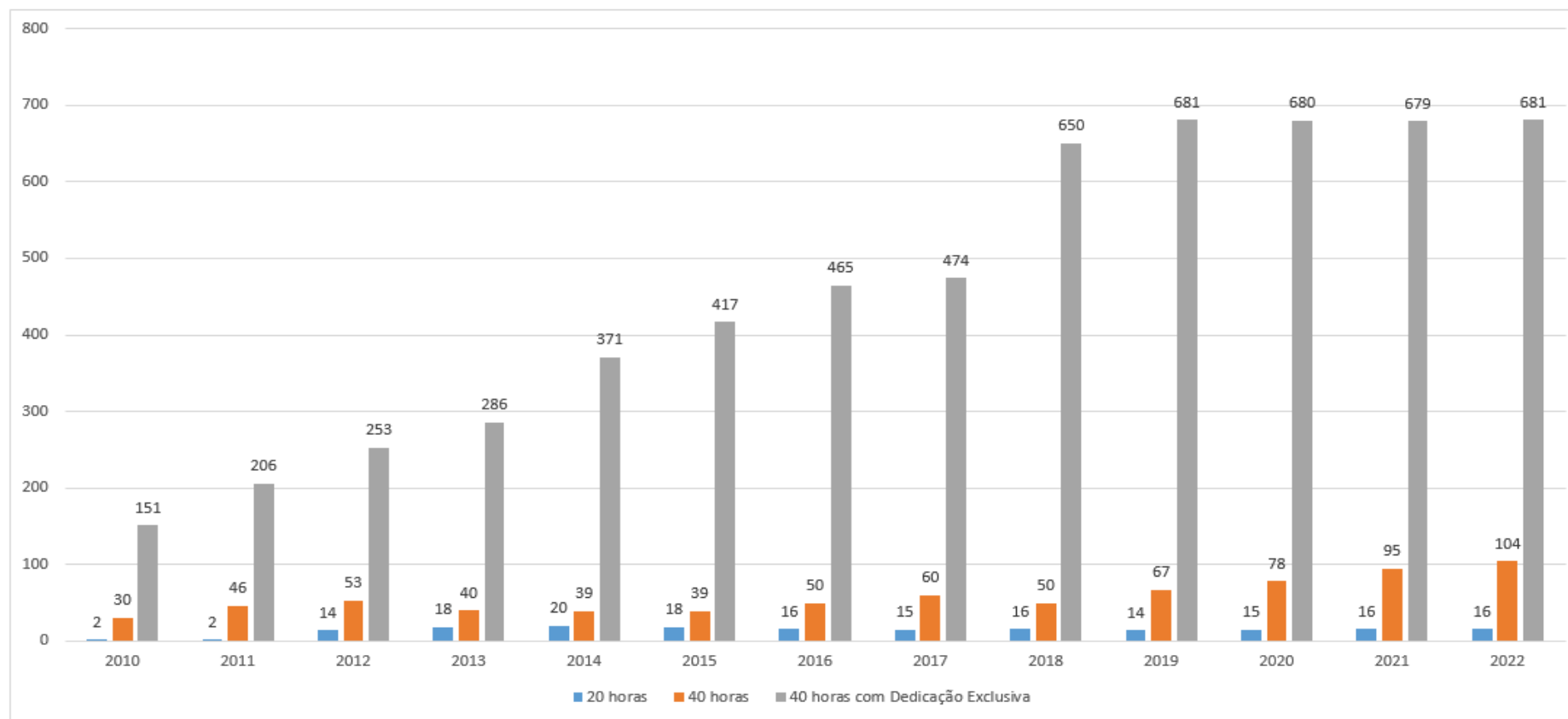
I. Plano de carreira e regime de trabalho

Os docentes do IFB estão enquadrados na Carreira de Magistério Federal, criada a partir da [Lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012](#). Quanto ao regime de trabalho docente, o art. 20 da referida Lei estabelece 2 (dois) tipos de regimes, a saber:

- 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão institucional; ou
- Tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

Excepcionalmente e mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir-se-á a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas. A Figura 16 apresenta a distribuição do quadro de docentes em função do regime de trabalho.

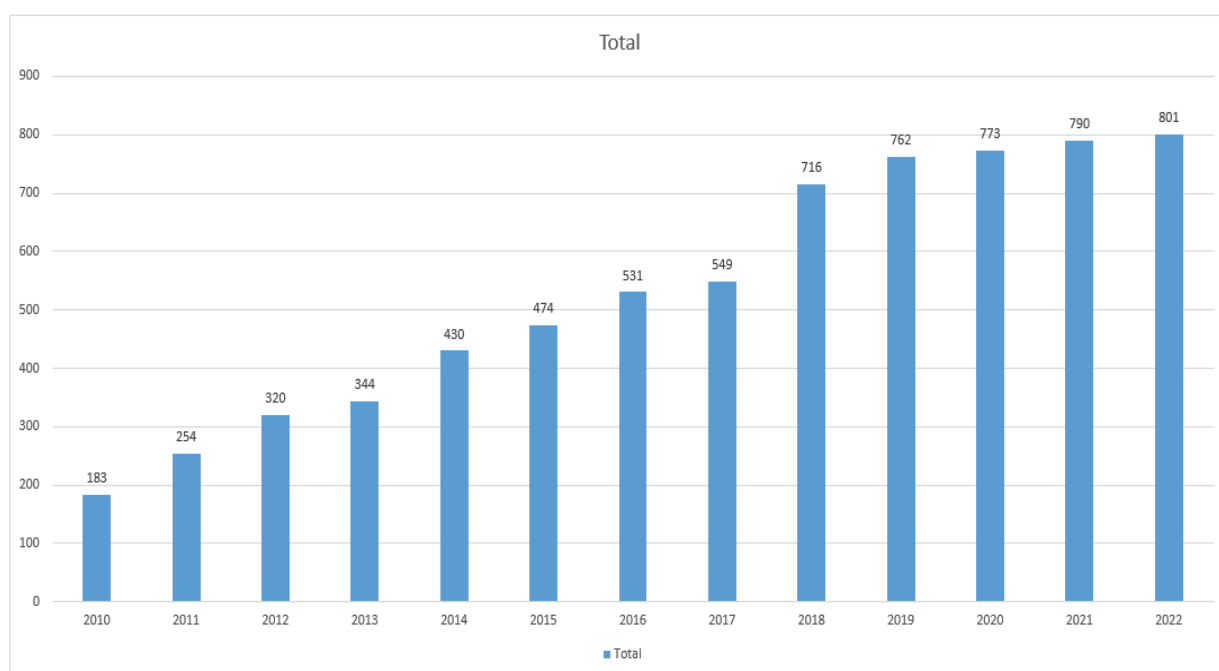
Figura 16 - Evolução da distribuição do corpo docente do IFB em função do regime de trabalho



Fonte: DW Siape, extraído em 03/01/2023

Em virtude do aumento da demanda por educação profissional, anualmente o IFB foi incrementando o seu quadro de servidores. A Figura 17 mostra a evolução da contratação de docentes ao longo dos últimos doze anos que compreende os anos de 2010 e 2022. Os quantitativos apresentados englobam os docentes efetivos e temporários.

Figura 17 - Evolução do quadro docente do IFB entre os anos de 2010 e 2022



Fonte: DW Siape, extraído em 03/01/2023

II. Critérios de seleção e contratação de professores efetivos

De acordo com a legislação, exigir-se-á para a investidura nos cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, a aprovação em concurso público de provas e títulos, que constará de prova objetiva ou escrita, prova de desempenho didático e prova de títulos.

Ao planejar o concurso, a comissão organizadora deve selecionar profissionais que detenham as competências gerais, técnicas, científicas e didáticas necessárias à atuação docente de qualidade na respectiva área, e definir uma banca examinadora majoritariamente constituída por membros externos.

III. Critérios de seleção e contratação de professores substitutos

Para atender à necessidade temporária de pessoal docente, a [Lei Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993](#) possibilita a contratação de professor substituto, cujo contrato é por tempo determinado de até 01 ano, sendo passível de prorrogação uma única vez.

O recrutamento e a seleção de professores substitutos devem ser feitos por meio de processo seletivo simplificado, constituído de uma prova de desempenho didático e de prova de títulos, de modo a garantir a seleção de docentes com competências técnicas e didáticas necessárias para uma atuação de qualidade na área específica.

IV. Plano de expansão do corpo docente

De acordo com a [Portaria MEC Nº 713, de 8 de setembro de 2021](#), que dispõe sobre o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, de direção e funções gratificadas, a instituição possui unidades do tipo "IF *campus* - 70/45", "IF *campus* - 70/60 Agrícola" e "IF *campus* - 150", conforme apresentado na Quadro 19.

Quadro 19 - Quantitativo de docentes conforme Portaria MEC Nº 713, de 8 de setembro de 2021

Unidade administrativa	Tipo de unidade (Portaria MEC Nº 713/2021)	Total de docentes segundo a portaria
IFB Campus Brasília	IF <i>campus</i> - 150/100	150
IFB Campus Ceilândia	IF <i>campus</i> - 70/45	70
IFB Campus Estrutural	IF <i>campus</i> - 70/45	70
IFB Campus Gama	IF <i>campus</i> - 70/45	70
IFB Campus Planaltina	IF <i>campus</i> - 70/60 Agrícola	70
IFB Campus Recanto das Emas	IF <i>campus</i> - 70/45	70
IFB Campus Riacho Fundo	IF <i>campus</i> - 70/45	70
IFB Campus Samambaia	IF <i>campus</i> - 70/45	70
IFB Campus São Sebastião	IF <i>campus</i> - 70/45	70
IFB Campus Taguatinga	IF <i>campus</i> - 70/45	70
Total		780

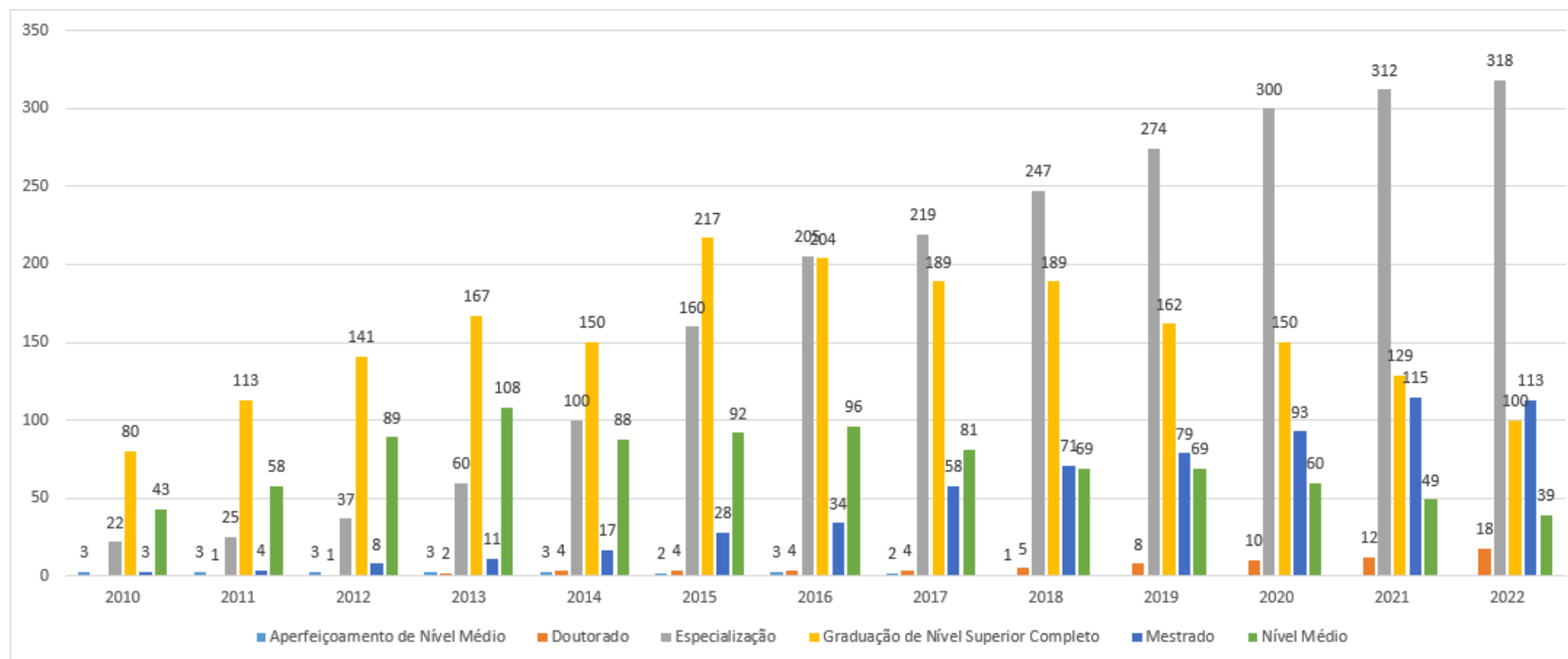
Comparando as informações do Quadro 19 com as informações da figura 17 (tendo como referência o ano de 2022, que apresenta um total de 801 docentes) observa-se que, de acordo com o dimensionamento da [Portaria MEC Nº 713, de 8 de setembro de 2021](#), o quadro de docentes do IFB ainda está incompleto. No entanto, faz-se necessário ressaltar que o quantitativo de servidores apresentados no Quadro engloba tanto os docentes efetivos (705), quanto os professores substitutos (96). Sendo assim, observa-se uma margem de 9,6% para atingir o quantitativo estabelecido pela referida portaria, o que equivale a 75 vagas.

4.1.2 Perfil do corpo técnico-administrativo

A titulação exigida para atuação como técnico-administrativo no IFB está estabelecida na definição de cada cargo. No desenvolvimento de sua carreira no IFB, o técnico administrativo faz jus a percentuais distintos para titulações adquiridas acima da formação exigida no cargo em que ocupa.

Até dezembro de 2022 o IFB contava com 588 técnicos administrativos distribuídos entre os 10 *campi* e a Reitoria, sendo que desse total 17,1% eram graduados, 54,08% especialistas e 22,22% mestres e doutores. A Figura 18 apresenta a distribuição do corpo técnico-administrativo do IFB em função de sua titulação, bem como sua evolução.

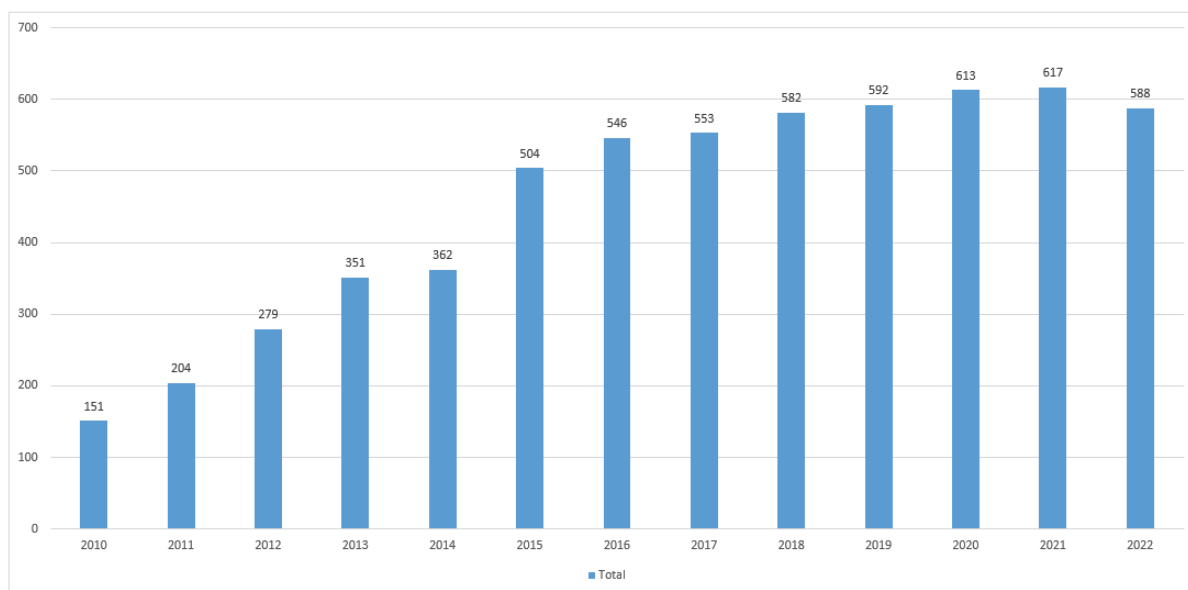
Figura 18 - Evolução da distribuição do quadro técnico do IFB em função de sua titulação



Fonte: DW Siape, extraído em 03/01/2023.

Em virtude do aumento da demanda por educação profissional, anualmente o IFB foi incrementando o seu quadro de servidores. A Figura 19 mostra a evolução da contratação de técnicos administrativos ao longo da década que compreende os anos de 2010 e 2022. Os quantitativos apresentados englobam os técnicos efetivos e temporários.

Figura 19 - Evolução do quadro técnico do IFB entre os anos de 2010 a 2022



Fonte: DW Siape, extraído em 03/01/2023.

I. Plano de carreira e regime de trabalho

Os técnicos administrativos do IFB estão enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), criado a partir da [Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#) e submetidos ao regime de trabalho estabelecido pela [Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#).

II. Critérios de seleção e contratação

A investidura nos cargos de técnicos administrativos se dá por meio de aprovação em concurso público, que constará de prova objetiva e/ou discursiva, elaborado por comissão organizadora, conforme legislação em vigor.

III. Procedimentos para substituição

Não há previsão legal para substituição de técnicos administrativos em função de afastamento para capacitação ou qualificação.

IV. Plano de expansão do corpo técnico-administrativo

A [Portaria MEC Nº 713, de 8 de setembro de 2021](#), é o normativo que dispõe sobre o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, de direção e funções gratificadas dos Institutos Federais.

O Quadro 20 apresenta o quadro total de profissionais técnicos administrativos em educação necessários para atender a demanda institucional segundo a referida portaria.

Quadro 20 - Quantitativo de técnicos conforme a Portaria MEC Nº 713, de 8 de setembro de 2021

Unidade administrativa	Tipo de unidade (Portaria MEC Nº 713/2021)	Total de técnicos nível C	Total de técnicos nível D	Total de técnicos nível E	Total geral de técnicos administrativos
IFB Campus Brasília	IF <i>campus</i> - 150/100	14	51	35	100
IFB Campus Ceilândia	IF <i>campus</i> - 70/45	8	22	15	45
IFB Campus Estrutural	IF <i>campus</i> - 70/45	8	22	15	45
IFB Campus Gama	IF <i>campus</i> - 70/45	8	22	15	45
IFB Campus Planaltina	IF <i>campus</i> - 70/60 Agrícola	11	26	23	60
IFB Campus Recanto das Emas	IF <i>campus</i> - 70/45	8	22	15	45
IFB Campus Riacho Fundo	IF <i>campus</i> - 70/45	8	22	15	45
IFB Campus Samambaia	IF <i>campus</i> - 70/45	8	22	15	45
IFB Campus São Sebastião	IF <i>campus</i> - 70/45	8	22	15	45

Unidade administrativa	Tipo de unidade (Portaria MEC Nº 713/2021)	Total de técnicos nível C	Total de técnicos nível D	Total de técnicos nível E	Total geral de técnicos administrativos
IFB Campus Taguatinga	IF <i>campus</i> - 70/45	8	22	15	45
Reitoria	Reitorias de 10 a 16 <i>campi</i>	0	90	90	180
Total		89	343	268	700

Comparando as informações do Quadro 20 com as informações da Figura 19 (tendo como referência o ano de 2022 que apresenta um total de 588 técnicos), observa-se que o IFB ainda não atingiu o total de técnicos administrativos estabelecido pela [Portaria MEC Nº 713, de 8 de setembro de 2021](#), e que a margem para ampliação do quantitativo deste segmento é de 16%. Mas para que o IFB possa realizar essa ampliação é necessário que o Ministério da Educação realize a disponibilização dos códigos de vagas.

5 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Em conformidade com a [Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008](#) e com o seu Regimento Geral, o IFB é organizado em estrutura multicampi, tendo como órgãos superiores o Conselho Superior (CS) e o Colégio de Dirigentes (CD), ambos presididos pelo (a) Reitor (a) do Instituto Federal. Em conjunto com os órgãos superiores, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) integra os três Órgãos Colegiados da Administração Geral da Instituição.

Como órgão executivo, a Reitoria, órgão de administração central, é composta pelo gabinete da Reitoria, cinco Pró-Reitorias e três Diretorias Sistêmicas.

5.2 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

O Estatuto, o Regimento e a Resolução [CS Nº 001/2017](#) do IFB apresentam o detalhamento dessa estrutura, compreendendo os órgãos de apoio e assessoramento, as comissões permanentes e de assessoria, às diretorias sistêmicas e demais diretorias, coordenações e núcleos. A Resolução [CS Nº 001/2017](#), aprovada pelo Conselho

Superior, apresenta o organograma do IFB (Anexo I) e pode ser acessada por meio do Portal do IFB: Acesso Rápido > Portarias e Resoluções > Resoluções > Resoluções 2017. De forma condensada, o Quadro 21 apresenta a estrutura organizacional da instituição.

Quadro 21 - Organograma do IFB resumido

Órgãos colegiados	Instância consultiva e deliberativa	Conselho Superior (CS)
	Instâncias consultivas	Colégio de Dirigentes (CD) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) Comitê de Governança Digital (CGD)
Órgãos executivos da administração geral	Reitoria	Chefia de gabinete Assessoria do Gabinete Ouvidoria Autoridade Responsável pelo SIC/IFB-AURE
	Pró-reitorias	Pró-Reitoria de Administração Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas Pró-Reitoria de Ensino Pró-Reitoria de Extensão e Cultura Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
	Diretorias Sistêmicas	Diretoria de Comunicação Social Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação Diretoria de Planejamento e Orçamento

	Direção-Geral dos <i>campi</i>	Direção-Geral IFB Campus Brasília Direção-Geral IFB Campus Ceilândia Direção-Geral IFB Campus Estrutural Direção-Geral IFB Campus Gama Direção-Geral IFB Campus Planaltina Direção-Geral IFB Campus Recanto das Emas Direção-Geral IFB Campus Riacho Fundo Direção-Geral IFB Campus Samambaia Direção-Geral IFB Campus São Sebastião Direção-Geral IFB Campus Taguatinga
Órgãos de assessoramento e comissões	Comissões e instâncias de assessoramento	Conselho Gestor em cada <i>campus</i> Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS) Comissão de Ética (COET) Comissão Própria de Avaliação (CPA) Procuradoria Jurídica Federal Auditoria Interna (vinculada ao CS)

5.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS

Em atenção ao art. 10 da [Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), a administração do Instituto Federal de Brasília conta com órgãos superiores como o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

5.3.1 Conselho Superior (CS)

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão colegiado máximo do IFB, sua estrutura atende ao disposto no §3º do art. 10 da [Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), tem composição e competências definidas por meio da

[Resolução Nº 014-2016/CS-IFB](#), conforme descrito nos itens 5.3.1.1 e 5.3.1.2, respectivamente.

5.3.1.1 Composição

- I. Reitor, como presidente;
- II. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;
- III. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada ao corpo discente de Cursos Técnicos e Superiores, maiores de 18 (dezoito) anos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;
- IV. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;
- V. 02 (dois) representantes titulares dos egressos de Cursos Técnicos e/ou dos Cursos Superiores da Instituição e igual número de suplentes, maiores de 18 (dezoito) anos, eleitos pelos seus pares; com direito a 01 (uma) recondução;
- VI. 11 (onze) representantes titulares e suplentes da sociedade civil, sendo:
 - a) 02 (dois) designados pelas federações patronais listadas no §3º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - b) 01 (um) designado pela organização sindical que representa os servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, listado no §4º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - c) 01 (um) designado pela organização sindical que representa os Estudantes em Ensino Técnico, listado no §5º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - d) 01 (um) designado pelas Centrais Sindicais que representa os trabalhadores, listado no §6º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;

- e) 01 (um) designado pelos que representam os Movimentos dos Trabalhadores Rurais e/ou do Campo, listados no §7º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - f) 01 (um) designado pelas empresas do setor público que tenham como objetivo o desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos e informações técnico-científicas, listados no §8º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - g) 01 (um) designado pelos que representam o Movimento Negro, listados no §9º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - h) 01 (um) designado pelos que representam os Movimentos de Gênero, listados no §10, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - i) 01 (um) designado pelos que representam as Associações de Pais de Alunos Ensino Médio Integrado e/ou Técnicos Subsequentes, listados no §11, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - j) 01 (um) designado pelos que representam as Associações de Portadores de Necessidades Específicas, listados no §12, em sistema de rodízio, com direito a 01(uma) recondução;
- VII. 01 (um) representante titular e seu suplente do Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VIII. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Diretores-Gerais de *campi*, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental; com direito a uma recondução.

5.3.1.2 Competências

Ao Conselho Superior compete:

- I. Zelar pela observância dos princípios, finalidades e objetivos do IFB;
- II. Zelar pelas condições de funcionamento do IFB;
- III. Deflagrar e aprovar as normas do processo de escolha do Reitor do Instituto Federal de Brasília e dos Diretores-Gerais dos *campi*, em consonância com o estabelecido nos Artigos. 12 e 13 da [Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#);
- IV. Aprovar as alterações no Projeto Político-Institucional (PPI);

- V. Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- VI. Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VII. Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VIII. Apreciar o Relatório de Gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
- IX. Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFB.
- X. Autorizar a criação, a alteração curricular e a extinção de cursos no âmbito do IFB, bem como o registro de diplomas, após parecer conclusivo encaminhado pelo CEPE;
- XI. Aprovar as alterações na estrutura administrativa e no Regimento Geral do IFB, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e a legislação específica; e
- XII. Deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFB levados a sua apreciação pelo Reitor.
- XIII. Alterar o Regimento Interno do Conselho Superior, o Estatuto do IFB e o Regimento Geral do IFB, ouvindo a comunidade escolar.
- XIV. Aprovar as diretrizes para atuação do IFB e zelar pela execução de sua política educacional;
- XV. Zelar pela autonomia do IFB, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;
- XVI. Homologar a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do auditor chefe da Auditoria Interna do IFB;
- XVII. Homologar a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do para a função de ouvidor do IFB.

5.3.2 Colégio de Dirigentes (CD)

Órgão colegiado de natureza consultiva, sua estrutura atende ao disposto no §2º do art. 10 da [Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), tem composição e competências definidas por meio da [Resolução N.º 12-2012/CS-IFB](#), conforme descrito nos itens 5.3.2.1 e 5.3.2.2, respectivamente.

5.3.2.1 Composição

- I. O Reitor, como presidente;
- II. Os Pró-Reitores; e

III. Os Diretores-Gerais dos *campi*.

5.3.2.2 Competências

De acordo com o Estatuto e Regimento do IFB, ao Colégio de Dirigentes compete:

- I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos e para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. Propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFB;
- IV. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- VI. Apreciar os assuntos de interesse da administração do IFB a ele submetido.
- VII. Opinar nos casos de comodato, cessão, locação e alienação no todo ou em parte de bens imóveis patrimoniados ou não;
- VIII. Propor ao Conselho Superior/CS critérios referentes à destinação de cargos docentes nas unidades do IFB;
- IX. Propor ao Conselho Superior/CS a distribuição dos cargos docentes vagos;
- X. Opinar sobre os demais casos encaminhados pelo Reitor e pelos Pró-Reitores;
- XI. Propor as políticas estratégicas do IFB;

5.3.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

Em atenção ao disposto nos Arts. 22 e 23 do Regimento Geral do IFB, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) integra a Administração Geral do IFB, com função normativa, consultiva e deliberativa, conforme delegação do Conselho Superior, sobre matéria acadêmica, científica, cultural e artística, tem composição e competências definidas por meio da [Resolução N° 024/2017/CS – IFB](#), conforme descrito nos itens 5.3.3.1 e 5.3.3.2, respectivamente.

5.3.3.1 Composição

- I. Reitor, como Presidente;
- II. Pró-reitores de Ensino, de Extensão e de Pesquisa e Inovação;

- III. Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão de cada um dos *campi*;
- IV. 2 (dois) representantes dos líderes dos grupos de pesquisa e inovação/extensão, certificados pelo IFB;
- V. 2 (dois) representantes dos coordenadores de cursos, assegurado que, pelo menos um seja de cursos técnicos;
- VI. 2 (dois) discentes representantes dos organismos de representação estudantil, sendo assegurada ao menos uma vaga para o discente oriundo dos Centros Acadêmicos ou Grêmios Estudantis.
- VII. 2 (dois) Técnicos em educação, ligados à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão.

5.3.3.2 Competências

- I. Propor diretrizes, estratégias, políticas e prioridades do IFB nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão e encaminhar para deliberação do CS;
- II. Elaborar o seu próprio regimento e as respectivas modificações, por dois terços de seus membros, e encaminhar para deliberação do CS;
- III. Emitir parecer conclusivo prévio ao CS sobre o projeto pedagógico institucional do IFB e apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações;
- IV. Propor normas complementares ao Regimento Geral do IFB sobre matéria didático-pedagógica, pesquisa, extensão, transferências de estudantes, revalidação e equivalência de diploma estrangeiro ou de estudos, certificação profissional e de outros assuntos de sua competência específica e encaminhar para deliberação do CS;
- V. Estabelecer normas disciplinadoras de avaliação, ingresso e transferências de discente e encaminhar para deliberação do CS;
- VI. Criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos;
- VII. Emitir parecer prévio ao CS sobre criação, modificação ou extinção de Diretorias Acadêmicas;
- VIII. Emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- IX. Homologar ato do reitor praticado ad referendum do CEPE;

- X. Opinar sobre criação, desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou extinção de cursos e programas e encaminhar para deliberação do CS;
- XI. Julgar recursos das decisões proferidas pelos Colegiados Acadêmicos, em matéria didático pedagógica, científica, cultural e artística que não sejam de competência exclusiva do CS;
- XII. Analisar as propostas de calendário acadêmico dos *campi* do IFB e encaminhar para deliberação do CS;
- XIII. Opinar quanto a criação de modalidades de cursos, segundo as conveniências didáticas, técnicas, científicas e/ou com as exigências do desenvolvimento regional e nacional e encaminhar para deliberação do Conselho Superior;
- XIV. Demais competências que lhe forem delegadas pelo CS.

5.3.4 Comitê de Governança Digital

Conforme dispõe o art. 3º da [Portaria 3/2024 - RIFB/IFBRASILIA, de 15 de abril de 2024](#), o CGD é instância consultiva e propositiva, de caráter permanente, vinculado à Reitoria, que determina as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e as estratégias de TIC do instituto e deliberar sobre os assuntos relativos à Política Nacional de Segurança da Informação.

5.3.4.1 Composição

- I. Reitor(a), na condição de Presidente;
- II. Pró-Reitor(a) de Administração;
- III. Pró-Reitor(a) de Ensino;
- IV. Pró-Reitor(a) de Extensão;
- V. Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Inovação;
- VI. Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas;
- VII. Diretores(as) gerais dos Campi do IFB;
- VIII. Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- IX. Diretor(a) de Comunicação Social;
- X. Diretor(a) de Planejamento e Orçamento;
- XI. Gestor(a) de Segurança da Informação;
- XII. Encarregado(a) de Tratamento de Dados Pessoais.

5.3.4.2 Competências

- I. priorizar demandas de TIC visando a alinhar as ações da área aos objetivos e atribuições do IFB;
- II. propor políticas de articulação e implantação de projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infra-estrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do IFB;
- III. análise, manifestação e aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- IV. definir diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e informações por meio digital pelo IFB;
- V. definir mecanismos de racionalização de gastos e de aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicação;
- VI. coordenar e articular as ações visando à prospecção e à adoção de novas tecnologias;
- VII. estabelecer ações visando à integração de sistemas e informações, democratizando o acesso às pessoas que deles necessitam.
- VIII. avaliar as propostas, idéias, sugestões, necessidades e requerimentos para uso de TIC em atividades específicas ou no ambiente corporativo;
- IX. assessorar a implementação das ações de segurança da informação;
- X. constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação;
- XI. participar da elaboração da Política de Segurança da Informação e das normas internas de segurança da informação;
- XII. propor alterações à Política de Segurança da Informação e às normas internas de segurança da informação; e
- XIII. deliberar sobre normas internas de segurança da informação.

5.3.5 Apoio às atividades acadêmicas

Caracterizam-se como instâncias de apoio acadêmico, do menor grau para o maior, as Coordenações dos Cursos, as Coordenações Pedagógicas, as Coordenações-Gerais de Ensino dos *campi*, a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão dos *campi*, a Coordenação-Geral de Ensino da PREN, a Coordenação-Geral de Articulação Pedagógica, a Coordenação de Permanência e Ações Pedagógicas

Estudantis, a Diretoria de Desenvolvimento de Ensino, a Diretoria de Políticas Estudantis, a Diretoria de Educação a Distância (DEaD) e a Pró-Reitoria de Ensino.

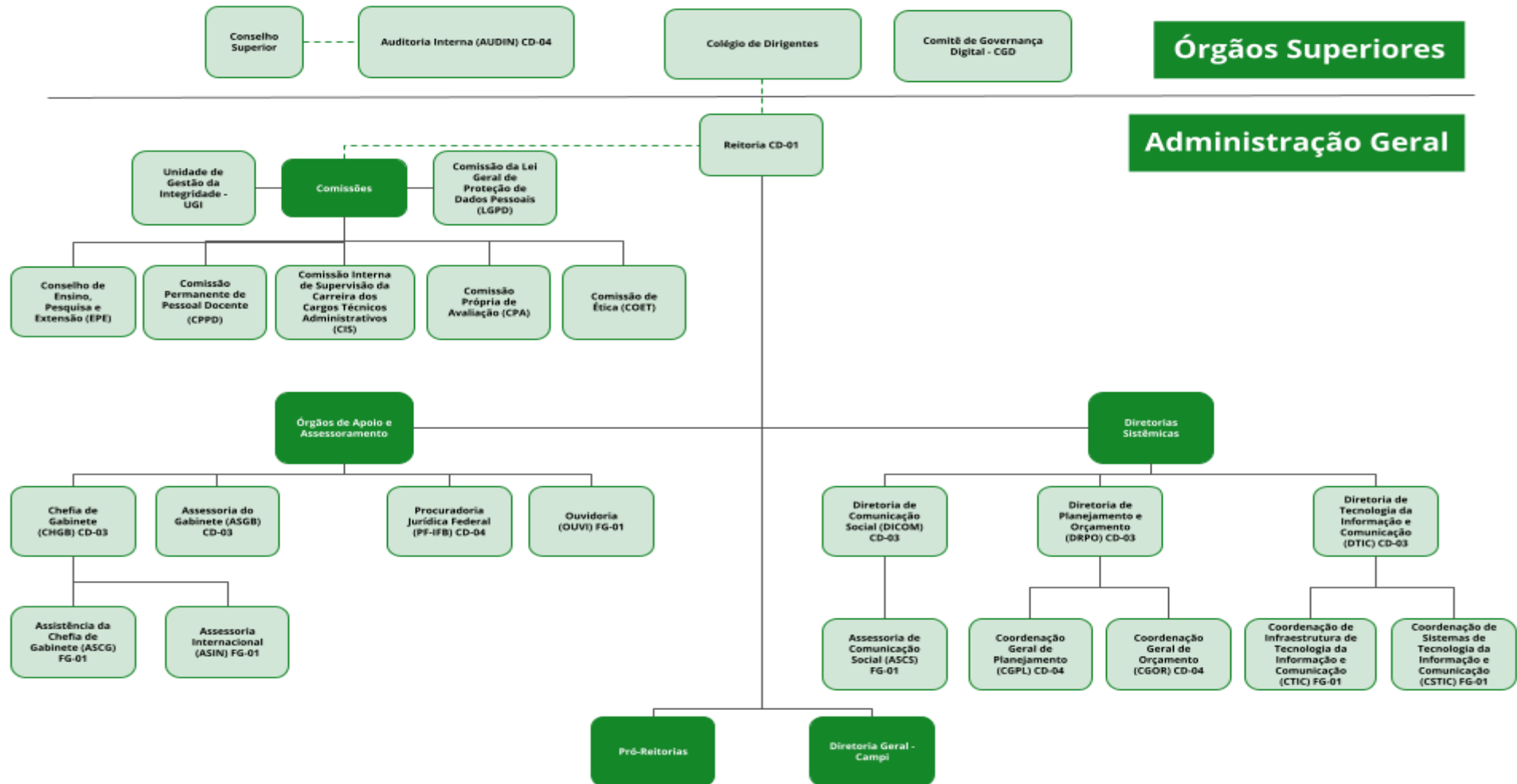
5.4 ORGANOGRAMA DO IFB

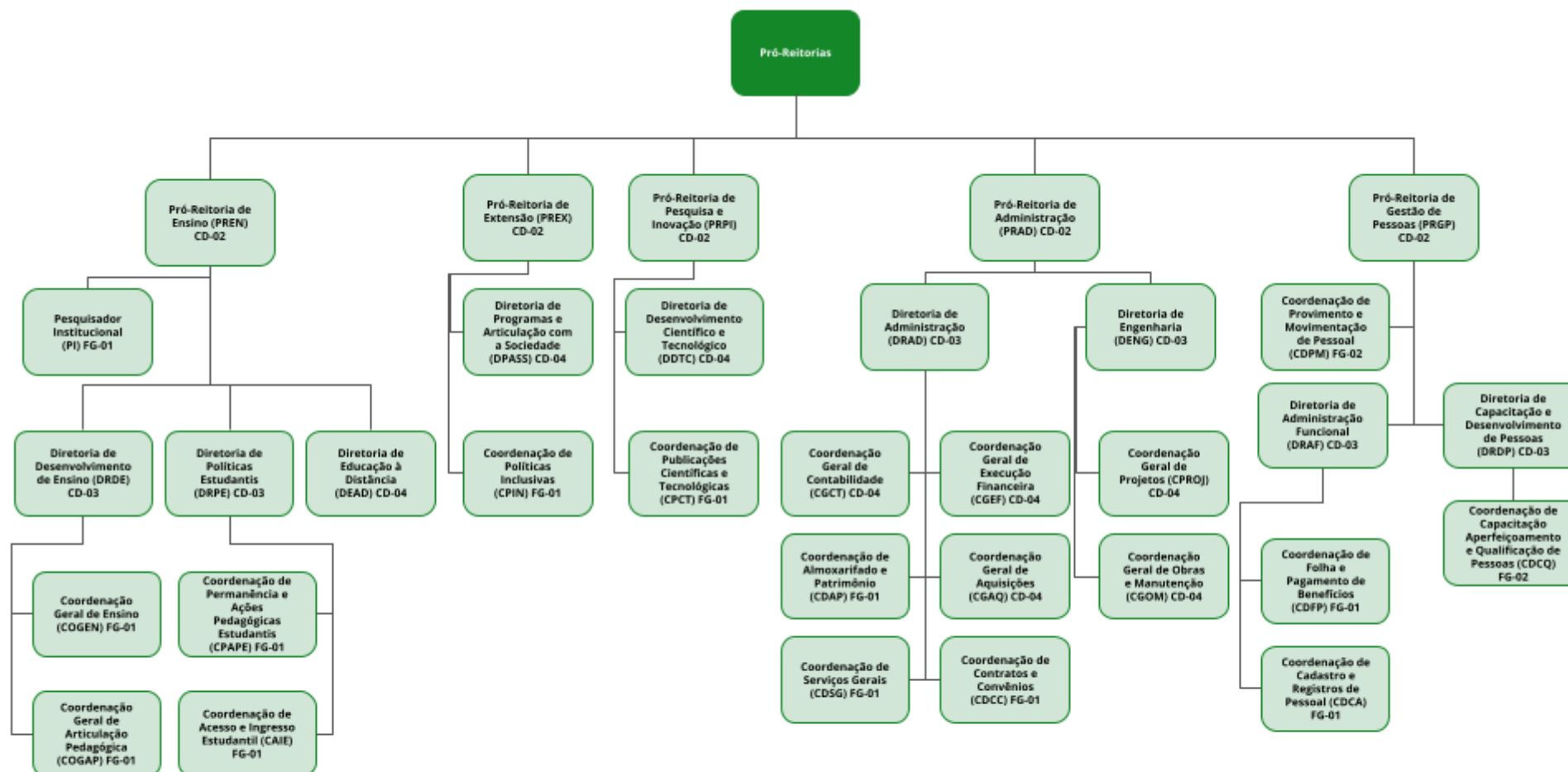
O organograma apresentado segue o disposto na [Resolução N° 01/2017/CS – IFB](#) e demais normativos que instituíram comissões e comitês que não constam da mencionada resolução. Nesse sentido, destacam-se as seguintes comissões e comitês e seus respectivos atos normativos de criação:

Quadro 22 - Comitês e Comissões do IFB incorporados ao organograma

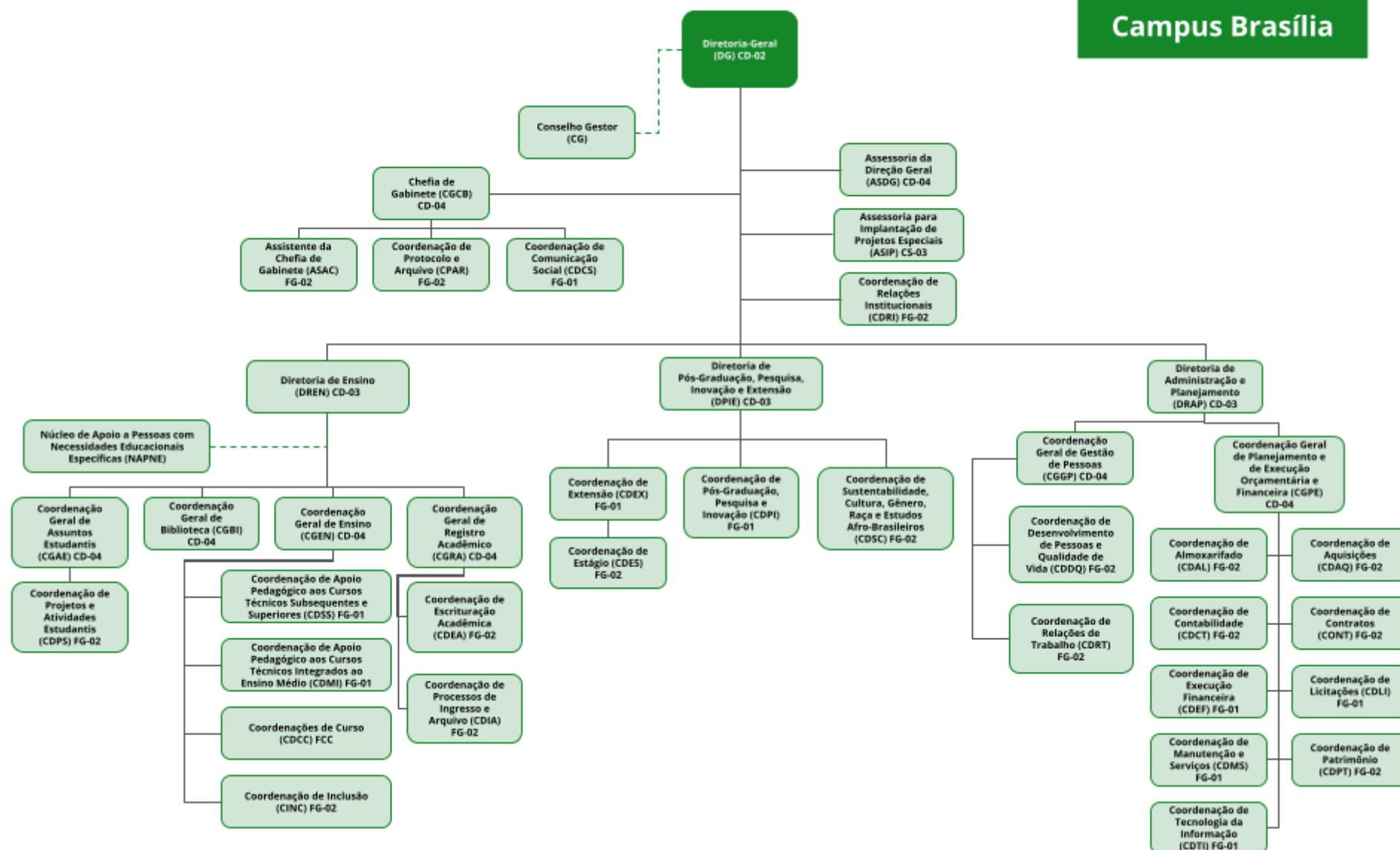
Comitê/Comissão	Normativo
Comitê de Governança Digital (CGD)	Portaria 3/2024 - RIFB/IFBRASILIA, de 15 de abril de
Comissão da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	Portaria de Pessoal n.º 1.136/2020 RIFB/IFB, de 7 de dezembro de 2020
Unidade de Gestão da Integridade, Transparência e Acesso à Informação (UGITAI)	Portaria n.º 5/2024 - RIFB/IFBRASILIA, de 8 de maio de 2024

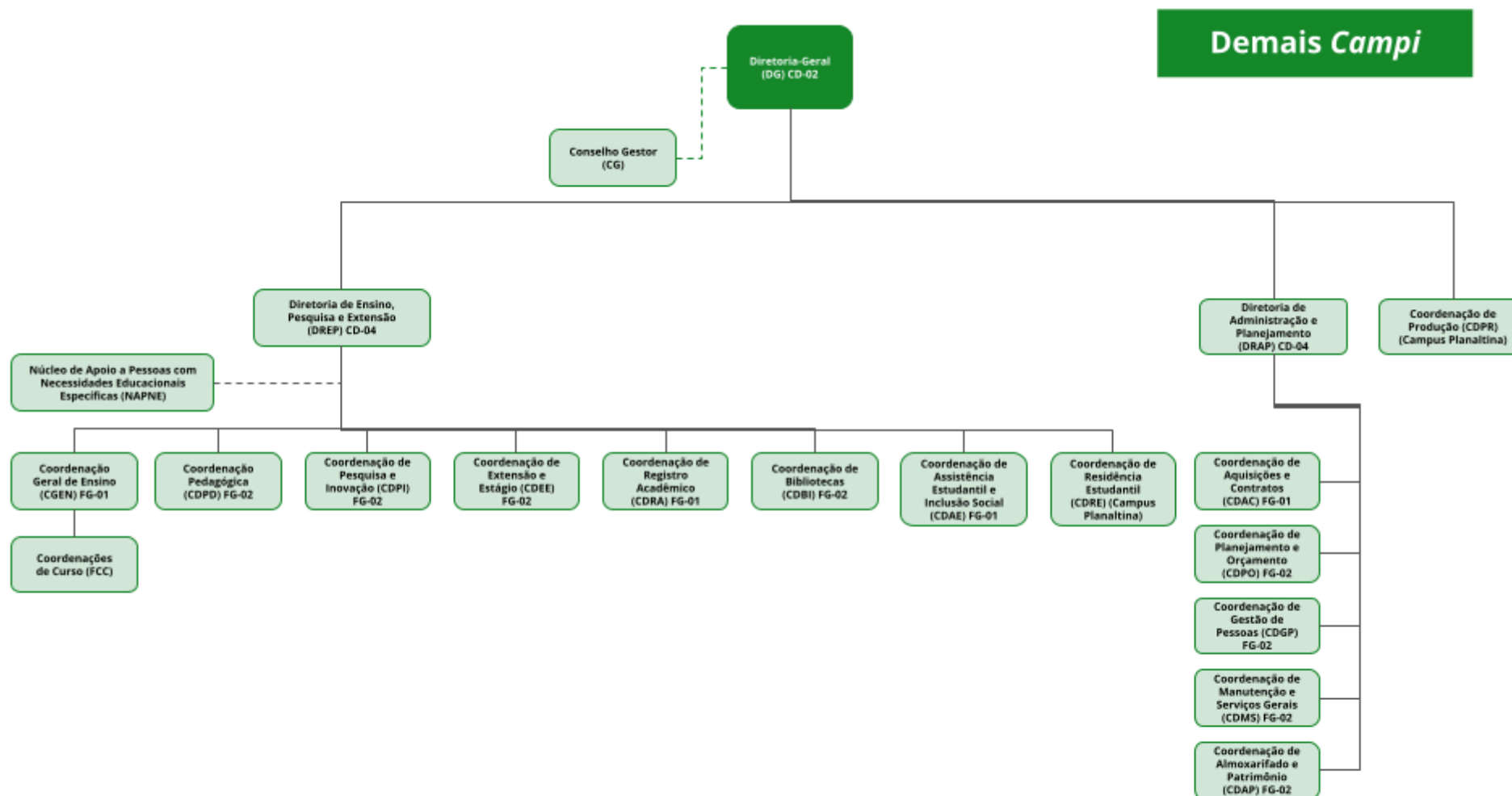
Figura 20 - Organograma do IFB





Campus Brasília





6 INFRAESTRUTURA

6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES

Atualmente, o IFB conta com uma infraestrutura permanente de 10 *campi* em 10 regiões administrativas do Distrito Federal além da sede da Reitoria localizada no Setor de Autarquias Sul. Os 10 *campi* e a Reitoria ocupam uma área total construída de 113.654,57 m².

O IFB Campus Recanto das Emas é o mais recente e foi criado em decorrência da extinção do IFB Campus Taguatinga Centro.

O Quadro 23 apresenta as áreas construídas e as áreas dos terrenos dos *campi* do IFB. Já os quadros seguintes apresentam informações sobre instalações físicas de cada unidade, bem como a capacidade de usuários de cada uma delas.

6.1.1 Instalações

Quadro 23 - Área total das unidades do IFB

Unidade Administrativa	Área do terreno (m ²)	Área Total Construída (m ²)
IFB Campus Brasília	42.000,00 m ²	27.195,44 m ²
IFB Campus Ceilândia	19.803,00 m ²	7.172,10 m ²
IFB Campus Estrutural	25.054,74 m ²	7.141,82 m ²
IFB Campus Gama	75.197,76 m ²	10.902,78 m ²
IFB Campus Planaltina	7.609.200,00 m ²	15.916,98 m ²
IFB Campus Recanto das Emas	27.556,76 m ²	5.717,99 m ²
IFB Campus Riacho Fundo	60.040,00 m ²	6.609,81 m ²
IFB Campus Samambaia	40.002,30 m ²	11.062,04 m ²
IFB Campus São Sebastião	31.008,48 m ²	8.351,15 m ²
IFB Campus Taguatinga	30.000,00 m ²	11.198,74 m ²
Reitoria	525,00 m ²	4.131,05 m ² (Andares ocupados atualmente pelo IFB no edifício Siderbrás)
Total	7.960.348,04 m ²	113.654,57 m ²

Quadro 24 - Instalações físicas da Reitoria

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	37	1.215,96	353
Espaço de Convivência	7	80,36	28*
Auditório / Mini auditório / Sala de reunião	3	46,22	22
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	16	152,09	46

Nota 1: Considerando a ocupação da reitoria nos pavimentos ocupados pelo IFB (mesmo que parcialmente / em uso compartilhado com outros órgãos) conforme situação levantada em dezembro/2022: 1º Subsolo, 2º Subsolo, térreo, 4º, 5º, 6º e 7º andares.

Nota 2: Os pavimentos ainda em obras/não consolidados, não foram incluídos.

Nota 3: Os números acompanhados por "*" foram calculados com base na Tabela 05 da NT-10, do Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF), pois em alguns casos, não é possível se calcular com muita precisão o número de pessoas que o ambiente comporta com base em seu layout (diga-se: planta baixa com ilustração de seus mobiliários) e esta tabela do CBM-DF traz, de forma parametrizada, uma quantidade de pessoas por m², conforme o tipo de atividade do ambiente, de forma que fora utilizada como referência em alguns casos.

Quadro 25 - Instalações físicas do IFB Campus Brasília

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	54	4.344,34	-
Sala de Aula	45	2.119,80	1.435
Sala de Coordenação	12	157,2	-
Sala de Docentes	4	166,68	80
Espaço de Convivência	4	507,9	1.200
Biblioteca	1	2.918,74	450
Anfiteatro (obras suspensas)	1	2.758,77	1.000
Miniauditório e auditórios	3	549,51	435
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	42	919,8	-
Sala de vídeo	2	103,8	60
Laboratórios	29	1.295	557
Ginásio Poliesportivo	1	3.126,88	500
Centro de Formação Tecnológica - CFT	1	603,77	133
Espaço Grêmio Estudantil	3	100,8	30

Quadro 26 - Instalações físicas do IFB Campus Ceilândia

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	10	2.659	45
Sala de Aula	12	720	480
Sala de Coordenação	10	150	20
Sala de Docentes	1	60,62	20
Espaço de Convivência	2	46,07	25
Biblioteca	1	114	25
Auditório	1	318	150
Ginásio	1	1.155,94	180
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	13	175	36
Sala de vídeo	0	0	0
Laboratórios	12	1.297	300
CFT - Centro de Formação Técnica	1	1037,85	382

Quadro 27 - Instalações físicas do IFB Campus Estrutural

Especificações	Quantidade	Área Total (m²)	Capacidade de Usuários
Instalações Administrativas	11	221,75	80
Espaço de Convivência	2	624,15	130
Auditório/Mini auditório/Sala de reunião	2	332,25	150
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	17	39	480
Biblioteca	1	112,03	43
Salas de aula	12	60	400
Salas de atendimento a estudantes	4	16,93	3
Salas de coordenação	12	15	60
Sala de docentes	1	35	30
Espaço de convivência para servidores e terceirizados	2	85	60
Ginásio com quadra poliesportiva e salas de apoio	1	1093	100
Almoxarifado	1	75	-

Especificações	Quantidade	Área Total (m²)	Capacidade de Usuários
Cantina com refeitório	1	82	100
Oficina mecânica	1	460	100
Centro de Formação Tecnológica - CFT	1	1.007,57	130
Laboratórios	13	60,62	253

Quadro 28 - Instalações físicas do IFB Campus Gama

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	35	771,43	130
Sala de Aula	20	1265,48	880
Sala de Coordenação	22	433,87	36
Sala de Docentes	1	79,1	21
Espaço de Convivência	8	145,94	60
Biblioteca	1	482,00	145
Auditório	1	318,45	213
Miniauditório e anfiteatros	1	52,2	30
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados	30	497,59	143
Sala de vídeo	2	65,66	33
Laboratórios	33	1970,44	710
Ginásio	1	943,00	500
Centro de Formação Tecnológica - CFT	1	973,36	180

Quadro 29 - Instalações físicas do IFB Campus Planaltina

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	19	426,72	80
Sala de Aula	23	1.093,64	800
Sala de Coordenação	5	257,93	15
Sala de Docentes	4	105,34	20
Espaço de Convivência	2	427,68	100

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de usuários
Biblioteca	1	732,52	50
Auditório	2	322,00	350
Miniauditório e anfiteatros	1	129	65
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	33	550,77	-
Sala de vídeo	1	50	-
Laboratórios	13	880	390
Alojamentos	31	1.272,55	310
Und. Ensino Pesquisa e Produção	5	500	200
Almoxarifado	1	511,42	-
Garagem e Oficinas	1	792	-
Mecanização Agrícola	1	792	-
Centro de Formação Tecnológica - CFT	1	1.231,93	234

Quadro 30 - Instalações físicas do IFB Campus Recanto das Emas

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	12	343	51
Sala de Aula	12	552,73	390
Sala de Coordenação	3	30	9
Sala de Docentes	1	45,92	20
Espaço de Convivência	1	33,42	10
Biblioteca	1	540,07	150
Auditório	1	297,27	150
Miniauditório e anfiteatros	1	100,98	80
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	11	170,97	76
Sala de vídeo	0	0	0
Laboratórios	6	400,18	220
Quadra Poliesportiva	1	788,07	40
Centro de Formação Tecnológica - CFT	1	1.003,42	280

Quadro 31 - Instalações físicas do IFB Campus Riacho Fundo

Especificações	Quantidade	Área total (m2)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	9	186	47
Sala de Aula	12	109,27	70
Sala de Coordenação	5	88,75	30
Sala de Docentes	1	60,62	20
Espaço de Convivência	1	17,26	12
Biblioteca	1	184,05	52
Auditório (obras suspensas)	1	217,97	180
Miniauditório e anfiteatros	0		
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	18	103,83	-
Sala de vídeo	0		
Laboratórios	9	266,71	204
Centro de Formação Tecnológica - CFT	1	475,56	141

Quadro 32 - Instalações físicas do IFB Campus Samambaia

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	45	2.838,87	100
Sala de Aula	19	1.055,10	740*
Sala de Coordenação	4	131,10	10
Sala de Docentes	2	118,00	90
Espaço de Convivência	5	179,80	100
Biblioteca	1	467,21	150
Auditório (obras suspensas)	1	596,02	232
Miniauditório e anfiteatros	0	0	0
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	38	560,10	50
Sala de vídeo	0	0	0
Laboratórios	26	1.995,40	650*
Ginásio	1	1.611,25	100
Centro de Formação Tecnológica - CFT	1	1.509,19	230

* capacidade de usuários sob variação do uso em todos os turnos do dia

Quadro 33 - Instalações físicas do IFB Campus São Sebastião

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	12	186	45
Sala de Aula	17	874,33	490
Sala de Coordenação	9	201,21	35
Sala de Docentes	4	60,16	25
Espaço de Convivência	8	606,91	165
Biblioteca	1	174,51	42
Auditório	1	275,66	120
Miniauditório e anfiteatros	1	66,3	35
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	24	341,73	66
Laboratórios	20	862,22	415
Centro de Formação Tecnológica - CFT	1	1.523,05	319

Quadro 34 - Instalações físicas do IFB Campus Taguatinga

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	31	685	60
Sala de Aula	16	842,54	640
Sala de Coordenação	3	60,83	10
Sala de Docentes	11	244,53	52
Espaço de Convivência	10	317,83	100
Biblioteca	1	513,37	100
Auditório	1	456,20	232
Miniauditório e anfiteatros	2	172,32	120
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	30	529,14	140
Laboratórios	37	2147,8	1000
Ginásio	1	1250,4	250
Centro de Formação Tecnológica - CFT	1	1.483,16	220

6.1.2 Laboratórios

Distribuídos pelas 10 unidades administrativas do IFB, os laboratórios atendem aos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação de suas respectivas unidades.

Os quadros a seguir apresentam o detalhamento do quantitativo de laboratórios por *campus*.

Quadro 35 - Laboratórios do IFB Campus Brasília

Laboratórios do IFB Campus Brasília			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Eventos Decoração	35	Eventos	Compressores de ar
Prática de Eventos	35	Eventos	Computadores, TV
Cerimonial	35	Eventos	Computadores, TV
Pilates	35	Dança	Equipamentos de Pilates
Gyrotonic	35	Dança	Equipamentos de Gyrotonic
Anatomia	35	Dança	Equipamentos de Anatomia
Ballet Clássico	35	Dança	Equipamentos de Ballet Clássico
Dança e Tecnologia	35	Dança	Projetor
LabInova	35	Todos	Computadores, mesa digital, tela de projeção, projetores, filmadoras, impressora 3D
Física	35	Ensino Médio Integrado (EMI)	Equipamentos para ensino de Física
Química e Biologia	35	Ensino Médio Integrado (EMI)	Equipamentos para ensino de Química

Laboratórios do IFB Campus Brasília			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Maker e Matemática	35	Todos	Computadores, Projetor, Notebook, TV, Máquina de corte e dobra a laser - CNC; serra tico-tico; lixadeira orbital
LabLin	30	Todos	Computadores e projetor
LabTexto	30	Todos	Computadores
Artes	30	Ensino Médio Integrado (EMI)	Equipamentos para o ensino de Artes
Música	20	Ensino Médio Integrado (EMI)	Instrumentos musicais
Informática 01 (A2-10)	25	Todos	Computadores e projetor
Informática 02 (A2-11)	27	Todos	Computadores e projetor
Informática 03 (A2-12)	15	Todos	Computadores e projetor
Informática 04 (A2-13)	22	Todos	Computadores e projetor
Informática 05 (D2-07)	23	Todos	Computadores e projetor
Informática 06 (D2-09)	18	Todos	Computadores e projetor
Informática 07 (D2-10)	36	Todos	Computadores e projetor
Informática 08 (D2-11)	25	Todos	Computadores e projetor
Informática 09 (D2-12)	36	Todos	Computadores e projetor
Informática 10 (D2-13)	13	Todos	Computadores e projetor
Informática 11 (D2-14)	24	Todos	Computadores e projetor
Informática 12 (D2-15)	25	Todos	Computadores e projetor
Pesquisa e Inovação PAPLab (D2-08)	20	Todos	Notebooks, impressoras, TV, e outros

Quadro 36 - Laboratórios do IFB Campus Ceilândia

Laboratórios do IFB Campus Ceilândia			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Lab A	41	Todos	Computador HP 6005 Pro Small Form Factor, Datashow Epson H687A, Tela de Projeção, Monitor HP LA2006x, Kit audio
Lab B	41	Todos	Computador Dell Optiplex 3080, Datashow Epson H687A, Tela de Projeção, Monitor Dell 2419HC, Kit audio
Lab C	22	Todos	Computador Daten AMD A8, Data show Epson Brightlink 455Wi+,Tela de Projeção,Monitor Daten,Kit audio
Lab D	22	Todos	Notebook Probook 445 G8, Datashow Epson H687A, Tela de Projeção, Kit audio
Espaço Interativo do Idoso	16	Todos	Notebook Dell Inspiron 3501, TV Smart Samsung, Console Xbox One, Óculos 3D, Impressora 3D Ender 5, Celulares Samsung A52, Tablets Multilaser.
Lab 01 - TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS (TEB)	40	TEB	Computador, Projetor, Tela De Projeção, <i>Notebook</i> , Microscópio Biológico Binocular, Multímetro Digital De Bancada, Analisador De Desfibrilador Ad 100 A Series, Estação <i>Solden</i> De Retrabalho Se850d, Analisador De Bisturi Abi 100, Estação De Solda <i>Toyo</i> Analógica, Base Com Fonte Para Uso Dos Módulos Eletrônicos (Para Uso <i>Kit</i> De Tarjetas Eletrônicas Voltados Para Estudo E Treinamento Em Equipamentos Biomédicos, Respiradores Pulmonares E Diversos), Aparelho De Anestesia <i>Takaoka</i> Samurai, Hs30 F-Simulador De Ecg 0v+Ar+Ox+Re+Te+Laudo, Sistema De Aquisição De Sinais Sensores Diversos Op1917-17, Analisador De Bomba De Infusão Modelo (IPA 1000 N° DE SÉRIE: 73121485; acompanha câmara de 3,5ML), <i>Handy Press S Series</i> . N° DE SÉRIE: 14500080, Capnografo Dixtal N° DE SERIE 05A536, maleta transporte simulador HS30, manequim modelo muscular, balança decimal, <i>system 8 advanced</i> ams 32 canais 600019 abi.

Lab 03 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (TST)	40	TST	<p>Psicômetro mod. Hmtgd-1800, radiômetro detector de radiação nuclear digital, termo anemômetro fio quente, simulador samaritan trainer 350P <i>HeartSine</i>, .Manequim bebê de corpo inteiro, Confeccionado em PVC e polímero flexível o que lhe confere fino acabamento e detalhes anatômicos realísticos, O Manequim de Reanimação Cardiopulmonar em acordo com a diretriz da AHA 2015 (<i>American Heart Association</i>), Apresentar detalhes anatômicos como: tórax, mamilos, costelas, esterno e processo xifóide, Provido de um <i>display</i> eletrônico que possui luzes para procedimentos. Acompanha: Maleta para transporte, Máscaras de reposição, Pulmões de reposição, Caixa com 50 lenços para procedimento de respiração, Manta para acomodar o manequim. Alimentação elétrica: <i>Bivolt</i> automático. Manual de instruções em português. MARCA: <i>Sdorf Scientific</i> Modelo anatômico humano, confeccionado em material sintético mais próximo da pele humana, durável e inquebrável, corpo inteiro, adulto, assexuado, medindo aproximadamente 176 cm, não dissecável, com sistema eletrônico de simulação de RCP, incluindo manobra de ventilação e massagem cardíaca externa, acondicionado em maleta apropriada para conservação e transporte, a apresentação do produto deverá atender a legislação atual vigente. Manequim de Trauma. Manequim para simulação de trauma. Características: Simulação de diversos tipos de traumas do corpo e da pele queimada a qual pode ser substituída, Simulando a lavagem, desinfecção, hemostasia, fixação e execução da ferida, Simula em algumas partes fratura abertas do corpo. Componentes: queimaduras faciais: 1, 2, 3 grau, Laceração na testa, ferida na mandíbula, Fratura Aberta clavicular e contusão ferida no peito, ferida no abdômen com pequena evisceração intestino, fratura aberta do úmero do braço direito, fratura aberta da mão direita (incluindo laceração parênquima, fratura e exposição do tecido ósseo), ferida provocada por arma de fogo na palma da mão direita, fratura aberta do fêmur direito, fratura composta do fêmur da coxa esquerda, ferida punção provocada por metal na coxa direita, fratura aberta da tíbia da perna direita, fratura aberta do pé direito com trauma na pequena falange, queimaduras em antebraço esquerdo: 1, 2, 3 graus, trauma na coxa, fratura de tíbia fechada. Maca de resgate, material compensado marítimo, tipo prancha, tamanho adulto, largura cerca de 0,60 m, formato formato anatômico, componentes até 5 cintos de segurança, características adicionais até 20 pega mãos marca: resgate sp, tripé hidráulico tripod weifeng, medidor de co2 e de qualidade do ar. Capacidade 0 a 5000ppm extech co250, bomba de amostragem</p>
---	----	-----	---

Laboratórios do IFB Campus Ceilândia			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
			programável, detector de 4 gases.
LAB 04 E 05 - TÉCNICO EM ELETRÔNICA (TEN)	40	TEN	Computador HP 6005 Pro Small Form Factor, notebook acer aspire e5-574, notebook - udp portátil daten dcm4a-4 amd - win10 pro, notebook lenovo v15 (core 15-1135g7, ram 8g, ssd 256 gb, tela 15,6", windows 10 pro), Computador HP 6005 Pro Small Form Factor, notebook acer aspire e5-574, notebook - udp portátil daten dcm4a-4 amd - win 10 pro, notebook lenovo v15 (core 15-1135g7, ram 8g, ssd 256 gb, tela 15,6", windows 10 pro), alicate amperímetro, unidade conjunto didático automação (conjunto para estudo de controladores lógicos programáveis e ihm características gerais: o sistema de treinamento deverá ser composto por hardware e software e permitir o estudo de sistemas automatizados utilizando controladores lógicos programáveis, interface homem máquina e diversos componentes/processos para interação com o clp e ihm disponíveis), mini retífica com kit de 60 peças, parafusadeira 1/4 12v gsr1000 smart biv bosch, furadeira de impacto 1/2 650w gsb13re+mal 200v bosch, furadeira de bancada, conjunto (kit) didático instalações elétricas, aplicação residenciais, prediais, componentes painel modular estrutura tubular aço, med. 1100x8.
LAB 06 - PAPLAB	20	Técnico em Serviços Biomédicos (TEB) Técnico em Eletrônica (TEN) Técnico em Segurança do Trabalho (TST)	CNC Laser

Laboratórios do IFB Campus Ceilândia			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
LAB 07 - PNEUMÁTICA ROBÓTICA	40	Técnico em Serviços Biomédicos (TEB) Técnico em Eletrônica (TEN)	Notebook Acer Aspire E5-574, Bancada Pneumática de Ensaio

Laboratórios do IFB Campus Ceilândia			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
LAB CIÊNCIAS	15	Técnico em Eletrônica (TEN) Técnico em Segurança do Trabalho (TST)	Computador Daten, Banco De Bar Paris - Thonart Nf 00041, Balança Decimal, Termômetro Infravermelho com mira laser, portátil, faixa de trabalho de 18 a 200 °C, resolução de 0,1 °C, display digital com luz de fundo, alimentação elétrica por bateria, com certificado de calibração rastreável a RBC ,Sonda de Fibra Ótica Varian Modelo: CARY 50 N° de Série: EL00083576, Espectrofotômetro de UV Visível Varian Modelo: CARY 50 N° de Série: EL00083500, forno microondas, capacidade 30 l, voltagem 220 v, características adicionais com prato giratório, cor branca ,refrigerador duplex consul, microscópio basic binocular acromático. marca: olen, phmetro de bancada ph 0-14. 220 v. marca: kasvi, agitador magnético com aquecimento, velocidade 100-1500 rpm. 220 v. marca: kasvi, centrífuga 8 X 15 ML. rotor de ângulo fixo. 4.000 rpm. 100/220 v (bivolt). marca: kasvi. estufas de esterilização e secagem analógicas. 40 litros. modelo ssa40l marca: solidsteel. ocular digital com resolução em hd - peça equipamento laboratório, tipo 1, câmera, aplicação 1 para microscópio óptico. bomba de vácuo, termo higrômetro mod ht 700 digital. Termômetro Infravermelho com mira laser, portátil, faixa de trabalho de 18 a 200 °C, resolução de 0,1 °C, display digital com luz de fundo, alimentação elétrica por bateria, com certificado de calibração rastreável a RBC. microscópio, tipo de análise ótico, tipo trinocular, aumento c/ objetivas até 100x, oculares até 10x, componentes iluminação em led, refletida e transmitida, adicional inclinação até 30°. MOD. PA12. microscópio, tipo de análise estereoscópio, tipo binocular, aumento oculares até 10x, zoom até 5x, componentes iluminação em led, refletida e transmitida, adicional inclinação de até 45°. mod. 6500. autoclave 30 litros - primatec.

Quadro 37 - Laboratórios do IFB Campus Estrutural

Laboratórios do IFB Campus Estrutural			
Laboratório	Capacidade de usuários	Cursos Atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Laboratório de Informática 1 - Sala 108	40	Cursos FIC. Licenciatura em Matemática. Técnico integrado e subsequente em Manutenção Automotiva. Técnico integrado e proeja em Meio ambiente.	Computadores, Projetores, Bancadas para computadores, Mesa para docente, Cadeiras giratórias, Quadro branco, quadriculado e côncavo, Telão retrátil para projeção
Laboratório de Informática 2 - Sala 109	40	Cursos FIC. Licenciatura em Matemática. Técnico integrado e subsequente em Manutenção Automotiva. Técnico integrado e proeja em Meio ambiente.	Computadores, Bancadas para computadores, Mesa para docente, Cadeiras giratórias, Quadro branco, quadriculado e côncavo, Telão retrátil para projeção

Laboratórios do IFB Campus Estrutural			
Laboratório	Capacidade de usuários	Cursos Atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Laboratório de Física	20	Licenciatura em Matemática. Técnico integrado e subsequente em Manutenção Automotiva. Técnico integrado e proeja em Meio ambiente.	Software de aquisição de dados I, II e III; Sistema de treinamento em lei de Boyle e Mariotte com aquisição de dados por software; Sistema de treinamento em lei de ohm com aquisição de dados; Sistema de ensino em movimento circular; Sistema de ensino em movimento circular II; Sistema de ensino em movimento ondulatório; Sistema de ensino em ressonância ondulatória; Sistema de ensino em expansão térmica I; Sistema de ensino em expansão térmica II; Sistema didático de ensino em estática através de planos inclinados; Sistema didático de ensino em estática através de painéis de forças; Sistema didático de ensino em dinâmica por trilho de ar; Sistema didático de ensino em dinâmica por queda livre; Viscosímetro de Stokes; Conjunto hidrostático para mecânica dos fluidos; Conjunto hidrostático de vasos comunicantes; Conjunto mecânica básica dos gases; Sistema de ensino em eletromagnetismo; Sistema de ensino em resistividade; Sistema de ensino em lei de coulomb; Sistema de ensino em força magnética em fios condutores; Sistema de ensino em radiação luminosa; Sistema de ensino em espectro atômico; Sistema de ensino em determinação da velocidade da luz; Sistema de ensino em micro-ondas; Sistema de ensino em efeito fotoelétrico; Sistema de ensino em radiação de corpo negro; Sistema de treinamento em ponte de Wheatstone; Sistema de experimento em curva de carga e descarga de capacitor; Sistema de ensino em equação dos gases ideais; Sistema de ensino em capacidade calorífica; Sistema de ensino em lei de radiação de Stefan Boltzmann; Sistema de experimento em conversão interna.

Laboratórios do IFB Campus Estrutural			
Laboratório	Capacidade de usuários	Cursos Atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Laboratório de Química e Biologia	20	Cursos FIC, Técnico integrado em Manutenção Automotiva e em Meio Ambiente. Proeja em Meio Ambiente	Computador, Modelo Anatômico para fins didáticos, Refrigerador, Forno micro-ondas, Estufa Bacteriológica SL-101, Microscópio biológico, binocular, Microscópio biológico trinocular, Microscópio estereoscópico binocular, Banho-maria digital, Estufa de secagem e esterilização, Autoclave digital, Evaporador rotativo, Balança digital analítica, Espectrofotômetro de UV-Visível, Bomba de vácuo, Chapas aquecedoras com agitação magnética; pHmetro de bancada, Deionizadores

Laboratórios do IFB Campus Estrutural			
Laboratório	Capacidade de usuários	Cursos Atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Laboratório de Matemática	25	Licenciatura em Matemática. Técnico integrado e subsequente em Manutenção Automotiva. Técnico integrado e proeja em Meio ambiente.	Computadores com monitor e periféricos; Projetor datashow com gaiola; CD metodologia para aplicação pedagógica no lab de matemática EF2; CD metodologia para aplicação pedagógica no lab. de matemática EM; Ciclo trigonometria com triângulos (magnético); Mandala trigonometria; Impressora 3D GTmaxPro; Prancha para gráficos para demonstração; Quadro branco; Quadro verde; Jogos de Xadrez; Relógios de xadrez; Tangram diversos; Soroban; Roleta de frações; Quebra cabeça quadrado quatro cores; Polinômios com prancha; Dominó de equações; Dominó de frações; Ficha duas cores; Fichas sobrepostas para numeração; Frações circulares; Frações com hexágono; Frações em barra; Frações no quadriculado; kit relações métricas no triângulo retângulo; Prancha para gráficos; Prancha trigonometria; Roleta para estudo de probabilidade; Trigominó; Caixa com sólidos de madeira; Esquadro escaleno de madeira; Esquadro isósceles de madeira; kit de sólidos de madeira; Maleta com kit de sólidos de plástico; Régua de acrílico 60; Régua de madeira 80cm; Calendário geométrico; kit área de círculo; kits áreas de polígonos; kit geometria plana; kit planificação de sólidos; Mosaico geométrico; Prismas; Pirâmides; Cilindros; Calota esférica de acrílico; Cones com orifício para inserção de líquido; Cubos; Dodecaedro; Esfera de acrílico; Icosaedro; Octaedro; Paralelepípedos; Tetraedros; tronco de cone; Tronco de pirâmide; Quarto de esfera; Secções de esfera, cone, cilindro, círculo, retângulo e triângulo; Jogando com álgebra (com polinômios); Jogando com frações circulares; Kit álgebra; Kit Algeplan; Kit áreas e volumes (madeira e EVA); Kit escala Cuisinaire; kit polinômios; Polinômios com prancha; Materiais de escritório diversos (tesoura escolar, régua, estilete, grampeador, caixa de clips e grampos; tônner de impressão; transferidores, esquadros, compassos;
Laboratório de Fabricação Mecânica	8	Técnico subsequente e Técnico Integrado em	Torno Mecânico; Fresadora; Furadeira de bancada; Equipamentos de soldagem

Laboratórios do IFB Campus Estrutural			
Laboratório	Capacidade de usuários	Cursos Atendidos	Principais equipamentos disponíveis
		Manutenção Automotiva	
Laboratório de Projetos e prototipação 3D	8	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Microcomputador; Impressoras 3D
Oficina de Motores e Transmissão (antigo Laboratório de Motores 1)	16	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Suporte para motores; Motores e caixas de câmbios didáticos; bancadas; Carrinhos de ferramentas
Laboratório de Teste de Motores (antigo Laboratório de Motores 2)	6	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Dinamômetro de Bancada para 300cv
Laboratório de Mecânica Automotiva (antigo Laboratório de manutenção mecânica)	16	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Macaco hidráulico (tipo jacaré e telescópico); Elevadores Automotivos; Coletor de óleo; Veículos Diversos; Máquina de limpeza de bico; Lavadora de peças; bancadas; ferramentas diversas;
Laboratório de Alinhamento e Balanceamento (antigo Laboratório de sistemas automotivos)	8	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Alinhador de direção computadorizado; Balanceador de rodas computadorizado; Rampa Pneumática de alinhamento; Pneumática de alinhamento; Desmontadora de pneus; Elevador Automotivo
Laboratório de Eletrônica Automotiva e Eletropneumática (antigo Laboratório de eletroeletrônica)	16	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Computador; Projetor; Osciloscópio automotivo; Multímetros digitais; Bancadas pneumáticas; Simulador de veículo híbrido e elétrico; Fontes de alimentação; Gerador de frequência
Laboratório de Metrologia	30	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Torquímetros; Paquímetro digital e analógico; Micrômetros digital e analógico; Relógios Comparadores; Blocos padrões de metrologia.

Quadro 38 - Laboratórios do IFB Campus Gama

Laboratórios do IFB Campus Gama			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Laboratório de Informática 1	40	Todos	Computador, Projetor de vídeo
Laboratório de Informática 2	40	Todos	Computador, Projetor de vídeo
Laboratório de Microbiologia	20	Cursos da área de Alimentos e Química	Agitador de tubos tipo vórtex, Agitador magnético com aquecimento, Agitador orbital (Shaker), Analisador de leite, Autoclave, Balança analítica, Balança semi-analítica, Banho maria, Cabine de segurança biológica - Classe II B2, Centrífuga refrigerada rotor p/ eppendorf, Computador, Contador de colônia, Deionizador, Estufa bacteriológica, Estufa p/ Esterilização e Secagem, Geladeira, Incubadora BOD, Incubadora Shaker, Lavadora de pipetas (kit completo), Medidor de pH, Medidor de Turvação Portátil (Turbidímetro), Micro-ondas, Microscópios Binocular Planacromático
Laboratório de Ensino em Física e Matemática	20	Cursos da área de Alimentos e Química	Balança semi-analítica, Fonte de Alimentação, Computador
Laboratório de Química de Produtos Naturais	20	Cursos da área de Alimentos e Química	Autoclave vertical, Balança Analítica, Banho ultratermostático, Câmara climática, Câmara UV, Deionizador de água, Digital Orbital Shaker, Estufa Bacteriológica, Estufa para Secagem e Esterilização, Evaporador rotativo. Banho e vácuo, Incubadora BOD, Incubadora Shaker, Leitor de Microplaca Elisa, Liofilizador, Lupa, Microscópio, pHmetro, Refrigerador electrolux, Ultrassom.
Laboratório de Ensino de Química e Biologia	20	Cursos da área de Alimentos e Química	Balança semi-analítica, Capela, Computador, Lavadora de pipetas (kit completo), Microscópios Binocular Planacromático
Laboratório de Química Orgânica	20	Cursos da área de Alimentos e Química	Agitador de tubos tipo vórtex, Agitador magnético com aquecimento, Balança analítica, Balança Mecânica Tríplice (2610g), Balança semi-analítica, Banho maria, Banho termostatizado, Bomba de vácuo, Bomba submersa, Capela, Centrífuga, Computador, Condutivímetro, Destilador de água, Estabilizador de Tensão, Estufa de secagem e aquecimento, Geladeira, Lavadora de pipeta (cuba de molho), Manta aquecedora 250 mL, Manta aquecedora 500 mL, Medidor de pH, Multímetro, Ponto de fusão, Rotaevaporador

Laboratórios do IFB Campus Gama			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Laboratório de Química Geral e Inorgânica	20	Cursos da área de Alimentos e Química	Agitador de tubos tipo vórtex, Agitador magnético com aquecimento, Balança analítica, Balança semi-analítica, Banho maria, Bomba de vácuo, Capela, Centrífuga, Computador, Condutivímetro, Deionizador, Destilador de água, Estufa de secagem e aquecimento, Geladeira, Liquidificador, Manta aquecedora 250 mL, Manta aquecedora 500 mL, Medidor de pH, Micro-ondas, Ponto de fusão
Laboratório de Química Analítica	20	Cursos da área de Alimentos e Química	Agitador de tubos tipo vórtex, Agitador magnético com aquecimento, Balança analítica, Balança semi-analítica, Banho maria, Bomba de vácuo, Bureta Digital, Capela, Centrífuga, Computador, Condutivímetro, Estabilizador de Tensão, Estufa de secagem e aquecimento, Geladeira, Manta aquecedora 500 mL, Medidor de pH, Mufla
Laboratório de Pesquisa em Química	20	Cursos da área de Alimentos e Química	Agitador de tubos tipo vórtex, Agitador magnético com aquecimento, Balança analítica, Balança semi-analítica, Banho de ultrassom, Banho maria, Banho termostatzado, Bomba de vácuo, Câmara UV, Capela, Centrífuga refrigerada rotor p/ eppendorf, Computador, Estereomicroscópio (Lupa), Estufa p/ Esterilização e Secagem, Freezer, Geladeira, Incubadora BOD, Incubadora Shaker, Medidor de pH, Microscópios Binocular Planacromático, Refratômetro, Rotaevaporador
Laboratório de Físico-Química	20	Cursos da área de Alimentos e Química	Agitador de tubos tipo vórtex, Agitador magnético com aquecimento, Balança analítica, Balança semi-analítica, Bomba de vácuo, Centrífuga, Computador, Condutivímetro, Estabilizador de Tensão, Estufa de secagem e aquecimento, Geladeira, Manta aquecedora 250 mL, Manta aquecedora 500 mL, Medidor de pH

Laboratórios do IFB Campus Gama			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Laboratório de Análise Instrumental	20	Cursos da área de Alimentos e Química	Aagitador magnético com aquecimento, Balança analítica, Balança semi-analítica, Banho maria, Capela, Cromatógrafo Gasoso, Cromatógrafo Líquido (HPLC), Espectrômetro de Absorção Atômica, Espectrômetro de Fluorescência, Espectrômetro de Massa, Espectrômetro FT-IR, Espectrômetro UV/VIS, Estabilizador de Tensão, Fotômetro de Chama Geladeira, Impressora, Liofilizador, Medidor de Turvação Portátil (Turbidímetro), Ponto de fusão, Prensa p/ Infravermelho, Sistema de Osmose Reversa, Ultrapurificador de água
PAPPLAB	20	Todos	Computador, Projetor de vídeo, CNC
Laboratório de Informática 3	40	Todos	Computador, Projetor de vídeo
Laboratório de Análise Sensorial	20	Cursos da área de Alimentos e Química	Balança semianalítica, Balanças de precisão, Centrífuga com aquecimento p/ butirômetro, Destilador de água, Destilador de nitrogênio, Espectrofotômetro, Extrator de gases, Extrator de gorduras, Medidores de Ph, Filtro, Geladeira, Microondas
Laboratório de Análise de Alimentos	20	Cursos da área de Alimentos	Geladeiras, Microondas
Unidade de Processamento de Alimentos 1	20	Cursos da área de Alimentos	Balança comercial, Balança de chão, Balança de precisão, Balança Semianalítica, Cuter, Defumador a gás, Embaladora a vácuo, Embutidor hidráulico, Fatiador e cortador de frios e embutidos, Misturador de massas para embutidos, Picador/moedor de carnes, Tumbleador, Tanque, Filtro d'água, Freezer Horizontal, Freezer Vertical, Geladeira, Fogão
Unidade de Processamento de Alimentos 2	20	Cursos da área de Alimentos	Balança, Batedeira Planetária, Carrinho de Fermentação, Cilindro, Divisora de massa, Estante para pães, Extrusor de Massas, Fatiadora, Forno elétrico, Forno pizza, Forno turbo gás, Maseira, Modeladora, Filtro d'água, Freezer, Geladeira, Microondas, Fogão

Laboratórios do IFB Campus Gama			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Unidade de Processamento de Alimentos 3	20	Cursos da área de Alimentos	Agitador magnético, Balança, Estufa, logurteira, Máquina de Sorvete, Pia de higienização, Prensa, Sistema de pasteurização e envase de fluído, Tacho encamisado, Tanque Queijeiro inox 50L, Freezer, Geladeira, Geladeira 4 portas, Fogão
Unidade de Processamento de Alimentos 4	20	Cursos da área de Alimentos	Agitador, Balança, Balança precisão, Carrinho tanque, Centrífuga de folhas, Descascador de tubérculos, Despolpadeira - Robot Coupe C80, Despolpadeira vertical, Dosador de líquido manual, Embaladora a vácuo, Embaladora Filme PVC, Extrator água de coco, Pasteurizador de garrafas com chuveiro, Secador, Freezer, Geladeira, Liquidificador
Laboratório de Práticas de Linguagem em Línguas Maternas e Estrangeiras - LabLin	20	Todos	Computador, Projetor de vídeo, Televisor
Laboratório Multidisciplinar 1	20	Todos	Computador, Projetor de vídeo
Laboratório Multidisciplinar 2	20	Todos	Computador, Projetor de vídeo
Laboratório de Gestão 1	20	Cursos da área de Gestão	Computador, Projetor de vídeo
Laboratório de Gestão 2	20	Cursos da área de Gestão	Computador, Projetor de vídeo
Laboratório de Artes	30	Todos	

Quadro 39 - Laboratórios do IFB Campus Planaltina

Laboratórios do IFB Campus Planaltina			
Laboratório	Capacidade de Usuários	Cursos Atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Microscopia	30	Tecnológico Agroecologia Técnico; Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	Microscópios ópticos Lupas estereoscópicas
Física	30	Agronomia, Tecnológico Agroecologia Técnico; Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	-
Línguas	30	Tecnológico Agroecologia Técnico; Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	-
Artes Plásticas	30	Tecnológico Agroecologia Técnico; Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	-
Química	30	Tecnológico Agroecologia Técnico; Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	-
Informática 1	40	Agronomia, Tecnológico Agroecologia Técnico; Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	Computadores, roteadores, Suíte
Informática 2	65	Agronomia, Tecnológico Agroecologia Técnico; Agropecuária; Lic. Biologia;	Computadores, roteadores, Suíte

Laboratórios do IFB Campus Planaltina			
Laboratório	Capacidade de Usuários	Cursos Atendidos	Principais equipamentos disponíveis
		Técnico Agroindústria	

Quadro 40 - Laboratórios do IFB Campus Recanto das Emas

Laboratórios do IFB Campus Recanto das Emas			
Laboratório	Capacidade de Usuários	Cursos Atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Estúdio 1	20	Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, Técnico em Animação, Tecnólogo em Produção Audiovisual, Especialização em Educação e Audiovisual	Câmeras, Tripé, Switcher, Mesa de Som, Monitores, Tv's, Fresnéis de Iluminação, Grid, Microfones
Laboratório de Edição	40	Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, Técnico em Animação, Tecnólogo em Produção Audiovisual, Especialização em Educação e Audiovisual	Computadores de Alto Desempenho, Apple, Imac 21"
Laboratório de Informática	40	Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, Técnico em Animação, Tecnólogo em Produção Audiovisual, Especialização em Educação e Audiovisual	Computadores

Laboratórios do IFB Campus Recanto das Emas			
Laboratório	Capacidade de Usuários	Cursos Atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Laboratório IFmaker	20	Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, Técnico em Animação, Tecnólogo em Produção Audiovisual, Especialização em Educação e Audiovisual	Impressora a Laser, Scanner 3D, Computadores, Projetor, Máquina de Corte CNC, Ferramentas Diversas, Kits Lego e Arduino
Laboratório Animação Digital (Em implantação)	40	Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, Técnico em Animação, Tecnólogo em Produção Audiovisual, Especialização em Educação e Audiovisual	Computadores
Estúdio 2 (Em implantação)	40	Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, Técnico em Animação, Tecnólogo em Produção Audiovisual, Especialização em Educação e Audiovisual	Câmeras, Tripé, Switcher, Monitores, Tv's, Fresnéis de Iluminação, Grid, Microfones

Quadro 41 - Laboratórios do IFB Campus Riacho Fundo

Laboratórios do IFB Campus Riacho Fundo			
Laboratórios	Capacidade de Usuários	Cursos Atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Habilidades Básicas de Cozinha	25	Técnico Integrado em Cozinha; Técnico Subsequente em Gastronomia; Técnico Subsequente em Panificação; Técnico PROEJA Restaurante e Bar; Tecnólogo em Gastronomia.	Ultra congelador uk05 - v1 - g3 - 220v - 60hz monofásico, fogão industrial venâncio 4 bocas com forno don bidone fdb4f, chapa grill à gás - char broiler cgg60 venâncio, processador de alimentos oster super chef fpsf p1355, mixer de mão profissional - kitchenaid commercial - keg35aebna - 220v, defumador 120 litros - zincolume, liquidificador <i>philips walita problend</i> ri2135/90 - preto/cinza - 2,4 litros - 800w, máquina para macarrão - marca <i>hauskraft</i> - modelo maqm-002 - cor vermelha, batedeira stand mixer profissional - <i>kitchenaid empire red</i> kef97av - 7,6 litros - 220v, Forno microondas 31l <i>electrolux</i> mev41 - prata-sem <i>grill</i> ; fogão progás 01 boca, forno combinado pratica <i>technicook</i> , moedor de carne multiuso arbel mtu-08- 2.0, Máquina de embutidos manual picelli, liquidificador industrial mod. Br 3,5l, batedeira planetária <i>deluxe</i> arno.
Cozinha Quente	25	Técnico Integrado em Cozinha; Técnico Subsequente em Gastronomia; Técnico Subsequente em Panificação; Técnico PROEJA Restaurante e Bar; Tecnólogo em Gastronomia.	Mixer de mão profissional - kitchenaid commercial - keg35aebna - 220v; sorveteira s40; espremedor de fruta exb skymssen; maquina de sorvete gelato arno; Moinho para cereais guzzo; forno combinado victory ltedesco;

Laboratórios do IFB Campus Riacho Fundo			
Laboratórios	Capacidade de Usuários	Cursos Atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Panificação	20	Técnico Integrado em Cozinha; Técnico Subsequente em Gastronomia; Técnico Subsequente em Panificação; Técnico PROEJA Restaurante e Bar; Tecnólogo em Gastronomia.	Câmara de fermentação cfck 20 g5 - 220v - 60hz - monofásico, cilindro médio 500mm cs500 - 380v trifásico; divisora manual de inox - dmi-30; batedeira planetária bp18-g2 - 220v - monofásico - 60hz; modeladora de pão reversível mpr500 - 220v - 60hz; amassadeira espiral ae25 220v monofásico 60hz; ultra congelador uk05 - v1 - g3 - 220v - - 60hz monofásico; fatiadeira 350mm fr12 - g2 220v monofásico 60hz; forno industrial elétrico lastro epm 4a 380v trifásico 50/60hz c/kit; forno industrial elétrico lastro epm 4a 380v trifásico 50/60hz c/kit; forno industrial elétrico lastro epc 4a 380v trifásico 50/60hz c/kit; mesa inox e borda c/tanque 60x50x40 mitebpt-090; mesa inox e borda c/tanque 60x50x40 mitebpt-090; laminadora horizontal lh600c; mesa inox canto arredondado c/ grade inferior - 120x70cm - imeca; mesa inox canto arredondado c/ grade inferior - 150x70cm - imeca; termocirculador sous vide constantine com ultrassom; panela automática mega plus 22l; moedor multiuso arbel mtu 08; liquidificador philips walita problend ri2135/90 - preto/cinza - 2,4 litros - 800w; batedeira stand mixer profissional - kitchenaid empire red kef97av - 7,6 litros - 220v; balcão serviço - refrimatte bsr 250 - encosto 2,50m - s/cuba; forno microondas 31l electrolux mev41 - prata-sem grill; fogão industrial venâncio 4 bocas com forno don bidone fdb4f; liquidificador industrial mod. Br 3,5l; batedeira planetária deluxe arno.
Bar e Restaurante	20	Técnico Integrado em Cozinha; Técnico Subsequente em Gastronomia; Técnico Subsequente em Panificação; Técnico PROEJA Restaurante e Bar; Tecnólogo em Gastronomia.	Máquina de café expresso - astoria pratic avant sae - cor branca, Fogão cooktop - cadence - gourmet fog 600

Laboratórios do IFB Campus Riacho Fundo			
Laboratórios	Capacidade de Usuários	Cursos Atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Informática	30	Técnico Integrado em Cozinha; Técnico Integrado em Hospedagem; Técnico Subsequente em Gastronomia; Técnico Subsequente em Panificação; Técnico PROEJA Restaurante e Bar; Tecnólogo em Gastronomia.	30 Computadores com monitor e periféricos
Geoprocessamento	22	Licenciatura em Geografia; Mestrado Profissional em geografia	22 Computadores com monitor e periféricos
de Línguas	25	Licenciatura em Letras Inglês	25 Computadores com monitor e periféricos
de Hospitalidade	35	Técnico Integrado em Hospedagem; Tecnólogo em Hotelaria	Equipamentos de cama, mesa e banho
de Ciências	40	Técnico Integrado em Cozinha; Técnico Integrado em Hospedagem	Materiais para uso de ciências

Quadro 42 - Laboratórios do IFB Campus Samambaia

Laboratórios do IFB Campus Samambaia			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Informática 1	35	Todos	Pc dell optiplex 3000 micro, Datashow epson
Informática 2	35	Todos	Pc dell optiplex 3000 micro (26) / itautec, (9) datashow epson
Informática 3	40	Todos	Pc dell optiplex 3000 micro, Datashow epson
Informática 4	35	Todos	Pc itautec, datashow epson
IFB Labs - Tecnologia, Informação e Comunicação	35	Todos	Pc dell precision 3660 workstation torre, datashow epson

Laboratórios do IFB Campus Samambaia

Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Geotecnia	20	PROEJA em Edificações; Técnico em Edificações e Bacharelado em Engenharia Civil	DATASHOW EPSON; Balança eletrônica de precisão, Makita - Ferramenta Cortador de Cerâmica/Azulejo; Betoneira 400 litros com motor 2 cv monof. Voges; Agitador de peneiras PAVITEST; Permeâmetro carga variável PAVITEST; Destilador de Femel PAVITEST; Bomba de vácuo e ar comprimido PRISMATEC; Vibrador imersão para concreto; Repartidor de Amostras PAVITEST; dispersor de solos de bancada com copo em alumínio; Tanque para banho de provetas com aquecimento; Aparelho Casagrande elétrico com contador de golpes analógico; Medidor de Umidade tipo Speedy; Aparelho de Vicat para determinação do tempo de início e fim de pega do cimento e gesso; Mesa para consistência de argamassa manual; Argamassadeira de movimento planetário para mistura de cimentos e argamassas; Aparelho para determinação da superfície específica do cimento; Comparador de expansibilidade/retração com barra padrão de aço; Esclerômetro modelo N(suíço) de impacto Schmidt para determinação "in loco"; Aparelho para determinação do teor de ar incorporado ao concreto fresco; Aparelho para determinar retenção de água em argamassas; Mesa vibratória em aço; Estufa para secagem e esterilização; Máquina Universal de ensaios mecânicos em materiais; Permeâmetro carga constante; Prensa eletromecânica automática p/ CBR/Marshall e ensaios genéricos ; Máquina para ensaios de abrasão tipo Los angeles; Agitador de peneiras eletromecânico de bancada
Materiais de Construção Civil	20	PROEJA em Edificações; Técnico em Edificações e Bacharelado em Engenharia Civil	Datashow Epson

Laboratórios do IFB Campus Samambaia			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Microbiologia	40	Ensino Médio Integrado em Controle Ambiental; Técnico em Controle Ambiental e Pós-Graduação em Gerenciamento Ambiental	Datashow Epson
Águas e Efluentes	40	Ensino Médio Integrado em Controle Ambiental; Técnico em Controle Ambiental e Pós-Graduação em Gerenciamento Ambiental	-
Desenho 1	30	Ensino Médio Integrado em Design de Móveis; Tecnólogo em Design de Produtos; PROEJA em Edificações; Técnico em Edificações e Bacharelado em Engenharia Civil	Datashow Epson
Desenho 2	30	Ensino Médio Integrado em Design de Móveis; Tecnólogo em Design de Produtos; PROEJA em Edificações; Técnico em Edificações e Bacharelado em Engenharia Civil	Datashow Epson
Química/Biologia	20	Todos	-
Física	20	Todos	-

Laboratórios do IFB Campus Samambaia			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Matemática	20	Todos	Datashow Epson
Música	20	Ensino Médio Integrado em Design de Móveis; EMI em Controle Ambiental; PROEJA em Edificações	Datashow Epson
Criação	35	Todos	Datashow
Elétrica	20	PROEJA em Edificações; Técnico em Edificações e Bacharelado em Engenharia Civil	-
Lixamento e Montagem	20	Ensino Médio Integrado em Design de Móveis e Tecnólogo em Design de Produtos	Bancada Marceneiro 2 Morsas; - Bancada de Marceneiro 2011NE801077 NF 998 - RONDON; -Torno de bancada nº 5 – de ferro fundido;
Usinagem e Lixamento	20	Ensino Médio Integrado em Design de Móveis e Tecnólogo em Design de Produtos	Serra de fita vertical para metais - ROMARFRA; Lixadeira multifuncional com motor trifásico – cinta de 1600mm de disco de 250mm - MAKSIWA; Furadeira vertical de coluna em aço tubular, mesa inclinável e giratória - MANROD; Serra circular de mesa 730x730mm diâmetro de 300mm - POSSAMAI; Coladeira de bordo, motor trifásico, espessura da fita de bordo: até 3mm - MAKSIWA; Torno copiador automático - INVICTA; Furadeira horizontal Oscilante, comprimento do rasgo de 0 à 200 mm, rotação do mandril de 6600 rpm - BALDAN; Lixadeira de Fita, motor 3cv – 2 polos monofásico com exaustor e calcador - MAKSIWA;

Laboratórios do IFB Campus Samambaia			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Usinagem	20	Ensino Médio Integrado em Design de Móveis e Tecnólogo em Design de Produtos	Motoesmeril de bancada - MOTOMIL; Afiador de facas e serras de aço carbono e widea - CIAMAQ; Desempenadeira 180x3560mm motor 3cv - POSSAMAI; Desengrossadeira motor 5 cv 220/380v 60hz - POSSAMAI; Fresadora superior copiadora, capacidade compressor necessários: 10 pés/min - BALDAN; Tupia industrial - OMIL; Respigadeira eixo semi-automática, motor 2cv – 2 polos e 1 cv 4 polos trifásicos - BALDAN
Corte e Lixamento	20	Ensino Médio Integrado em Design de Móveis e Tecnólogo em Design de Produtos	Torno mecânico 2010NE900953 NF 3744 - NARDINI; Coletor de pó com motor trifásico – 3 bocas e 2 reservatórios - MAKSIWA; Serra esquadrejadeira de curso com inclinação e motor trifásico – com saída de coletor e protetor de serra - MAKSIWA; Compressor de ar – potência 5 HP – pressão máx. 175 LB/POL2 - MOTOMIL; Furadeira múltipla semi automática com cabeçote inclinável até 90° - INVICTA FMC21; Seccionadora horizontal, velocidade de aspiração 25m/s - BALDAN;
Usinagem Laser	20	Ensino Médio Integrado em Design de Móveis e Tecnólogo em Design de Produtos	CNC Laser; PC Itautec
Pintura	20	Ensino Médio Integrado em Design de Móveis e Tecnólogo em Design de Produtos	Cabine de Pintura à seco – potência total instalada 3cv trifásico blindado - ASPERSUL; Destilador de água tipo pilsen – 10 L/H - QUIMIS.
Práticas Inovadoras	20	Todos	Prensa para colagem manual, 3 fusos, 3 colunas, Pressão de 30 toneladas/fuso
Apoio à Pesquisa Aplicada e Prática Profissional (Papp/Lab)	20	Todos	Cnc Laser Xxx; Impressora 3d De Pequeno Porte; Impressora 3d De Médio Porte; Notebook; Scanner 3d; Conjunto Didático Automação - Kit Lego; Tabletes; Televisor De 65"; Projetores De Multimídia; Kit de ferramentas; Furadeira / Parafusadeira; Serra tico-tico; Lixadeira Orbital; KIT Arduino Robótica

Quadro 43 - Laboratórios do IFB Campus São Sebastião

Laboratórios do IFB Campus São Sebastião			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Secretariado e Secretaria Escolar	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Cursos Técnicos Subsequentes em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, em Secretariado e em Secretaria Escolar; e Curso Superior de Tecnologia em Secretariado	Computadores e projetor multimídia; mesas para simulações, balcão, mesas redondas, armários, cadeiras e material para cerimoniais e receptivos
Química	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Licenciatura em Pedagogia	Balanças analítica e semianalítica; balanças digitais simples; medidor de oxigênio; medidor de pH ; picnômetros; cronômetros; turbidímetro; espectrofotômetro UV Visível; viscosímetro; agitador vórtex; bomba de vácuo; deionizador; lavador de pipetas; mufla; estufa de esterilização e secagem; centrífuga; agitador magnético com aquecimento; capela exaustão de gases; manta aquecedora; dessecador; refrigerador; freezer; livros para pesquisa, didáticos e paradidáticos; computador; banquetas, cadeiras e armários; reagentes e insumos laboratoriais; vidrarias; plataforma elevatória; chuveiro e lava-olhos

Laboratórios do IFB Campus São Sebastião			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Biologia	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Licenciatura em Pedagogia	Balanças semianalítica e digitais; medidor de pH; cronômetros; GPS; bússola militar; maletas com macro modelo odontológicos; manequim adulto de RCP com dispositivo; autoclave; estufas para esterilização e secagem; microscópios biológicos, binoculares e trinoculares; agitador vórtex; cabine de segurança biológica; esqueleto humano; modelos de células animal e vegetal; torso assexuado; boneco de bebê recém-nascido; banho ultratermostatizado; desidratador; deionizador; livras de pesquisa; computador; câmera digital para microscópio; globos terrestres; cadeiras e armários; animais em conserva; insumos e reagentes; vidrarias. Equipamentos didáticos e de pesquisa nas áreas de Biologia Celular, Biologia Celular, Botânica, Agroecologia, Entomologia, Zoologia, entre outras
Física	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Licenciatura em Pedagogia	Multímetros; balanças decimais; decibelímetros; micrômetros; paquímetros; balança de triplice escala; máquina à vapor didáticas; computadores; bombas de alto vácuo; cadeiras, bancadas e banquetas; furadeira de impacto; discos de Newton; aparatos didáticos para lei de Lenz; mantas aquecedoras; unidade mestra de Física com hidrodinâmica, sensores e software; kits didáticos para lançamento horizontal; geradores eletrostáticos de Van de Graaff. Equipamentos didáticos e de pesquisa nas áreas de Cinemática, Mecânica, Ondulatória, Ótica, Eletricidade, entre outras

Laboratórios do IFB Campus São Sebastião			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Núcleo de Apoio a Empreendimentos	30	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Cursos Técnicos Subsequentes em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, em Secretariado e em Secretaria Escolar; Cursos de Licenciatura em Pedagogia e em Letras - Língua Portuguesa; e Curso Superior de Tecnologia em Secretariado	Projetor interativo; televisão; kit amplificador de som multiuso; microfones; computadores; cadeiras e mesas trapézio para atividades coletivas; jogos didáticos e insumos de papelaria; kits didáticos para ensino de Matemática. Projetor, Sistema de som, câmera, mesas trapezoidais, armários

Laboratórios do IFB Campus São Sebastião			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Aplicativos e Jogos Digitais	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Cursos Técnicos Subsequentes em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, em Secretariado e em Secretaria Escolar; Cursos de Licenciatura em Pedagogia e em Letras - Língua Portuguesa; e Curso Superior de Tecnologia em Secretariado	Projetor; notebooks de alto desempenho; telefones celulares; equipamentos de audiovisual; mesas e cadeiras
LudoIF	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; e Curso de Licenciatura em Pedagogia	Livros infanto-juvenis, didáticos e paradidáticos, e para pesquisa; computador e impressora multifuncional; cadeira e mesas para crianças; organizadores de brinquedos; brinquedos e jogos didáticos; material de papelaria. Equipamentos didáticos e de pesquisa do curso de Pedagogia, brinquedos, jogos pedagógicos e livros infantis, mobiliário adaptado para trabalho com crianças

Laboratórios do IFB Campus São Sebastião			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Ateliê de Artes	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Licenciatura em Pedagogia	Computador; soprador térmico; mesas e bancos; ferramentas e materiais para artes; parafusadeira; furadeira. Materiais didáticos de artes plásticas, armários para guarda de insumos e produções, mesas de trabalho
Leitura e Produção de Textos	15	Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; e Cursos de Licenciatura em Pedagogia e em Letras - Língua Portuguesa; e Curso Superior de Tecnologia em Secretariado	Computadores e notebooks; mesas e cadeiras; livros de literatura brasileira e específicos para pesquisa. Computadores e estações de trabalho, livros didáticos e paradidáticos de Língua Portuguesa, livros de literatura

Laboratórios do IFB Campus São Sebastião			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Robótica e Maker	30	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração e em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais; Curso Técnico Subsequente Desenvolvimento de Sistemas Educacionais	Drone; medidor de energia; multímetro; estação meteorológica; livros paradidáticos e para pesquisa; impressoras 3D; kit CFTV com 6 Câmeras; Dji Googles - óculos para voo FPV com telemetria; projetor, computadores e notebooks; servidores; tablets; pontos de acesso Unifi UAP-3 BR Mimo 300Mbps; Ipad Air 2; Raspberry; estação de solda Hikari; mesas e cadeiras; Rack de Parede 16uu; kits Lego Mindstorms EV3 programável, incluindo kit energia solar e eólica, e kit Ciências - energia pneumática; kit didático eletrônica digital; kits robótica Mbot Arduino e Arduino - Intermediário; switch Cisco; CNC. Computadores de última geração, celulares, kits de robótica, drones, impressoras 3-D, kits arduino, sensores, entre outros materiais de prototipagem
Informática 1	26	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Cursos Técnicos Subsequentes em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, em Secretariado e em Secretaria Escolar; Cursos de Licenciatura em Pedagogia e em Letras - Língua Portuguesa; e Curso Superior de Tecnologia em Secretariado	Projetor; computadores para atividades didáticas; mesas e cadeiras

Laboratórios do IFB Campus São Sebastião			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Informática 2	26	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Cursos Técnicos Subsequentes em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, em Secretariado e em Secretaria Escolar; Cursos de Licenciatura em Pedagogia e em Letras - Língua Portuguesa; e Curso Superior de Tecnologia em Secretariado	Projetor; computadores para atividades didáticas; mesas e cadeiras

Laboratórios do IFB Campus São Sebastião			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Informática 3	31	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Cursos Técnicos Subsequentes em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, em Secretariado e em Secretaria Escolar; Cursos de Licenciatura em Pedagogia e em Letras - Língua Portuguesa; e Curso Superior de Tecnologia em Secretariado	Projetor; computadores para atividades didáticas; mesas e cadeiras

Laboratórios do IFB Campus São Sebastião			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Informática 4	41	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Cursos Técnicos Subsequentes em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, em Secretariado e em Secretaria Escolar; Cursos de Licenciatura em Pedagogia e em Letras - Língua Portuguesa; e Curso Superior de Tecnologia em Secretariado	Projetor; computadores para atividades didáticas; mesas e cadeiras

Laboratórios do IFB Campus São Sebastião			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Laboratório de Inovação Pedagógica	30	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Cursos Técnicos Subsequentes em desenvolvimento de Sistemas Educacionais, em Secretariado e em Secretaria Escolar; Cursos de Licenciatura em Pedagogia e em Letras - Língua Portuguesa; e Curso Superior de Tecnologia em Secretariado	Projetor; lousa interativa; computadores e notebooks de alto desempenho; mesas e cadeiras para atividades individuais e coletivas
Viveiro	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração e em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais; Curso de Licenciatura em Pedagogia	Ferramentas e insumos; motocultivador e encanteirador; triturador de galhos; cisternas. Ferramentas e equipamentos para atividades didáticas e de pesquisa de produção de mudas e manejos agroecológicos

Laboratórios do IFB Campus São Sebastião			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
Laboratório de Audiovisual "Redescobrir"	8	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional; Cursos Técnicos Integrados em Administração, em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais e em Secretariado na Modalidade de Jovens e Adultos; Cursos Técnicos Subsequentes em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, em Secretariado e em Secretaria Escolar; Cursos de Licenciatura em Pedagogia e em Letras - Língua Portuguesa; e Curso Superior de Tecnologia em Secretariado	Equipamentos Direct Box; kits de microfones de estúdio; microfone de lapela; câmeras profissionais; computadores; livros para pesquisas; mesas, cadeiras e poltronas

Quadro 44 - Laboratórios do IFB Campus Taguatinga

Laboratórios do IFB Campus Taguatinga			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
LABORATÓRIO DE METROLOGIA E INSTRUMENTAÇÃO	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação	Computador, Projetor Multimídia, "Máquina de medição por coordenadas", Projetor de perfil, Microscópio de medição, "Câmera termográfica", Medidor de vibração, "Medidor de espessura por ultrassom", "Calibrador de paquímetro", "Calibrador de relógio comparador", "Calibrador de micrômetro", Paquímetros Diversos, Micrômetros, "Relógios comparadores e Apalpadores", "Jogos de blocos padrão".
LABORATÓRIO DE FABRICAÇÃO MECÂNICA	16	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação	Computador, Fresa Convencional, Retíficas, Torno CNC, Centro de Usinagem, Furadeira de Coluna, Moto-Esmeril, Serra-Fita, Afiadora de Ferramenta, Compressor de Ar, Prensa Hidráulica
LABORATÓRIO DE MATERIAIS	6	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação	Computador, Máquina de ensaio universal, Embutidora metalográfica, Politrizes metalográfica, Durômetro, Forno Mufla
LABORATÓRIO DE SOLDAGEM	16	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação	Máquina de solda elétrica, Máquina de solda TIG, Cilindros de gás, Máquina de Solda MIG-MAG

Laboratórios do IFB Campus Taguatinga			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
LABORATÓRIO DE ELETRÔNICA	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação/Computação	Computador, Projetor Multimídia, Fontes de tensão, 21 Osciloscópio, Multímetro digital, Alicates amperímetros, Fonte de Alimentação, Geradores de funções, Forno, Banho Químico, Capela de Exaustão
LABORATÓRIO DE PROTOTIPAGEM DE CIRCUITO IMPRESSO	2	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação/Computação	Computador, Fresadora CNC, Posicionador de componentes Eletrônicos, Fresadora laser, Estação de Solda, Prensa
LABORATÓRIO DE ROBÓTICA, AUTOMAÇÃO E CONTROLE	16	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação / Computação	Computador, Projetor Multimídia, Bancada de pêndulo invertido, Bancada de controle de tanques, Bancada de controle de temperatura, Controlador Omni, Bancada pneumática de 2 eixos, Bancada de Controle Contínuo, Bancada de pneumática proporcional e CLP, "Braço robótico de 6 eixos"
LABORATÓRIO DE PNEUMÁTICA, HIDRÁULICA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação	Computador, Projetor Multimídia, Bancada de pneumática, Bancada de Mecânica dos Fluídos, Bancada de bombas hidráulicas, Bancada de hidráulica industrial

Laboratórios do IFB Campus Taguatinga

Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
LABORATÓRIO DE ELETROTÉCNICA E MÁQUINAS ELÉTRICAS	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação/Computação/Manutenção e Suporte em Informática	Computador, Projetor Multimídia, Bancada didática e kits de eletrotécnica, Motores Elétricos, Medidor de aterramento, Medidor de sequência de fase, Multímetros, CLP Industrial
LABORATÓRIO DE PESQUISAS TÊXTEIS	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Mesas retangulares, Arara Fixa, Vitrine com roda, Máquina de costura, Computador.
LABORATÓRIO DE PROJETOS DO VESTUÁRIO	5	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia, Ferro Industrial, Máquina de Costura, Plotter, Mesa digitalizadora
LABORATÓRIO DE MANUALIDADES	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia, Manequim, Prensa Térmica, Bancadas de apoio, Armário de Apoio
LABORATÓRIO DE MANUALIDADES	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia, Manequim, Prensa Térmica, Bancadas de apoio, Armário de Apoio

Laboratórios do IFB Campus Taguatinga

Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
ATELIÊ DE CONFECÇÃO	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia, Mesa de corte, Máquinas de costura, Armário de Apoio, Bancada de apoio
LABORATÓRIO DE COSTURA	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia, Mesa de corte, Máquinas de costura, Armário de Apoio, Ferro Industrial, Bancada de apoio
ESTÚDIO	16	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia, Arara Fixa, Manequim, Armário de Apoio, Bancada de apoio
ATELIÊ DE MOULAGE	16	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia, Arara Fixa, Manequim Acolchoado, Armário de Apoio, Bancada de apoio
LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia, Mesa de enfesto, Máquina de costura, Bordadeira, Máquina de enfesto
LABORATÓRIO DE MODELAGEM	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia, Mesa de corte e modelagem, Máquina de costura, Manequim Acolchoado, Prensa Térmica

Laboratórios do IFB Campus Taguatinga

Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
LABORATÓRIO DE BIOLOGIA	30	Eletromecânica / Refrigeração / Física	Computador, Projetor Multimídia, Microscópio Binocular, Microscópio Trinocular, Modelo Anatômico, Autoclave, Balança Analítica, Modelo Anatômico, Estufa, Vidraria
LABORATÓRIO DE QUÍMICA	30	Eletromecânica / Refrigeração / Física	Computador, Projetor Multimídia, Capela de Exaustão, Manta de Aquecimento, Agitador Magnético, PHmetro, Estufa, Banho Ultrassônico, Agitador Mecânico, Viscosímetro, Bomba de Vácuo, Chuveiro Lava Olhos, Evaporador Rotativo, Espectrofotômetro, Difratorômetro de Raio X, Reômetro
LABORATÓRIO DE FLUIDOS, ONDULATÓRIA E TERMOLOGIA	40	Eletromecânica / Refrigeração / Física	Computador, Projetor Multimídia, Conjunto didático de Dinâmica de Fluidos, Conjunto didático de Gaseológico, Conjunto didático de Ondas, Conjunto didático de hidrostática, Unidade Mestra Física Hidrodinâmica, Balança Analítica, Banho Termostático, Estufa, Viscosímetro, Conjunto Didático de Dilatação Térmica
LABORATÓRIO DE PRÁTICAS DE ENSINO DE FÍSICA	40	Eletromecânica / Refrigeração / Física	Computador, Projetor Multimídia, Conjunto didático eletricidade e eletrônica, Conjunto didático de óptica básica, Conjunto didático de magnetismo, Máquina à vapor, Conjunto didático de Energias Renováveis, Conjunto didático de célula combustível, Conjunto didático de termodinâmica, Conjunto didático de mecânica, Conjunto didático cinética dos gases, Balança semi-roberval, Conjunto didático Lei de Lenz, Disco de Newton, Balança, Bomba de Vácuo.
LABORATÓRIO DE MECÂNICA	40	Eletromecânica / Refrigeração / Física	Computador, Projetor Multimídia, Decibelímetro, Multímetro digital, Placas de aquisição de dados, Placas de aquisição, Furadeira de Impacto, Conjunto didático de queda de corpos, Conjunto de trilho de ar, Rampa de Deslizamento, Conjunto Didático de Pêndulo, Manta de aquecimento, Seções de cone, Conjunto de prismas, Conjunto de corpos geométricos, Conjunto didático de Giroscópio

Laboratórios do IFB Campus Taguatinga			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
LABORATÓRIO DE FÍSICA MODERNA, ÓPTICA E ELETROMAGNETISMO	40	Eletromecânica / Refrigeração / Física	Computador, Projetor Multimídia, Multímetro, Voltímetro, Galvanômetro, Osciloscópio, Conjunto didático de eletrônica, Conjunto didático de transformadores, Luxímetro, Gerador de função arbitrária, Fonte de Alimentação, Conjunto didático superfícies equipotenciais
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR DE COMPUTAÇÃO LABORATÓRIO DE HARDWARE E CABEAMENTO ESTRUTURADO	40	Ciência da Computação / Licenciatura em Computação	Computador, Projetor Multimídia, Computador IMAC, Notebook, Servidor, Fonte de Alimentação, Alicata amperímetro, Gerador de função arbitrária, Osciloscópio, Terrômetro, Analisador de Rede, Analisador de Cabo
LABORATÓRIO DE PROGRAMAÇÃO 01	40	Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Física / Controle e Automação	Computador, Projetor Multimídia, Switch
LABORATÓRIO DE PROGRAMAÇÃO 02	40	Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Física / Controle e Automação	Computador, Projetor Multimídia, Switch
LABORATÓRIO DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA E DE ALTO DESEMPENHO	8	Ciência da Computação / Licenciatura em Computação	Workstations, Storage, Switch
LABORATÓRIO DE REDES E SISTEMAS OPERACIONAIS	40	Ciência da Computação / Licenciatura em Computação	Computador, Projetor Multimídia, Switch
DATA CENTER ACADÊMICO	2	Ciência da Computação / Licenciatura em Computação	Servidor, Monitores, Switch

Laboratórios do IFB Campus Taguatinga			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
LABORATÓRIO DE PROGRAMAÇÃO 03	40	Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Física / Controle e Automação	Computador, Projetor Multimídia, Switch
SALA DE DESENHO	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação / Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Prancheta de Desenho, Computador, Projetor Multimídia
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 1	25	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Física / Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia

Laboratórios do IFB Campus Taguatinga			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 2	25	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Física / Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 3	25	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Física / Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 4	40	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Física / Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia

Laboratórios do IFB Campus Taguatinga			
Laboratórios	Capacidade de usuários	Cursos atendidos	Principais equipamentos disponíveis
PAPPLAB/IFMAKER	10	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Engenharia de Controle e Automação Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Física / Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Computador, Projetor Multimídia, TV, Kit de Robótica Mindstorm, Kit de robótica arduino, Carro de ferramentas, Parafusadeira, Micro Retifica, Cortadora Laser de grande porte, Cortadora laser de pequeno porte, Impressora 3D, Scanner 3D, Impressora 3D - Resina

6.1.3 Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília (SiBIFB) funciona como um conjunto de centros de informação e referência, comprometido com a ação educativa de seus usuários, bem como o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal de Brasília (IFB). O SiBIFB reorganiza-se de forma a avançar, permanentemente, na qualidade da prestação de serviços de apoio acadêmico para seus usuários, adotando sempre novas Tecnologias de Informação e de Comunicação. Atualmente, o SiBIFB é composto pelas Coordenações de Biblioteca nos campi, pela Assessoria Técnica na Pró-Reitoria de Ensino, além de bibliotecários, auxiliares de biblioteca, técnico-administrativos e outros.

A assessoria técnica de Bibliotecas consiste na representação das Bibliotecas na Reitoria, por meio da integração na equipe da Diretoria de Políticas Estudantis na Pró-Reitoria de Ensino. Atualmente é composta por duas servidoras bibliotecárias e possui o papel de assessorar as bibliotecas em sua missão como espaço de apoio pedagógico aos diversos cursos ofertados por cada campus. A equipe das bibliotecas é formada por uma coordenação (subordinada à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão), auxiliares de biblioteca e técnico-administrativos (exceto IFB Campus Brasília que possui coordenação geral). O SiBIFB é composto por 10 (dez) bibliotecas distribuídas nos seguintes *campi*:

Quadro 45 - Contato das bibliotecas

Contatos das Bibliotecas				
<i>Campus</i>	Telefone	E-mail	Site	Horário de funcionamento
Brasília	(61) 2193-8075	bibliotecabrasilia@ifb.edu.br	Acesse aqui	8h às 20h
Ceilândia	(61) 2103-2170	biblioteca.ccei@etfbsb.edu.br	Acesse aqui	8h às 20h
Estrutural	(61) 2103-3007	cdbi.cest@ifb.edu.br	Acesse aqui	9h às 21h
Gama	(61) 2103-2253	cgam.biblioteca@ifb.edu.br	Acesse aqui	9h às 21h
Planaltina	(61) 2196-2653	bibliotecaplanaltina@ifb.edu.br	Acesse aqui	9h às 21h
Recanto das Emas	-	cdbi.crem@ifb.edu.br	Acesse aqui	8h às 21h
Riacho Fundo	-	biblioteca.crfi@ifb.edu.br	Acesse aqui	8h30 às 19h30
Samambaia	(61) 2103-2340	bibliotecasamambaia@ifb.edu.br	Acesse aqui	7h às 21h
São Sebastião	(61) 2193-8142	biblioteca.cssb@ifb.edu.br	Acesse aqui	8h45 às 20h45
Taguatinga	(61) 2103-2226	biblioteca.ctag@ifb.edu.br	Acesse aqui	8h às 21h

6.1.3.1 Espaço Físico

O planejamento do espaço físico das bibliotecas pauta-se no papel educativo que elas possuem na instituição, devendo atender às condições de acesso e uso desse espaço, adequando-o às necessidades de sua comunidade. O quadro a seguir apresenta aspectos referentes ao espaço físico das bibliotecas.

Quadro 46 - Espaço físico das bibliotecas

ESPAÇO FÍSICO																				
Biblioteca / Campus	Brasília		Ceilândia		Estrutural		Gama		Planaltina		Recanto das Emas		Riacho Fundo		Samambaia		São Sebastião		Taguatinga	
Ano	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030
Área em m²	1.649,40	1.649,40	184	500	184,05	428	428	428,00	560	560	63	600	155,63	428	428,20	428,20	184	428	500	500
Sala de estudo individual	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	0	0	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sala de estudo em grupo	5	5	0	5	0	3	3	3	1	1	0	2	0	0	2	1	0	2	6	6
Sala administrativa	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sala de treinamento	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
Laboratório digital (espaço de computadores)	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Capacidade de usuários	450	450	50	200	43	90	127	127	100	120	12	150	32	32	150	150	43	84	95	95

6.1.3.2 Acervo Bibliográfico e Política de Expansão

O SiBIFB possui uma Políticas de Formação e Desenvolvimento de Acervo, regulamentada pela [Resolução 40/2020 - RIFB/IFB](#), que fundamenta e norteia princípios, diretrizes, critérios, metodologias e instrumentos para o desenvolvimento de coleções das bibliotecas. Para a formação de um acervo expressivo em qualidade é indispensável o trabalho conjunto entre docentes e Núcleos Docentes Estruturantes e Bibliotecários(as). A ampliação do acervo das Bibliotecas é planejada e definida a partir da atualização e aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

As bibliotecas digitais fazem parte do contexto pedagógico e contribuem para o processo de ensino e aprendizagem, além de serem instrumentos importantes para o desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos de Curso e nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação. Por isso, é imprescindível que a instituição mantenha e amplie as assinaturas de base de dados de livros digitais.

A implementação do Repositório Institucional (RI) permitirá a visibilidade da produção científica da comunidade acadêmica do IFB, pois reunirá os trabalhos desenvolvidos pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo da instituição.

O acervo das bibliotecas do SiBIFB conta com livros, periódicos, material multimídia, material tridimensional, livros digitais e trabalhos de conclusão de curso.

Quadro 47 - Acervo das bibliotecas

ACERVO																				
Biblioteca / Campus	Brasília		Ceilândia		Estrutural		Gama		Planaltina		Recanto das Emas		Riacho Fundo		Samambaia		São Sebastião		Taguatinga	
Ano	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030
Títulos (físicos)	6.963	8.000	3.115	6.000	1.643	3.750	3.097	5.000	7.552	6.500	2.570	2.955	4.585	6.000	7.059	10.000	2.224	2.500	3.681	5.100
Número de exemplares (físicos)	25.315	30.000	6.237	12.000	4.137	8.000	10.427	15.000	13.914	10.000	4.560	5.244	7.579	10.000	12.831	18.000	5.357	5.685	10.295	14.350

Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2024-2030

ACERVO																				
Biblioteca / Campus	Brasília		Ceilândia		Estrutural		Gama		Planaltina		Recanto das Emas		Riacho Fundo		Samambaia		São Sebastião		Taguatinga	
Ano	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030
Livros eletrônicos	28.078	40.000	13.280	28.078	13.280	28.078	13.280	28.078	13.280	28.078	13.280	28.078	13.280	28.078	13.280	28.078	13.280	28.078	13.280	28.078
Número de assinatura de acervos digitais	3	4	3	2	3	2	3	2	3	2	3	2	3	2	3	2	3	2	3	3
Número de bases de dados (Portal de Periódicos da Capes)	26	100	26	100	26	100	26	100	26	100	26	100	26	100	26	100	26	100	26	100
Número de periódicos eletrônicos (Portal de Periódicos da Capes)	25.434	26.705	25.434	26.705	25.434	26.705	25.434	26.705	25.434	26.705	25.434	26.705	25.434	26.705	25.434	26.705	25.434	26.705	25.434	26.705
Normas técnicas digitais	89.329	93.795	89.329	93.795	89.329	93.795	89.329	93.795	89.329	93.795	89.329	93.795	89.329	93.795	89.329	93.795	89.329	93.795	89.329	93.795
Número de TCC digitais	808	1.500	12	150	22	100	67	300	208	520	Não se aplica	100	5	50	58	258	156	590	108	250
Repositório Institucional	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

6.1.3.3 Acessibilidade e Equipamentos

A acessibilidade informacional tem como objetivo incluir as pessoas com deficiência nos ambientes de informação para que tenham autonomia no uso das tecnologias de informação. Para estimular a autonomia e a independência acadêmica dos usuários é necessário que estejam equipadas e preparadas com recursos de acessibilidade, com infraestrutura que permita o estudo e pesquisa para todos os tipos de usuários.

No quadro abaixo, os indicadores de acessibilidade e equipamentos nas bibliotecas.

Quadro 48 - Acessibilidade nas bibliotecas

ACESSIBILIDADE																				
Biblioteca / Campus	Brasília		Ceilândia		Estrutural		Gama		Planaltina		Recanto das Emas		Riacho Fundo		Samambaia		São Sebastião		Taguatinga	
Indicadores / Crescimento	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030
Rampa	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Elevador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Balcão Baixo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Acervo em Braile	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Leitor de voz (computadores)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Piso tátil	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim

Quadro 49 - Equipamentos

EQUIPAMENTOS																				
Biblioteca / Campus	Brasília		Ceilândia		Estrutural		Gama		Planaltina		Recanto das Emas		Riacho Fundo		Samambaia		São Sebastião		Taguatinga	
Ano	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030
Computadores para consulta ao acervo	4	4	5	10	1	1	1	1	0	0	6	12	1	2	1	3	0	1	1	1
Computadores para pesquisa acadêmica	18	50	5	25	11	20	12	12	4	10	6	18	8	10	1	3	12	12	10	12
Scanner de voz (conversão de texto em áudio)	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Televisão	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Impressora	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Fone de ouvido	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Sistema de Segurança	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Quadro 50 - Serviços

SERVIÇOS																				
Biblioteca / Campus	Brasília		Ceilândia		Estrutural		Gama		Planaltina		Recanto das Emas		Riacho Fundo		Samambaia		São Sebastião		Taguatinga	
Ano	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030
Circulação de material	15.723	40.000	5.182	10.000	6.105	9.000	6.664	8.000	3.268	5.000	1.240	1.600	2.045	6.000	4.233	6.000	1.347	4.460	5.182	9.370
Usuários cadastrados	8.445	8.500	1.927	4.000	1.343	1.400	4.017	5.000	1.512	2.000	208	240	2.698	4.500	1.698	4.000	2932	4.000	1.927	2.030

6.1.3.4 Recursos Humanos

Em cada uma das bibliotecas há bibliotecários, auxiliares de biblioteca e técnico-administrativos, e seu quantitativo varia conforme o porte das unidades.

Quadro 51 - Quadro de servidores das bibliotecas

RECURSOS HUMANOS																				
Biblioteca / Campus	Brasília		Ceilândia		Estrutural		Gama		Planaltina		Recanto das Emas		Riacho Fundo		Samambaia		São Sebastião		Taguatinga	
Ano	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030	2024	2030
Bibliotecário	4	5	2	2	2	2	2	3	1	2	2	2	2	2	2	2	2	3	1	2
Auxiliar de Biblioteca	4	4	2	2	2	2	1	1	0	0	1	0	2	2	3	2	2	2	2	2
Demais cargos	3	5	0	1	0	1	2	3	2	2	1	2	0	2	0	1	1	1	0	0

6.2 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

6.2.1 Data Center / Salas técnicas

Quadro 52 - Data Center / Salas técnicas

Unidade / Ambiente	DataCenter (Qtde)	Sala técnica (Qtde)	Área Total (m²)
IFB Campus Brasília	1	17	234,4
IFB Campus Ceilândia	0	5	45
IFB Campus Estrutural	0	7	37
IFB Campus Gama	1	7	104,74
IFB Campus Planaltina	4	19	120,22
IFB Campus Recanto das Emas	1	2	32,25
IFB Campus Riacho Fundo	0	6	52,65
IFB Campus Samambaia	1	8	108,56
IFB Campus São Sebastião	2	2	29,96
IFB Campus Taguatinga	2	4	71,1
Reitoria	0	5	-

6.2.2 Parque tecnológico

Quadro 53 - Parque Tecnológico

Unidade / Equipamentos	Máq. Servidor (Qtde)	Computador - Administrativo (Qtde)	Computador - laboratório (Qtde)	Notebook (Qtde)	Tablet (Qtde)
IFB Campus Brasília	4	343	289	23	46
IFB Campus Ceilândia	1	95	104	99	112
IFB Campus Estrutural	1	69	60	32	93 e 44
IFB Campus Gama	2	227	123	0	36
IFB Campus Planaltina	2	25	135	15	31
IFB Campus Recanto das Emas	2	58	68	26	35
IFB Campus Riacho Fundo	74	13	84	10	0

Unidade / Equipamentos	Máq. Servidor (Qtde)	Computador - Administrativo (Qtde)	Computador - laboratório (Qtde)	Notebook (Qtde)	Tablet (Qtde)
IFB Campus Samambaia	3	208	104	16	65
IFB Campus São Sebastião	4	92	123	83	53
IFB Campus Taguatinga	6	70	322	3	64
Reitoria	4	188	0	14	0

6.2.3 Conectividade / Internet

Quadro 54 - Conectividade / Internet

Unidade / Equipamentos Serviços	Router / Firewall (Qtde)	Switch (Qtde)	Access Point (Qtde)	Hosts de Telefonia (Qtde)	Fone VoIP (Qtde)	Link de Internet (Qtde)	Velocidade Link
IFB Campus Brasília	1	27	37	1	1	1	1 Gbps
IFB Campus Ceilândia	1	15	10	2	0	1	1 Gbps
IFB Campus Estrutural	1	15	2	0	10	1	1 Gbps
IFB Campus Gama	1	20	3	3	49	1	1 Gbps
IFB Campus Planaltina	0	29	13	0	0	1	1 Gbps
IFB Campus Recanto das Emas	1	9	8	1	0	1	1 Gbps
IFB Campus Riacho Fundo	1	16	2	10	0	1	1 Gbps
IFB Campus Samambaia	0	9	3	3	0	1	1 Gbps
IFB Campus São Sebastião	4	12	10	8	0	1	1 Gbps
IFB Campus Taguatinga	2	35	3	30	0	2	1 Gbps
Reitoria	1	12	6	5	0	1	1 Gbps

6.2.4 Soluções Tecnológicas

Os quadros seguintes elencam as soluções tecnológicas utilizadas pelo Instituto Federal de Brasília até o momento da publicação deste documento. O Quadro 55 apresenta as soluções tecnológicas comuns a todos os *campi* e à reitoria. Já o Quadro 56 retrata a especificidade de cada unidade, conforme o respectivo eixo de atuação.

Quadro 55 - Soluções Tecnológicas Comuns aos *campi* e Reitoria do IFB

Soluções Tecnológicas utilizadas no IFB			
Governo Federal	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
SIAFI	SUAP	SGA (em processo de transição para o SUAP Ensino)	Redmine
SIAFIWEB	Google Web E-mail	Minha Biblioteca	Sofia
ComprasNet	Google Drive	Plataforma CAPES	Space (Google)
SIADS	Pacote Office	Pacote Office	IFB em números
SIAPE	Deep Freeze (software congelamento)	Plataforma Online para aulas (Google Classroom e Meet)	IFB Data
SIASG	Sistema de Eventos	Ferramentas do Google	-
SIGEPE	JIF	Softwares do pacote Libre Office do Linux	-
PNP	SGPS/SPS	Ferramentas para videoconferências	-
PDDE Interativo	Revista Eixo	Portal do Estudante	-
SISTEC	Repositório de Código	Sistema Normaliza	-
SIPPAG	Portal IFB	Nead (Moodle)	-
-	Portal Reditec	-	-
-	Portal Profept	-	-
-	Portal EAD	-	-
-	Portal ConectaIF	-	-
-	Nead	-	-
-	Diretórios	-	-
-	Volare	-	-

Quadro 56 - Soluções Tecnológicas Específicas de cada Unidade

Soluções Tecnológicas Específicas de cada Unidade			
Unidade	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
IFB Campus Ceilândia	-	-	Trello (versão gratuita)
IFB Campus Gama	Deep Freeze (software congelamento)	Pacote Adobe CC, Aplicativos gratuitos - DaVinci Resolve, Krita,	-

Soluções Tecnológicas Específicas de cada Unidade			
Unidade	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
		<i>OBS Studio, Zoom, Airdroid, VLC, HandBrake, Unarchiver, Mounity.</i>	
IFB Campus Samambaia	-	<i>Autocad-Autodesk, Promob, Sketchup, Geoprocessamento QGIS, Revit</i>	-
IFB Campus São Sebastião	T-Share	Educacionais" para "MySQL, Workbench, MySQL, Nmap, Docker, IDE Arduino, Bizagi Modeler (free edition), IDE Eclipse, MariaDB, Nessus, VirtualBox, Fusion 360, MIT APP Inventor, PostgreSQL, Wireshark, Xampp, Ultimaker Cura, Audacity, Notepad++, PostGIS, Cisco Packet Trace, GIT, Orca Slicer, Sonic Visualizer, WinMerge, BRModelo, Kathara, SVN, InkScape, GnuPlot, Baregreep, Eve-NG, Taiga, Gimp, OBS Studio, Python, Kali Linux, Plugins e VSTs, Sublime Text, Debian, RDWorksm, Visual Studio Code Community, Susi, Android Studio, PFSense, React (Node JS), Kubernetes, SoapUI, StarUML	-
IFB Campus Taguatinga	-	<i>Autocad, Coreldraw, Fluidsim Pneumática, Fluidsim Hidráulica, Sinutrain</i>	-

Observação: as unidades não listadas nesta tabela não possuem soluções específicas.

6.2.5 Lista de Serviços de TIC

O Catálogo de Serviços de TIC do IFB apresenta os serviços prestados pela área de Tecnologia da Informação e Comunicação e pelas equipes de TIC dos *campi*. Além disso, traz informações e procedimentos para requisição dos serviços.

Busca-se com este instrumento:

- Apresentar o conceito de serviços de TIC;
- Padronizar as solicitações de serviços de TIC pela comunidade do IFB;
- Padronizar a entrega dos serviços de TIC;
- Incrementar a qualidade dos serviços de TIC;

- Agilizar a entrega do serviço solicitado;
- Melhorar o gerenciamento dos níveis de serviços de TIC;
- Melhorar a divulgação dos serviços/produtos prestados pela área de TIC.

O Catálogo de serviços de TIC pode ser acessado por meio deste [link](#).

6.3 RECURSOS DE AUDIOVISUAL E AMBIENTES DE PRODUÇÃO

6.3.1 Ambientes de Produção Audiovisual

Estúdios IFB

O Instituto Federal de Brasília (IFB) possui um espaço de Comunicação Social no 10º andar, com estúdio panorâmico 180º de produção audiovisual, outro de podcast e um de Libras, além de salas técnicas, ilhas de edição de alta resolução e espaço coletivo para os comunicadores conteudistas, programação visual, audiovisual e organização de eventos.

Com a implantação desse novo espaço no IFB, nasce um novo conceito de comunicação e de possibilidade de uma formação profissional mais moderna e voltada principalmente para a produção de conteúdos audiovisuais, algo que, inevitavelmente, beneficiará a comunidade do DF.

Além dos ganhos de comunicação pública, certamente vamos aproximar, ainda mais, o Instituto dos nossos alunos e familiares. Isso com certeza se reverterá em aumento de procura por nossos cursos, fortalecendo a marca institucional dentro do DF e futuros parceiros.

6.3.2 Recursos de Audiovisual

Quadro 57 - Recursos de Audiovisual

Unidade / Soluções de Audiovisual	Recursos de audiovisual	
	Existentes	
	Qtd.	Equipamento
IFB Campus Brasília	9	Filmadoras

Unidade / Soluções de Audiovisual	Recursos de audiovisual	
	Existentes	
	Qtd.	Equipamento
	9	Câmera fotográfica
	14	Televisores
	1	Drone
IFB Campus Ceilândia	23	Computador Interativo PC 3500
	6	Datashow Epson X14+
	3	Datashow Epson H687A
	2	Data show Epson Brightlink 455Wi+
	2	Datashow Epson EMP-S5
	7	Datashow Multilaser Smart Screen PJ004
	3	Datashow GoldenTEC
	3	Datashow Epson S41+
IFB Campus Gama	30	Projetores de vídeo
	24	Aparelhos de TV
	6	Caixa de som ativa
IFB Campus Recanto das Emas	15	Caixa de Som
	20	Projetor
	3	Câmera de Cinema
	15	Câmeras DSLR
	10	Iluminadores
	7	Gravadores de Som
	20	Microfones
	4	Monitores
	18	Tripés
	2	Mesas Digitalizadoras
IFB Campus Riacho Fundo	28	Projetor
	8	Caixa de som
	2	Mesa de som
	4	Caixa amplificada
	4	Aparelho de som
	2	Microfone sem fio
	2	Microfone sem fio
	2	Aparelho de DVD
	2	Televisão
	20	Tela de projeção retrátil
IFB Campus Samambaia	69	Data-Show
	20	Televisores 65'
	1	Televisores 55'
	2	Televisores 43
	1	Televisores 32'
	1	Televisores 42'
IFB Campus São Sebastião	10	TV
	1	Aparelho de som
	1	Digitalizador de imagens - scanner com voz
	33	Projetor
	17	Suporte de teto para projetor
	1	Caixa acústica 600w
	18	Caixa de som
	1	Óculos para voo com telemetria
	3	Filmadora

Unidade / Soluções de Audiovisual	Recursos de audiovisual	
	Existentes	
	Qtd.	Equipamento
	5	Camera fotográfica
	1	Cartão para câmera fotográfica 128gb
	2	Lente para câmera fotográfica
	1	Tripé p/ máquina fotográfica
	12	Kit amplificador c/ caixa de som
	4	Mixer amplificador
	1	Microfone direcional
	1	Microfone de lapela
	6	Microfone sem fio
	4	Kit microfone estúdio profissional
	2	Direct box - módulo ativo para microfone
	3	Tela de projeção
	3	Receptor digital
	4	Antena
	4	Kit chumbador
IFB Campus Taguatinga	60	Projetores
	4	DVD
	2	Bluray
	8	TV LED e LCD
	4	Aparelho de som
	6	Caixas acústicas
	2	Microfone sem fio
	4	Microfone sem fio
	3	Mesa de som
	4	Câmera digitalizadora
	2	
Reitoria	1	Estúdio para Comunicação Digital e Centro de Referência EaD
	1	mesas digitalizadoras semi profissional
	2	monitores de desenho gráfico
	2	monitores vídeo
	2	profissionais de audiovisual
	2	profissionais de produção
	16	Assinatura do Pacote adobe Creative Cloud
	2	Headset com microfone
	3	Webcam
	3	Microfone de lapela para celular
	2	Estúdio para Comunicação Digital e Centro de Referência EaD

6.4 INFRAESTRUTURA DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Com relação a infraestrutura que promova a acessibilidade e o atendimento diferenciado às pessoas com deficiências, o IFB é um órgão que já está bem avançado.

Apesar de todas as limitações orçamentárias que o IFB enfrenta em suas obras, a Diretoria de Engenharia têm trabalhado firmemente em adequações de *campus* já existentes e tem sido bem rígida no recebimento de novas obras no que diz respeito ao atendimento às normas vigentes relacionadas a acessibilidade, sendo as principais, no momento: NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e a NBR 16537 (Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

Alguns *campi* já passaram por uma obra de Reforma Geral de Acessibilidade e adequação a outras normativas vigentes à época da obra. São eles: Samambaia e Taguatinga. E o IFB Campus Gama está em processo (em obra).

Os edifícios recém construídos pela Diretoria de Engenharia (DREN) e as obras de reforma já resultam em sanitários devidamente acessíveis, sinalizações táteis de piso, sinalizações táteis e visuais de ambientes, mapas ou planos táteis situando o edifício no *campus*, desníveis tratados conforme as normas vigentes, bebedouros acessíveis, balcões de atendimento fixos e bancadas seguindo as normas, puxadores de portas também em conformidade, piscinas com bancos de transferência para portadores de cadeiras de rodas, espaços reservados em auditórios e arquibancadas (para portadores de cadeiras de rodas, pessoas com deficiência visual, pessoas obesas, acompanhantes, cães guias...), dentre inúmeros outros itens que tem sido rigidamente observado e seguido pela equipe técnica do IFB, considerando sempre as normas vigentes à época da obra em questão.

6.5 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA

Uma vez que a instituição já se consolidou no Distrito Federal, implantando, com sucesso, seus 10 *campi* em regiões administrativas distintas, há previsão das seguintes obras;

- Reformas nas atuais cantinas dos *campi* Samambaia, Taguatinga e Gama, de forma a terem melhores condições de fornecerem refeições aos usuários
- Fechamento e vestiário na Quadra do IFB Campus Recanto das Emas;
- Abatedouro de Aves no IFB Campus Planaltina
- Expansão do Parque de Geração de Energia Solar (4ª Etapa)

Além das obras citadas anteriormente, estão em andamento ou finalização os seguintes serviços:

- Reformas no edifício da Reitoria;
- Reforma de Acessibilidade IFB Campus Gama;
- CFT (Centro de Formação Tecnológica) de Samambaia, Riacho Fundo, São Sebastião, Recanto das Emas, Planaltina, Ceilândia, Brasília, Gama e Taguatinga
- Regularização dos 10 *campi* IFB por meio de uma empresa contratada para desenvolver projetos para aprovação no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, sob supervisão da Diretoria de Engenharia.

Cabe ressaltar que, em 2022, foram entregues o CFT Estrutural e a Biblioteca Recanto das Emas.

Também foram instalados vários contêineres nos *campi*, que têm assumido funções diversas, conforme a necessidade de cada *campus*, tais como espaços estudantis e empresas juniores.

7 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 DEMONSTRAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

7.1.1 Estratégia de gestão econômico-financeira

O orçamento da Instituição é aprovado para cada exercício financeiro por meio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), elaborado pelo Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo. Para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), o Governo Federal considera diversos parâmetros, como a estimativa de receita a ser arrecadada no exercício, a vinculação das receitas a determinadas obrigações constitucionais e legais, a previsão de despesas obrigatórias e, a partir daí, a disponibilidade para despesas discricionárias, utilizadas para financiar diretamente ações e políticas públicas. Com esses parâmetros, são indicados valores para execução dos programas do Ministério da Educação e este, por sua vez, indica os montantes para a Rede Federal de EPCT.

Ao orçamento da Rede Federal, é aplicada a Matriz de Distribuição Orçamentária (MDO), que contempla o conjunto de critérios e cálculos para a distribuição do orçamento entre as suas Instituições, atendendo ao disposto no art. 4º do [Decreto Nº 7.313, de 22 de Setembro de 2010](#). A MDO contempla vários critérios, dentre eles: o número de alunos matriculados, o número de *campi*, o tipo de curso ofertado, a

modalidade de ensino, o peso do curso, a data de início e fim do ciclo, a carga horária do ciclo e se o curso é da área de agropecuária. Esses dados são extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) que correspondem a dados do SISTEC que foram submetidos à validação por parte das Instituições, por meio da Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas (Revalide).

Dessa forma, o orçamento do IFB é definido a partir de um processo complexo que envolve a atuação, os resultados e as decisões de várias Instituições, as quais são afetadas diretamente pelas circunstâncias econômicas, orçamentárias e financeiras do Governo Federal. Para mitigar os riscos e reduzir as incertezas inerentes a este processo, a Instituição atua para captar outros recursos, por meio da arrecadação de receitas próprias, da negociação de emendas parlamentares individuais e de bancada estadual e da pactuação e celebração de Termos de Execução Descentralizada (TED) com outros órgãos da Administração Pública Federal.

7.1.2 Orçamento anual

O orçamento do IFB previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende a proposta orçamentária do Poder Executivo e as emendas parlamentares aprovadas pelo Poder Legislativo, quando da votação do orçamento pelo Congresso Nacional. Os valores aprovados na LOA podem ser suplementados, por meio de créditos adicionais, ou cancelados durante o ano, impactando positivamente ou negativamente a execução orçamentária e física das programações previstas no planejamento governamental. Importante destacar que somente uma parte do orçamento é discricionário à instituição, pois aproximadamente 80% é destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais, gerenciado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

Quadro 58 - Evolução do orçamento: PLOA, LOA e Créditos Adicionais

Ano	PLOA	LOA	LOA + Créditos Adicionais
2015	R\$ 152.920.210	R\$ 159.920.210	R\$ 176.122.554
2016	R\$ 154.447.501	R\$ 161.279.273	R\$ 168.501.025
2017	R\$ 162.056.979	R\$ 162.256.979	R\$ 182.888.542
2018	R\$ 175.645.017	R\$ 198.545.017	R\$ 225.910.883
2019	R\$ 219.793.818	R\$ 225.974.780	R\$ 252.195.964
2020	R\$ 244.598.216	R\$ 249.023.455	R\$ 264.978.731

Ano	PLOA	LOA	LOA + Créditos Adicionais
2021	R\$ 248.167.246	R\$ 283.792.811	R\$ 293.866.185
2022	R\$ 268.835.000	R\$ 286.681.405	R\$ 290.680.915
2023	R\$ 273.201.586	R\$ 293.702.804	R\$ 300.002.394
Fonte: SIOP Filtro: RP: <ul style="list-style-type: none"> - 0 despesas financeiras (contribuição ao RPPS); - 1 despesas obrigatórias (pessoal e benefícios obrigatórios); - 2 despesas primárias discricionárias não decorrentes de emendas; - 6 despesas primárias discricionárias decorrentes de emendas individuais de execução obrigatória; - 7 despesas primárias discricionárias decorrentes de emendas de bancada estadual de execução obrigatória. 			

Em relação ao orçamento global, demonstrado acima, houve um crescimento regular das programações orçamentárias entre 2015 e 2023 em relação ao PLOA, à LOA e aos créditos adicionais. Esse crescimento está relacionado, principalmente, ao crescimento das despesas com pessoal e benefícios obrigatórios (RP 0 e 1) e com emendas parlamentares (RP 6 e 7), tendo em vista que as programações das despesas primárias discricionárias não decorrentes de emendas (RP 2) sofreram redução ou foram mantidas de um exercício para o outro nos últimos anos, conforme demonstrado a seguir:

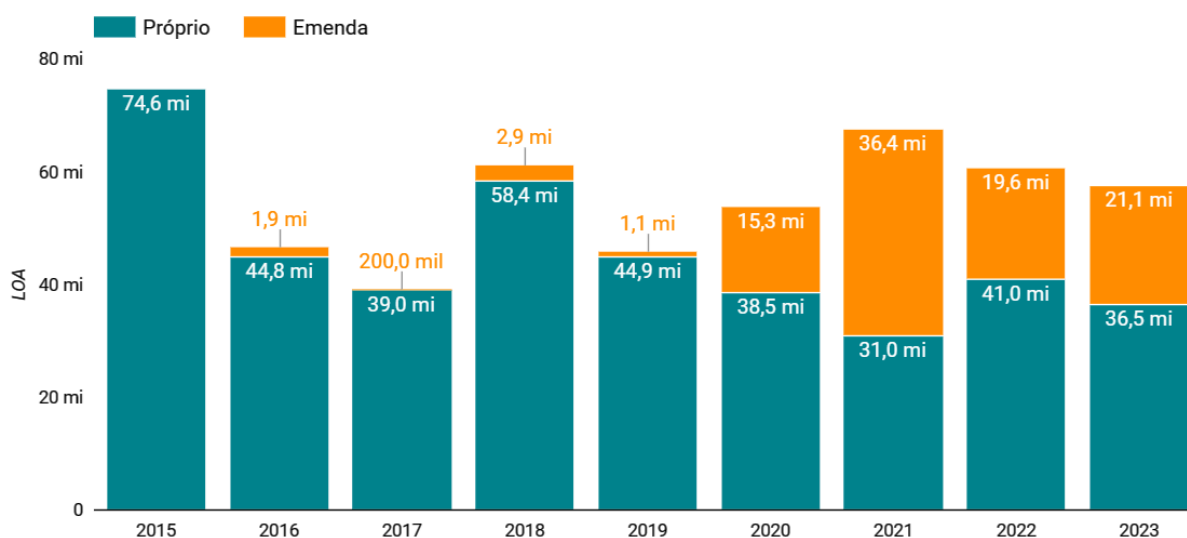
Quadro 59 - Evolução do orçamento de RP 2: PLOA, LOA e Créditos Adicionais (*exceto pessoal e emendas*)

Ano	PLOA	LOA	LOA + Créditos Adicionais
2015	R\$ 67.642.312	R\$ 74.642.312	R\$ 76.843.062
2016	R\$ 38.407.035	R\$ 44.764.174	R\$ 44.514.174
2017	R\$ 38.987.568	R\$ 38.987.568	R\$ 38.987.568
2018	R\$ 38.409.822	R\$ 58.409.822	R\$ 38.409.822
2019	R\$ 39.829.631	R\$ 44.889.819	R\$ 39.983.527
2020	R\$ 39.829.087	R\$ 38.506.358	R\$ 38.506.358
2021	R\$ 31.837.114	R\$ 31.014.961	R\$ 31.014.961
2022	R\$ 41.001.654	R\$ 41.001.654	R\$ 38.518.735

Ano	PLOA	LOA	LOA + Créditos Adicionais
2023	R\$ 37.137.040	R\$ 36.518.071	R\$ 42.817.661
Fonte: SIOP Filtro: RP: 2 despesas primárias discricionárias não decorrentes de emendas			

A participação das emendas parlamentares no orçamento do IFB tem a sua relevância demonstrada nos últimos anos. Entre 2015 e 2023, as emendas parlamentares individuais (RP 6) e de bancada estadual (RP 7) representaram aproximadamente 19% de todo o orçamento aprovado na LOA para o IFB no período - para despesas discricionárias. Em 2021, essa proporção foi de 54% para recursos de emendas parlamentares e de 46% para despesas primárias discricionárias não decorrentes de emendas (RP 2), ou seja, o orçamento de emenda foi superior ao orçamento previsto pelo Poder Executivo. Em 2022 e 2023, as emendas representaram, respectivamente, 32% e 37% do orçamento de RP 2 do IFB.

Figura 21 - Emendas



Fonte: SIOP

A partir do gráfico acima, observa-se a redução significativa do orçamento de RP 2 entre 2015 e 2016, em aproximadamente 42%, não recuperado nos exercícios seguintes. A manutenção do mesmo patamar de RP 2 entre 2016 e 2020, com redução significativa em 2021 e perda em 2023 em relação a 2022, para valor inferior ao orçamento de 2016, impactou a capacidade de atendimento de demandas institucionais no período, desde a manutenção de postos de trabalho necessários ao

funcionamento das unidades de ensino (vigilância, limpeza, apoio administrativo, dentre outros), a aquisição de equipamentos e materiais para laboratórios, até a execução de projetos de ensino, extensão, pesquisa e inovação.

As emendas ajudaram a Instituição no período, no entanto, a dependência de tais instrumentos para atender despesas de funcionamento gera insegurança no processo de planejamento e na celebração de novos compromissos, prejudicando a capacidade de expansão do IFB e, em determinados anos, a própria sustentabilidade. A destinação de mais recursos ao orçamento da Rede Federal de EPCT pelo Ministério da Educação nos próximos anos via LOA é fundamental para regularizar essa situação e para atender novos anseios e projetos, previstos ou não neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

7.1.3 Previsão orçamentária e cronograma de execução

Para os próximos anos de vigência deste PDI, a sustentabilidade orçamentária dependerá da capacidade do Governo Federal de alocar recursos com reajustes anuais, no mínimo, pelo Índice de Preços do Consumidor (IPCA). Esse índice, projetado pelo Banco Central e divulgado por meio do relatório [Focus](#), é referência para a mensuração do poder de comprometimento dos recursos gerenciados pela Instituição, como revisões dos valores praticados em contratos de prestação de serviços terceirizados, valores de equipamentos e materiais para a atividade meio e finalística, equipamentos e serviços de tecnologia da informação, dentre outros. Sugere-se a aplicação desse índice para a projeção dos orçamentos seguintes.

Em relação a base de cálculo, a [LOA 2019](#) representa melhor o orçamento da Instituição em relação às ações 20RL Funcionamento, 4572 Capacitação e 00PW Contribuição CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), considerando as variações negativas a partir da LOA 2020, com redução de -3,3% entre 2019 e 2020, de -19,7% entre 2020 e 2021 e de -9,5% entre 2022 e 2023. Apesar da recuperação pela [LOA 2022](#), de 25% em comparação com 2021, tais ações orçamentárias apresentaram redução, no acumulado de 2019 a 2023, de -7,5%. Já a LOA 2022 aprovou orçamento compatível com o histórico da *20RG Reestruturação e Modernização* e promoveu adequado reajuste para a ação *2994 Assistência Estudantil*. A [LOA 2023](#), continuou a indicar plano orçamentário específico para atendimento a estudantes com deficiência pela ação 2994, promovendo aumento de 13% em relação ao ano anterior.

Por esse motivo, a projeção para exercícios seguintes considerará, como base de cálculo, as despesas primárias discricionárias não decorrentes de emendas (RP 2)

fixadas na LOA de 2019 para as ações 00PW, 20RL e 4572; as fixadas na LOA 2022 para as ações 20RG e 2994; e na LOA 2023 para o plano orçamentário específico da ação 2994 destinado a contratação de profissionais para atender estudantes com deficiência. Projeta-se, portanto:

Quadro 60 - Projeção orçamento LOA IFB

Ação Orçamentária	Contribuição CONIF	Funcionamento	Capacitação	Reest. e Modern.	Assistência	Assistência PCD
LOA de Referência (apenas RP2)	LOA 2019	LOA 2019	LOA 2019	LOA 2022	LOA 2022	LOA 2023
	R\$ 45.098	R\$ 30.648.119	R\$ 305.770	R\$ 2.109.795	R\$ 7.339.708	R\$ 1.591.175
2024 (3,84%)	R\$ 46.830	R\$ 31.825.007	R\$ 317.512	R\$ 2.190.811	R\$ 7.621.553	R\$ 1.652.276
2025 (3,50%)	R\$ 48.469	R\$ 32.938.882	R\$ 328.625	R\$ 2.267.489	R\$ 7.888.307	R\$ 1.710.106
2026 (3,47%)	R\$ 50.151	R\$ 34.081.861	R\$ 340.028	R\$ 2.346.171	R\$ 8.162.031	R\$ 1.769.447
2027 (3,00%)	R\$ 51.656	R\$ 35.104.317	R\$ 350.229	R\$ 2.416.556	R\$ 8.406.892	R\$ 1.822.530
2028 (3,00%)	R\$ 53.206	R\$ 36.157.447	R\$ 360.736	R\$ 2.489.053	R\$ 8.659.099	R\$ 1.877.206
2029 (3,00%)	R\$ 54.802	R\$ 37.242.170	R\$ 371.558	R\$ 2.563.725	R\$ 8.918.872	R\$ 1.933.522
2030 (3,00%)	R\$ 56.446	R\$ 38.359.435	R\$ 382.705	R\$ 2.640.637	R\$ 9.186.438	R\$ 1.991.528

Fonte: IPCA Boletim Focus/BACEN e Volume V da LOA de cada ano

Considerando o orçamento projetado para a ação 20RL e os percentuais de distribuição aplicados desde 2020 com base na Matriz, é possível projetar o orçamento das unidades do IFB, com a ressalva de que tais percentuais podem sofrer alteração a partir dos próximos exercícios, de acordo com os critérios da Matriz de Distribuição Orçamentária a ser aplicada, seja pelo número de matrículas, seja pela alteração das regras de cálculo.

Quadro 61 – Projeção orçamento 2024-2030 *campus*

Unidade Participação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
CBRA (0,142)	R\$ 4.503.302	R\$ 4.660.917	R\$ 4.822.651	R\$ 4.967.330	R\$ 5.116.350	R\$ 5.269.841	R\$ 5.427.936
CCEI (0,066)	R\$ 2.111.490	R\$ 2.185.392	R\$ 2.261.225	R\$ 2.329.062	R\$ 2.398.933	R\$ 2.470.901	R\$ 2.545.028
CEST (0,065)	R\$ 2.063.524	R\$ 2.135.747	R\$ 2.209.857	R\$ 2.276.153	R\$ 2.344.438	R\$ 2.414.771	R\$ 2.487.214
CGAM (0,074)	R\$ 2.347.994	R\$ 2.430.174	R\$ 2.514.501	R\$ 2.589.936	R\$ 2.667.634	R\$ 2.747.663	R\$ 2.830.093
CPLA (0,163)	R\$ 5.179.235	R\$ 5.360.508	R\$ 5.546.518	R\$ 5.712.913	R\$ 5.884.301	R\$ 6.060.829	R\$ 6.242.654
CREM (0,051)	R\$ 1.629.304	R\$ 1.686.329	R\$ 1.744.845	R\$ 1.797.190	R\$ 1.851.106	R\$ 1.906.639	R\$ 1.963.839
CRFI (0,078)	R\$ 2.490.767	R\$ 2.577.943	R\$ 2.667.398	R\$ 2.747.420	R\$ 2.829.843	R\$ 2.914.738	R\$ 3.002.180
CSAM (0,082)	R\$ 2.618.796	R\$ 2.710.454	R\$ 2.804.507	R\$ 2.888.642	R\$ 2.975.301	R\$ 3.064.560	R\$ 3.156.497
CSSB (0,051)	R\$ 1.631.209	R\$ 1.688.302	R\$ 1.746.886	R\$ 1.799.292	R\$ 1.853.271	R\$ 1.908.869	R\$ 1.966.135
CTAG (0,085)	R\$ 2.698.974	R\$ 2.793.438	R\$ 2.890.371	R\$ 2.977.082	R\$ 3.066.394	R\$ 3.158.386	R\$ 3.253.137
PRAD (0,098)	R\$ 3.116.937	R\$ 3.226.030	R\$ 3.337.973	R\$ 3.438.113	R\$ 3.541.256	R\$ 3.647.494	R\$ 3.756.918
Ensino (0,011)	R\$ 358.369	R\$ 370.912	R\$ 383.783	R\$ 395.296	R\$ 407.155	R\$ 419.370	R\$ 431.951
Extensão (0,011)	R\$ 358.369	R\$ 370.912	R\$ 383.783	R\$ 395.296	R\$ 407.155	R\$ 419.370	R\$ 431.951
Pesquisa (0,011)	R\$ 358.369	R\$ 370.912	R\$ 383.783	R\$ 395.296	R\$ 407.155	R\$ 419.370	R\$ 431.951

Unidade Participação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Inovação (0,011)	R\$ 358.369	R\$ 370.912	R\$ 383.783	R\$ 395.296	R\$ 407.155	R\$ 419.370	R\$ 431.951
Total	R\$ 31.825.007	R\$ 32.938.882	R\$ 34.081.861	R\$ 35.104.317	R\$ 36.157.447	R\$ 37.242.170	R\$ 38.359.435

Fonte: IPCA Boletim Focus/BACEN, orçamento da 20RL do quadro anterior e Matriz 2020 (elaborado pela CGOR)

7.1.4 Receita própria

Outra forma de captação de recurso se dá por meio da arrecadação de receita própria pelas unidades do IFB, a partir da concessão de espaço de uso a agente externo, da comercialização do excedente da produção agropecuária pelo IFB Campus Planaltina, da inscrição em concurso público, dentre outras naturezas. A estimativa de ingresso desses recursos financeiros é realizada anualmente, durante o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual. O IFB considera, nesta etapa, a previsão de arrecadação por natureza de receita e por unidade de ensino, com base nos critérios e métodos de cálculo previamente estabelecidos e devidamente fundamentados.

Entre os anos de 2015 e 2022, a receita própria do IFB estimada na LOA alcançou R\$ 4,7 milhões, conforme quadro abaixo:

Quadro 62 - Receita própria

Crédito de fonte própria LOA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	R\$ 243.769	R\$ 192.511	R\$ 3.256.996	R\$ 443.589	R\$ 68.208	R\$ 67.675	R\$ 98.235	R\$ 71.400	R\$ 290.712

Para utilizar essa dotação orçamentária em despesas, o IFB precisa arrecadar o financeiro em valor compatível com o estimado na LOA. Diante da diferença entre a dotação e a arrecadação, para mais ou para menos, o IFB realiza reestimativa de receita durante o exercício. Em caso de frustração (receita arrecadada menor que a prevista), pode ser solicitado o aproveitamento de superávit do exercício anterior, se houver. Em caso de superávit (receita arrecadada maior que a prevista), o financeiro superavitário poderá ser aproveitado a partir da disponibilização de crédito por outra unidade orçamentária, geralmente vinculada à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Nos anos de 2020 e 2022, o IFB realizou, respectivamente, o aproveitamento do superávit do ano anterior, em razão de déficit na arrecadação, e o de crédito orçamentário de outro Instituto Federal, tendo em vista o superávit originário da receita

de inscrições para o concurso público, até então não prevista durante o processo de estimativa do PLOA 2022.

Para 2023, a estimativa de arrecadação considerou, principalmente, a receita com o desfazimento de bens semoventes e com a venda do excedente de produção no IFB Campus Planaltina, bem como pela concessão de espaço para uso por terceiros, nas demais unidades. Observa-se que tal estimativa pode ser utilizada como referência para o mínimo do orçamento de receita própria dos anos seguintes. Neste caso, não há indicativo de aplicação de índice de correção, diante da complexidade das variáveis que envolvem as estimativas anuais para cada natureza.

8 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

8.1 CADEIA DE VALOR INTEGRADA

O Instituto Federal de Brasília, enquanto instituição pública federal de ensino técnico, tecnológico e superior, oferece uma grande diversidade de cursos, programas e ações de desenvolvimento da educação, ciência e tecnologia no Distrito Federal. Por ser uma instituição pública e ter a responsabilidade de entregar serviços educacionais acessíveis e de qualidade, torna-se necessária a organização dos seus processos, orientados pelas normas e alinhados à missão institucional. O instrumento para esta organização é chamado de Cadeia de Valor Integrada (CVI).

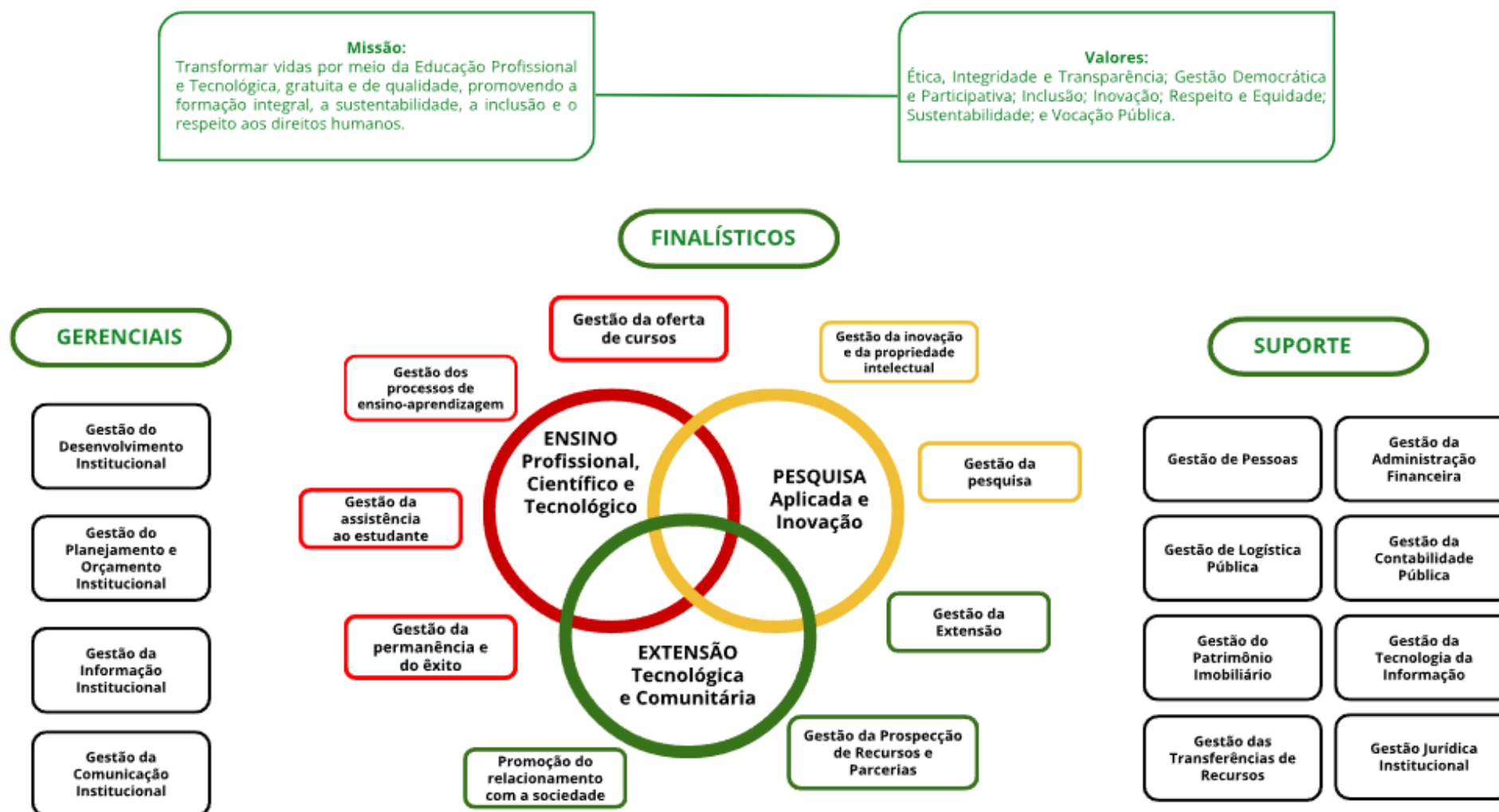
A Cadeia de Valor Integrada apresenta de forma sistematizada a arquitetura de macroprocessos gerenciais, de suporte, e finalísticos amparados em normas constitucionais, legais e regulatórias, além de orientados aos Sistemas Estruturantes do Poder Executivo Federal. Na Cadeia de Valor Integrada do IFB, estão apresentadas as formas de organização dos processos para que a instituição possa cumprir sua missão institucional e oferecer serviços públicos de qualidade aos cidadãos. Os macroprocessos organizados na CVI envolvem desde o planejamento estratégico, passando pela gestão de recursos e pelo gerenciamento de pessoas, bens e sistemas, até chegar à avaliação dos resultados alcançados.

A utilização da Cadeia de Valor Integrada subsidia a formulação da estratégia e seu desdobramento, proporcionando a modelagem dos processos, fundamentando os princípios e objetivos organizacionais e promovendo a gestão por resultados, a transparência e facilidade de acesso aos serviços prestados, a melhoria da gestão pública, a excelência no atendimento à sociedade, a transformação do Estado, o fortalecimento institucional e uma maior visibilidade das competências organizacionais.

Figura 22 - Cadeia de Valor Integrada

CADEIA DE VALOR INTEGRADA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - IFB

Macroprocessos Finalísticos, Gerenciais e de Suporte



Macroprocessos e Processos Finalísticos

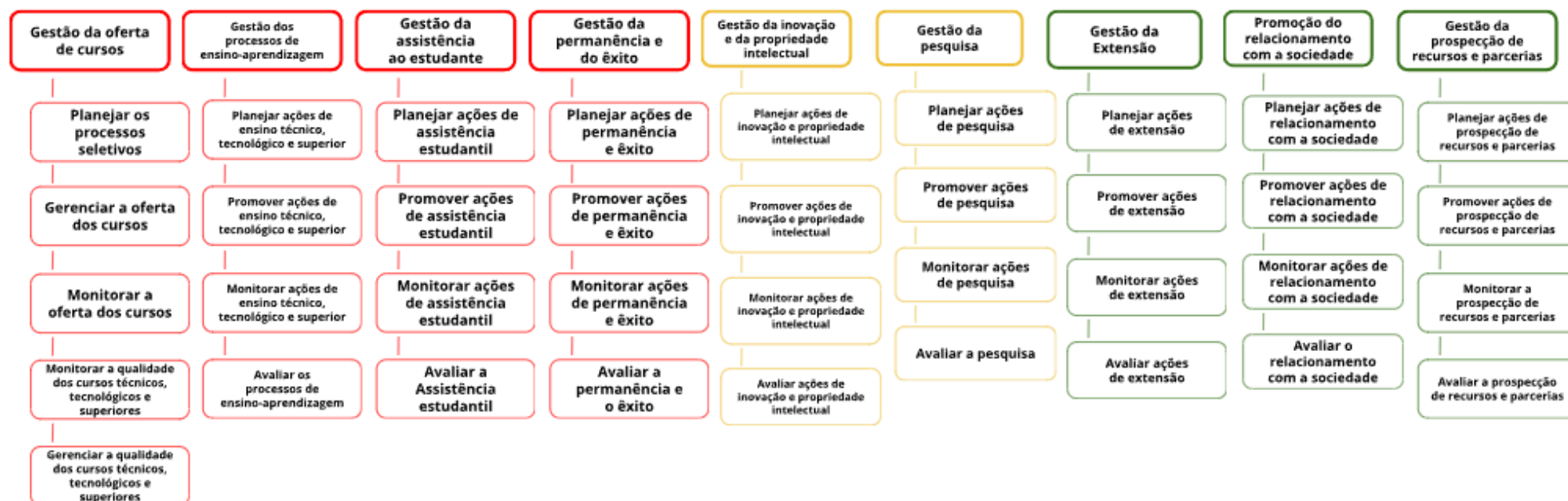
Missão:

Transformar vidas por meio da Educação Profissional e Tecnológica, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral, a sustentabilidade, a inclusão e o respeito aos direitos humanos.

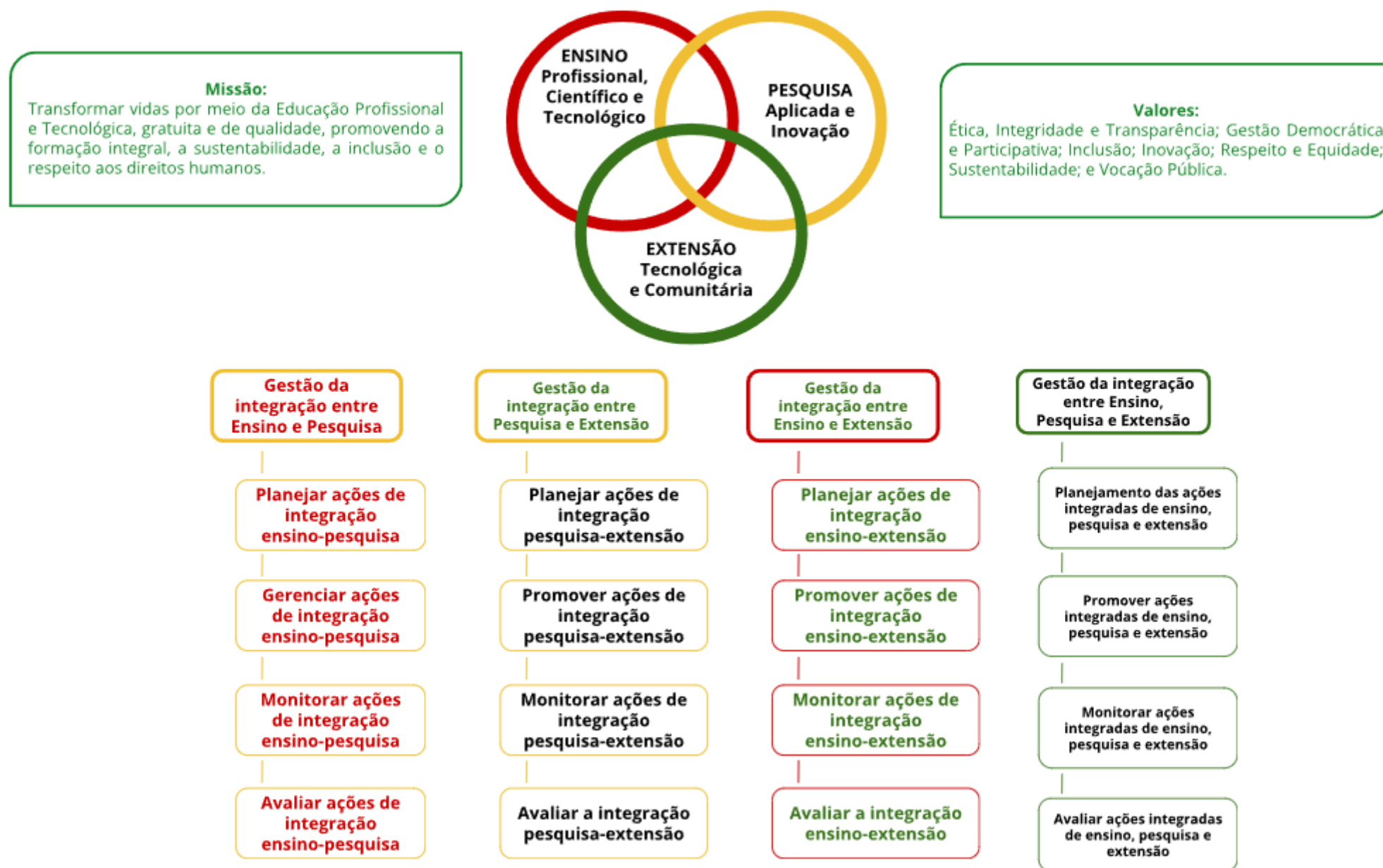


Valores:

Ética, Integridade e Transparência; Gestão Democrática e Participativa; Inclusão; Inovação; Respeito e Equidade; Sustentabilidade; e Vocação Pública.



Macroprocessos e Processos Finalísticos indissociáveis



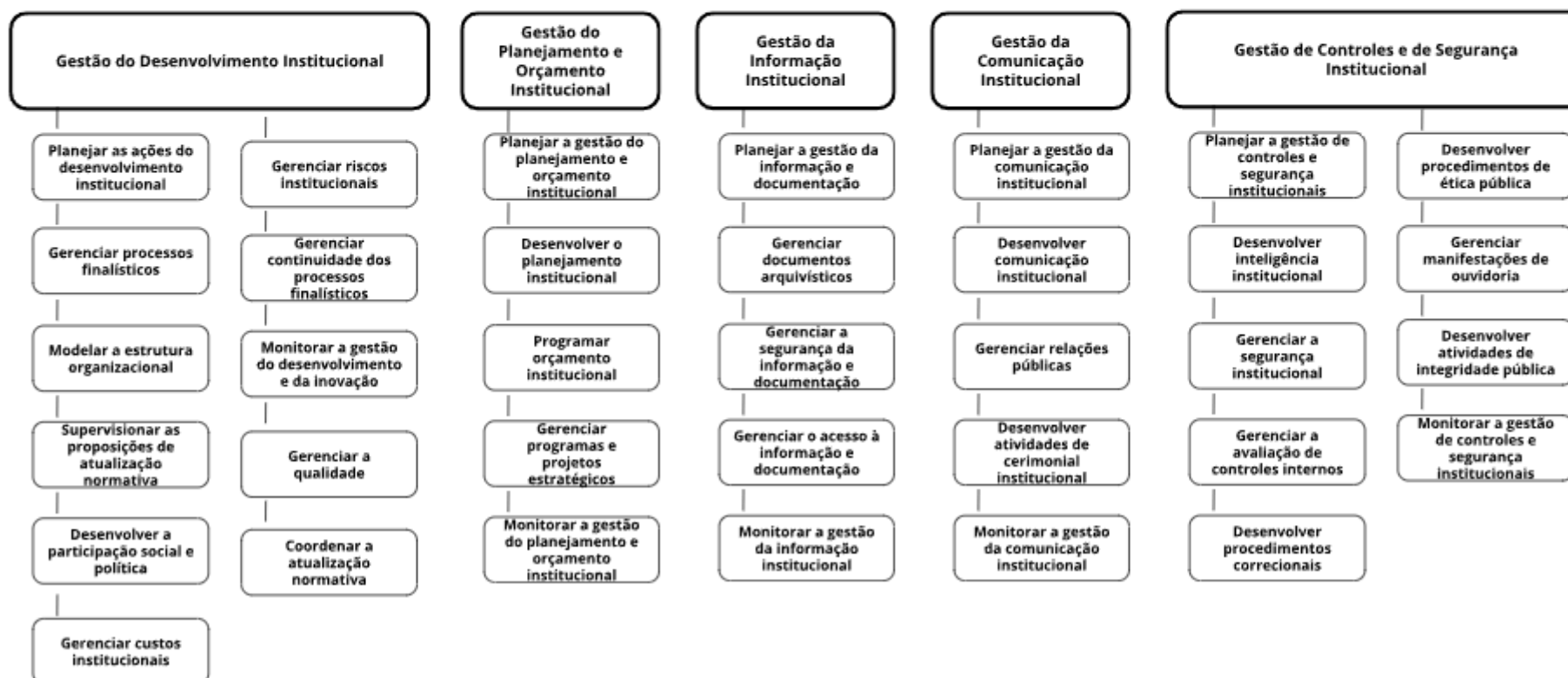
Macroprocessos e Processos Gerenciais

Missão:

Transformar vidas por meio da Educação Profissional e Tecnológica, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral, a sustentabilidade, a inclusão e o respeito aos direitos humanos.

Valores:

Ética, Integridade e Transparência; Gestão Democrática e Participativa; Inclusão; Inovação; Respeito e Equidade; Sustentabilidade; e Vocação Pública.



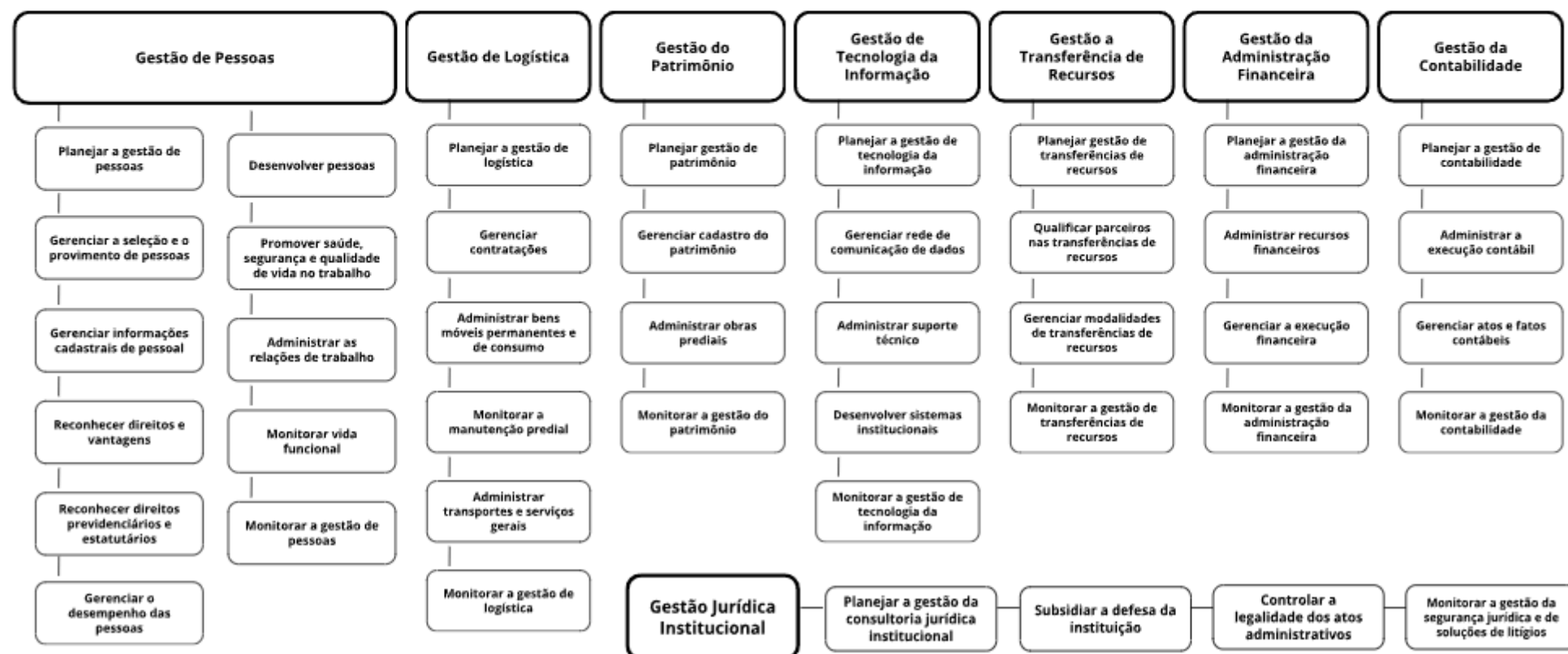
Macroprocessos e Processos de **Suporte**

Missão:

Transformar vidas por meio da Educação Profissional e Tecnológica, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral, a sustentabilidade, a inclusão e o respeito aos direitos humanos.

Valores:

Ética, Integridade e Transparência; Gestão Democrática e Participativa; Inclusão; Inovação; Respeito e Equidade; Sustentabilidade; e Vocação Pública.



8.2 MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico é uma figura que apresenta a Missão, Visão, Valores e os Objetivos Estratégicos da instituição, os quais foram construídos a partir do método do *Balanced Scorecard (BSC)*. Destaca-se que, os objetivos estratégicos foram definidos sob a ótica de três perspectivas.

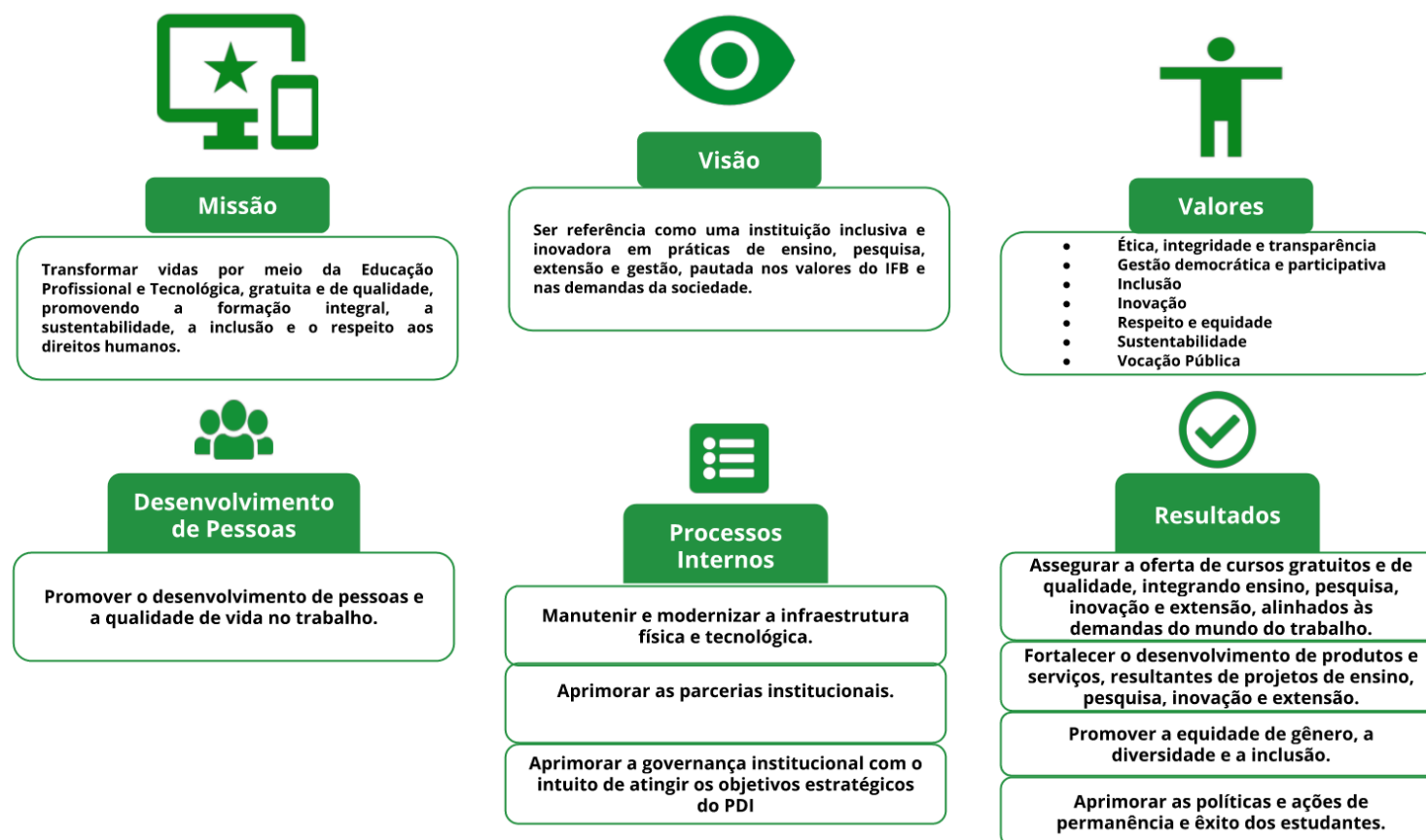
- i) Desenvolvimento de Pessoas;
- ii) Processos internos; e
- iii) Resultados.

Dessa forma, as perspectivas agrupam os objetivos estratégicos de acordo com o seu escopo: Desenvolvimento de Pessoas, contempla o objetivo estratégico relacionado à Gestão de Pessoas; Processos Internos, elenca os objetivos estratégicos voltados para a busca da excelência operacional por meio de parcerias interinstitucionais, autoavaliação institucional, manutenção e modernização da infraestrutura física e tecnológica; e por último a perspectiva Resultados, que reúne os objetivos das atividades finalísticas da instituição por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação e extensão.

Os objetivos estratégicos retratam o que a instituição pretende alcançar mediante o “olhar” de cada público de interesse, assim como os principais desafios a serem enfrentados para o alcance da visão e o cumprimento da missão institucional. As perspectivas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da instituição. Foram elaborados 8 (oito) objetivos estratégicos para o IFB. Conforme apresentado a seguir.

Figura 23 - Mapa estratégico do Instituto Federal de Brasília - PDI 2024/2030

Mapa Estratégico



8.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E INDICADORES

Os objetivos estratégicos do IFB são declarações de iniciativas que serão adotadas pela Instituição para direcionar o caminho a ser seguido para o alcance da Missão e materialização da Visão estabelecida.

Os indicadores são sinalizadores do alcance de um estado desejado. Servem como ferramenta para aferir se a organização está alcançando os objetivos planejados. A aferição dos indicadores reflete o desempenho da Instituição em relação aos objetivos estratégicos, informando o “quanto” ela se encontra direcionada a sua Visão.

Para uma melhor compreensão, apresentam-se no Quadro 63 os objetivos estratégicos e seus indicadores⁴, distribuídos nas perspectivas Desenvolvimento de Pessoas, Processos Internos e Resultados, respectivamente.

Quadro 63 – Indicadores por objetivos estratégicos e perspectivas do *Balanced Scorecard* (BSC)



1. Desenvolvimento de Pessoas

1.1 Promover o desenvolvimento de pessoas e a qualidade de vida no trabalho
Desenvolver os servidores com foco nas necessidades estratégicas da instituição, implementando a gestão por competências, atendendo as políticas nacionais de gestão de pessoas, tendo em vista, o desenvolvimento, a qualificação, e a qualidade de vida no trabalho.
1.1.1 Índice de titulação do corpo docente
1.1.2 Índice de titulação dos servidores TAE
1.1.3 Percentual de servidores ativos capacitados em ações de desenvolvimento previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFB do ano corrente
1.1.4 Percentual de implementação da Política de Qualidade de Vida no Trabalho

⁴ Visando garantir a consistência do planejamento anual, quaisquer modificações que vierem a ser feitas nos indicadores, em revisões futuras deste documento por meio da metodologia apresentada na seção 13.3, só passam a ter efeito no exercício seguinte ao exercício da revisão.



2. Processos Internos

2.1 Manter e modernizar a infraestrutura física e tecnológica

Promover a manutenção e o aprimoramento da infraestrutura física e tecnológica, oferecendo e incentivando o uso de recursos inovadores, por meio da execução orçamentária eficiente, com foco na economicidade, na sustentabilidade e na acessibilidade.

2.1.1 Índice de execução do PDTIC

2.1.2 Índice de execução do Plano Diretor de Infraestrutura (PDIF)

2.2 Aprimorar as parcerias institucionais

Firmar parcerias atendendo as demandas do mundo do trabalho, incentivando o compartilhamento de experiências e conhecimento.

2.2.1 Percentual de Ações de Extensão com Parcerias Institucionais Vigentes

2.2.2 Percentual de estudantes em estágio obrigatório

2.2.3 Percentual de estudantes em estágio não obrigatório

2.3 Aprimorar a governança institucional com o intuito de atingir os objetivos estratégicos do PDI

Implementar práticas de liderança, planejamento, gerenciamento e controle que permitam à alta gestão e às partes interessadas, avaliar a situação das demandas, direcionar a atuação e monitorar o seu funcionamento, com foco na melhoria dos resultados, bem como potencializar a execução de diretrizes institucionais para a promoção de responsividade, transparência, controle, fiscalização e responsabilização.

2.3.1 Índice de Metas Alcançadas

2.3.2 Índice de Efetividade do Plano de Providências

2.3.3 Percentual de atendimento às recomendações decorrentes dos relatórios das avaliações internas e externas (CPA, INEP)

2.3.4 Índice de execução da Política de Comunicação do IFB

**3. Resultados**

3.1 Assegurar a oferta de cursos gratuitos e de qualidade, integrando ensino, pesquisa, inovação e extensão, alinhados às demandas do mundo do trabalho

Ofertar cursos nos diferentes níveis e modalidades educacionais, alinhados às demandas do mundo do trabalho, integrando ensino, pesquisa e extensão, incentivando a mobilidade acadêmica.

3.1.1 Percentual de Matrículas Equivalentes em Cursos Técnicos

3.1.2 Percentual de Matrículas Equivalentes em Formação de Professores

3.1.3 Percentual de Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos

3.1.4 Matrículas por Professor - RAP

3.1.5 Matrículas por Professor Presencial - RAPP

3.1.6 Índice de Verticalização

3.1.7 Taxa de Ocupação

3.1.8 Percentual de Oferta de Vagas de Graduação Noturnas

3.1.9 Índice de acompanhamento de egressos

3.1.10 Número de ações para o fortalecimento da Educação a Distância (EAD)

3.2 Fortalecer o desenvolvimento de produtos e serviços, resultantes de projetos de ensino, pesquisa, inovação e extensão

Aprimorar a gestão dos projetos de ensino, pesquisa, inovação e extensão, estimulando a participação dos servidores e estudantes, enfatizando a qualidade de entrega dos produtos e geração de valor à comunidade.

3.2.1 Porcentagem de Projetos de Pesquisa Aplicada

3.2.2 Porcentagem de Servidores Desenvolvendo Projetos de Pesquisa

3.2.3 Produção Bibliográfica

3.2.4 Percentual de Investimento Realizado em Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Oriundo de Capital e Custeio

3.2.5 Quantidade de Ativos de Propriedade Intelectual

3.2.6 Percentual de Ativos de Propriedade Intelectual Licenciados ou Transferidos em Relação à Totalidade dos Produtos Tecnológicos que Resultaram em Ativos de Propriedade Intelectual

3.2.7 Quantidade de Acordos e Contratos de Transferência de Tecnologia e/ou <i>Know How</i> para a Sociedade
3.2.8 Quantidade de Ambientes Promotores e Habitats de Inovação
3.2.9 Número de Empreendimentos Beneficiados pelos Ambientes de Inovação
3.2.10 Percentual de Recursos Financeiros do Orçamento Anual Público Aplicados em Extensão
3.2.11 Percentual de Servidores Envolvidos em Ações de Extensão
3.2.12 Quantidade de Pessoas Atendidas pelas Ações de Extensão
3.3 Promover a equidade de gênero, a diversidade e a inclusão
Garantir a equidade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, por meio do fortalecimento das ações dos diversos Núcleos Institucionais responsáveis pela promoção da igualdade de gênero, diversidade e inclusão.
3.3.1 Reserva de Vagas
3.3.2 Percentual de Ações de Extensão Destinadas à Inclusão de População Vulnerável
3.3.3 Índice de elaboração e implementação do programa de acompanhamento de equidade de gênero, raça, diversidade e inclusão
3.3.4 Índice de implementação dos núcleos NUGEDIS e NEABIS nos <i>campi</i> do IFB
3.4 Aprimorar as políticas e ações de permanência e êxito dos estudantes
Promover ações sistêmicas e integradas com o objetivo de minimizar a evasão e a retenção dos estudantes.
3.4.1 Índice de Eficiência Acadêmica
3.4.2 Taxa de Evasão Anual
3.4.3 Porcentagem de Alunos da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa
3.4.4 Porcentagem de Alunos Provenientes das Ações Afirmativas da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa
3.4.5 Percentual de Estudantes Envolvidos em Extensão
3.4.6 Percentual de alunos retidos
3.4.7 Taxa de Conclusão Anual

8.4 METAS INSTITUCIONAIS

Quadro 64 - Metas por perspectiva, objetivo estratégico e indicador

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador	Responsável pela Apuração do Resultado	Responsável pela Meta	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028	Meta 2029	Meta 2030
1 Desenvolvimento de Pessoas	1.1 Promover o desenvolvimento de pessoas e a qualidade de vida no trabalho.	1.1.1 Índice de titulação do corpo docente	PRGP	PRGP	4,4	4,5	4,6	4,7	4,8	4,9	5
		1.1.2 Índice de titulação dos servidores TAE	PRGP	PRGP	2,8	2,9	3,0	3,1	3,2	3,3	3,4
		1.1.3 Percentual de servidores ativos capacitados em ações de desenvolvimento previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFB do ano corrente.	PRGP	PRGP	20%	33%	33%	33%	33%	33%	33%
		1.1.4 Percentual de implementação da Política de Qualidade de Vida no Trabalho	PRGP	PRGP	15%	44%	44%	44%	44%	44%	39%
2 Processos Internos	2.1 Manter e modernizar a infraestrutura física e tecnológica	2.1.1 Índice de execução do PDTIC	DTIC	DTIC	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
		2.1.2 Índice de execução do plano diretor de infraestrutura (PDIF)	PRAD	PRAD	34%	99%	99%	99%	99%	99%	99%
	2.2 Aprimorar as parcerias institucionais	2.2.1 Percentual de Ações de Extensão com Parcerias Institucionais Vigentes	PREX	PREX/CAMPI	20%	39,29%	41,29%	43,29%	45,29%	47,29%	47,29%
		2.2.2 Percentual de estudantes em estágio obrigatório	PREX	PREX/CAMPI	10%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
		2.2.3 Percentual de estudantes em estágio não obrigatório	PREX	PREX/CAMPI	20%	3,43%	5,43%	7,43%	9,43%	11,43%	11,43%
	2.3 Aprimorar a governança institucional com o intuito de atingir os objetivos estratégicos do PDI	2.3.1 Índice de Metas Alcançadas	DRPO	DRPO/CGPL	50%	60%	65%	75%	80%	85%	90%
		2.3.2 Índice de Efetividade do Plano de Providências	DRPO	DRPO/CGPL	-	30%	40%	40%	50%	60%	70%
		2.3.3 Percentual de atendimento às recomendações decorrentes dos relatórios das avaliações internas e externas (CPA,	DRPO	SETORES RESPONSÁVEIS	40%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador	Responsável pela Apuração do Resultado	Responsável pela Meta	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028	Meta 2029	Meta 2030
		INEP)									
		2.3.4 Índice de execução da Política de Comunicação do IFB	DICOM	DICOM	50%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
3 Resultados	3.1 Assegurar a oferta de cursos gratuitos e de qualidade, integrando ensino, pesquisa, inovação e extensão, alinhados às demandas do mundo do trabalho	3.1.1 Percentual de Matrículas Equivalentes em Cursos Técnicos	PREN	PREN/CAMPI	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
		3.1.2 Percentual de Matrículas Equivalentes em Formação de Professores	PREN	PREN/CAMPI	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
		3.1.3 Percentual de Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos	PREN	PREN/CAMPI	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
		3.1.4 Matrículas por Professor - RAP	PREN	PREN/CAMPI	20	20	20	20	20	20	20
		3.1.5 Matrículas por Professor Presencial - RAPP	PREN	PREN/CAMPI	20	20	20	20	20	20	20
		3.1.6 Índice de Verticalização	PREN	PREN/CAMPI	19,01	19,38	19,75	20,12	20,49	20,86	21,23
		3.1.7 Taxa de Ocupação	PREN	PREN/CAMPI	108,29%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
		3.1.8 Percentual de Oferta de Vagas de Graduação Noturnas	PREN	PREN/CAMPI	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%
		3.1.9 Índice de acompanhamento de egressos	PREX	PREX	10%	47,09%	48,09%	49,09%	50,09%	51,09%	52,09%
		3.1.10 Número de ações para o fortalecimento da Educação a Distância (EAD)	PREN	PREN/CAMPI	4	19	19	19	19	19	19
	3.2 Fortalecer o desenvolvimento de produtos e serviços, resultantes de projetos de ensino, pesquisa, inovação e extensão.	3.2.1 Porcentagem de Projetos de Pesquisa Aplicada	PRPI	PRPI/CAMPI	40%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
		3.2.2 Porcentagem de Servidores Desenvolvendo Projetos de Pesquisa	PRPI	PRPI/CAMPI	15%	16,50%	18%	19,50%	21%	22,50%	24%
		3.2.3 Produção Bibliográfica	PRPI	PRPI/CAMPI	300	325	350	375	400	425	450

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador	Responsável pela Apuração do Resultado	Responsável pela Meta	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028	Meta 2029	Meta 2030
		3.2.4 Percentual de Investimento Realizado em Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Oriundo de Capital e Custeio	PRPI	PRPI	2,25%	2,25%	2,25%	2,25%	2,25%	2,25%	2,25%
		3.2.5 Quantidade de Ativos de Propriedade Intelectual	PRPI	PRPI/CAMPI	1	3	3	3	4	4	4
		3.2.6 Percentual de Ativos de Propriedade Intelectual Licenciados ou Transferidos em Relação à Totalidade dos Produtos Tecnológicos que Resultaram em Ativos de Propriedade Intelectual	PRPI	PRPI/CAMPI	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
		3.2.7 Quantidade de Acordos e Contratos de Transferência de Tecnologia e/ou Know How para a Sociedade	PRPI	PRPI/CAMPI	1	1	1	1	2	2	2
		3.2.8 Quantidade de Ambientes Promotores e Habitats de Inovação	PRPI	PRPI/CAMPI	15	35	37	39	41	43	45
		3.2.9 Número de Empreendimentos Beneficiados pelos Ambientes de Inovação	PRPI	PRPI/CAMPI	10	19	19	19	19	19	19
		3.2.10 Percentual de Recursos Financeiros do Orçamento Anual Público Aplicados em Extensão	PREX	PREX	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
		3.2.11 Percentual de Servidores Envolvidos em Ações de Extensão	PREX	PREX/CAMPI	10%	30,29%	32,29%	34,29%	36,29%	38,29%	38,29%
		3.2.12 Quantidade de Pessoas Atendidas pelas Ações de Extensão	PREX	PREX/CAMPI	30	9852	9857	9862	9867	9872	9877
	3.3 Promover a equidade de gênero, a diversidade e a inclusão	3.3.1 Reserva de Vagas	PREN	PREN/CAMPI	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
		3.3.2 Percentual de Ações de Extensão Destinadas à Inclusão de População Vulnerável	PREX	PREX/CAMPI	15%	46,79%	48,79%	51,79%	53,79%	56,79%	58,79%

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador	Responsável pela Apuração do Resultado	Responsável pela Meta	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028	Meta 2029	Meta 2030
		3.3.3 Índice de elaboração e implementação do programa de acompanhamento de equidade de gênero, raça, diversidade e inclusão	PREX	PREN / PREX / CAMPI	40%	40%	60%	60%	60%	60%	60%
		3.3.4 Índice de implementação dos núcleos NUGEDIS e NEABIS nos <i>campi</i> do IFB	PREX	PREX / CAMPI	14	21	21	21	21	21	21
	3.4 Aprimorar as políticas e ações de permanência e êxito dos estudantes	3.4.1 Índice de Eficiência Acadêmica	PREN	PREN/CAMPI	39,72%	40,91%	42,11%	43,31%	44,51%	45,70%	46,90%
		3.4.2 Taxa de Evasão Anual	PREN	PREN/CAMPI	11,46%	25,81%	24,62%	23,43%	22,24%	21,06%	19,87%
		3.4.3 Porcentagem de Alunos da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa	PRPI	PRPI/CAMPI	4%	4,30%	4,70%	5%	5,30%	5,70%	6%
		3.4.4 Porcentagem de Alunos Provenientes das Ações Afirmativas da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa	PRPI	PRPI/CAMPI	3%	3,16%	3,32%	3,48%	3,64%	3,80%	4%
		3.4.5 Percentual de Estudantes Envolvidos em Extensão	PREX	PREX/CAMPI	10%	7,12%	9,12%	11,12%	13,12%	15,12%	15,12%
		3.4.6 Percentual de alunos retidos	PREN	PREN/CAMPI	9,78%	9,10%	8,41%	7,73%	7,04%	6,36%	5,67%
		3.4.7 Taxa de Conclusão Anual	PREN	PREN/CAMPI	35,51%	36,53%	37,56%	38,58%	39,61%	40,63%	41,66%

8.5 ALINHAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A Agenda 2030, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) e adotada por 193 países, estabelece um conjunto de 17 [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#) com o propósito de promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental de forma integrada e sustentável. Esses objetivos orientam ações em diversas esferas da sociedade, sendo referência para a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais.

No âmbito do IFB, os ODS oferecem um marco orientador para o planejamento e a execução de ações voltadas à formação cidadã, à promoção da equidade, ao fortalecimento da infraestrutura, à inovação e à inclusão social. Alinhar os objetivos institucionais aos ODS é uma forma de reafirmar o compromisso com uma educação de qualidade, inclusiva e conectada às demandas contemporâneas.

A seguir, apresenta-se uma tabela de alinhamento entre os objetivos institucionais propostos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, evidenciando a contribuição da instituição para a concretização da Agenda 2030.

Quadro 65 - Alinhamento entre Objetivos Institucionais e os ODS

Objetivo Institucional	ODS Relacionados
1.1 Promover o desenvolvimento de pessoas e a qualidade de vida no trabalho	ODS 3 – Saúde e bem-estar ODS 4 – Educação de qualidade ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico
2.1 Manter e modernizar a infraestrutura física e tecnológica	ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis ODS 12 – Consumo e produção responsáveis
2.2 Aprimorar as parcerias institucionais	ODS 17 – Parcerias e meios de implementação
2.3 Aprimorar a governança institucional com o intuito de atingir os objetivos do PDI	ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes
3.1 Assegurar a oferta de cursos gratuitos e de qualidade, integrando ensino, pesquisa, inovação e extensão, alinhados às demandas do mundo do trabalho	ODS 4 – Educação de qualidade ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura
3.2 Fortalecer o desenvolvimento de produtos e serviços resultantes de projetos de ensino, pesquisa, inovação e extensão	ODS 4 – Educação de qualidade ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura

3.3 Promover a equidade de gênero, a diversidade e a inclusão	ODS 5 – Igualdade de gênero ODS 10 – Redução das desigualdades ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes
3.4 Aprimorar as políticas e ações de permanência e êxito dos estudantes	ODS 1 – Erradicação da pobreza ODS 4 – Educação de qualidade ODS 10 – Redução das desigualdades

8.6 PLANEJAMENTO ANUAL

O Planejamento Anual trata-se de um plano de ação, cujo objetivo é a mobilização das unidades/áreas estratégicas da instituição para atingir as metas estabelecidas para os indicadores definidos no PDI e, por consequência, cumprir com a missão institucional, bem como alcançar a visão estabelecida. As unidades/áreas responsáveis pela elaboração do plano são as seguintes: Gabinete da Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e os *campi*.

A construção do Planejamento para o ano subsequente ocorre sempre no mês de outubro do ano corrente. Esse é o período em que os gestores de cada unidade/área em conjunto com suas equipes elaboram as ações que serão executadas no ano seguinte. Cada unidade/área registra suas ações no [Sistema de Gestão Integrada - SGI](#) em um projeto específico e ao final dessa etapa a CGPL/DRPO consolida essas ações em um único documento denominado [Plano de Ação Anual](#), o qual é submetido à aprovação do Conselho Superior em sua última reunião ordinária do ano. Após aprovação do Conselho Superior, o documento é publicado na página do IFB no espaço [Transparência e Prestação de Contas](#).

O resultado apurado com a execução das ações ao final do exercício é apresentado no [Relatório de Gestão do IFB](#) na seção que demonstra o desempenho dos indicadores. Cabe ressaltar, ainda, que os indicadores cujas metas não tenham sido atingidas serão pautados no [Plano de Providências](#), que visa planejar ações focadas no melhoramento da performance desses indicadores.

9 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

9.1 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Considerando o documento aprovado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) intitulado Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que visa a implementação da política de Relações Internacionais dos Institutos Federais, de forma mais articulada e segundo uma estratégia de concepção nacional, o processo de internacionalização no Instituto Federal de Brasília segue as seguintes estratégias/ações, consideradas fundamentais para a consolidação do referido processo:

- Criação e estruturação das assessorias e/ou diretorias de relações internacionais dos Institutos Federais;
- Capacitação dos assessores/diretores de relações internacionais e equipe técnica;
- Promoção de acordos com instituições estrangeiras;
- Incentivo a projetos de cooperação técnica;
- Realização de atividades de mobilidade de estudantes, docentes e técnicos administrativos;
- Incentivo ao intercâmbio no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Atualização do portal de ensino profissional e tecnológico internacional;
- Fomento à prática de línguas e de intercâmbio cultural/centro de línguas;
- Atuação consonante com as diretrizes da SETEC/MEC;
- Interação com agências e organismos de cooperação nacionais e internacionais.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na presente Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais da RFEPCT, que consolidam o processo de internacionalização nos Institutos Federais, seguem-se as diretrizes abaixo em consonância com o tripé Ensino - Pesquisa e Inovação – Extensão e Cultura:

- Promover e fortalecer a cultura da internacionalização no âmbito do IFB;
- Fortalecer o olhar internacional do IFB a fim de promover a internacionalização do currículo e dos programas de ensino, pesquisa e extensão, definindo conteúdos, disciplinas ou componentes curriculares que possam ser ofertados em língua estrangeira (inglês, espanhol, francês, dentre outros) com conteúdo

correlato em língua portuguesa;

- Fomentar a acreditação dos conteúdos curriculares trazidos pelo estudante em mobilidade;
- Apoiar a discussão para a criação dos Centros de Línguas como instrumento administrativo para atender a lacuna metodológica existente no processo ensino e aprendizagem de línguas no Brasil, além de ser um possível espaço interativo entre comunidades estrangeiras e brasileiras a fim de promoverem o intercâmbio de ideias e estudos;
- Apoiar a discussão institucional para estruturação diretoria de relações/assuntos internacionais do IFB e suas coordenações;
- Apoiar o desenvolvimento do plano de internacionalização do IFB;
- Fomentar relações internacionais com vistas ao enriquecimento e aprimoramento do ensino, da pesquisa e da extensão capazes de transformar a vida social e profissional;
- Possibilitar o compartilhamento de experiências exitosas, o desenvolvimento de projetos e práticas de internacionalização não convencionais, contra hegemônicas e dotadas de criticidades;
- Promover a interlocução entre os servidores pesquisadores e os servidores com competência em línguas estrangeiras com vistas a ampliar a produção intelectual acadêmica e contribuir no processo de internacionalização do IFB;
- Promover o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento;
- Promover ações de internacionalização sintonizadas com o princípio da educação como bem público e com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica;
- Promover práticas e políticas linguísticas de apoio à internacionalização, tomando como referência a pluralidade linguística e a diversidade cultural, incluindo as línguas adicionais, línguas de sinais, cultura surda, indígenas e afro-brasileira;
- Garantir o respeito às práticas locais, preservação e promoção da diversidade cultural e linguística, justiça social, diversidade, pluralidade, inclusão, solidariedade, respeito mútuo, igualdade, equidade, horizontalidade, tratamento ético, no processo de internacionalização;
- Incentivar a participação do IFB em programas, ações e projetos de línguas, que envolvam o apoio ao público estrangeiro, como por exemplo, o de Língua Portuguesa para estrangeiros como língua adicional (PLA) de forma a inseri-los no processo de internacionalização da Rede Federal e no mundo do trabalho;
- Efetuar no IFB eventos sobre internacionalização de forma que a comunidade acadêmica enriqueça sua perspectiva internacional, intercultural e global;
- Estimular programas, eventos, projetos e parcerias que discutam temas

internacionais, e desenvolvam respostas para problemas novos, complexos e mundiais, como saúde, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, esporte, inclusão de pessoas com deficiências, preservação do meio ambiente, entre outros;

- Efetuar no IFB eventos sobre internacionalização institucional de forma que a comunidade enriqueça sua perspectiva internacional, inclusive eventos para a apresentação de trabalhos em língua estrangeira como treinamento para a apresentação no exterior e para estimular a internacionalização do currículo nos cursos;
- Estabelecer um ambiente acadêmico multicultural e multilíngue e implementar a internacionalização em casa;
- Oportunizar e incentivar a mobilidade, de entrada e de saída, de estudantes de curso médio técnico, de graduação e pós-graduação, de docentes e de técnicos administrativos;
- Engajar servidores e estudantes do IFB em processos e programas nacionais e internacionais outorgando-lhes competência para participar de quaisquer eventos ou programas internacionais ligados ao ensino, pesquisa e extensão;
- Estabelecer parcerias e redes internacionais nas diversas áreas de conhecimento;
- Expandir a cooperação internacional em ensino, pesquisa, inovação e extensão;
- Estimular a internacionalização da pesquisa via parcerias e redes com instituições e centros de pesquisa;
- Ampliar o relacionamento com instituições da América Latina, do continente africano e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Promover a internacionalização do currículo, dos cursos e dos programas do ensino básico, técnico, tecnológico e superior;
- Aperfeiçoar o acolhimento e integração de estudantes, docentes e técnicos internacionais;
- Fomentar a acreditação dos conteúdos curriculares trazidos pelo estudante em mobilidade;
- Aprimorar a infraestrutura do processo de internacionalização, incluindo estudos e formulação de documentos, procedimentos e fluxos operacionais para planejamento, execução, comunicação, divulgação e avaliação;
- Promover no IFB estudos e elaboração de documentos que possam integrar o conhecimento, que o estudante em mobilidade inbound e outbound, traz da instituição onde estudou para dentro do nosso currículo, enriquecendo-o.

9.2 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

A [Política de Comunicação](#) do IFB foi aprovada pelo Conselho Superior, por meio da [Resolução nº 32/2021](#). Tal Política descreve o conjunto de princípios, valores, posturas e diretrizes que orientam a atuação da instituição perante os seus públicos.

O objetivo geral da Política de Comunicação do IFB é estabelecer diretrizes de uma comunicação institucional guiada pela responsabilidade pública, transparência, integridade e inclusão.

A Política de Comunicação do IFB orienta-se pelos seguintes objetivos:

- a) instituir a Política de Comunicação do IFB;
- b) fortalecer a marca do IFB;
- c) difundir o conhecimento científico pelo ensino, pesquisa e extensão;
- d) consolidar um processo colaborativo e estratégico;
- e) promover e ampliar o diálogo e o relacionamento do IFB com seus públicos;
- f) atuar de forma integrada institucionalmente para potencializar os resultados da comunicação.

A comunicação do IFB deve ser pautada, continuamente, na missão, na visão, nos valores, nos objetivos e nas metas institucionais que constam no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), apoiando-se nos seguintes princípios:

- 1) Comunicação Pública: comunicação apoiada no diálogo, na participação democrática, na acessibilidade, na transparência, na credibilidade e no interesse coletivo;
- 2) Comunicação Inclusiva: promoção da inclusão, considerando que todo cidadão deve viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, possibilitando o acesso em igualdade de oportunidades à informação e à comunicação;
- 3) Comunicação Integrada: promoção da comunicação como uma responsabilidade e compromisso permanente de todos os servidores, que devem praticá-la de forma integrada e abrangente para todos os públicos;
- 4) Comunicação Estratégica: compreensão da comunicação que perpassa transversalmente por todas as políticas, ações e atividades administrativas e acadêmicas do IFB, devendo ser planejada e orientada a alcançar resultados.

A comunicação estratégica e integrada colabora para a melhoria da qualidade do ensino público e gratuito, contribui diretamente no fortalecimento da Instituição, auxilia no alcance dos objetivos e metas institucionais, contribui para a transparência das ações, proporciona uma comunicação clara e efetiva com os públicos, fomenta a comunicação em redes e cria fluxos de comunicação que facilitam a interação entre a

instituição e seus diferentes públicos.

A comunicação é de responsabilidade de todos os atores institucionais, uma vez que ela é integrada e pública. As responsabilidades para com a comunicação em todos os níveis institucionais estão dispostas no Guia de Atribuições em Comunicação do IFB.

Os servidores são elos na relação da Instituição com os públicos de interesse, os quais devem empenhar-se em consolidar a imagem institucional do IFB. Espera-se que cada servidor busque manter-se informado pelos canais oficiais de comunicação da Instituição e atue como agente de disseminação, entre outras, das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A gestão das atividades de comunicação social do IFB é de responsabilidade da Diretoria de Comunicação Social (Dicom), que está subordinada à Reitoria e tem caráter sistêmico. O IFB também conta com uma coordenação de comunicação no IFB Campus Brasília, estrutura organizacional diferenciada dos demais *campi* do IFB, que atende diretamente às questões de comunicação do *campus*.

A implantação da Política de Comunicação é fator fundamental para a consolidação da imagem institucional e tornar a comunicação acessível para toda e qualquer atuação de ensino, pesquisa e extensão. Por isso, ela deverá ser amplamente divulgada e acompanhada para avaliação periódica.

9.3 POLÍTICA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A [Política de Qualidade de Vida no Trabalho \(QVT\)](#), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, aprovada por meio da Resolução Nº 20/2019, é um preceito institucional de gestão organizacional expresso em conceitos, fundamentos e princípios que objetivam nortear a prática de ações de qualidade de vida no trabalho.

A Política de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no IFB abrange a Qualidade de Vida no Trabalho; Saúde; Promoção à Saúde; Bem-estar e Segurança do Trabalho.

Os Programas de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) a serem implantados no IFB estão pautados nas seguintes diretrizes:

- Gestão democrática e participativa;
- Conciliação entre o bem-estar dos seus servidores, desempenho funcional e missão institucional;
- Transversalidade de ações integradas e contínuas com a colaboração do setor de Gestão de Pessoas dos *campi*;
- Utilização de dados estatísticos, avaliação de necessidades e indicadores institucionais para norteamiento das ações de QVT;

- Responsabilidade institucional na busca de estratégias e adoção de comportamentos promotores de saúde e bem-estar, tendo os servidores como protagonistas nesse processo;
- Implementação de ações de QVT, no contexto coletivo e individual.

A Política de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no IFB orienta-se pelos seguintes princípios:

- Valorização do ser humano como protagonista das atividades laborais, conduzindo a um ambiente colaborativo e solidário que promova o bem-estar e a efetividade da Missão Institucional;
- Promoção do ambiente laboral e da organização do trabalho com vistas ao bem-estar dos servidores, a partir da compreensão do ser humano integral;
- Promoção de ambientes de trabalho que reduzam a exposição a riscos físico e/ou mental;
- Valorização e reconhecimento dos servidores adotando-se estratégias de desenvolvimento e crescimento profissional pautados por critérios transparentes, justos e alinhados com os princípios da Instituição;
- Transparência das informações, utilizando-se de efetiva comunicação à comunidade Institucional;
- Abordagem biopsicossocial do indivíduo por meio de ações interdisciplinares considerando os múltiplos fatores que influenciam a condição de saúde dos servidores;
- Incentivo à participação dos servidores em programas de QVT dentro da sua carga horária de trabalho.

9.4 POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - POSIC

A Política de Segurança da Informação (POSIC), aprovada pela [Portaria 11/2025 - RUFB/IFBRASILIA, de 23 de abril de 2025](#), é um conjunto de práticas estabelecidas com o objetivo de proteger dados e informações institucionais, além de orientar e hierarquizar o acesso aos dados. O documento visa a continuidade dos processos institucionais críticos e a manutenção do bom uso da informação em todos os seus aspectos. A POSIC atende ao arcabouço legal vigente que rege a Administração Pública Federal, está em conformidade com requisitos regulamentares e contratuais, valores éticos e as melhores práticas de segurança da informação e comunicação.

Para integrar a POSIC, foram estabelecidas práticas específicas de proteção contínua dos ativos de informação, organizadas em Normas Complementares. Essas

normas abordam áreas como o uso de recursos computacionais, gestão de contas de acesso e senhas, utilização da internet e intranet, correio eletrônico, além de políticas de acesso físico e lógico.

Para visualizar a Política de Segurança da Informação (POSIC), acesse o [link](#).

9.5 POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL (CLASSIFICAÇÃO DE DADOS E NORMATIZAÇÃO)

A Política de Gestão Documental é considerada o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento em fase corrente e intermediária de documentos e processos, físicos ou eletrônicos, visando à eliminação ou recolhimento para guarda permanente. No IFB, essa política se encontra em construção e é de responsabilidade primária da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) que teve sua criação na [Portaria Normativa nº 06/2018](#).

Para que a política seja implementada no Instituto, contamos com alguns normativos que dão o suporte necessário para a correta aplicação das práticas, padronizadas para todos os órgãos e autarquias federais. Dentre elas, podemos citar os planos de classificação da área [fim](#) e [meio](#), as Resoluções do CONARQ nº [24/2006](#), [40/2014](#) e [43/2015](#), além das Portarias MEC nº [1.224/2013](#) e [315/2018](#). A [Portaria Normativa nº 09/2018](#) dá as primeiras diretrizes para a aplicação da gestão documental no Instituto.

As principais ações para implementação da Política de Gestão Documental são:

- Designação de membros para a composição da CPAD;
- Classificação, avaliação e descrição documental mediante a utilização de normas, planos de classificação e tabelas de temporalidade documental padronizadas;
 - Tratamento do acervo físico administrativo e acadêmico dos *campi* e Reitoria, visando o descarte ou recolhimento;
 - Construção de manuais e normas de utilização e conservação dos acervos;
 - Determinação de fluxos documentais junto às áreas para melhor controle e consequente padronização e classificação já na produção do documento;
 - Garantia ao acesso à informação e correta classificação quanto ao nível de acesso e sigilo dos documentos;
 - Critérios de transferência e de recolhimento da documentação (previamente definidos na [Portaria Normativa nº 08/2018](#)).

O Gabinete da Reitoria é o responsável pelo acompanhamento e condução da CPAD. Além disso, o Instituto conta com arquivistas e técnicos em arquivo em seu quadro, o que facilita a garantia na efetividade da aplicação da Política.

A Política de Gestão Documental é essencial para o cumprimento da [Lei 8.159/91](#) e da [Lei de Acesso à Informação](#) (LAI) e se torna imprescindível para a organização da informação e melhor andamento de todos os processos do IFB.

9.6 POLÍTICA DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

A Política de Governança da Administração Pública Federal foi instituída pelo [Decreto nº 9.203/2017](#), que define a Governança Pública como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. A Governança Pública tem como finalidade garantir que os objetivos estratégicos das instituições públicas sejam alcançados de forma ética e sustentável, promovendo a eficiência e a eficácia na prestação de serviços públicos e na tomada de decisões que afetam a sociedade em que atuam.

A liderança, a estratégia e o controle figuram como mecanismos essenciais para o exercício da Governança Pública. A liderança compreende um conjunto de práticas exercidas pela alta administração para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, incluindo a integridade, a competência, a responsabilidade e a motivação. A estratégia é exercida na definição de diretrizes, objetivos, planos, ações e critérios de priorização e alinhamento entre a instituição e a sociedade, para que a instituição alcance seus objetivos e resultados esperados. E o controle é operado no estabelecimento de processos estruturados para mitigar os possíveis riscos que venham a impedir o alcance dos objetivos institucionais, respeitando a legalidade e a economicidade em sua atuação.

Com o objetivo de alcançar o amadurecimento da Governança Institucional no IFB, foi incluído, entre os objetivos estratégicos institucionais aprovados neste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), dentro da perspectiva Processos Internos, o objetivo “Aprimorar a governança institucional com o intuito de atingir os objetivos estratégicos do PDI”. Para alcançá-lo, a instituição se compromete com a implementação de práticas de liderança, estratégia e controle que permitam à alta gestão e às partes interessadas avaliar a situação das demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, com foco na melhoria dos resultados, e na execução de diretrizes

institucionais para a promoção de responsividade, transparência, controle, fiscalização e responsabilização.

Nesse sentido, considerando que a Governança Institucional é um conjunto de mecanismos que auxiliam no atingimento dos objetivos institucionais, sua existência visa também ao alcance do Valor Público. Este valor diz respeito à capacidade do Estado de oferecer serviços e soluções que atendam às necessidades e expectativas da população, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país. A partir dos resultados alcançados pelos indicadores vinculados ao objetivo estratégico de aprimoramento da governança institucional, a perspectiva é de que o IFB fortaleça as práticas de governança em seus processos estratégicos, agregando maior Valor Público aos serviços que oferece para a sociedade.

9.7 POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL

O comprometimento com a sustentabilidade faz parte da história do IFB. Como exemplos de práticas voltadas para uma gestão mais sustentável destacam-se: o uso de lâmpadas de led (mais econômicas e duráveis); instalação de torneiras com temporizadores; uso de sensores de presença para acionamento de iluminação; adoção, quando possível, de estrutura metálica ou pré-fabricada de concreto em edificações e de tapumes metálicos (geram menos resíduos/entulhos); telhados verdes (são soluções sustentáveis, que reduzem a temperatura dos edifícios e proporcionam a permeabilidade da área), e reúso de água, dentre outros.

Com o crescimento da instituição, um grande desafio tem sido a redução dos gastos com o consumo de energia elétrica. Para manter um crescimento sustentável, o IFB começou a implantar nos dez *campi* usinas de geração de energia fotovoltaica na rede elétrica e tem tido como resposta uma redução nesta despesa. Na maioria dos *campi*, os painéis estão instalados no telhado, enquanto outros têm sua instalação no piso.

Além disso, aderimos ao serviço de almoxarifado virtual do Governo Federal que reduz a necessidade de estocagem e, portanto, reduz o risco de perder material por vencimento de prazos de validade.

O IFB tem promovido ao longo dos anos a Semana Lixo Zero como forma de conscientização e sensibilização sobre a questão da produção, tratamento e destino final de resíduos sólidos.

A Comissão IF Ambiental, institucionalizada por portaria, é uma comissão de sustentabilidade e educação ambiental formada por servidores representantes de todas as unidades do Instituto Federal de Brasília (IFB), com o propósito de multiplicar e

promover experiências bem sucedidas nos *campi*. Um dos levantamentos realizados foi a identificação de mais de 40 ações que acontecem nos *campi* do IFB, dos quais destacam-se:

- Feira de Escambo Ecológico, Minhocário e Estudo de Plantas Medicinais no *campus* Taguatinga;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, EcoDesign e Projeto Sonho de Banheiro no *campus* Samambaia;
- Projeto Plantar no *campus* Ceilândia;
- Formação de jovens Produtores Culturais "Lixo Zero" no *campus* Brasília;
- Promoção de ambientes sustentáveis nas escolas da cidade Estrutural no *campus* Estrutural;
- Produção de atividades lúdicas ambientais no *campus* Riacho Fundo;
- Empoderamento feminino por meio de práticas sustentáveis no *campus* Gama;
- Compostagem e Cursos de cultivo de Plantas Nativas no *campus* São Sebastião;
- Programa de Agroecologia no *campus* Planaltina.

O IFB recebeu recursos de emenda parlamentar para a construção de uma feira agroecológica e mandala agroecológica e recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional para implantação de biodigestores para tratar os resíduos orgânicos de quatro *campi* – Brasília, Planaltina, Samambaia e São Sebastião.

10 PLANOS INSTITUCIONAIS

10.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O [Plano de Desenvolvimento de Pessoas \(PDP\)](#) tem como objetivo promover o desenvolvimento dos servidores públicos em atuação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, por meio de competências fundamentais para o alcance da excelência na prestação dos serviços à sociedade, bem como possui a finalidade de implementar as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) conforme previsto no [Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019](#), alterado pelo [Decreto nº 10.506, de 02 de outubro de 2020](#), regulamentado pela Instrução Normativa nº 21, de 1º de fevereiro de 2021.

- A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas possui como

instrumentos o(s):

- Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP;
- Relatório anual de execução do PDP;
- Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento;
- Relatório consolidado de execução do PDP; e
- Modelos, metodologias, ferramentas informatizadas e trilhas de desenvolvimento.

O PDP do Instituto Federal de Brasília (IFB), com a finalidade de elencar as ações de desenvolvimento necessárias à consecução de seus objetivos institucionais, constitui-se em um instrumento de planejamento das ações de capacitação a serem disponibilizadas aos servidores da instituição, elaborado e promovido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas em conjunto com a Diretoria de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas.

O PDP é um instrumento de elaboração anual do IFB que vigorará no exercício seguinte, com a finalidade de especificar as ações de desenvolvimento fundamentais à consecução de seus objetivos institucionais, conforme calendário definido no Decreto que instituiu o PNDP.

10.2 PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Instituto Federal de Brasília foi elaborado conforme as recomendações que constam na versão 2.0 do Guia de PDTIC do SISP (Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação), que é a instância responsável por organizar, planejar, coordenar, controlar e supervisionar os recursos de Tecnologia da Informação da Administração Pública Federal.

Além do Guia de PDTIC do SISP, o PDTIC também utilizou como referencial a Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD) e o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFB (PDI 2024-2030), no qual estão traçadas as diretrizes, metas e estratégias para atender as necessidades de tecnologia da informação do órgão.

As demandas institucionais de Tecnologia da Informação e Comunicação mapeadas foram registradas em um instrumento de Inventário de Necessidades. Este, por sua vez, foi a base para a organização, definição e estruturação das demandas em um Portfólio de Programas e Projetos.

O Portfólio é composto por 9 programas. Para a execução, acompanhamento e controle desses programas foram estabelecidas 13 metas, 112 ações/projetos e, por

fim, 18 indicadores, estes definidos e utilizados para o monitoramento do PDTIC.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação é o instrumento que permite nortear e acompanhar a atuação da área de TIC, definindo estratégias e ações de implementação, por isso é imprescindível estar em consonância com o cenário e à realidade do Instituto Federal de Brasília (IFB).

Acesse o PDTIC na íntegra, através do [link](#).

10.3 PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA

O dimensionamento da infraestrutura institucional é apresentado no Plano Diretor de Infraestrutura Física (PDIF).

Elaborado pela Diretoria de Engenharia - DREN, o PDIF é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos que envolvem a infraestrutura de cada unidade administrativa e tem por finalidade atender as necessidades institucionais nesta temática.

Cabe ressaltar que os *campi* também contribuem com essas elaborações, ao informar à DREN suas necessidades, por exemplo.

O último Plano Diretor de Infraestrutura finalizado foi publicado em 2015, e envolve 2014-2018. O plano é acessível no site do IFB, pelo [link](#).

Em 2021, foi iniciada a elaboração de um Plano Diretor de Infraestrutura 2019-2023, porém o documento não pôde ser concluído pela Diretoria de Engenharia, por questões de falta de disponibilidade dos servidores para prosseguir na sua elaboração mediante a grande demanda relativa às mais de 10 obras /fiscalizações de contratos recente e simultaneamente, além da crescente redução de número de servidores.

Sobre este PDIF iniciado, foi recentemente encaminhado aos *campi*, pela PRAD, consulta sobre necessidades e sobre alguns dados dos mesmos. Ainda não se obteve o retorno dos *campi* tal qual se faz necessário para o prosseguimento da elaboração do PDIF, o qual, tendo em vista o tempo passado, certamente terá uma vigência a ser revista, quando a elaboração do novo PDIF puder ser prosseguida e concluída.

10.4 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Um Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado às pessoas com deficiência visa orientar o órgão na adequação de sua infraestrutura física, tecnológica e de pessoal devidamente especializado a dar suporte a pessoas com

as mais variadas condições, no sentido de atender às orientações legais e estar em consonância com sua política de inclusão.

Há de se convir que a Promoção de Acessibilidade não depende somente de infraestrutura física, mas de vários fatores.

Apesar de não haver ainda um plano único e instituído no IFB, pode-se verificar várias ações no sentido de se buscar promover cada vez mais a inclusão no órgão.

Resgatando um trecho do PDI 2019-2023, temos que “a partir das reuniões das coordenações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) com a Coordenação de Políticas Inclusivas (CPIN) e da realização do Seminário sobre Acessibilidade Arquitetônica no IFB, promovido em 23 de setembro de 2013, com a presença do, na época, Núcleo de Engenharia do IFB (atualmente Diretoria de Engenharia - IFB), concluiu-se que todos os projetos executivos de construção dos espaços devem prever acessibilidade e facilidade de locomoção para pessoas com deficiência.

Além disso, as áreas já construídas e que não possuem acessibilidade, deverão passar por adequações gradativas a curto e médio prazo.”

O IFB tem embasado todas as suas ações relativas à acessibilidade nas Normas da [ABNT \(Associação Brasileira de Normas Técnicas\) NBR 9050:2020](#). “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, [NBR 9077:1993](#) - “Saídas de Emergência em Edifícios”, [ABNT NBR 16537:2016](#) - “Acessibilidade – Sinalização Tátil no piso – Diretrizes para Elaboração de Projetos e Instalação”, e [ABNT NBR 13994:1999](#) - “Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transporte de Pessoas com Deficiência”, dentre outras.

Ainda, conforme o [Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004](#), que regulamenta as Leis nºs 10.048 e 10.098, de 2000, cuja prioridade de atendimento é para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o IFB pretende atender às suas normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência, de acordo com o que foi definido no artigo 2º: Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000).

O Decreto supracitado define ainda que “barreira é qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas”. No artigo 24, afirma que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios,

ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2000).

Percebem-se ações do NAPNE, da Diretoria de Engenharia e de outros setores do IFB no sentido de promover a acessibilidade, a diversidade e a inclusão no órgão.

No seguinte link do site do IFB, temos conteúdos que tratam de acessibilidade: <https://www.ifb.edu.br/acessibilidadeifb>.

Com relação à infraestrutura física do IFB, como já mencionado no item 6.4 deste PDI, alguns *campi* já passaram por uma obra de Reforma Geral de Acessibilidade e adequação a outras normativas vigentes à época da obra. São eles: Samambaia e Taguatinga. E o IFB Campus Gama está em processo (em obra).

Os edifícios recém construídos pela Diretoria de Engenharia (DREN) e as obras de reforma já resultam em sanitários devidamente acessíveis, sinalizações táteis de piso, sinalizações táteis e visuais de ambientes, mapas ou planos táteis situando o edifício no *campus*, desníveis tratados conforme as normas vigentes, bebedouros acessíveis, balcões de atendimento fixos e bancadas seguindo as normas, puxadores de portas também em conformidade, piscinas com bancos de transferência para portadores de cadeiras de rodas, espaços reservados em auditórios e arquibancadas (para portadores de cadeiras de rodas, pessoas com deficiência visual, pessoas obesas, acompanhantes, cães guias...), dentre inúmeros outros itens que tem sido rigidamente observado e seguido pela equipe técnica do IFB, considerando sempre as normas vigentes à época da obra em questão.

As novas obras e reformas devem prever o que regem as Normas Regulamentadoras, especialmente a NR 17 - ergonomia, no que concerne à iluminação, à ventilação, ao conforto térmico e acústico dos ambientes, bem como atender e conciliar às exigências de várias outras normas, como as relacionadas à acessibilidade, ao Código de Edificações do DF, às normas do CBM-DF, do Contran e a várias outras normas.

10.5 PLANO DE DADOS ABERTOS

O [Plano de Dados Abertos \(PDA\)](#) é o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), obedecendo a padrões mínimos de qualidade, com o intuito de facilitar a compreensão e a reutilização das informações. É ele quem estrutura o planejamento referente à implantação e racionalização dos processos de publicação de dados abertos do IFB e tem como propósito publicizar as ações e estratégias organizacionais que nortearão as atividades da abertura de dados, no âmbito do IFB, de forma institucionalizada e sistematizada pelo período de dois anos,

em conformidade com a legislação vigente, a qual trata sobre a construção do PDA pelas instituições públicas.

O sítio eletrônico que armazena todas as informações do PDA do IFB pode ser acessado aqui, nele estão contidos todos os planos publicados até o momento, bem como todos os conjuntos de dados abertos publicados.

Os conjuntos de dados abertos do IFB também estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal e podem ser acessados aqui.

10.6 PLANO DE INTEGRIDADE

Em 2024, o Instituto Federal de Brasília publicou o seu segundo [Plano de integridade](#), com vigência para o triênio 2024-2026. O documento foi elaborado pela [Unidade de Gestão da Integridade, Transparência e Acesso à Informação](#) (UGITAI), instância estratégica da instituição, cujos objetivos e competências estão previstas no [Decreto n.º 11.529, de 16 de maio de 2023](#), que institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (Sitai) da Administração Pública Federal.

A UGITAI foi instituída pela [Portaria nº 5/2024 – RIFB/IFBRASILIA](#) e substitui a antiga Unidade de Gestão da Integridade (UGI), responsável pelo Primeiro Plano de Integridade do IFB (2020). Agora, atuando de maneira sistêmica no enfrentamento de possíveis casos de fraude, corrupção e/ou desvios éticos, a UGITAI conta com a participação de servidores representantes das funções de integridade: ouvidoria, auditoria, comissão de ética, corregedoria, gestão de pessoas e comunicação. Essas funções são responsáveis pela execução e monitoramento do Programa de Integridade do IFB, instituído pela [Portaria nº 8/2024 – RIFB/IFBRASILIA](#).

Uma boa execução do Programa de Integridade deve partir de uma estruturação baseada no comprometimento e apoio da alta administração; na existência de unidade responsável pela sua implementação; na análise, avaliação e gestão dos riscos à integridade; e no monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.

Nessa perspectiva, o Plano de Integridade é o documento responsável por apontar como protegermos os valores, a credibilidade e a reputação institucional do IFB. Nele estão previstos os elementos básicos de gestão utilizados pela UGITAI: fundamentos do plano, funções da integridade, riscos que impactam a integridade do IFB e medidas de integridade.

Em articulação com outras instâncias de integridade e com o apoio da alta

gestão e da Diretoria de Comunicação Social do IFB, a UGITAL vem desenvolvendo seguintes ações a fim de promover o letramento e a capacitação da comunidade sobre temas sensíveis à integridade. Para conhecer, acesse a [página](#).

Como parte fundamental das práticas de Governança Institucional, a implementação do Plano de Integridade compõe os mecanismos que visam ao atingimento dos objetivos estratégicos do IFB, aprimorando a gestão de processos, a gestão de riscos, a ética, a transparência, a responsabilidade e a efetividade da gestão.

10.7 PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA (PAINT)

A [Auditoria Interna do Instituto Federal de Brasília – Audin/IFB](#), instituída pela Resolução - RIFB Nº 28, de 18 de novembro de 2009, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFB e prestar apoio aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

A função primordial da Auditoria Interna é a prestação de serviços de consultoria e avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

A Audin está vinculada ao Conselho Superior, sendo vedado delegar a vinculação a outro órgão inferior. Essa vinculação tem por objetivo proporcionar à Auditoria Interna um posicionamento suficientemente elevado para lhe conferir independência no desempenho de suas atribuições.

Ressalta-se que as atividades de auditoria se sujeitam à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição, nos termos do artigo 15, do Decreto 3.591/2000.

A atuação da Auditoria Interna se dá de forma centralizada na Reitoria.

O planejamento das atividades de Auditoria é consubstanciado pelo Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAINT), previamente avaliado pela Controladoria Geral da União (CGU) e devidamente aprovado pelo Conselho Superior do IFB.

Em observância à Instrução Normativa SFC/CGU nº 05/2021, o PAINT deve definir os trabalhos prioritários a serem realizados no período objeto do plano, considerando: (a) o planejamento estratégico e as expectativas da alta administração; (b) os riscos significativos a que a unidade auditada está exposta e os seus processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos; (c) a complexidade do negócio, a estrutura e outros fatores da unidade auditada, tais como estrutura, recursos humanos, logísticos e financeiros disponíveis. O PAINT é elaborado com base em riscos

associados aos macroprocessos institucionais.

Após o encerramento do exercício ao qual o PAINT corresponde, a Audin elabora o Relatório Anual de Auditoria Interna – RAIN. Este documento apresenta as informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria. Destaca-se que o PAINT e o RAIN encontram-se publicados no site institucional do IFB, que pode ser acessado [aqui](#).

10.8 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), [Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), foi criada com o objetivo principal de proteger os direitos fundamentais de privacidade, liberdade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Ela tem como meta garantir um tratamento adequado dos dados pessoais, sejam eles físicos ou digitais.

A LGPD nasceu com o intuito de reforçar o direito à autodeterminação informativa, isto é, assegurar que todas as pessoas exerçam de algum modo o controle sobre seus dados pessoais, garantindo com isso a liberdade, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, assim como o direito à privacidade.

Em 2020, foi criado um Grupo de Trabalho responsável por elaborar propostas voltadas para a implementação da LGPD no Instituto Federal de Brasília (IFB). Este grupo atua na execução das etapas pactuadas para a adequação dos processos internos à nova legislação, incluindo o levantamento do Inventário de Tratamento de Dados Pessoais, a construção dos Termos de Uso e Política de Privacidade, a Avaliação de Riscos de Segurança e Privacidade, a elaboração do Relatório de Impacto de Proteção de Dados, a adequação dos processos de contratação de Tecnologia da Informação, a implementação de um Plano de Respostas a Incidentes e a proposição da criação do Programa de Governança em Privacidade.

Além do Grupo de Trabalho, o IFB designou um servidor para atuar como Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do IFB, responsável por aceitar reclamações e comunicações dos titulares de dados, prestar esclarecimentos e adotar providências; receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências; orientar os servidores e colaboradores a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e executar as demais atribuições determinadas internamente ou estabelecidas em normas complementares. O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais coordena o Grupo de Trabalho até que sejam finalizadas as etapas de implementação da LGPD no IFB.

No portal institucional do IFB na internet estão disponibilizados todos os documentos elaborados pelo Grupo de Trabalho, bem como o Plano de Ação para a Implementação da LGPD no IFB, onde pode ser acessado o progresso de realização de cada uma das etapas da implementação [aqui](#).

11 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Os processos de avaliação institucional são realizados em caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, tendo como objetivo indicar à comunidade às potencialidades e fragilidades da instituição, observando minimamente os eixos temáticos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), bem como prevendo os meios e recursos necessários para sua execução, sendo um processo sistêmico de discussão permanente. Em consonância, as diretrizes para a avaliação e o acompanhamento do desenvolvimento institucional são:

- Avaliar constantemente as atividades desenvolvidas junto à comunidade, realizando prestação de contas, planejando e realimentando as ações necessárias para redimensionar os trabalhos;
- Avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação às condições necessárias para atender às expectativas da comunidade interna e externa; e
- Promover a autoavaliação e a heteroavaliação, conforme SINAES.

11.1 ATOS AUTORIZATIVOS

Os atos autorizativos são expedidos pelo Ministério da Educação (MEC) e permitem o funcionamento e oferta de cursos de graduação e pós-graduação em determinada área do conhecimento. O MEC emite quatro tipos principais de atos autorizativos para IES:

1. Autorização de funcionamento: é o ato inicial que permite que uma instituição de ensino superior comece suas atividades e ofereça cursos de graduação e pós-graduação;
2. Reconhecimento de cursos: é o ato que reconhece a qualidade do curso e confere ao aluno o direito de receber um diploma válido nacionalmente;
3. Renovação de Reconhecimento: é o ato que renova o reconhecimento de um curso de graduação e pós-graduação, definindo sua continuidade e manutenção;

4. Credenciamento e Recredenciamento institucional: é o ato que confirma a qualidade da instituição como um todo, permitindo que continue oferecendo cursos de graduação e pós-graduação. O recredenciamento deve ser solicitado pela IES ao final do ciclo avaliativo do Sinaes.

Esses atos são emitidos após um processo de avaliação e reconhecimento da qualidade acadêmica e estrutura organizacional da instituição, e sua obtenção é fundamental para que uma IES possa operar legalmente e oferecer cursos de qualidade para seus estudantes. A seguir, serão detalhados os atos autorizativos relevantes para o IFB.

11.1.1 Recredenciamento Institucional

O recredenciamento institucional é um processo pelo qual a instituição passa para manter a validade do seu credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC), sendo necessário para garantir que a IES está cumprindo as normas e regulamento do MEC e oferecendo ensino de qualidade aos seus estudantes. No ato de recredenciamento a instituição é avaliada por cinco eixos: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura.

O processo de recredenciamento é composto por diversas etapas, como o preenchimento de formulários eletrônicos, a disponibilização de documentação comprobatória, a realização de visitas técnicas pelo MEC e a elaboração de um relatório de avaliação por uma comissão especialmente designada para esse fim. Durante esse processo, a IES deve demonstrar que está cumprindo com as normas e regulamentos vigentes, além de apresentar evidências de sua qualidade e desempenho. O recredenciamento institucional é rigoroso e detalhado e envolve muita pesquisa, planejamento e preparação por parte da instituição. Não obstante, o processo de recredenciamento pode contribuir significativamente para a melhoria da educação ofertada, caso os resultados da avaliação sejam utilizados como referência para o replanejamento das ações desenvolvidas.

11.1.2 Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos

O reconhecimento de um curso superior é um processo realizado pelo Ministério da Educação (MEC) que avalia a qualidade da instituição e do curso oferecido, sendo importante para assegurar que os estudantes recebam um ensino de qualidade e possam exercer a profissão com competência. Para que um curso superior seja

reconhecido, a instituição deve passar por diversas etapas, incluindo a avaliação da estrutura física, dos recursos didáticos, do corpo docente, da grade curricular, dentre outros. O resultado final é o conceito de curso (CC) que varia entre 1 e 5.

O reconhecimento é periódico, precisando ser renovado a cada ciclo avaliativo de 3 anos. Os cursos elencados para participar do Enade podem obter automaticamente o ato de renovação de reconhecimento, a depender dos resultados do exame. Para os cursos que não participam do Enade, o MEC, respeitando o ciclo de avaliação trienal, abre de ofício o processo de renovação de reconhecimento. Assim, o curso precisará passar por todas as etapas do processo de avaliação novamente.

11.2 AVALIAÇÃO EXTERNA

Os atos autorizativos de reconhecimento / renovação de reconhecimento de curso e de credenciamento institucional constituem os resultados das avaliações externas. A avaliação externa é um processo importante que permite a verificação da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão oferecidas. Essa avaliação é realizada pelo [INEP/MEC](#), que aplica diferentes critérios e metodologias de avaliação, que podem variar em função do nível de ensino, da modalidade e do tipo de curso oferecido. Entre os critérios avaliados estão a qualificação do corpo docente, infraestrutura, programas de pesquisa e extensão, políticas de inclusão e diversidade, entre outros. Esse processo é fundamental para a garantia da qualidade da educação, permitindo uma visão crítica e reflexiva sobre as práticas educativas e seus resultados, bem como possibilita a implantação de melhorias e correções necessárias para aprimorar seu desempenho. Nos próximos tópicos, segue o detalhamento de alguns constituintes desse processo avaliativo.

11.2.1 Avaliação *in loco*

As avaliações *in loco* (avaliação externa por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento) fazem parte de um conjunto de procedimentos e instrumentos diversificados, visando a obtenção de atos autorizados de credenciamento e credenciamento institucional, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. O Instituto Federal de Brasília (IFB), criado pela [Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), tem autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica. Deve, entretanto, informar ao [Ministério da Educação \(MEC\)](#) o início do curso e, posteriormente, requerer a abertura do processo de

Reconhecimento, em que a última etapa do processo será a avaliação *in loco*.

A Renovação de Reconhecimento de cursos, presenciais e à distância, ocorre a cada ciclo avaliativo trienal do Enade, quando são calculados e divulgados os Conceitos Preliminares dos Cursos de Graduação (CPC). Entretanto, quando o curso tiver CPC insuficiente (<3) ou não tiver participado do Enade, a Renovação do Reconhecimento ocorrerá por meio de visitas *in loco*. O fluxo processual para o reconhecimento de curso e suas renovações é composto por diversas etapas, entre as quais a avaliação *in loco*, que culmina em um relatório da comissão de avaliadores, em que constam aferidas as informações apresentadas pelo curso relacionadas à realidade encontrada durante a visita e a atribuição do conceito de curso.

11.2.2 Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)

Além das avaliações de curso (reconhecimento) e de instituição (recredenciamento), o SINAES também é composto pelo ENADE, que tem como objetivo avaliar o desempenho dos estudantes de cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia). O Ciclo Avaliativo do Enade define as áreas de conhecimento que terão os cursos avaliados a cada ano. As áreas têm seus estudantes concluintes avaliados de três em três anos e quem vai se formar nos cursos das áreas avaliadas precisa participar da prova e responder ao questionário do estudante para colar grau. A prova é realizada pelo [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira \(INEP\)](#) e segue as diretrizes definidas pela [Comissão Nacional de Educação Superior \(CONAES\)](#), órgão colegiado responsável por coordenar e supervisionar o SINAES.

A partir de 2024, os cursos de Licenciatura serão avaliados anualmente. Outra novidade para os cursos de Licenciatura foi a introdução da Avaliação Prática, na qual os estudantes matriculados em estágio obrigatório terão seu desempenho prático avaliado.

11.2.3 Censo da Educação Superior (Censup)

O censo é realizado anualmente pelo INEP e coleta dados sobre cursos, docentes, alunos e infraestrutura da educação superior, sendo que as informações obtidas e divulgadas pelo Censup detalham a situação da educação superior no país e servem de base para políticas públicas neste setor. Adicionalmente, os dados coletados por este censo compõem uma parte do conceito preliminar de curso (CPC), e consequentemente do Índice Geral de Cursos (IGC), sendo, dessa forma, peça fundamental para a avaliação dos cursos superiores e os respectivos atos de

recredenciamento institucional e renovação de reconhecimento de curso.

11.3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional é parte integrante do SINAES, instituído pela [Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004](#). O SINAES tem entre suas finalidades, a melhoria da qualidade da Educação Superior e a expansão da sua oferta, dentro de um contexto de desenvolvimento institucional, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFB e de ações de avaliação, com a autoavaliação e a avaliação externa in loco. A autoavaliação é um processo por meio do qual o IFB avalia a sua realidade com o propósito de desencadear medidas estratégicas capazes de superar as dificuldades e potencializar as virtudes identificadas.

No tocante, a autoavaliação institucional subsidia a avaliação externa que é composta pelos atos autorizativos de credenciamento institucional, reconhecimento ou renovação do reconhecimento de cursos de graduação. Visando o autoconhecimento institucional, o processo autoavaliativo pressupõe a coleta e a sistematização de dados, a fim de que, apoiada na realidade, a instituição possa decidir pela adoção de ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, e de todas as demais ações institucionais.

Constitui-se em mecanismo permanente de coleta, sistematização, análise e divulgação das ações cotidianas e construtoras dos rumos da Instituição, no tocante à sua significação acadêmica e, conseqüentemente, social. Assume a construção de um processo avaliativo permanente e orientador para as deliberações, nos diversos fóruns internos e externos, quanto à missão do IFB e finalidades acadêmicas e sociais dos cursos técnicos e de graduação por ele ofertados.

A autoavaliação institucional é coordenada pela [Comissão Própria de Avaliação \(CPA\)](#) e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Com atuação autônoma, em relação aos conselhos e órgãos colegiados existentes no IFB, a CPA age principalmente na condução da definição da política de avaliação adotada pelo IFB e na definição das estratégias para seu alcance.

11.3.1 Metodologia

A autoavaliação tem como referência os eixos que constituem as dez dimensões do SINAES, estabelecendo-se um ciclo anual de avaliação continuada, iniciando-se pela revisão dos instrumentos de pesquisa para coleta de dados, seguido da sensibilização da comunidade acadêmica, coleta e análise de dados, até chegar à divulgação dos

resultados no seminário anual da CPA. A metodologia empregada durante o processo busca sensibilizar a comunidade acadêmica para os processos de autoavaliação institucional; disseminar, permanentemente, informações sobre autoavaliação institucional; ampliar a participação da comunidade acadêmica; fomentar a produção e a socialização do conhecimento na área de avaliação institucional; aprimorar os processos e instrumentos avaliativos; estimular ações de disseminação da cultura avaliativa no IFB e impulsionar o uso da avaliação e seus resultados no processo de tomada de decisões.

11.3.2 Instrumentos externos

Compreende os mecanismos de avaliação de responsabilidade do INEP e outros órgãos, como previstos na Lei n.º 10.861/ 2004. Tais mecanismos compreendem:

- a) Avaliação das Instituições de Ensino Superior, responsabilidade do INEP e realizado no processo de credenciamento da instituição como IES;
- b) Avaliação dos Cursos de Graduação - ACG, responsabilidade do INEP e realizado no processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos diversos cursos de graduação da instituição;
- c) Avaliação de Desempenho dos Estudantes - ENADE, conforme o art. 5º da Lei n.º 10.861, de 2004;
- d) Avaliações da CAPES para credenciamento ou renovação de credenciamento de cursos de pós-graduação mantido pelo IFB;
- e) Cadastro Nacional de Docentes;
- f) Censo da Educação Superior;
- g) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- h) Demais sistemas de acompanhamento e supervisão da educação.

11.3.3 Instrumentos internos

O Processo de autoavaliação utiliza o instrumento elaborado pela Comissão Própria de Avaliação, tendo como referência os cinco eixos que englobam as dez dimensões do SINAES, presentes no documento Avaliação Institucional Externa, que subsidiam o ato de credenciamento e credenciamento institucional e transformação de organização acadêmica. Os eixos e dimensões contemplados no instrumento de avaliação são detalhados a seguir:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional;

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente os processos de sensibilização e resultados da autoavaliação institucional;

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional;

Dimensão 1: A missão e o plano de desenvolvimento institucional;

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

Eixo 3: Políticas Acadêmicas;

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade;

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes;

Eixo 4: Políticas de Gestão;

Dimensão 5: As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Eixo 5: Infraestrutura Física;

Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

A autoavaliação envolve estudantes, docentes e técnicos administrativos vinculados aos cursos superiores do IFB avaliados. A CPA realiza visitas aos *campi*, apresenta a proposta de metodologia e sensibiliza a comunidade quanto à importância da participação nesse processo. O questionário de avaliação institucional é aplicado de forma eletrônica e, posteriormente, os resultados são apresentados para a comunidade. Os relatórios podem ser acessados neste [link](#).

11.3.4 Formas de participação da comunidade acadêmica

A autoavaliação é um processo que possibilita à comunidade acadêmica uma participação ativa nos processos decisórios da instituição, pois permite uma racionalização do que necessita ser melhorado e o que pode servir de modelo para outros setores. Nesse sentido, a comunidade participa durante todas as etapas do processo avaliativo, desde a mobilização para a composição da CPA até a apropriação dos resultados obtidos, passando por contribuições durante a revisão dos instrumentos de avaliação e respondendo à coleta de dados.

11.3.5 Formas de utilização dos resultados das avaliações

Os resultados obtidos nos processos de avaliação institucional são debatidos em todos os níveis institucionais e em todos os segmentos, uma vez que a responsabilidade dos processos avaliativos é da comunidade como um todo. Adicionalmente, em especial o fluxo da utilização dos resultados deve alimentar o planejamento estratégico na Reitoria e nos *campi*, bem como dos colegiados de curso.

12 GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos é uma estratégia de mensuração dos efeitos das incertezas sobre os objetivos de uma instituição. É uma abordagem sistêmica e contínua para identificar, avaliar e mitigar os riscos que podem afetar uma organização. As normas técnicas ISO (*International Organization for Standardization*) e o modelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) fornecem diretrizes importantes

para a gestão de riscos.

De acordo com a norma técnica ISO 31.000 de 2018, gestão de riscos é o processo de identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos que afetam uma organização. Esse processo envolve a definição de objetivos, a identificação de ameaças e oportunidades, a avaliação da probabilidade e do impacto dos riscos, e a implementação de estratégias de tratamento de riscos. O modelo COSO define a gestão de riscos como um processo contínuo que envolve a identificação, avaliação e resposta aos riscos que podem afetar a capacidade de uma organização de alcançar seus objetivos. Este modelo enfatiza a importância da comunicação, do monitoramento e da revisão contínua do processo de gestão de riscos.

Ambas as abordagens reconhecem que a gestão de riscos é uma parte essencial da Governança Institucional e que deve ser integrada a todas as atividades da organização. Além disso, as normas técnicas ISO e o modelo COSO destacam a importância da liderança, do comprometimento da alta administração e do envolvimento de todos os níveis da organização na gestão de riscos.

A Auditoria Interna do IFB desempenha um papel fundamental na gestão de riscos através do planejamento das auditorias internas baseado em fatores de risco (materialidade, criticidade e relevância). Por meio da avaliação sistemática e objetiva dos processos de gestão de riscos, a Auditoria Interna pode ajudar a identificar, avaliar e monitorar os riscos relevantes para o IFB.

Ao identificar riscos em revisões de processos finalísticos, de sistemas de informação e dos controles internos, a Auditoria Interna pode identificar padrões e tendências que podem indicar potenciais riscos. Ela também pode avaliar e monitorar riscos a partir de avaliações dos controles internos quanto a sua capacidade de atuação, ou ainda comunicar riscos diretamente à alta administração e às instâncias de integridade.

Outro papel importante na construção e execução da gestão de riscos é exercido pela Unidade de Gestão da Integridade (UGI). No âmbito das atividades da UGI foram mapeadas as práticas institucionais de gestão de riscos e identificadas algumas fragilidades nesta área. Para fortalecer esta e outras ações institucionais, o IFB aderiu ao Programa Transforma Gov, que entre outras ações, pactuou a condução da instituição na construção da Cadeia de Valor Integrada da Educação, na elaboração da Política de Gestão de Riscos e na Gestão de Processos.

A Unidade de Gestão da Integridade iniciou ações de sensibilização junto aos grupos da alta e da média gestão, com o intuito de engajar a comunidade para a participação da construção e execução da Gestão de Riscos. Esta ação foi inspirada pelo relatório “Modernizando a avaliação dos riscos para a integridade no Brasil: rumo a uma abordagem comportamental e orientada por dados” da Organização para a Cooperação

e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com a implementação dessas metodologias e boas práticas, os resultados do trabalho desenvolvido no âmbito do Programa Transforma Gov poderão ser absorvidos e reproduzidos com maior efetividade tanto na gestão de riscos, quanto em outros processos que compõem a Governança Institucional.

12.1 GESTÃO DE RISCOS DO PDI

A Gestão de Riscos para o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFB deve ser articulada com o monitoramento dos indicadores relacionados ao objetivo de aprimorar a governança institucional. Ao monitorar o índice de metas alcançadas, o índice de efetividade do Plano de Providências, e o Percentual de atendimento às recomendações decorrentes dos relatórios de avaliações internas e externas, é possível extrair dados e informações que permitam identificar, avaliar, monitorar e comunicar riscos ao alcance de objetivos, além de riscos que possam impedir a execução de programas, planos e políticas de desenvolvimento institucional.

Esta articulação deve ocorrer também com a Unidade de Gestão da Integridade e com a Auditoria Interna, que devem auxiliar na gestão de riscos para o Plano de Desenvolvimento Institucional. Essas unidades podem auxiliar na identificação dos riscos que afetam o sucesso da implementação do plano, na avaliação do impacto dos riscos no desempenho do plano, no desenvolvimento de planos de tratamento para mitigar ou eliminar os riscos identificados, e na avaliação e monitoramento das estratégias de tratamento, além de poderem comunicar de forma transparente e tempestiva sobre os riscos aos envolvidos na execução do Plano de Desenvolvimento Institucional.

O processo de mapeamento de riscos do PDI 2024-2030 será conduzido de forma integrada e participativa, envolvendo as Direções-Gerais de Campus, Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas, Gabinete da Reitoria e respectivas equipes. Esse processo compreenderá as etapas de identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos que possam impactar o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

A identificação dos riscos deverá considerar potenciais eventos que possam comprometer o desempenho dos indicadores estabelecidos para cada objetivo pactuado no PDI.

As ações estabelecidas na Matriz de Riscos serão implementadas e monitoradas

pelos gestores responsáveis, conforme a demanda específica de cada unidade.

Adicionalmente, no momento da elaboração do Planejamento Anual, os gestores das unidades deverão considerar os resultados do mapeamento de riscos como subsídio para a definição de ações que assegurem o cumprimento da missão institucional e promovam a eficácia e a qualidade da gestão.

12.2 GESTÃO DE RISCOS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

A gestão de riscos é parte integrante do Plano de Desenvolvimento de Pessoas. O plano de riscos do PDP compreende os seguintes elementos: eventos de riscos, avaliação do grau dos riscos, definição das respostas e medidas de controle.

A partir da identificação, o grau do evento de risco é definido por meio da relação entre a probabilidade do risco acontecer e seu respectivo impacto.

Uma vez definida a classificação do evento de risco, seu gerenciamento se dá pela definição do grau de tolerância e da estratégia de resposta seguido das medidas a serem adotadas e das ações de monitoramento.

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFB é um instrumento de elaboração anual que vigorará no exercício seguinte e possui a finalidade de especificar as ações de desenvolvimento fundamentais à consecução dos objetivos institucionais.

Nesse sentido, a gestão de riscos do referido plano está em constante atualização.

12.3 PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A gestão de riscos é o processo de identificação, avaliação e priorização dos riscos potenciais ao qual a organização está sujeita, bem como a implementação de medidas para mitigar esses riscos. Portanto, busca-se maximizar a probabilidade de ocorrência dos eventos positivos, minimizar a probabilidade de ocorrência dos eventos negativos (ameaças) e planejar respostas para minimizar o impacto da ocorrência dos riscos negativos.

Todos esses aspectos também se aplicam ao gerenciamento de riscos na perspectiva tecnológica. Assim, o documento de Gestão de Riscos do PDTIC foi construído de forma a contemplar as seguintes ações basilares:

- Identificar e registrar os possíveis riscos que podem afetar a execução das metas e das ações planejadas;

- Analisar os riscos identificados, avaliando-os com relação a probabilidade de ocorrência e o impacto no PDTIC;
- Planejar as ações que possam ampliar as oportunidades e reduzir as ameaças que comprometam as metas e ações planejadas;
- Identificar os possíveis eventos que transformam um risco em um problema (gatilho);
- Planejar as ações formais a serem tomadas em caso de ocorrência dos riscos (resposta ao risco);
- Definir os responsáveis pelo tratamento do risco.

Como os fatores críticos são condições ou variáveis que, caso ocorram, podem inviabilizar ou prejudicar os resultados institucionais, buscou-se, considerando o ambiente de atuação, identificar as condições que precisam, necessariamente, ser satisfeitas para que a execução do PDTIC tenha sucesso.

Portanto, os riscos para cada uma das ações previstas no PDTIC foram identificados, a partir da SWOT, e foi realizada uma análise quantitativa desses riscos, buscando estimar sua probabilidade e impacto. A partir de então, foram definidos, preliminarmente, quais riscos têm maior relevância (criticidade mais elevada) e as respostas/tratamento (mitigar, evitar, aceitar e transferir) para cada um deles.

O Comitê de Governança Digital cancelou o Plano de Gestão de Riscos de TIC, o qual corresponde ao Anexo IV do PDTIC 2025-2030, e que pode ser acessado por meio deste [link](#).

13 PROCESSO DE MONITORAMENTO, CONTROLE E REVISÃO DO PDI

O processo de monitoramento, controle e revisão do PDI se dará anualmente, de modo a favorecer o ajuste/atualização de conteúdo durante a sua vigência. Esse processo ocorrerá por meio da aplicação de três importantes instrumentos a saber: Relatório de avaliação dos resultados do PDI; Plano de Providências; e pelo processo de Revisão do PDI propriamente dito.

13.1 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PDI

O Relatório de Avaliação dos Resultados do PDI (RARPDI) foi concebido como parte do processo de elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Seu intuito é o de realizar um balanço de avaliação da execução do PDI, findado cada ano de sua execução, de forma objetiva e concisa, por meio dos indicadores que o compõem.

O processo de avaliação do PDI é fundamental para criar um diagnóstico do planejamento estratégico da instituição ao longo do seu período de vigência e representa importante insumo no processo contínuo de melhoria e aperfeiçoamento das rotinas gerenciais do IFB. É o diagnóstico das forças e fraquezas identificadas e mapeadas por meio dos seus indicadores de gestão.

Com este diagnóstico é possível traçar os direcionamentos a serem seguidos ao longo da execução deste PDI e na elaboração de um novo, evitando cometer erros identificados no passado e reforçar os acertos como benchmarking para a elaboração de novos indicadores e planos de gestão.

Para os propósitos deste relatório de avaliação, a metodologia utilizada será baseada em duas métricas, quais sejam:

- Performance do indicador;
- Pontuação global do indicador.

Para indicadores com polaridade positiva (quanto maior, melhor), a performance é medida pela diferença relativa entre o Resultado (Grau atingido) e o Centro da Meta (Grau Pré-estabelecido), considerando o exato atingimento como 100%.

$$\text{Performance (Polaridade Positiva)} = \left(\frac{\text{Resultado do Indicador}}{\text{Meta do Indicador}} \right) \times 100$$

Para indicadores com polaridade negativa (quanto menor, melhor), a performance é medida pela diferença relativa entre o Centro da Meta (Grau Pré-estabelecido) e o Resultado (Grau atingido), considerando o exato atingimento como 100%.

$$\text{Performance (Polaridade Negativa)} = \left(\frac{\text{Meta do Indicador}}{\text{Resultado do Indicador}} \right) \times 100$$

Já a pontuação global do indicador é calculada pelo somatório de pontos individuais obtidos pelo indicador ao se alcançar a performance de 100% (cem por cento) ou mais, para cada ano de vigência do PDI em que ele foi calculado e para cada unidade administrativa do IFB em que ele é calculado.

Em termos matemáticos:

$$s(p(x)) = \begin{cases} \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^t \sum_{k=1}^n p(x)_{ijk}, & \text{se } x \geq 100\% \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

em que:

$s(p(x))$ = pontuação global do indicador

i = número de indicadores no PDI, com $1 \leq i \leq m$

j = número de anos em que o indicador foi apurado no PDI, com $1 \leq j \leq t$

k = número de unidades para as quais o indicador foi apurado, com $1 \leq k \leq n$

x = performance apurada pelo indicador

$p(x)$ = pontuação apurada pelo indicador

em que:

$$p(x) = \begin{cases} 1, & \text{se } x \geq 100\% \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

Para cada cálculo da **pontuação global do indicador**, é realizado também o cálculo da sua pontuação em termos percentuais, que é dada pela diferença relativa entre o números de pontos obtidos pelo indicador e o número máximo de pontos passíveis de serem obtidos.

Uma classificação é atribuída ao resultado percentual da **pontuação global do indicador** com as seguintes categorias:

- Ruim
- Regular
- Bom
- Muito Bom

Desta forma, as categorias foram atribuídas de acordo com os seguintes critérios:

Quadro 66 - Critérios de classificação da Pontuação Global do Indicador

Categoria	Critério
Ruim	Pontuação Global Percentual menor ou igual a 25%
Regular	Pontuação Global Percentual maior que 25% e menor ou igual a 50%
Bom	Pontuação Global Percentual maior que 50% e menor ou igual a 75%
Muito Bom	Pontuação Global Percentual maior que 75%

Como exemplo de ilustração da aplicação da metodologia, imagine a seguinte situação hipotética: Um indicador foi apurado em 3 anos do PDI (2019, 2020 e 2021), somente para o IFB como um todo (1 unidade administrativa) e obteve performance de 100% ou mais em 2019 e 2020 apenas. Neste caso, a pontuação global do indicador seria de:

$$s(p(x)) = p(x_{111}) + p(x_{121}) + p(x_{131}) = 1 + 1 + 0 = 2$$

em que:

x_{111} = pontuação do indicador um, no ano um, para a unidade administrativa um;

x_{121} = pontuação do indicador um, no ano dois, para a unidade administrativa um;

x_{131} = pontuação do indicador um, no ano três, para a unidade administrativa um.

Ou seja, a pontuação do indicador foi de 2 pontos, em um total de 3 pontos possíveis e, em termos percentuais, atingiu a pontuação de 66,67%. Esta é uma forma objetiva de medir o desempenho deste indicador ao longo do período de vigência do PDI em que ele foi apurado.

Os relatórios completos aplicados ao PDI, podem ser acessados [aqui](#).

13.2 PLANO DE PROVIDÊNCIAS

O Plano de Providências (PP) é um documento elaborado pelo Dirigente máximo da unidade administrativa, que formaliza as ações que serão adotadas para alavancar o desempenho da unidade no tocante ao atingimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFB, e que não foram

alcançadas no exercício de referência, tendo o seu desempenho demonstrado no Relatório de Gestão. Ressalta-se que o Plano de Providências foi idealizado para atender a uma recomendação do Conselho Superior - CS quando da aprovação do Relatório de Gestão de 2019. Àquela época o CS sentiu falta de um instrumento que possibilitasse o monitoramento mais acurado dos indicadores cujas metas não estavam sendo atingidas.

Os principais objetivos do PP são:

- Aprimorar procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial;
- Apoiar o Gestor na condução das atividades administradas, proporcionando-lhe a oportunidade de corrigir falhas ou minimizá-las;
- Contribuir para a efetividade das ações de controle; e
- Contribuir para o aperfeiçoamento do desempenho da Instituição.

Em complemento ao PP, é divulgado, no ano subsequente à sua elaboração, o Relatório do Plano de Providências (RPP), que tem por objetivo apresentar os resultados do Plano de Providências como forma de acompanhamento das medidas adotadas para o atingimento das metas dispostas no PDI. O conteúdo do Plano de Providências de cada ano e dos Relatórios dos Planos de Providências podem ser acessados [aqui](#).

13.3 METODOLOGIA DE REVISÃO DO PDI

Considerando o período de vigência deste PDI ser um pouco mais extenso que os PDI's anteriores (antes cinco e agora sete anos), a magnitude e a complexidade do documento, bem como o dinamismo que envolve os seus temas, faz-se necessário contemplar, tempestivamente, as mudanças vivenciadas pela instituição durante a sua execução. Dessa forma, fica estabelecida a periodicidade de revisão do PDI como anual.

A revisão será realizada do ponto de vista técnico, ou seja, realizar-se-á apenas ajustes do que já está previsto no PDI. A equipe da CGPL/DRPO realizará encontros de "tira dúvidas" com as Unidades Administrativas, auxiliando assim em todo o processo.

A coleta das informações se dará por meio de questionários do Google Forms e os responsáveis pelo preenchimento serão os gestores responsáveis das seguintes unidades administrativas do IFB: Gabinete da Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Direção Geral dos *campi*.

As revisões anuais deverão ocorrer no período de abril a julho de cada ano de vigência do PDI, excetuando-se os anos de 2024, 2029 e 2030, tendo em vista que 2024 é o primeiro ano de vigência do documento e junho/2029 a julho/2030 se dará o processo de construção do próximo PDI. Dessa forma, fica estabelecido o seguinte cronograma de revisão:

Quadro 67 - Cronograma de revisões

1ª Revisão	2ª Revisão	3ª Revisão	4ª Revisão
2025	2026	2027	2028
abril a julho	abril a julho	abril a julho	abril a julho

O escopo de revisão do PDI abarcará 5 blocos básicos de informações, quais sejam:

1. Atualização de legislação interna ou externa ao IFB e que foi citada no PDI;
2. Erros de escrita;
3. Complementação/Adequação/Atualização textual de tópicos que já estão no PDI;
4. Indicador, se constatado falta de utilidade de seu cálculo para fins de monitoramento do planejamento estratégico (obsolescência do indicador) ou sua revisão;
5. Meta se foi apurada uma performance acima de 150% ou abaixo de 50%. (Calibragem);

O processo de calibragem das metas será realizado segundo o seguinte critério:

● **Indicadores com polaridade positiva:**

Se Performance do Indicador $\geq 150\%$

Calibragem = Meta Atual + (Resultado do Indicador – Meta Atual) + 0,10 × Resultado do Indicador

Se Performance do Indicador $\leq 50\%$

Calibragem = Meta Atual – (Meta Atual – Resultado do Indicador) + 0,10 × Resultado do Indicador

- **Indicadores com polaridade negativa:**

Se Performance do Indicador $\geq 150\%$

$$\text{Calibragem} = \text{Meta Atual} - (\text{Meta Atual} - \text{Resultado do Indicador}) - 0,10 \times \text{Resultado do Indicador}$$

Se Performance do Indicador $\leq 50\%$

$$\text{Calibragem} = \text{Meta Atual} + (\text{Resultado do Indicador} - \text{Meta Atual}) - 0,10 \times \text{Resultado do Indicador}$$

Exemplo 1 - Calibragem para performance acima de 150%: suponha que a meta atual seja de 100 unidades e o resultado do indicador (exemplo válido para indicadores de polaridade positiva) seja de 200 unidades. Nesse caso, a performance seria de 200% $[(200/100) \times 100]$, o que significa que é necessário calibrar a meta. A calibragem seria:

$$\text{Calibragem} = 100 + (200 - 100) + 0,10 \times 200 = 220 \text{ unidades.}$$

Exemplo 2 - Calibragem para performance abaixo de 50%: suponha que a meta atual seja de 100 unidades e o resultado do indicador (exemplo válido para indicadores de polaridade positiva) seja de 40 unidades. Nesse caso, a performance seria de 40% $[(40/100) \times 100]$, o que significa que é necessário calibrar a meta. A calibragem seria:

$$\text{Calibragem} = 100 - (100 - 40) + 0,10 \times 40 = 44 \text{ unidades.}$$

Os indicadores que tiverem suas metas calibradas, automaticamente, terão suas metas subsequentes ajustadas a partir desse novo referencial. Quando as metas forem constantes ao longo dos anos subsequentes, esse novo referencial será adotado. Quando as metas tiverem incrementos anuais, tais incrementos serão aplicados a partir desse novo referencial.

Exemplo 3 - Estabelecimento de metas a partir da calibragem: suponha que a meta anterior era de 100 unidades e, após a calibragem, foi ajustada para 220 unidades devido à performance superior a 150%. Se nos anos subsequentes a meta for constante, ela continuará sendo de 220 unidades. Porém, se houver incrementos anuais, esses incrementos serão aplicados a partir desse novo referencial de 220 unidades.

Por exemplo, se a meta do ano seguinte tiver um incremento de 5%, a nova meta seria de 231 unidades $[(220 \times 5\%) + 220]$. Esse ajuste é feito para garantir que a meta continue desafiadora, mas também factível de ser alcançada, considerando a nova referência estabelecida pela calibragem.

Para os casos de indicadores que versam sobre percentual de execução de ações ou índice de execução de ações, em que o valor máximo apurado para o indicador está limitado a 100% (cem por cento), o processo de calibragem assumirá esse valor como o teto máximo da meta toda vez que a calibragem fornecer um resultado maior ou igual a 100% (cem por cento).

Exemplo 4 - Regra do teto máximo para indicadores limitados a 100%: Suponha que a meta para um indicador de percentual de execução de ações seja de 50%. No final do período de medição, o resultado do indicador foi de 95%. Isso significa que a performance do indicador foi de 190% $((95/50)*100)$.

Calibragem = $50\% + (95\% - 50\%) + 0,10 \times 95\%$

Calibragem = $50\% + 45\% + 9,5\%$

Calibragem = 104,5%

Assim, a nova meta será de 104,5%. Como essa meta é superior ao valor máximo possível para esse tipo de indicador (que é 100%), a meta será ajustada para 100%, que passa a ser o teto máximo da meta.

Cabe ressaltar que o processo de calibragem só será realizado para aqueles indicadores que não possuem meta estabelecida em lei.

REFERÊNCIAS

ABNT. 9077 - Saídas de emergência em edifícios - NBR 9077:1993. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**, 1993. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/NBR_9077_Sa%C3%ADdas_de_emerg%C3%Aancia_em_edif%C3%ADcios-2001.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

ABNT. 13994 - Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência - NBR 13994:1999. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**, 1999. Disponível em: <<https://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/NBR%2013994.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

ABNT. 16537 - Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e Instalação - ABNT NBR 16537:2016. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**, 2016. Disponível em: <https://www.totalacessibilidade.com.br/pdf/Norma_Sinaliza%C3%A7%C3%A3o_T%C3%A1til_No_Piso_Piso_T%C3%A1til_Total_Acessibilidade.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

ABNT. 9050 - ABNT NBR- Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - 9050:2020. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**, 2020. Disponível em: <https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

ARANHA, M. L. D. A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais**, Brasília, 11 Dezembro 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Lei Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências**, 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745cons.htm>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília, 20 Dezembro 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**, 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm#:~:text=Nas%20edifica%C3%A7%C3%B5es%20de%20uso%20p%C3%ABlico,t%C3%A9cnicas%20de%20acessibilidade%20da%20ABNT>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Lei Nº 10.973, de 2 De Dezembro de 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências**, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências**, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. DECRETO Nº 5.773 DE 09 DE MAIO DE 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior**

e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, 2006. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5773&ano=2006&ato=453UTTU50MRpWT4ac>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena",** 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências,** 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 7.313, de 22 de setembro de 2010. **Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia,** 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7313.htm#:~:text=lei%20or%C3%A7ament%C3%A1ria%20anual.-,art.,Despesas%20Correntes%20e%20de%20Capital>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em: 25 mai. 2025.

BRASIL. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências,** 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 04 abr. 2023.

BRASIL. LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências, 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm>. Acesso em: 04 abr. 2023.

BRASIL. *Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024.* **Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm>. Acesso em: 25 mai. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 9.057, de 25 de Maio de 2017. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,** 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino,** 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD),** 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em:

05 abr. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento,** 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.991%2C%20DE%2028%20DE%20AGOSTO%20DE%202019&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,afastamentos%20para%20a%C3%A7%C3%B5es%20de%20desenv. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 10.506, de 2 de outubro de 2020.

Altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10506.htm. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação, Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 360, de 18 de Maio de 2022,** 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-360-de-18-de-maio-de-2022-401082263> >. Acesso em: 05 abr. 2023.

CIAVATTA, M. **Formação integrada caminhos para a construção de uma escola para os que vivem do trabalho.** In: SEED. O Ensino Médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná. Curitiba: SEED - PR, 2008.

CNE, C. N. D. E. -. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,** 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> >. Acesso em: 04 abr. 2023.

CNE, C. N. D. E. -. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio,** 2012. Disponível em:

<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CNE, C. N. D. E.-. Resolução N° 2, De 1º De Julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

CODEPLAN. Retratos sociais 2018. **População jovem no DF: Educação, trabalho e renda**, 2018. Disponível em: <<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Sum%C3%A1rio-Executivo-o-Popula%C3%A7%C3%A3o-jovem-do-Distrito-Federal-2018.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

FAZENDA, I. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1979.

GUSTAVO HENRIQUE MORAES, E. A. **Plataforma Nilo Peçanha: guia de referência metodológica**. Brasília: Evobiz, 2020.

IFB. RESOLUÇÃO N° 19-2009/RIFB. **Altera estrutura organizacional do Instituto**, 2009. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/1699_RESOLU%c3%87%c3%83O%20uN%c2%ba%2019-2009GABIFB-Reitoria%20-%20Altera%20estrutura%20organizacional%20do%20IFB.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

IFB. Resolução N° 022/2010 - RIFB. **Aprova a Norma Geral do Programa de Concessão de Bolsas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional no âmbito do Instituto Federal de Brasília**, 2010. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/2017_Resolu%c3%a7%c3%a3o%20x.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

IFB. Resolução N° 023/2010 - RIFB. **Aprova a norma geral para a submissão e realização dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do Instituto Federal de Brasília e aprova seu regimento**, 2010. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/2017_Resolu%c3%a7%c3%a3o%20z.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

IFB. Resolução N° 017 - 2012/CS-IFB. **Cria os Programas Institucionais de Apoio à**

Pesquisa e à Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB e dá outras providências, 2012. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/attachments/2939_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20RIFB_017_2012_Cria%20os%20programas%20institucionais%20de%20apoio%20%C3%A0%20pesquisa%20e%20%C3%A0%20extens%C3%A3o.pdf. Acesso em: 04 maio 2023.

ANEXOS

ANEXO I – FICHA TÉCNICA DOS INDICADORES

A ficha técnica dos indicadores é o conjunto de características que um indicador do PDI possui que possibilita seu cômputo. Ela é composta pelos seguintes itens:

- Nome do Indicador;
- Objetivo do Indicador;
- Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa);
- Fórmula do Indicador;
- Glossário de Termos do Indicador;
- Fonte de Dados;
- Meta Anual;
- Recorte de Cálculo;
- Responsável pela Apuração do Resultado;
- Responsável pela Meta.

A seguir detalha-se cada um dos itens que compõem a ficha técnica:

Nome do Indicador: Item destinado a informar o título do indicador. O título deve ser o mais conciso possível e refletir o objetivo do indicador.

Objetivo do Indicador: Item destinado a informar o objetivo do indicador. O objetivo deve informar qual o intuito do indicador, o que ele deseja medir e a qual propósito ele serve.

Polaridade do Indicador: Item destinado a informar a polaridade do indicador. Neste item deve ser informado se o indicador possui polaridade positiva, quanto maior melhor, ou polaridade negativa, quanto menor melhor.

Fórmula de Cálculo do Indicador: Item destinado a informar a fórmula matemática de cálculo do indicador. A fórmula de cálculo deve ser precisa e incluir todas as variáveis necessárias ao cálculo do indicador.

Glossário de Termos do Indicador: Item destinado a informar o significado de cada termo que compõe o indicador. Este item deve expor de forma clara e didática o que quer dizer cada item necessário ao cálculo do indicador, de modo que qualquer leitor possa compreender as variáveis que constituem o indicador.

Fonte de Dados: Item destinado a informar a fonte de dados do indicador. Todo indicador deve ter sua fonte de dados descrita, de modo que qualquer pessoa de posse da fórmula de cálculo, do glossário de termos e dos dados possa reproduzir os resultados do indicador. Todo indicador deve ser reproduzível.

Meta Anual: Item destinado a informar as metas anuais de cada indicador. A meta são os valores que se deseja que os indicadores atinjam. A meta deve ser específica, mensurável, atingível, relevante e temporal.

Recorte de Cálculo: Item destinado a informar o espectro de cálculo do indicador. Este item deve conter a informação dos extratos de cálculo do indicador conforme as seguintes categorias:

- indicador será calculado somente para o IFB;
- indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus *campi*;
- indicador será calculado para o IFB, cada um de seus *campi* e reitoria;
- indicador será calculado somente para os *campi*.

Responsável pela Apuração do Resultado: Item destinado a informar a unidade administrativa que é responsável pelo cômputo do resultado do indicador.

Responsável pela Meta: Item destinado a informar a(s) unidade(s) que são responsáveis pelo desempenho do indicador.

1. Desenvolvimento de Pessoas

1.1 Promover o desenvolvimento de pessoas e a qualidade de vida no trabalho

1.1.1 - Índice de Titulação do Corpo Docente

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Índice de Titulação do Corpo Docente
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede a titulação média dos professores efetivos do IFB.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$ITCD = \left[\frac{(DG \times 1) + (DA \times 2) + (DE \times 3) + (DM \times 4) + (DD \times 5)}{TDE} \right]$
Glossário de Termos do Indicador:	ITCD: Índice de Titulação do Corpo Docente (DG)+(DA x 2)+(DE x 3)+(DM x 4)+(DD x 5): Quantidade de Docentes efetivos Graduados (DG) multiplicado pelo “peso” 1, somado à quantidade de Docentes efetivos Aperfeiçoados (DA) multiplicado pelo “peso” 2, somado à quantidade Docentes efetivos Especialistas (DE) multiplicado pelo “peso” 3, somado à quantidade Docentes efetivos Mestres (DM) multiplicado pelo “peso” 4, somado à quantidade Docentes efetivos

Item	Conteúdo
	Doutores (DD) multiplicado pelo “peso” 5. TDE: Quantidade total de professores efetivos afastados ou não.
Fonte de Dados:	SIAPE
Meta Anual:	4,4 no primeiro ano, com acréscimo de 0,1 a cada ano, atingindo o valor de 5 ao final de 7 anos.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRGP
Responsável pela Meta:	PRGP

1.1.2 - Índice de Titulação dos Servidores TAE

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Índice de titulação dos servidores TAE
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede a titulação média dos Técnico-Administrativos em Educação efetivos do IFB.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$ITSTAE = \left[\frac{(TEF \times 0,5) + (TEM \times 0,75) + (TGA \times 1) + (TAP \times 2) + (TES \times 3) + (TME \times 4) + (TDO \times 5)}{TTAEE} \right]$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>ITSTAE: Índice de titulação dos servidores TAE</p> <p>TEF: Quantidade de técnicos efetivos com Ensino Fundamental multiplicado pelo “peso” 0,5.</p> <p>TEM: Quantidade de técnicos efetivos com Ensino Médio multiplicado pelo “peso” 0,75.</p> <p>TGA: Quantidade de técnicos efetivos com Graduação multiplicado pelo “peso” 1.</p> <p>TAP: Quantidade de técnicos efetivos com Aperfeiçoamento multiplicado pelo “peso” 2.</p> <p>TES: Quantidade de técnicos efetivos com Especialização multiplicado pelo “peso” 3.</p> <p>TME: Quantidade de técnicos efetivos com Mestrado multiplicado pelo “peso” 4.</p> <p>TDO: Quantidade de técnicos efetivos com Doutorado multiplicado pelo “peso” 5.</p> <p>TTAEE: Quantidade total de técnicos efetivos afastados ou não.</p>
Fonte de Dados:	SIAPE
Meta Anual:	2,8 no primeiro ano, com acréscimo de 0,1 a cada ano, atingindo o valor de 3,4 ao final de 7 anos.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.

Item	Conteúdo
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRGP
Responsável pela Meta:	PRGP

1.1.3 - Percentual de servidores ativos capacitados em ações de desenvolvimento previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFB do ano corrente.

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de servidores ativos capacitados em ações de desenvolvimento previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFB do ano corrente.
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede o percentual de servidores ativos que realizaram capacitações ofertadas pelo IFB e pela ENAP, em relação ao total de servidores ativos no IFB no ano corrente.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$PSC = \left(\frac{QSC}{QSA} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>PSC: Percentual de servidores ativos no IFB capacitados no ano corrente.</p> <p>QSC: Quantidade de servidores ativos no IFB capacitados no ano corrente.</p> <p>QSA: Quantidade de servidores ativos no IFB no ano corrente.</p>
Fonte de Dados:	Capacitações ofertadas/contratadas pelo IFB e capacitações realizadas junto a ENAP
Meta Anual:	33% ao longo de todos os anos de vigência do PDI após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRGP
Responsável pela Meta:	PRGP

1.1.4 - Percentual de implementação da Política de Qualidade de Vida no Trabalho

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Índice de execução da Política de Qualidade de Vida no Trabalho
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede o percentual de implementação da Política de Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito do IFB

Item	Conteúdo
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$IE_{PQVT} = \left(\frac{QAE_{PQVT}}{QAP_{PQVT}} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>IE_{PQVT}: Índice de execução da Política de Qualidade de Vida no Trabalho.</p> <p>QAE_{PQVT}: Quantidade de Ações Executadas na Política de Qualidade de Vida no Trabalho.</p> <p>QAP_{PQVT}: Quantidade de Ações Previstas na Política de Qualidade de Vida no Trabalho para o ano corrente.</p>
Fonte de Dados:	Sistema de Gestão Integrado - SGI
Meta Anual:	2024 - 15% 2025 - 44% 2026 - 44% 2027 - 44% 2028 - 44% 2029 - 44% 2030 - 39% Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRGP
Responsável pela Meta:	PRGP

2. Processos Internos

2.1 Manutenir e modernizar a infraestrutura física e tecnológica

2.1.1 - Índice de execução do PDTIC

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Índice de execução do PDTIC
Objetivo do Indicador:	Verificar o percentual anual de execução das ações previstas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC e/ou priorizadas pelo CGD.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$IE_{PDTIC} = \left(\frac{NAE_{PDTIC}}{NAP_{PDTIC}} \right) \times 100$

Item	Conteúdo
Glossário de Termos do Indicador:	<p>IE_{PDTIC}: Índice de Execução do PDTIC.</p> <p>NAE_{PDTIC}: número de ações executadas dentro do período de análise. Serão observadas execuções parciais e totais. Sendo que, para ações com execução parcial serão consideradas suas frações e para ações com execução total serão contabilizados como inteiro.</p> <p>NAP_{PDTIC}: número de ações previstas no PDTIC e/ou priorizadas pelo CGD para o ano.</p>
Fonte de Dados:	https://gti.ifb.edu.br
Meta Anual:	Executar anualmente, no mínimo, 80% das ações previstas no PDTIC e/ou priorizadas pelo CGD.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	DTIC
Responsável pela Meta:	DTIC

2.1.2 - Índice de execução do plano diretor de infraestrutura (PDIF)

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Índice de execução do plano diretor de infraestrutura (PDIF)
Objetivo do Indicador:	Medir as execuções de ações previstas no Plano Diretor de Infraestrutura
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$IE_{PDIF} = \frac{\left(\frac{NAE_{PDIF_1}}{NAP_{PDIF_1}} \right) \times 10 + \left(\frac{NAE_{PDIF_2}}{NAP_{PDIF_2}} \right) \times 10 + \left(\frac{NAE_{PDIF_3}}{NAP_{PDIF_3}} \right) \times 100}{3}$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>IE_{PDIF}: Índice de execução do plano diretor de infraestrutura (PDIF).</p> <p>NAE_{PDIF_1}: número de ações executadas no eixo de construção/ampliação. Serão observadas execuções parciais e totais. Sendo que, para ações com execução parcial serão consideradas suas frações e para ações com execução total serão contabilizados como inteiro.</p> <p>NAE_{PDIF_2}: número de ações executadas no eixo de adequações/reformas. Serão observadas execuções parciais e totais. Sendo que, para ações com execução parcial serão consideradas suas frações e para ações com execução total serão contabilizados como inteiro.</p> <p>NAE_{PDIF_3}: número de ações de rotinas de inspeção e manutenção implantadas nas unidades.</p> <p>NAP_{PDIF_1} = número de ações previstas no eixo de construção/ampliação.</p> <p>NAP_{PDIF_2}: número de ações previstas no eixo de</p>

Item	Conteúdo
	adequações/reformas. NAP_{PDI 3} : número de ações previstas para as rotinas de inspeção e manutenção.
Fonte de Dados:	SIG
Meta Anual:	99% ao longo de todos os anos de vigência do PDI, após o processo de calibragem de 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRAD
Responsável pela Meta:	PRAD

2.2 Aprimorar as parcerias institucionais

2.2.1 - Percentual de Ações de Extensão com Parcerias Institucionais Vigentes

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de Ações de Extensão com Parcerias Institucionais Vigentes
Objetivo do Indicador:	Mensurar a porcentagem de ações de extensão (independentemente da modalidade: Projeto, Programa, Curso, Evento ou Prestação de Serviço) executadas no âmbito de convênios, contratos e acordos institucionais.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$\%AEP = \left(\frac{NACCA}{NAE} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	NACCA: Quantidade de ações de extensão executadas no âmbito de convênios, contratos e acordos vigentes no ano. NAE: Quantidade total de ações de extensão em execução no ano.
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Extensão institucional e Setor de Relações Interinstitucionais).
Meta Anual:	2024 - 20%; 2025 - 39,29%; 2026 - 41,29%; 2027 - 43,29%; 2028 - 45,29%; 2029 - 47,29%; 2030 - 47,29% Metas ajustadas após o processo de calibragem em

Item	Conteúdo
	2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREX
Responsável pela Meta:	PREX/CAMPI

2.2.2 - Percentual de estudantes em estágio obrigatório

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de Estudantes em Estágio Obrigatório
Objetivo do Indicador:	Mensurar a porcentagem de estudantes que realizam estágio obrigatório, previsto no PPC do respectivo curso, com relação ao total de estudantes da instituição.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$EEO [\%] = \left(\frac{NEEO}{NTEO} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>EEO [%]: Percentual de Estudantes em Estágio Obrigatório.</p> <p>NEEO: Número de estudantes em Estágio Obrigatório.</p> <p>NTEO: Número total de estudantes matriculados em cursos com exigência de Estágio Obrigatório.</p>
Fonte de Dados:	Sistema de monitoramento de área (Estágios) e Plataforma Nilo Peçanha
Meta Anual:	2024 - 10%; 2025 - 2,5%; 2026 - 2,5%; 2027 - 2,5%; 2028 - 2,5%; 2029 - 2,5%; 2030 - 2,5%. Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREX
Responsável pela Meta:	PREX/CAMPI

2.2.3 - Percentual de estudantes em estágio não obrigatório

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de estudantes em estágio não obrigatório
Objetivo do Indicador:	Mensurar a porcentagem de estudantes que realizam estágio não obrigatório, com relação ao total de estudantes da instituição.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$EENO [\%] = \left(\frac{NEENO}{NTE} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>EENO [%]: Percentual de estudantes em estágio não obrigatório.</p> <p>NEENO: Número de estudantes em Estágio Não Obrigatório.</p> <p>NTE: Número total de estudantes matriculados.</p>
Fonte de Dados:	Sistema de monitoramento de área (Estágios) e Plataforma Nilo Peçanha
Meta Anual:	2024 - 20%; 2025 - 3,43%; 2026 - 5,43%; 2027 - 7,43%; 2028 - 9,43%; 2029 - 11,43%; 2030 - 11,43%. Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREX
Responsável pela Meta:	PREX/CAMPI

2.3 Aprimorar a governança institucional com o intuito de atingir os objetivos estratégicos do PDI

2.3.1 - Índice de Metas Alcançadas

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Índice de Metas Alcançadas
Objetivo do Indicador:	Mensurar a capacidade do IFB em atingir as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Item	Conteúdo										
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva										
Fórmula do Indicador:	$s(p(x)) = \begin{cases} \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^t \sum_{k=1}^n p(x)_{ijk}, & \text{se } x \geq 100\% \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$ <p>em que:</p> $p(x) = \begin{cases} 1, & \text{se } x \geq 100\% \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$										
Glossário de Termos do Indicador:	<p>em que:</p> <p>$s(p(x))$ = pontuação global do indicador i = número de indicadores no PDI, com $1 \leq i \leq m$ j = número de anos em que o indicador foi apurado no PDI, com $1 \leq j \leq t$ k = número de unidades para as quais o indicador foi apurado, com $1 \leq k \leq n$ x = performance apurada pelo indicador $p(x)$ = pontuação apurada pelo indicador</p> <table> <thead> <tr> <th>Categoria</th><th>Critério</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ruim</td><td>Pontuação Global Percentual menor ou igual a 25%</td></tr> <tr> <td>Regular</td><td>Pontuação Global Percentual maior que 25% e menor ou igual a 50%</td></tr> <tr> <td>Bom</td><td>Pontuação Global Percentual maior que 50% e menor ou igual a 75%</td></tr> <tr> <td>Muito Bom</td><td>Pontuação Global Percentual maior que 75%</td></tr> </tbody> </table>	Categoria	Critério	Ruim	Pontuação Global Percentual menor ou igual a 25%	Regular	Pontuação Global Percentual maior que 25% e menor ou igual a 50%	Bom	Pontuação Global Percentual maior que 50% e menor ou igual a 75%	Muito Bom	Pontuação Global Percentual maior que 75%
Categoria	Critério										
Ruim	Pontuação Global Percentual menor ou igual a 25%										
Regular	Pontuação Global Percentual maior que 25% e menor ou igual a 50%										
Bom	Pontuação Global Percentual maior que 50% e menor ou igual a 75%										
Muito Bom	Pontuação Global Percentual maior que 75%										
Fonte de Dados:	SGI										
Meta Anual:	Regular no primeiro ano (50%), Bom nos três anos seguintes (60%, 65%, 75%) e Muito Bom nos três anos finais de vigência do PDI (80%, 85%, 90%) .										
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.										
Responsável pela Apuração do Resultado:	DRPO										
Responsável pela Meta:	DRPO/CGPL										

2.3.2 - Índice de Efetividade do Plano de Providências

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Índice de Efetividade do Plano de Providências
Objetivo do Indicador:	Mensurar a capacidade das providências adotadas em proporcionar o atingimento das metas estabelecidas no PDI.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$IE_{pp} [\%] = \left(\frac{NPE}{NTP} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>IE_{pp}: Índice de Efetividade do Plano de Providências.</p> <p>NPE: Número de providências efetivas. Uma providência é considerada efetiva quando o resultado do indicador no ano seguinte for maior que o resultado do indicador no ano da providência e maior ou igual à meta do indicador no ano da providência.</p> <p>NTP: Número total de providências. Conjunto de todas as providências listadas no Plano de Providências (PP).</p>
Fonte de Dados:	SGI
Meta Anual:	30% em 2025 , 40% em 2026 e 2027, 50% em 2028, 60% em 2029 e 70% em 2030. Obs: Este indicador só é calculado a partir do segundo ano do PDI em função da necessidade de se comparar os resultados dos indicadores entre os dois primeiros anos para determinar o critério de efetividade da providência.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	DRPO
Responsável pela Meta:	DRPO/CGPL

2.3.3 - Percentual de atendimento às recomendações decorrentes dos relatórios das avaliações internas e externas (CPA, INEP)

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de atendimento às recomendações decorrentes dos relatórios das avaliações internas e externas (CPA, INEP)
Objetivo do Indicador:	Mensurar quanto das recomendações de melhoria apontadas nos relatórios da CPA e do INEP foram implementadas.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva

Item	Conteúdo
Fórmula do Indicador:	$ARA [\%] = \left(\frac{NRA_{CPA} + NRA_{INEP}}{NRT_{CPA} + NRT_{INEP}} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>ARA [%]: Percentual de atendimento às recomendações decorrentes dos relatórios das avaliações internas e externas (CPA, INEP).</p> <p>NRA_{CPA}: Número de recomendações atendidas provenientes do relatório de avaliação anual da CPA.</p> <p>NRA_{INEP}: Número de recomendações atendidas provenientes do relatório de avaliação de credenciamento do INEP.</p> <p>NRT_{CPA}: Número total de recomendações provenientes do relatório de avaliação anual da CPA.</p> <p>NRT_{INEP}: Número total de recomendações provenientes do relatório de avaliação de credenciamento do INEP.</p>
Fonte de Dados:	SGI
Meta Anual:	40% em 2024 , 100% em 2025, 100% em 2026, 100% em 2027, 100% em 2028, 100% em 2029 e 100% em 2030. Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	DRPO
Responsável pela Meta:	SETORES RESPONSÁVEIS

2.3.4 - Índice de execução da Política de Comunicação do IFB

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Índice de execução da Política de Comunicação do IFB
Objetivo do Indicador:	Promover o aprimoramento da comunicação institucional implementando, acompanhando, avaliando e revisando a Política de Comunicação do IFB com estratégias de comunicação inclusiva e integrada, e fortalecendo a marca IFB.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$IE_{PC} = \left(\frac{NAE_{PC}}{NAP_{PC}} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>IE_{PC}: Índice de execução da Política de Comunicação do IFB.</p> <p>NAE_{PC}: número de ações executadas dentro do período de análise. Serão observadas execuções parciais e totais. Sendo que, para ações com execução parcial serão consideradas suas frações e para ações com execução total serão contabilizados como inteiro.</p>

Item	Conteúdo
	NAP_{pc} : número de ações previstas na Política de Comunicação do IFB.
Fonte de Dados:	SGL
Meta Anual:	50% em 2024 e 100% ao longo dos demais anos de vigência do PDI. Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	DICOM
Responsável pela Meta:	DICOM

3. Resultado

3.1 Assegurar a oferta de cursos gratuitos e de qualidade, integrando ensino, pesquisa, inovação e extensão, alinhados às demandas do mundo do trabalho

3.1.1 - Percentual de Matrículas Equivalentes em Cursos Técnicos

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de Matrículas Equivalentes em Cursos Técnicos
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede o percentual de matrículas equivalentes vinculadas a Cursos Técnicos.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$MeqCT [\%] = \left(\frac{MeqCT}{Meq} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>MeqCT [%]: Percentual de Matrículas Equivalentes em Cursos Técnicos.</p> <p>MeqCT: quantidade de matrículas em Cursos Técnicos que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.</p> <p>Meq: quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.</p>
Fonte de Dados:	PNP (SISTEC / Revalide)
Meta Anual:	Mínimo de 50% - art. 8º da Lei 11.892/2.008 em todos os anos de vigência do PDI.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus campi.

Item	Conteúdo
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.1.2 - Percentual de Matrículas Equivalentes em Formação de Professores

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de Matrículas Equivalente em Formação de Professores
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede o percentual de matrículas equivalentes vinculadas à formação de professores.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$MeqFP [\%] = \left(\frac{MeqFP}{Meq} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>MeqFP [%]: Percentual de Matrículas Equivalente em Formação de Professores.</p> <p>MeqFP: quantidade de matrículas em Cursos destinados à formação de professores que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.</p> <p>Meq: quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.</p>
Fonte de Dados:	PNP (SISTEC / Revalide)
Meta Anual:	Mínimo de 20% - art. 8º da Lei 11.892/2.008 em todos os anos de vigência do PDI.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.1.3 - Percentual de Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de Matrículas Equivalente em Educação de Jovens e Adultos

Item	Conteúdo
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede o percentual de matrículas equivalentes na modalidade EJA, tanto nos cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FIC) quanto nos cursos de educação profissional técnica de nível médio contemplados no programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade EJA.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$MeqEJA [\%] = \left(\frac{MeqEJA}{Meq} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>MeqEJA [%]: Percentual de Matrículas Equivalente em Educação de Jovens e Adultos.</p> <p>MeqEJA: quantidade de matrículas em Curso FIC ou técnico integrado contemplado pelo programa EJA que estiveram ativas por pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.</p> <p>Meq: quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.</p>
Fonte de Dados:	PNP (SISTEC / Revalide)
Meta Anual:	Mínimo de 10% - §1º do art. 2º do Decreto 5.840/2.006 em todos os anos de vigência do PDI.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.1.4 - Matrículas por Professor - RAP

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Matrículas por Professor - RAP
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede a relação entre a quantidade de matrículas equivalentes e a quantidade de docentes efetivos ponderados pelo tipo de Regime de Trabalho. Em que pese as grandezas empregadas no cálculo, será mantido o acrônimo "RAP – Relação Aluno Professor" por entender que tal nomenclatura já está consagrada em toda a Rede Federal.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva

Item	Conteúdo
Fórmula do Indicador:	$RAP = \left[\frac{(MeqCG \times FCG) + MeqDC}{DEq} \right]$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>RAP: Matrículas por Professor.</p> <p>MeqCG: quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência em Cursos de Graduação, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.</p> <p>MeqDC: quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência em todos os cursos, exceto os Cursos de Graduação, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.</p> <p>FCG: Considerando que a meta prevista na legislação é de 18 alunos por professor para os cursos de graduação e 20 alunos por professor para cursos técnicos, e considerando que são os mesmos Docentes que atuam nos dois níveis, foi necessário estabelecer um ponderador que permitisse a soma das variáveis para que se empregasse apenas a meta 20. $FCG = 20/18 = 1,111$.</p> <p>DEq: Quantidade professores efetivos que atuam no Regime de Trabalho (RT) 20h multiplicado por 0,5, somado à quantidade de professores efetivos que atuam nos RT 40h e RDE.</p>
Fonte de Dados:	PNP (SISTEC / Revalide)
Meta Anual:	20 - estratégias 11.11 e 12.3 previstas na Lei 13.005/2014.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.1.5 - Matrículas Presenciais por Professor - RAPP

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Matrículas Presenciais por Professor - RAPP
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede a relação entre a quantidade de matrículas equivalentes em cursos na modalidade presencial e a quantidade de docentes efetivos ponderados pelo tipo de Regime de Trabalho. Em que pese as grandezas empregadas no cálculo, será mantido o acrônimo "RAP Presencial – Relação Aluno Presencial por Professor" por entender que tal nomenclatura já está consagrada em toda a Rede

Item	Conteúdo
	Federal.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$RAPP = \left[\frac{(MeqPCG \times FCG) + MeqPDC}{DEq} \right]$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>RAPP: Matrículas Presenciais por Professor.</p> <p>MeqPCG: quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência em Cursos de Graduação oferecidos na modalidade presencial, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.</p> <p>MeqPDC: quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência em todos os cursos oferecidos na modalidade presencial, exceto os Cursos de Graduação, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.</p> <p>FCG: Considerando que a meta prevista na legislação é de 18 alunos por professor para os cursos de graduação e 20 alunos por professor para cursos técnicos, e considerando que são os mesmos Docentes que atuam nos dois níveis, foi necessário estabelecer um ponderador que permitisse a soma das variáveis para que se empregasse apenas a meta 20. $FCG = 20/18 = 1,111$.</p> <p>DEq: Quantidade professores efetivos que atuam no Regime de Trabalho (RT) 20h multiplicado por 0,5, somado à quantidade de professores efetivos que atuam nos RT 40h e RDE.</p>
Fonte de Dados:	PNP (SISTEC / Revalide)
Meta Anual:	20 - estratégias 11.11 e 12.3 previstas na Lei 13.005/2014.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.1.6 - Índice de Verticalização

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Índice de Verticalização

Item	Conteúdo
Objetivo do Indicador:	Este indicador busca verificar a condição de verticalização dos cursos oferecidos por uma mesma unidade acadêmica em um mesmo eixo tecnológico, considerando vagas de ingresso ofertadas em 04 categorias possíveis: Curso de Qualificação Profissional (QP); Curso Técnico (CT); Curso de Graduação (CG) e Curso de Pós-Graduação (PG).
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$IV = \left[\left(\frac{VQP}{VCT} \right) \times 0,397 \right] + \left[\left(\frac{VCT}{VCG} \right) \times 0,365 \right] + \left[\left(\frac{VCG}{VPG} \right) \times 0,095 \right] + \left[\left(\frac{VCT}{VPG} \right) \times 0,089 \right] + \left[\left(\frac{VQP}{VCG} \right) \times 0,028 \right] + \left[\left(\frac{VQP}{VPG} \right) \times 0,026 \right]$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>IV: Índice de Verticalização.</p> <p>VQP: Total de Vagas de Ingresso ofertadas em cursos de Qualificação Profissional.</p> <p>VCT: Total de Vagas de Ingresso ofertadas em cursos Técnicos, considerando os cursos Integrados, Subsequentes e Concomitantes.</p> <p>VCG: Total de Vagas de Ingresso ofertadas em cursos de Graduação, considerando os cursos de Graduação Tecnológica, Bacharelados e Licenciaturas.</p> <p>VPG: Total de Vagas de Ingresso ofertadas em cursos de Pós-Graduação, considerando cursos de Especialização, Mestrados e Doutorados.</p>
Fonte de Dados:	PNP (SISTEC / Revalide)
Meta Anual:	19,01 no primeiro ano, com acréscimo de 0,37 a cada ano, atingindo o valor de 21,23 ao final de 7 anos.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.1.7 - Taxa de Ocupação

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Taxa de Ocupação
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede o percentual de vagas ocupadas no ano de referência em relação às vagas disponibilizadas em cada tipo de curso, excetuando-se os cursos de Qualificação Profissional.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva

Item	Conteúdo
Fórmula do Indicador:	$TO [\%] = \left(\frac{M}{V \text{ Ciclos DNE}} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	TO [%]: Taxa de Ocupação. M: quantidade de matrículas. V Ciclos DNE: quantidade de vagas de ingresso ofertadas nos ciclos de matrículas com data não expirada.
Fonte de Dados:	PNP (SISTEC / Revalide)
Meta Anual:	108.29% no primeiro ano, e 100% nos 6 anos seguintes. Meta ajustada na revisão do PDI de 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.1.8 - Percentual de Oferta de Vagas de Graduação Noturnas

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de Oferta de Vagas de Graduação Noturnas
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede o percentual de vagas de ingresso oferecidas nos cursos de graduação presencial para o turno noturno, em relação ao total de vagas de ingresso oferecidas nos cursos de graduação presencial.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$OVGN [\%] = \left(\frac{VGNP}{VGP} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	OVGN [%]: Percentual de Oferta de Vagas de Graduação Noturnas. VGNP: Total de vagas de ingresso oferecidas no ano de referência para cursos de Graduação na modalidade presencial no turno noturno. VGP: Total de vagas de ingresso oferecidas no ano de referência para cursos de Graduação na modalidade presencial.
Fonte de Dados:	PNP (SISTEC / Revalide)
Meta Anual:	33,3% - Estratégia 12.3 da Lei 13.005/2014
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.1.9 - Índice de acompanhamento de egressos

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Índice de Acompanhamento de Egressos
Objetivo do Indicador:	Mensurar qual a porcentagem de estudantes respondeu ao contato do IFB para a realização do acompanhamento
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$IAE [\%] = \left(\frac{NER}{NTE} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	IAE [%]: Índice de Acompanhamento de Egressos. NER: Número de Egressos Respondentes. NTE: Número Total de Egressos
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Extensão institucional)
Meta Anual:	2024 - 10%; 2025 - 47,09%; 2026 - 48,09%; 2027 - 49,09%; 2028 - 50,09%; 2029 - 51,09%; 2030 - 52,09%; Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREX
Responsável pela Meta:	PREX

3.1.10 - Número de ações para o fortalecimento da Educação a Distância (EAD)

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Número de ações para o fortalecimento da Educação a Distância (EAD) no IFB
Objetivo do Indicador:	Este indicador tem como objetivo mensurar a totalidade de ações que contribuem para a institucionalização da educação a distância no IFB.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva

Item	Conteúdo
Fórmula do Indicador:	$FI_{EaD} (NAFS + NAEPEaD + NAPDEaD + NAlnfraEaD) \times \left(\alpha_{NAFS} \times \beta_{NAEPEaD} \times \theta_{NAPDEaD} \times \sigma_{NAlnfraEaD} \right)$ <p>em que:</p> $\alpha_{NAFS} = 1$, se $NAFS \geq 1$ e 0, caso contrário. $\beta_{NAEPEaD} = 1$, se $NAEPEaD \geq 1$ e 0, caso contrário. $\theta_{NAPDEaD} = 1$, se $NAPDEaD \geq 1$ e 0, caso contrário. $\sigma_{NAlnfraEaD} = 1$, se $NAlnfraEaD \geq 1$ e 0, caso contrário.
Glossário de Termos do Indicador:	<p>FI_{EaD}: Número de ações para o fortalecimento da Educação a Distância (EaD) no IFB.</p> <p>NAFS: número de ações de formação para os servidores do IFB no âmbito das tecnologias educacionais e metodologias para a EaD.</p> <p>NAEPEaD: número de ações de ensino que integram as modalidades presencial e a distância.</p> <p>NAPDEaD: número de ações voltadas às políticas discentes no âmbito da EaD.</p> <p>NAlnfraEaD: número de ações de fomento à infraestrutura de institucionalização da EaD no IFB.</p> <p>α_{NAFS}: parâmetro para captar a existência de ações de formação para os servidores do IFB no âmbito das tecnologias educacionais e metodologias para a EaD.</p> <p>$\beta_{NAEPEaD}$: parâmetro para captar a existência de ações de ensino que integram as modalidades presencial e a distância.</p> <p>$\theta_{NAPDEaD}$: parâmetro para captar a existência de ações voltadas às políticas discentes no âmbito da EaD.</p> <p>$\sigma_{NAlnfraEaD}$: parâmetro para captar a existência de ações de fomento à infraestrutura de institucionalização da EaD no IFB.</p>
Fonte de Dados:	SGI
Meta Anual:	4 em 2024 e 19 ao longo dos demais anos de vigência do PDI. Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.2 Fortalecer o desenvolvimento de produtos e serviços, resultantes de projetos de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

3.2.1 - Porcentagem de Projetos de Pesquisa Aplicada

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Porcentagem de Projetos de Pesquisa Aplicada
Objetivo do Indicador:	Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de projetos de pesquisa aplicada, desenvolvidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, como pressupõe o inciso VIII do art. 6º da Lei 11892, que especifica, como finalidade e característica dos Institutos Federais, “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$PPA [\%] = \left(\frac{NPPA}{NPPB + NPPA} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	PPA [%]: Porcentagem de Projetos de Pesquisa Aplicada. NPPB: Número de projetos de pesquisa básica. NPPA: Número de projetos de pesquisa aplicada.
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Pesquisa institucional, utilizando dados de Termo de Cooperação e Convênios estabelecidos pela Instituição e com Fundação; Plataforma Sucupira; Agências de fomento federais e estaduais).
Meta Anual:	40% em 2024 e 100% nos demais anos de vigência do PDI. Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRPI
Responsável pela Meta:	PRPI/CAMPI

3.2.2 - Porcentagem de Servidores Desenvolvendo Projetos de Pesquisa

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Porcentagem de Servidores Desenvolvendo Projetos de Pesquisa

Item	Conteúdo
Objetivo do Indicador:	Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de servidores e servidoras envolvidos em projetos de pesquisa (aplicada e básica), seja como coordenador, orientador, coorientador ou membro da equipe de projeto registrado. A participação do servidor em projetos deverá ser contabilizada uma única vez, independente do quantitativo de projetos que ele participe.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$NS [\%] = \left(\frac{NSPP}{NS} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>NS [%]: Porcentagem de Servidores Desenvolvendo Projetos de Pesquisa.</p> <p>NSPP: Número total de servidores envolvidos em projetos de pesquisa (aplicada e básica).</p> <p>NS: Número total de servidores da instituição.</p>
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Pesquisa institucional, utilizando dados de Planos de Trabalho dos Termo de Cooperação e Convênios estabelecidos pela Instituição e com Fundação ou com outras Instituições; Agências de fomento federais e estaduais) e Sistema de Monitoramento (área de Gestão de Pessoas institucional de cada Instituição da RFEPCT).
Meta Anual:	15% no primeiro ano, com acréscimo de 1,5% a cada ano, atingindo o valor de 24% ao final de 7 anos.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRPI
Responsável pela Meta:	PRPI/CAMPI

3.2.3 - Produção Bibliográfica

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Produção Bibliográfica
Objetivo do Indicador:	Este indicador tem como objetivo quantificar o número de artigos, livros, capítulo de livros e trabalhos de congresso publicados pelos servidores, no ano anterior, como referência.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$NPB = (NAr + NL + NCL + NC)$

Item	Conteúdo
Glossário de Termos do Indicador:	<p>NPB: Produção Bibliográfica.</p> <p>NAr: Número total de artigos publicados com fator de impacto (JCR ou Qualis).</p> <p>NL: Número total de livros publicados com registro ISBN ou QUALIS Livros.</p> <p>NCL: Número total de capítulo de livro publicado com registro ISBN ou QUALIS Livros.</p> <p>NC: Número total de trabalhos completos publicados em congressos internacionais, nacionais, regionais e locais.</p>
Fonte de Dados:	Plataforma Lattes.
Meta Anual:	300 no primeiro ano, com acréscimo de 25 a cada ano, atingindo o valor de 450 ao final de 7 anos.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRPI
Responsável pela Meta:	PRPI/CAMPI

3.2.4 - Percentual de Investimento Realizado em Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Oriundo de Capital e Custeio

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de Investimento Realizado em Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Oriundo de Capital e Custeio
Objetivo do Indicador:	Este indicador tem como objetivo mensurar o percentual de recurso financeiro investido, oriundo de custeio e capital, para o desenvolvimento de pesquisas aprovadas em editais institucionais, na pós-graduação e no ecossistema de inovação, em relação ao orçamento total de capital e custeio da Instituição.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$TAFPPPI [\%] = \left(\frac{TAFPPPI}{OCC} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>TAFPPPI [%]: Percentual de Investimento Realizado em Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Oriundo de Capital e Custeio.</p> <p>TAFPPPI: Total de aporte financeiro institucional para a pesquisa, a pós-graduação e a inovação.</p> <p>OCC: Orçamento de Capital e Custeio Institucional.</p>
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Pesquisa Institucional e Pró-Reitoria de Administração).
Meta Anual:	2,25% ao longo de todos os anos de vigência do PDI.

Item	Conteúdo
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRPI
Responsável pela Meta:	PRPI

3.2.5 - Quantidade de Ativos de Propriedade Intelectual

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Quantidade de Ativos de Propriedade Intelectual
Objetivo do Indicador:	Este indicador tem como objetivo quantificar o total de produtos e processos tecnológicos que geraram depósitos de patentes de inovação ou modelo de utilidade e registros de marca; desenho industrial; cultivar; topografia de circuitos; programa de computador; organismos geneticamente modificados.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$TPTPI = (PA + M + DI + C + TC + PC + OGM)$
Glossário de Termos do Indicador:	TPTPI: Quantidade de Ativos de Propriedade Intelectual. PA: Patente de invenção (PI) e de Modelo de Utilidade (PMU). M: Marca. DI: Desenho Industrial. C: Cultivar. TC: Topografia de Circuitos Integrados. PC: Programa de Computador. OGM: Organismos Geneticamente Modificados.
Fonte de Dados:	INPI, MAPA e CTNBIO.
Meta Anual:	2024 - 1; 2025 - 3; 2026 - 3; 2027 - 3; 2028 - 4; 2029 - 4; 2030 - 4; Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRPI
Responsável pela Meta:	PRPI/CAMPI

3.2.6 - Percentual de Ativos de Propriedade Intelectual Licenciados ou Transferidos em Relação à Totalidade dos Produtos Tecnológicos que Resultaram em Ativos de Propriedade Intelectual

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de Ativos de Propriedade Intelectual Licenciados ou Transferidos em Relação à Totalidade dos Produtos Tecnológicos que Resultaram em Ativos de Propriedade Intelectual
Objetivo do Indicador:	Este indicador tem como objetivo mensurar o percentual de ativos de propriedade intelectual licenciados ou transferidos, até o fim do exercício anterior, em relação à totalidade dos produtos tecnológicos institucionais que resultaram em ativos de propriedade intelectual.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$APILT [\%] = \left(\frac{PTLT}{TPTI} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>APILT [%]: Percentual de Ativos de Propriedade Intelectual Licenciados ou Transferidos em Relação à Totalidade dos Produtos Tecnológicos que Resultaram em Ativos de Propriedade Intelectual.</p> <p>PTLT: Total de produtos tecnológicos licenciadas ou transferidas até o fim do exercício anterior.</p> <p>TPTI: Total de produtos tecnológicos institucionais que resultaram em ativos de propriedade intelectual.</p>
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Pesquisa institucional), INPI, MAPA e CTNBIO.
Meta Anual:	10% ao longo de todos os anos de vigência do PDI.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRPI
Responsável pela Meta:	PRPI/CAMPI

3.2.7 - Quantidade de Acordos e Contratos de Transferência de Tecnologia e/ou Know How para a Sociedade

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Quantidade de Acordos e Contratos de Transferência de Tecnologia e/ou Know How para a Sociedade
Objetivo do Indicador:	Este indicador tem como objetivo quantificar o total de acordos e contratos que geraram transferência de tecnologia e/ou know how para a comunidade (local, regional e nacional).

Item	Conteúdo
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$NACTT = (NTATT + NTCTT)$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>NACTT: Quantidade de Acordos e Contratos de Transferência de Tecnologia e/ou Know How para a Sociedade.</p> <p>NTATT: Número total de acordos de transferência de tecnologia e/ou know how.</p> <p>NTCTT: Número total de contratos de transferência de tecnologia e/ou know how.</p>
Fonte de Dados:	Diário Oficial da União, Sistema de Monitoramento (área de Pesquisa institucional e Fundação de Apoio).
Meta Anual:	1 nos primeiros 4 anos, com acréscimo de 1 no quinto ano, atingindo o valor de 2.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRPI
Responsável pela Meta:	PRPI/CAMPI

3.2.8 - Quantidade de Ambientes Promotores e Habitats de Inovação

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Quantidade de Ambientes Promotores e Habitats de Inovação
Objetivo do Indicador:	Este indicador tem como objetivo quantificar o total de ambientes promotores de inovação (exemplo: parques, polos, cidades inteligentes, distritos de inovação) e habitats de inovação (exemplo: incubadoras, aceleradoras, espaços makers, startups, spin-off, espaço coworking etc.).
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$TAHI = (NAPI + NHI)$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>TAHI: Quantidade de Ambientes Promotores e Habitats de Inovação.</p> <p>NAPI: Número de ambientes promotores de Inovação (exemplo: parques, polos, cidades inteligentes, distritos de inovação).</p> <p>NHI: Número de habitats de inovação (exemplo: incubadoras, aceleradoras, espaços makers, startups, spin-off, espaço coworking etc.).</p>
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Pesquisa institucional).

Item	Conteúdo
Meta Anual:	2024 - 15; 2025 - 35; 2026 - 37; 2027 - 39; 2028 - 41; 2029 - 43; 2030 - 45; Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRPI
Responsável pela Meta:	PRPI/CAMPI

3.2.9 - Número de Empreendimentos Beneficiados pelos Ambientes de Inovação

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Número de Empreendimentos Beneficiados pelos Ambientes de Inovação
Objetivo do Indicador:	Este indicador tem como objetivo mensurar a totalidade de empreendimentos gerados e/ou atendidos pelos ambientes promotores de inovação (parques, polos, cidades inteligentes, distritos de inovação) e de empreendimentos gerados e/ou atendidos pelos habitats de inovação (incubadoras, aceleradoras, espaços makers, startups, spin-off, espaço coworking).
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$NEAHI = (NEGAPI + NEAAPI + NEGHI + NEAHI)$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>NEAHI: Número de Empreendimentos Beneficiados pelos Ambientes de Inovação.</p> <p>NEGAPI: Número de instituições e empreendimentos GERADOS pelos ambientes promotores de inovação (exemplo: parques, polos, cidades inteligentes, distritos de inovação).</p> <p>NEAAPI: Número de instituições e empreendimentos ATENDIDOS pelos ambientes promotores de inovação (exemplo: parques, polos, cidades inteligentes, distritos).</p> <p>NEGHI: Número de instituições e empreendimentos GERADOS pelos habitats de inovação (exemplo: incubadoras, aceleradoras, espaços makers, startups, spin-off, espaço coworking etc).</p> <p>NEAHI: Número de instituições e empreendimentos ATENDIDOS pelos habitats de inovação (exemplo:</p>

Item	Conteúdo
	incubadoras, aceleradoras, espaços makers, startups, spin-off, espaço coworking etc).
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Pesquisa institucional).
Meta Anual:	2024 - 10; 2025 - 19; 2026 - 19; 2027 - 19; 2028 - 19; 2029 - 19; 2030 - 19; Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRPI
Responsável pela Meta:	PRPI/CAMPI

3.2.10 - Percentual de Recursos Financeiros do Orçamento Anual Público Aplicados em Extensão

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de Recursos Financeiros do Orçamento Anual Público Aplicados em Extensão
Objetivo do Indicador:	Mensurar o percentual de recurso financeiro anual destinado para o desenvolvimento de ações de extensão (independentemente da modalidade: Projeto, Programa, Curso, Evento ou Prestação de Serviço).
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$OAE [\%] = \left(\frac{OAE}{OTI} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	OAE [%]: Percentual de Recursos Financeiros do Orçamento Anual Público Aplicados em Extensão. OAE: Valor total do orçamento próprio da instituição (LOA) aplicado em extensão no ano. OTI: Valor total do orçamento da instituição no ano (LOA).
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Extensão institucional e Pró-Reitoria de Administração)

Item	Conteúdo
Meta Anual:	2024 - 1%; 2025 - 1%; 2026 - 1%; 2027 - 1%; 2028 - 1%; 2029 - 1%; 2030 - 1%.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREX
Responsável pela Meta:	PREX

3.2.11 - Percentual de Servidores Envolvidos em Ações de Extensão

Item	Conteúdo
Nome do Indicador:	Percentual de Servidores Envolvidos em Ações de Extensão
Objetivo do Indicador:	Mensurar a porcentagem de servidores(as) envolvidos em ações de extensão, independentemente da modalidade (Projeto, Programa, Curso, Evento ou Prestação de Serviço) e do tipo de participação na equipe executora (membro, orientação, coordenação ou coorientação).
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$NSE [\%] = \left[\frac{(NDE + NTE)}{NTS} \right] \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>NSE [%]: Percentual de Servidores Envolvidos em Ações de Extensão.</p> <p>NDE: Número de Docentes envolvidos em ações de extensão no ano.</p> <p>NTE: Número de Técnico-Administrativos em Educação envolvidos em ações de extensão no ano.</p> <p>NTS: Quantidade total de servidores docentes e Técnico Administrativos em Educação.</p>
Fonte de Dados:	Sistema Monitoramento (área de Extensão Institucional e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas).
Meta Anual:	2024 - 10%; 2025 - 30,29%; 2026 - 32,29%; 2027 - 34,29%; 2028 - 36,29%; 2029 - 38,29%; 2030 - 38,29%; Metas ajustadas após o processo de calibragem em

Item	Conteúdo
	2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREX
Responsável pela Meta:	PREX/CAMPI

3.2.12 - Quantidade de Pessoas Atendidas pelas Ações de Extensão

Item	Conteúdo
Nome do Indicador	Quantidade de Pessoas Atendidas pelas Ações de Extensão
Objetivo do Indicador:	Mensurar a quantidade de pessoas atendidas por ações de extensão, independentemente da modalidade (Projeto, Programa, Curso, Evento ou Prestação de Serviço), e se foi de forma direta ou indireta.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$PAAE = (NAPP + NACE + NAPS)$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>PAAE: Quantidade de Pessoas Atendidas pelas Ações de Extensão.</p> <p>NAPP: Número de pessoas Atendidas por Programas e Projetos.</p> <p>NACE: Número de pessoas Atendidas por Cursos e Eventos.</p> <p>NAPS: Número de pessoas Atendidas por Prestações de Serviços.</p>
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Extensão institucional).
Meta Anual:	2024 - 30; 2025 - 9852 para o IFB e 985 por campus ; 2026 - 9857 para o IFB e 986 por campus; 2027 - 9862 para o IFB e 986 por campus; 2028 - 9867 para o IFB e 987 por campus; 2029 - 9872 para o IFB e 987 por campus; 2030 - 9877 para o IFB e 988 por campus; Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .

Item	Conteúdo
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREX
Responsável pela Meta:	PREX/CAMPI

3.3 Promover a equidade de gênero, a diversidade e a inclusão

3.3.1 - Reserva de Vagas

Item	Conteúdo
Nome do Indicador	Reserva de Vagas
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede o percentual de vagas ofertadas considerando as ações afirmativas (reserva de vagas)
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$RV [\%] = \left[\left(\frac{VRI + VRI-PcD + VRI-PPI + VRI-PPI-PcD + VRS + VRS-PcD + VRS-PPI + VRS-PPI-PcD}{VTEd} \right) \right] \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>RV [%]: Reserva de Vagas.</p> <p>VRI: Vagas para candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>VRI-PcD: Vagas para candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>VRI-PPI: Vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>VRI-PPI-PcD: Vagas para candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>VRS: Vagas para candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>VRS-PcD: Vagas para candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>VRS-PPI: Vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda</p>

Item	Conteúdo
	(art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. VRS-PPI-PcD: Vagas para candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. VTed: Total de vagas de ingresso oferecidas em Edital.
Fonte de Dados:	SGPS, Sisu Gestão, PNP
Meta Anual:	Meta Legal de 50% em todos os anos de vigência do PDI (art. 1º, Lei 12.711/2012).
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para cada um dos <i>campi</i> do IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.3.2 - Percentual de Ações de Extensão Destinadas à Inclusão de População Vulnerável

Item	Conteúdo
Nome do Indicador	Percentual de Ações de Extensão Destinadas à Inclusão de População Vulnerável
Objetivo do Indicador:	Mensurar a porcentagem de ações de extensão (independentemente da modalidade: Projeto, Programa, Curso, Evento ou Prestação de Serviço) relacionadas à inclusão de população vulnerável.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$AEV [\%] = \left(\frac{NAVS}{NAE} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	AEV [%]: Percentual de Ações de Extensão Destinadas à Inclusão de População Vulnerável. NAVS: Quantidade de ações de extensão, em execução no ano, dirigidas à população em vulnerabilidade social. NAE: Quantidade total de ações de extensão em execução no ano.
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Extensão institucional).

Item	Conteúdo
Meta Anual:	2024 - 15%; 2025 - 46,79%; 2026 - 48,79%; 2027 - 51,79%; 2028 - 53,79%; 2029 - 56,79%; 2030 - 58,79%; Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREX
Responsável pela Meta:	PREX/CAMPI

3.3.3 - Índice de elaboração e implementação do programa de acompanhamento de equidade de gênero, raça, diversidade e inclusão

Item	Conteúdo
Nome do Indicador	Índice de elaboração e implementação do programa de acompanhamento de equidade de gênero, raça, diversidade e inclusão
Objetivo do Indicador:	Avaliar em qual estágio está a elaboração e a implementação do programa de acompanhamento de equidade de gênero, raça, diversidade e inclusão
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$IEpegrdi [\%] = \left(\frac{NAEpegrdi}{NAPpegrdi} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>IEpegrdi [%]: Índice de elaboração e implementação do programa de acompanhamento de equidade de gênero, raça, diversidade e inclusão.</p> <p>NAEpegrdi: número de ações executadas, observadas execuções parciais e totais, dentro do período de análise relacionadas a elaboração e a implementação do programa de acompanhamento de equidade de gênero, raça, diversidade e inclusão.</p> <p>NAPpegrdi: número de ações planejadas dentro do período de análise relacionadas à elaboração e à implementação do programa de acompanhamento de equidade de gênero, raça, diversidade e inclusão.</p>
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Extensão institucional).

Item	Conteúdo
Meta Anual:	2024 - 40%; 2025 - 40%; 2026 - 60%; 2027 - 60%; 2028 - 60%; 2029 - 60%; 2030 - 60%; Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREX
Responsável pela Meta:	PREN/PREX/CAMPI

3.3.4 - Índice de implementação dos núcleos NUGEDIS e NEABIS nos *campi* do IFB

Item	Conteúdo
Nome do Indicador	Índice de implementação dos núcleos NUGEDIS e NEABIS nos <i>campi</i> do IFB
Objetivo do Indicador:	Mensurar a quantidade de <i>campi</i> que possuem NUGEDIS e NEABIS instituídos
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$IINN = NCNEABI + NCNUGEDIS$
Glossário de Termos do Indicador:	IINN: Índice de implementação dos núcleos NUGEDIS e NEABIS nos <i>campi</i> do IFB. NCNEABI: Número de unidades com NEABI instituído. NCNUGEDIS: Número de unidades com NUGEDIS instituído.
Fonte de Dados:	Sistema de monitoramento de área (Políticas Inclusivas)
Meta Anual:	2024 - 14; 2025 - 21; 2026 - 21; 2027 - 21; 2028 - 21; 2029 - 21; 2030 - 21.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREX

Item	Conteúdo
Responsável pela Meta:	PREX/CAMPI

3.4 Aprimorar as políticas e ações de permanência e êxito dos estudantes

3.4.1 - Índice de Eficiência Acadêmica

Item	Conteúdo
Nome do Indicador	Índice de Eficiência Acadêmica
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto (+1 ano), acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso. São considerados apenas os alunos matriculados em ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao Ano de Referência, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$IEA [\%] = CCiclo + \left[\left(\frac{CCiclo}{CCiclo + EvCiclo} \right) \times RCiclo \right] \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>IEA [%]: Índice de Eficiência Acadêmica.</p> <p>CCiclo (%): percentual de CONCLUINTEs, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência.</p> <p>EvCiclo (%): percentual de EVADIDOS, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência.</p> <p>RCiclo (%): percentual de matriculados que são classificados como RETIDOS por terem ultrapassado o período previsto para integralização do curso (acrescido de um ano) em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no anterior ao Ano de referência.</p>
Fonte de Dados:	PNP (SISTEC / Revalide)
Meta Anual:	39,72% no primeiro ano, com acréscimo de 1,20% a cada ano, atingindo o valor de 46,90% ao final de 7 anos.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus campi.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.4.2 - Taxa de Evasão Anual

Item	Conteúdo
Nome do Indicador	Taxa de Evasão Anual
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede o percentual de matrículas que perderam o vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso em relação ao total de matrículas. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Negativa
Fórmula do Indicador:	$Ev [\%] = \left(\frac{Ev}{M} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>Ev [%]: Taxa de Evasão Anual.</p> <p>Ev: alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso.</p> <p>M: Soma de todos os alunos que estiveram com matrícula ativa em pelo menos um dia no ano de referência.</p>
Fonte de Dados:	PNP (SISTEC / Revalide)
Meta Anual:	2024 - 11,46%; 2025 - 25,81%; 2026 - 24,62%; 2027 - 23,43%; 2028 - 22,24%; 2029 - 21,06%; 2030 - 19,87%; Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.4.3 - Porcentagem de Alunos da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa

Item	Conteúdo
Nome do Indicador	Porcentagem de Alunos da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa
Objetivo do Indicador:	Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de alunos e alunas do nível técnico (integrado, subsequente, concomitante), de graduação, das pós-graduações lato sensu e stricto sensu,

Item	Conteúdo
	envolvidos em projetos de pesquisa básica e aplicada executados no ano anterior.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$NAP [\%] = \left(\frac{NAPP}{NA} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>NAP [%]: Porcentagem de Alunos da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa.</p> <p>NAPP: Número de alunos (técnico integrado, técnico subsequente, técnico concomitante, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu) envolvidos em projetos de pesquisa aplicada e básica da Instituição.</p> <p>NA: Número total de alunos (técnico integrado, técnico subsequente, técnico concomitante, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu) da Instituição.</p>
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Pesquisa institucional, utilizando dados de Planos de Trabalho dos Termo de Cooperação e Convênios estabelecidos pela Instituição e com Fundação ou com outras Instituições; Agências de fomento federais e estaduais) e Sistema de Monitoramento (Registro acadêmico de cada Instituição da RFEPCT).
Meta Anual:	4% no primeiro ano, com acréscimo de 0,33% a cada ano, atingindo o valor de 6% ao final de 7 anos.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRPI
Responsável pela Meta:	PRPI/CAMPI

3.4.4 - Porcentagem de Alunos Provenientes das Ações Afirmativas da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa

Item	Conteúdo
Nome do Indicador	Porcentagem de Alunos Provenientes das Ações Afirmativas da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa
Objetivo do Indicador:	Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de alunos e alunas do nível técnico (integrado, subsequente, concomitante), de graduação, das pós-graduações lato sensu e stricto sensu, provenientes das ações afirmativas da Instituição, envolvidos em projetos de pesquisa básica e aplicada executados no ano anterior.

Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$NATAFPP [\%] = \left(\frac{NATAFPP}{NTAAA} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>NATAFPP [%]: Porcentagem de Alunos Provenientes das Ações Afirmativas da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa.</p> <p>NTAFPP: Número total de alunos (técnico integrado, técnico subsequente, técnico concomitante, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu), provenientes das ações afirmativas da instituição, envolvidos em projetos de pesquisa (aplicada e básica).</p> <p>NTAAA: Número total de alunos (técnico integrado, técnico subsequente, técnico concomitante, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu) provenientes de ações afirmativas.</p>
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Pesquisa institucional, utilizando dados de Planos de Trabalho dos Termo de Cooperação e Convênios estabelecidos pela Instituição e com Fundação ou com outras Instituições; Agências de fomento federais e estaduais) e Sistema de Monitoramento (Registro acadêmico de cada Instituição da RFEPECT).
Meta Anual:	3% no primeiro ano, com acréscimo de 0,16% a cada ano, atingindo o valor de 4% ao final de 7 anos.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB.
Responsável pela Apuração do Resultado:	PRPI
Responsável pela Meta:	PRPI/CAMPI

3.4.5 - Percentual de Estudantes Envolvidos em Extensão

Item	Conteúdo
Nome do Indicador	Percentual de Estudantes Envolvidos em Extensão
Objetivo do Indicador:	Mensurar a porcentagem de estudantes envolvidos em ações de extensão, independente da modalidade (Projeto, Programa, Evento, Curso e Prestação de Serviço).
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$NEE [\%] = \left(\frac{NEE}{NTE} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>NEE [%]: Percentual de Estudantes Envolvidos em Extensão.</p> <p>NEE: Quantidade de estudantes (CPF) atuando em</p>

Item	Conteúdo
	equipes executoras de ações de extensão em execução no ano. NTE: Quantidade total de estudantes (CPF) no ano.
Fonte de Dados:	Sistema de Monitoramento (área de Extensão Institucional e Pró-Reitoria de Ensino).
Meta Anual:	2024 - 10%; 2025 - 7,12%; 2026 - 9,12%; 2027 - 11,12%; 2028 - 13,12%; 2029 - 15,12%; 2030 - 15,12%. Metas ajustadas após o processo de calibragem em 2025.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREX
Responsável pela Meta:	PREX/CAMPI

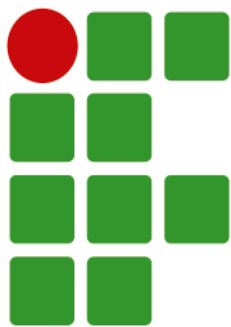
3.4.6 - Percentual de alunos retidos

Item	Conteúdo
Nome do Indicador	Percentual de alunos retidos
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede o percentual de retidos em um Ciclo de Matrícula. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Negativa
Fórmula do Indicador:	$RCiclo [\%] = \left(\frac{RCiclo}{MCiclo} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	RCiclo [%]: Percentual de alunos retidos. RCiclo - Retidos no Ciclo: Definição: alunos que permaneceram matriculados por período superior ao tempo previsto para a integralização de um curso (acrescido de um ano) considerando as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano de referência. MCiclo - Matrículas no Ciclo: Definição: Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.
Fonte de Dados:	PNP (SISTEC)
Meta Anual:	9,78% no primeiro ano, com decréscimo de 0,69% a cada ano, atingindo o valor de 5,67% ao final de 7 anos.

Item	Conteúdo
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI

3.4.7 - Taxa de Conclusão Anual

Item	Conteúdo
Nome do Indicador	Taxa de Conclusão Anual
Objetivo do Indicador:	Este indicador mede o percentual de concluintes em um Ciclo de Matrícula. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.
Polaridade do Indicador (Positiva ou Negativa):	Positiva
Fórmula do Indicador:	$CCiclo [\%] = \left(\frac{CCiclo}{MCiclo} \right) \times 100$
Glossário de Termos do Indicador:	<p>CCiclo [%]: Taxa de Conclusão Anual.</p> <p>CCiclo – Concluintes no Ciclo - Definição: Resultado da soma entre a Quantidade de alunos “Formados” (alunos que concluíram com êxito todos os componentes curriculares do curso no ano de referência fazendo jus à certificação), e a Quantidade de alunos “integralizados em fase escolar” (alunos que concluíram a Carga Horária da unidades curriculares e ainda não podem receber a certificação por não terem concluído componentes como Estágio, TCC e ENADE), considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao Ano de Referência.</p> <p>MCiclo - Matrículas no Ciclo - Definição: Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.</p>
Fonte de Dados:	PNP (Sistec)
Meta Anual:	35,51% no primeiro ano, com acréscimo de 1,03% a cada ano, atingindo o valor de 41,66% ao final de 7 anos.
Recorte de Cálculo:	O indicador será calculado para o IFB e para cada um de seus <i>campi</i> .
Responsável pela Apuração do Resultado:	PREN
Responsável pela Meta:	PREN/CAMPI



INSTITUTO FEDERAL
Brasília